

Francisco Luiz Corsi
José Marangoni Camargo
Agnaldo dos Santos
(Organizadores)

Os Dilemas Atuais do Brasil e da América Latina



**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

OS DILEMAS ATUAIS DO BRASIL
E DA AMÉRICA LATINA

FRANCISCO LUIZ CORSI
JOSÉ MARANGONI CAMARGO
AGNALDO DOS SANTOS
(ORGANIZADORES)

OS DILEMAS ATUAIS DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

Marília
2016



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
Copyright© 2016 Conselho Editorial

Diretor:

Dr. José Carlos Miguel

Vice-Diretor:

Dr. Marcelo Tavella Navega

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Ana Maria Portich

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Maria Rosângela de Oliveira

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

D576 Os Dilemas atuais do Brasil e da América Latina / Francisco Luiz Corsi, José Marangoni Camargo, Agnaldo dos Santos (organizadores). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2016.

224p

Inclui bibliografia

Apoio: Capes

ISBN 978-85-7983-814-9 (impresso)

ISBN 978-85-7983-815-6 (digital)

1. Capitalismo. 2. Crise econômica. 3. Política econômica. 4. Brasil – Política e governo. 5. Brasil – Política econômica. 6. América Latina – Política e governo. I. Corsi, Francisco Luis. II. Camargo, José Marangoni. III. Santos, Agnaldo dos.

CDD 330.981

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora Unesp

SUMÁRIO

Apresentação	7
América Latina e a Crise Capitalista Mundial do Ponto de Vista da Teoria da Dependência <i>Adrián Sotelo VALENCIA</i>	15
As Dimensões da Crise do Capital e a Particularidade Brasileira no Início do Século XXI <i>Adilson Marques GENNARI</i>	31
Notas sobre a Política Econômica do Governo Dilma <i>Francisco Luiz CORSI</i>	45
Evolução Recente do Emprego e Distribuição da Renda no Brasil em uma Conjuntura de Crise <i>José Marangoni CAMARGO</i>	69
Ajuste Fiscal e Austeridade: Saída à Direita <i>Luís Antonio PAULINO</i>	83
A inserção internacional do Brasil em face conjuntura econômica e política da América Latina: uma breve avaliação <i>Rodrigo Duarte Fernandes dos PASSOS</i>	109
Hechos y Desafíos de la Revolución Bolivariana: una mirada jurídico-política <i>Jair PINHEIRO</i>	121
Movimentos Migratórios como Dilema Contemporâneo: o Papel da Mulher em Cidades Pequenas e Médias no Brasil <i>Silvia Aparecida de Sousa FERNANDES</i>	135
A entrada da Agroecologia na Agenda do MST: Estratégia para Além do “Desenvolvimento Sustentável”? <i>Henrique Taban NOVAES; João Henrique PIRES</i>	145

Algumas Reflexões sobre os Desafios à Tecnologia Social numa Economia de Mercado <i>Agnaldo dos SANTOS</i>	161
O papel do Estado no Crescimento do Agronegócio e o Impacto na Conjuntura dos Recursos Hídricos <i>André SCANTIMBURGO</i>	175
Capitalismo Retardatário e Pulsão Golpista: um Ensaio sobre a Miséria Brasileira <i>Giovanni ALVES</i>	201
Sobre os Autores	219

APRESENTAÇÃO

O presente livro abarca um conjunto de trabalhos debatidos nas mesas-redondas do XV do Fórum de Conjuntura, que discutiu os impactos da crise estrutural do capitalismo global na América Latina e as alternativas de desenvolvimento socioeconômico para a região. Tema da maior relevância no atual momento em que se observa uma onda conservadora no mundo. Em linhas gerais, o capital, embora abalado pela crise, busca responder os graves problemas de valorização que enfrenta, sobretudo devido à existência de uma massa enorme de capital fictício, por meio da intensificação da exploração do trabalho. Isto significa aprofundar a precarização das condições de trabalho, reduzir os salários e as aposentadorias, reduzir os gastos com programas sociais (educação, saúde, moradia, saneamento etc.), concentrar ainda mais a renda e cortar os direitos sociais e trabalhistas. Apesar da resistência das classes populares, que até o momento não têm logrado sucesso em sua luta, esta saída tem sido implementada em toda parte sob a égide do neoliberalismo. Seja na Europa, onde a Grécia é um caso exemplar, seja na América Latina; o exemplo brasileiro é lapidar. Um golpe institucional derrubou um governo constitucionalmente eleito e logo estabeleceu como meta principal o corte de direitos sociais e trabalhistas em nome da estabilidade fiscal, que nada mais é do que garantir as condições de valorização do capital rentista e de rentabilidade e competitividade do capital. O golpe foi desfechado contra os direitos civis e sociais de grande parte do povo brasileiro e, mais uma vez, como em tantas vezes no passado, o ônus da crise será jogado nas costas dos trabalhadores.

Estas colocações não eximem o governo Dilma de uma severa análise crítica em virtude de seus inúmeros equívocos, como o de ser conivente com a corrupção e de implementar um ajuste ortodoxo logo após a sua reeleição, contrariando seu discurso e os interesses de suas bases de sustentação; apesar de seus acertos, como a redução dos juros e a flexibilização das metas de superávit primário e de inflação, que desencadearam a fúria conservadora dos rentistas e da grande imprensa, com largo apoio das classes médias, temerosas de perder sua posição social e contrariadas pela política fiscal, pela política de cotas, pela desvalorização da moeda e pelo baixo retorno dos serviços sociais. Está em curso uma feroz luta entre as diferentes frações das classes dominantes pelos rumos da economia e da sociedade brasileira e isto implica também definir os caminhos da inserção do Brasil no mundo multipolar que se configura com a crise estrutural de sobreacumulação.

Estas questões rascunhadas acima foram alvo das discussões do XV Fórum de Análise de Conjuntura, embora o evento tenha ocorrido antes do “desfecho” do golpe no Brasil e das eleições na Argentina e na Venezuela. Ou seja, o evento, organizado pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Globalização e ocorrido entre 16 e 18 de novembro de 2015, na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), abordou a conjuntura econômica e política dos principais países da América Latina. Especial atenção foi dispensada ao Brasil, que vive complexa crise econômica e política. Em termos mais gerais, os temas do desemprego, do meio ambiente, da desigualdade social, do acesso aos serviços públicos universais, das estratégias de desenvolvimento e inserção na economia mundial, do grau de autonomia dos Estados nacionais de levar a cabo políticas econômicas voltadas para o atendimento das demandas sociais e o crescimento sustentado ante aos interesses financeiros dominantes, do esgarçamento das formas de vida, de fazer política e de organização econômica foram os pontos discutidos no Fórum de Conjuntura.

O livro está organizado em 12 capítulos, que correspondem às participações dos expositores nas mesas do evento. O capítulo de Adrián Sotelo Valencia, “América Latina e a Crise Capitalista Mundial do Ponto de Vista da Teoria da Dependência” discute os impactos da crise mundial na América Latina. A economia capitalista mundial está passando por dificuldades sérias e importantes nos últimos anos, especialmente após a crise

estrutural e financeira que abalou o mundo em 2008-2009. Segundo o autor, a sua recuperação foi, até o momento, muito tímida. Dessa forma, a crise, que é profunda, continua afetando praticamente todos os países e sociedades. As recuperações esboçadas por alguns países são de fôlego curto. Isto se explica essencialmente pelo fato de que para o sistema capitalista é cada vez mais difícil produzir valor e mais-valia em escala suficiente para garantir a sua reprodução ampliada mantendo ou aumentando a taxa média de lucro. Esse é o contexto em que a situação política e econômica da América Latina precisa ser analisada.

O capítulo “As Dimensões da Crise do Capital e a Particularidade Brasileira no Início do Século XXI”, de Adilson Marques Gennari, também analisa a conjuntura da economia brasileira a partir de uma perspectiva ampla, que tem como referência as profundas transformações em curso no capitalismo. Segundo o referido autor, o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro neste começo do século XXI se caracteriza por continuidades e por rupturas. Este padrão estaria presente nos aspectos conjunturais e estruturais da sociedade e da economia brasileiras. As transformações em curso estariam articuladas diretamente com a forma de inserção do Brasil no processo de globalização do capitalismo. Esta inserção seria subordinada e caracterizada por um ciclo financeiro inerentemente instável que aprofundou a vulnerabilidade da economia brasileira. Resultados dessa inserção seriam, entre outros pontos, a desindustrialização e a re-primarização da economia. O processo de transferência de renda para os setores populares, que resultou em redução significativa da população abaixo da linha da pobreza, estaria em risco em virtude dos limites das políticas econômicas implementadas no período e dos persistentes problemas estruturais, que indicam que não houve alteração na secular estrutura social de concentração da propriedade e da renda.

O capítulo “Notas sobre a Política Econômica do Governo Dilma”, escrito por Francisco Luiz Corsi, discute as razões do baixo desempenho da economia brasileira entre 2011 e 2014 e da recessão aberta em 2015. Parte da perspectiva segundo a qual a análise da economia brasileira precisa abarcar o contexto mundial no qual está inserida. Tanto sua fase de expansão recente (2003-2010), que coincide com o governo Lula, quanto o baixo crescimento do primeiro mandato do governo Dilma e

a recessão em curso só são inteligíveis no bojo da evolução da economia mundial, não obstante o desempenho da economia brasileira também depender, em boa medida, das determinações internas e da luta de classes em torno da definição dos seus rumos. Para o autor, a política econômica dos governos Lula e Dilma se sustentava em dois pilares contraditórios. De um lado, mantiveram a política macroeconômica neoliberal de FHC. De outro, adotaram medida voltadas para a expansão do mercado interno e para a distribuição da renda. Esta situação sustentou-se no período de *boom* da economia mundial. Quando da crise de 2008, as contradições afloraram e o desfecho foi a recessão aberta em 2015.

O capítulo escrito por José Marangoni Camargo, “Evolução recente do emprego e distribuição da renda no Brasil em uma conjuntura de crise”, discute a evolução da economia brasileira no período recente, em um contexto de crise econômica e os impactos sobre o emprego e a distribuição da renda. No período 2003-2014, apesar das políticas de cunho neoliberal terem sido mantidas em linhas gerais nos governos Lula da Silva e Dilma Roussef, as taxas de crescimento médias superiores às duas décadas anteriores, geraram efeitos positivos sobre o mercado de trabalho. Adicionalmente, a formulação de um conjunto de políticas sociais, como a recomposição do valor real do salário mínimo e a concessão da bolsa família, possibilitou também um crescimento da renda dos segmentos mais baixos e uma pequena desconcentração da renda, revertendo uma tendência de aumento da desigualdade observada desde os anos 60. Já no cenário mais recente, o desempenho medíocre da economia, com a redução acentuada das taxas de crescimento econômico a partir de 2011 e queda em 2015 e 2016 têm levado a uma rápida deterioração dos indicadores do mercado de trabalho, com aumento significativo das taxas de desemprego e redução das rendas do trabalho, com sérios riscos de perdas das conquistas obtidas ao longo da última década, como reflexo do agravamento das condições econômicas do país.

Luís Antônio Paulino discute, em seu artigo “Ajuste fiscal e austeridade: saída à Direita”, o quadro econômico vivido pelo Brasil desde o início desta década, em particular a queda do crescimento e as escolhas do Governo Dilma, entre o final do primeiro mandato e o início do segundo. A manutenção de alguns instrumentos de política econômica que se mostraram ineficientes, somada à conjuntura internacional desfavorável,

criaram grandes impasses para o governo reeleito. A opção em adotar parte do programa econômico derrotado em 2014, diante da redução dos investimentos e das exigências de operadores do mercado, indicou o caminho da austeridade fiscal, que na prática implica maiores sacrifícios para os trabalhadores e nenhum para o topo da pirâmide social.

No capítulo “A inserção internacional do Brasil em face da conjuntura econômica e política da América Latina: uma breve avaliação”, Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, a partir das categorias de hegemonia e “tradução”, desenvolvimento desigual e combinado e a dialética da paz e da guerra, faz uma reflexão sobre a posição brasileira no contexto internacional. Segundo o autor, o Brasil está inserido em limites conjunturais específicos do movimento de “tradução” de longo alcance da hegemonia norte-americana, além dos nexos desiguais e combinados com perspectiva da dialética da paz e da guerra no além-fronteiras. Na perspectiva da política exterior brasileira com relação ao mundo e à América Latina, o autor faz ressalvas quanto ao papel de liderança e hegemonia brasileiro, na medida em que o Brasil não é uma potência militar e do ponto de vista econômico, apesar da liderança regional, o processo de desindustrialização da economia em curso e a especialização regressiva do país, como exportador de *commodities*, representam obstáculos ao seu papel de liderança e hegemonia no continente.

Jair Pinheiro, em “Hechos y desafíos de la Revolución Bolivariana: una mirada jurídico-política”, procura analisar os dilemas e as perspectivas institucionais e políticas abertas pela Constituição bolivariana da Venezuela, que convive com princípios legais tradicionais (“burgueses”) e socialistas. Enquanto a democracia representativa tradicional é mantida, com eleições periódicas e a passividade típica deste modelo, existe também um Ministério das Comunas pautado pela democracia participativa “protagônica”, que procura envolver os trabalhadores na gestão do bem comum. Esta tensão entre duas concepções distintas de Estado abre muitos desafios, mas também grandes oportunidades para construir novas formas de democracia naquele país e no próprio continente.

No artigo intitulado “Movimentos migratórios como dilema contemporâneo: o papel da mulher em cidades pequenas e médias no Brasil”, Silvia Aparecida de Sousa Fernandes discute o papel da mulher migrante no interior do estado de São Paulo, particularmente na região de Ribeirão

Preto, no contexto do mundo do trabalho e das relações sociais que estabelece com seu grupo. A autora analisa o perfil da migrante e as relações que estabelece no lugar de chegada, no lugar de trabalho e nas relações de vizinhança no bairro de residência. Muitas vezes, esses lugares de reprodução da vida são distintos e exigem o exercício de diferentes papéis e funções sociais. Tendo como referência pesquisa de campo realizada em um bairro do município de Serrana/SP, identifica-se o perfil do migrante na cidade e discute-se a condição da mulher como migrante e os papéis sociais a ela atribuídos. A pesquisa identificou que a maioria dos entrevistados tem origem em uma única cidade do interior de Minas Gerais, Montalvânia, o que, segundo a autora, indica que as redes sociais têm um papel significativo na definição do fluxo migratório. Esses migrantes estão inseridos em atividades econômicas que exigem menor qualificação, pois trabalham majoritariamente na agroindústria canavieira ou com serviço doméstico. Além disso, ao analisar apenas a participação feminina e os motivos da migração, ficou evidente a falta de autonomia das mulheres na opção pela migração e na definição dos destinos do fluxo migratório, pois afirmam ter migrado para acompanhar seus maridos.

No capítulo escrito por Henrique Tahan Novaes e João Henrique Pires, “A entrada da Agroecologia na agenda do MST: estratégia para além do ‘desenvolvimento sustentável’”, os autores mostram que a agroecologia começou a ganhar força na América Latina a partir da década de 1980, no contexto de “redemocratização”. Vários pesquisadores, extensionistas, membros de ONGs e intelectuais de movimentos sociais vêm teorizando sobre suas práticas e princípios, inclusive com a incorporação do tema na agenda do MST, que a partir do ano 2000 assume a agroecologia como matriz produtiva estratégica para as áreas de assentamento e acampamentos sob sua influência. Ela vem sendo vista como alternativa para fazer o enfrentamento às condições destrutivas que a financeirização da agricultura gerou para diversos trabalhadores que se produzem e reproduzem no campo. Mas segundo os autores, a expansão da agroecologia no Brasil encontra barreiras, na medida em que o debate sobre a questão agroecológica e o seu avanço devem levar em consideração outras dimensões que não apenas a ecológica.

O artigo “Algumas reflexões sobre os desafios à tecnologia social numa economia de mercado”, de Agnaldo dos Santos, discute em formato ensaístico alguns aspectos relativos ao desenvolvimento científico e tecnológico à luz do discurso economicista e os problemas desta concepção para as experiências de tecnologia social. Os gestores públicos e parte da comunidade de pesquisa no Brasil aceitam a premissa de que a universidade deve desenvolver pesquisa “pragmática”, para ser aplicada imediatamente pelo mercado, para garantir o desenvolvimento do país. Outra parte desta comunidade, denunciando a instrumentalização da ciência pelo capital, defende a total ruptura com este modelo. A questão seria saber, então, como experimentos de tecnologia social e de economia solidária podem utilizar tais saberes como “implantes pós-capitalistas” no tecido social, sem cair em formas de niilismo.

“O papel do Estado no Crescimento do Agronegócio e o Impacto na Conjuntura dos Recursos Hídricos”, de André Scantimburgo, problematiza questões relativas ao uso e à sustentabilidade dos recursos hídricos a partir da conjuntura atual, identificando nesse cenário o impacto gerado pelo modelo agrícola brasileiro, que privilegia substancialmente o chamado agronegócio. Procura, então, fazer uma análise crítica das políticas de gestão de águas adotadas no Brasil desde os anos 1990, caracterizadas por um modelo gerencial com excesso de tecnocracia e economicismo, no sentido de entender quais as respostas dadas por essas políticas, de forma direta e indireta, para o quadro preocupante de conjuntura dos recursos hídricos.

Ao final, o capítulo escrito por Giovanni Alves, “Capitalismo retardatário e pulsão golpista: um ensaio sobre a miséria brasileira” trata da crise econômica e política brasileira que culminou no golpe que afastou a presidente Dilma do governo. A partir de uma perspectiva histórica, que busca apontar as raízes das mazelas de nossa sociedade, o autor escreve um breve ensaio sobre o tema. De acordo com Alves, o projeto neodesenvolvimentista de inclusão social não foi aceito pela oligarquia brasileira, que sempre buscou preservar a ordem social, cultural e política da Casa Grande. O lulismo abriu espaços para o povo, o que não foi tolerado pela burguesia brasileira e pela classe média. No Brasil, a herança colonial-escravista impede qualquer transformação mais profunda da sociedade. A burguesia brasileira não está comprometida com um projeto de Nação

que inclua o povo. A tarefa que se coloca é romper com esse passado e isto implica a democratização radical do Estado. Esta deve ser a tarefa política da esquerda brasileira. Porém, a esquerda não está a altura dessa tarefa. O PT não buscou romper com essa situação e uma certa esquerda socialista, “teleologicamente revolucionária”, é incapaz de romper com seu mundo de abstrações e participar efetivamente da luta de classes. “O único interessado no projeto de Nação é o *povo brasileiro*”.

Boa leitura!

Os organizadores.

AMÉRICA LATINA E A CRISE CAPITALISTA MUNDIAL DO PONTO DE VISTA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Adrián Sotelo VALENCIA

BREVES CONSIDERACIONES SOBRE LA VIGENCIA DE LA TEORÍA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA EN LA EXPLICACIÓN DE LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITALISMO CONTEMPORÁNEO

En el curso de la década de los años sesenta y en los setenta del siglo pasado surgió en Brasil la teoría de la dependencia como una especificidad que asumía el pensamiento latinoamericano para explicar la problemática de la región en el contexto internacional.¹ Sin embargo, dicha teoría no fue monolítica, sino que básicamente se expresó en las dos corrientes principales aludidas.² La que negó rotundamente la teoría y planteó la dependencia como una categoría coyuntural, con un método que ponderaba el análisis sociopolítico³ y la que reivindicó explícitamente

¹ Véase: BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, ERA, México, 1978. Hay versión en internet: <<http://www.rebellion.org/docs/55078.pdf>>. Acceso en: 20 de agosto de 2007, y CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre el estado actual de los estudios de la dependencia, en Varios, *Problemas del subdesarrollo latinoamericano*, Editorial Nuestro Tiempo, México, 1976, p. 90-125.

² BLOMSTRÖM, Magnus y ENTE, Björn. *La teoría del desarrollo en transición*, FCE, México, 1990 y KAY, Cristóbal, *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. London, Routledge, 1989.

³ CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre el estado actual, *op. cit.*, p. 90-125 y con Enzo Faletto, *Dependencia y desarrollo en América Latina*, Siglo XXI, México, 1979 (16.ª edición).

la necesidad de forjar una *teoría* de la dependencia, considerando a ésta como un fenómeno y una problemática de carácter *estructural* inserta en el modo capitalista de producción, que sólo se superaría superando, al mismo tiempo, el sistema capitalista dependiente. La figura más sobresaliente de esta postura es Ruy Mauro Marini, quien utilizó un método de análisis fundado en *El capital* de Marx y en la *teoría del imperialismo* de Lenin.⁴

Brasil se *constituye* en el punto de partida del surgimiento de la TMD. El golpe militar de 1964 contra el gobierno constitucional de Goulart, va a provocar que una serie de intelectuales salgan de Brasil. Más adelante unos llegan al Chile de la UP y fundan el CESO en donde confluyen intelectuales y académicos de América Latina y Europa como: Gunder Frank, Bambirra, Marini, Dos Santos, etc., donde se concentra el exilio proveniente de Brasil, Argentina, Paraguay, Haití, Centroamérica.

En Chile se *desarrolla* la TMD y se producen importantes trabajos de autores y textos⁵ sobre temas tan diversos como trasnacionales, dependencia, desarrollo, educación. Además, este país representa una importante etapa tanto teórica, política y estratégica de la formación del pensamiento latinoamericano y de la TMD. Por último, continúa su desarrollo y se *consolida* en México donde Marini forja grupos de estudiantes y de académicos que producirán tesis, artículos y libros importantes bajo la óptica de la dependencia.

En su vertiente marxista, la teoría de la dependencia va sostener, en primer lugar, que el subdesarrollo, el atraso y las relaciones de dependencia son un genuino producto del desarrollo del capitalismo mundial; no son residuos de viejos modos de producción, como explicaban, por cierto, los teóricos de los partidos comunistas, particularmente, los historiadores.⁶

⁴ MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*, ERA, México, 1973.

⁵ CAPUTO, Orlando y PIZARRO, Roberto. *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*, CESO, Santiago, 1971 y CORDOVA, Sergio Ramos. *Chile, ¿una economía en transición?*, Documento de Trabajo, CESO, 1970. Este libro recibió un año después el Premio Ensayo Casa de las Américas, La Habana, 1972, en este mismo año el CESO publicó en versión mimeografiada la *Dialéctica de la dependencia* de Marini y otro ensayo en la misma forma: *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo*.

⁶ Véase, por ejemplo, SEMO, Enrique. *Historia del capitalismo en México. Los orígenes. 1521-1763*, ERA, México, 1983, 20.^a ed., que se ubica en esta perspectiva teórica. Este libro debería aludir, más que al desarrollo del capitalismo, al “desarrollo del feudalismo” en México, ya que su tesis es que este país tuvo un modo de producción de esa naturaleza y, por consiguiente, se tenía que vencer, primero, al elemento feudal, representado por la república de españoles aliados de la corona, contra la República de indígenas registrándose una suerte de lucha

La TMD sostiene que el subdesarrollo es un producto del desarrollo capitalista mundial: a mayor desarrollo, entonces, mayor dependencia, es esto lo que dice Marini y otros autores como Frank. El desarrollo del capitalismo genera más dependencia y la dependencia en el fondo implica profundizar dicha relación, que al final resulta en mayor dominación, en el esquema centro-periferia, en el plano económico, incluso, en el político, tecnológico y militar.

Desde una perspectiva teórico-metodológica Bambirra⁷ indica tres cuestiones de enorme importancia y trascendencia que constituyen verdaderas *tesis* epistemológicas que debemos considerar para renovar la TMD y el pensamiento de Marini para abordar los problemas contemporáneos de la (neo) dependencia y el (neo) imperialismo en el siglo XXI.

1. En un nivel abstracto, correspondiente al modo de producción capitalista, *no* existe una teoría de la dependencia, puesto que esto, o sea, la teoría general de la crítica y de las leyes del modo de producción capitalista, fue hecho magistralmente por Marx, quien descubrió las leyes generales que rigen el desarrollo, crisis y superación de ese modo de producción en escala global como, por cierto, lo estamos viviendo hoy en día, con todas las contradicciones y problemáticas que se expresan en la realidad del mundo contemporáneo. Por lo tanto, se concluye que la teoría marxista de la dependencia de ningún modo sustituye a la teoría del capitalismo de Marx, sino que se retroalimentan mutuamente.
2. El segundo planteamiento contundente de la autora es que no existe, como se llegó a creer y pontificar, una teoría del modo de producción capitalista dependiente, porque esto es absurdo y no tiene asidero en la teoría marxista de la dependencia.
3. Por último, la *Teoría* de la dependencia – subrayo teoría con mayúscula para diferenciarla de la corriente del “enfoque” identificada anteriormente – se construye en el *nivel intermedio* de la formación económico-social y, por supuesto, en su articulación subordinada con el modo de producción capitalista global que en su expresión más concreta se expresa en el mercado mundial capitalista.

para avanzar, después, al socialismo, para lo que era necesario superar el elemento más retardatario que provocaba subdesarrollo, pobreza, bajos salarios, servidumbre derivado de los modos de producción precapitalistas.

⁷ BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la dependencia: op. cit.* p. 26 y ss.

La formulación de Marini la TMD no se concibe fuera del marco del marxismo; no se construye a nivel del concepto abstracto modo de producción – donde Marx formuló sus leyes esenciales del desarrollo y crisis del capitalismo, por lo que no se le debe sobreponer a Marx otra u otras teorías – sino al nivel del concepto Formación Económica Social Capitalista Dependiente. Como se desprende de lo anterior la TMD no se ubica en la perspectiva del “enfoque”, sino que hace el objeto de estudio a la *misma* dependencia en tanto categoría económica, política, ontológica, global. Abarca el conjunto de los fenómenos contemporáneos del capitalismo en que está inmiscuida América Latina y el Caribe en tanto región periférica, dependiente y subdesarrollada, además de otras regiones del mundo que se encuentran en esta misma condición.

De lo anterior planteamos que la TMD, desde el punto de vista epistemológico, se construye en el contorno de la formación económico-social capitalista dependiente: en un nivel de abstracción metodológico más concreto, y no al nivel del modo de producción, puesto que en éste es justamente donde actúan leyes generales descubiertas por Marx y la teoría marxista en este nivel de abstracción: valor, plusvalía, acumulación, composición orgánica del capital, tendencia a la caída de la tasa de ganancia, ejército de desempleados, crisis, clases sociales y Estado.

Es en función de estas indicaciones teórico-metodológicas que se debe ubicar en particular el pensamiento de Marini. En su obra primicia, *Dialéctica de la dependencia (Dd)*, formuló un *esbozo*, una introducción general, para construir la TMD la cual se encuentra abierta para coadyuvar a tan noble tarea como un pasaporte a las futuras generaciones de intelectuales, estudiantes, académicos y colectivos que están investigando y publicando en Europa, Argentina, Brasil o Estados Unidos desde esa perspectiva crítica frente a las teorías dominantes de raigambre norteeurocentristas que se difundieron desde los centros de poder en los años ochenta y noventa del siglo pasado a la luz de la crisis capitalista y de la desintegración del bloque socialista y que, hoy, están en crisis sistémica.⁸

⁸ Un ejemplo de esto es el del Fondo Monetario Internacional que, ante la quiebra de la firma norteamericana Lehman Brothers en septiembre de 2008 que desencadenó la crisis capitalista que padecemos en la actualidad, aludió en varias publicaciones y, por supuesto, desde su perspectiva ultraneoliberal a la intervención del Estado lógicamente para “salvar al capitalismo” – y superar sus dificultades – de la debacle económica, mientras que los más conspicuos representantes del capital ficticio internacional reculan de sus leyes del mercado y recurren también al socorro del Estado para salvar de la ruina, de la bancarrota, al capital ficticio, mientras que se

Son temas para actualizar críticamente la TMD y el pensamiento de Marini – y no, para en su nombre, rechazarla – en esa ola de fenómenos y de los límites a los que está llegando el capitalismo histórico, no digo a su caída definitiva – que es deseable – sino a límites estructurales cuya naturaleza es preciso indagar para crear nuevos conceptos y categorías que finalmente construyan alternativas de futuro superiores, capaces de trascender a este sistema monstruoso de esclavitud salarial y de miseria sustentado en el modo capitalista de producción para contribuir a apresurar su inminente decadencia histórica.

LA CRISIS CAPITALISTA

Es importante advertir que para solventar la supervivencia del capitalismo como un todo es preciso que, por lo menos, mantenga una tasa compuesta de crecimiento de 3% de acuerdo con el geógrafo marxista David Harvey.⁹ Se debe considerar, además, que el capitalismo histórico trae aparejada una tendencia secular declinante desde la segunda guerra mundial del siglo pasado: de arrojar una tasa promedio de crecimiento superior a 6% entre 1945 y 1974, declinó a una tasa de 5% entre 1974-1980; en la década de los ochenta dicha tasa fue de 3.4%, de 1.8% en la de los noventa y en el año 2000 fluctuó entre 0% y signo negativo.¹⁰

Durante el período 2001-2011, como se aprecia en el cuadro siguiente, el capitalismo mundial sólo creció a una tasa promedio anual de 1,9%, pero aún más baja para los llamados países desarrollados que lo hicieron a sólo 0,1% durante el mismo período. Fue mejor el comportamiento para los también llamados países en desarrollo, pero por la fuerte contribución

reestructura el capitalismo mediante “reformas estructurales” en Europa y se generalizan en todo el mundo, que se encuentra al borde de la recesión y de la profundización de sus dificultades en los órdenes económico, político, social y militar. Dicho en palabras de Gilberto Felisberto Vasconcellos, “Gurú del monetarismo Milton Friedman puede ser considerado como el padrino de la actual crisis financiera, pero ahora él dejó de ser el economista del momento, pues lo que está avanzando en el escenario de la derecha imperialista hoy es la necesidad de retornar a Keynes. Hasta el mismo Bill Gates y George Soros, frente a la crisis de las hipotecas *sub-prime*, andan declarando que son keynesianos, lo que no significa que sean progresistas y avanzados, porque el propio Keynes, la muñeca inglesa que en 1945 (Breton Woods) quería hacer de Inglaterra socia menor de Estados Unidos, desde 1933 se dedicó a evitar el colapso del capitalismo...”, VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Gunder Frank. O enguiço das ciências sociais, op. cit.*, p. 23-24.

⁹ HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2012, p. 109.

¹⁰ VERGOPOULOS, Kostas. *Globalização: o fim de um ciclo. Ensaio sobre a instabilidade internacional*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, p. 73.

de potencias como China e India. En los siguientes años el promedio de los primeros no mejoró las perspectivas de crecimiento (2,5% anual) durante 2012-2015, al igual que el de los segundos (1,5%) durante el mismo período, mientras que la India creció 5,4% y China, 7,4%. El caso de Japón, cuna del toyotismo flexible y de la desregulación del mundo del trabajo, es dramático y pasó de un crecimiento negativo de -0,7% durante 2001-2011 a uno mediocre de 1% entre 2012 y 2015. Mientras tanto Estados Unidos, la potencia del orbe, a pesar de los cantos de sirena de los organismos hegemónicos financieros y de los medios de comunicación alienados en el sentido de que este país asumiría un auténtico dinamismo en la economía mundial, sobre todo con la explosión de las técnicas de la fractura hidráulica (fracking) para extraer petróleo, creció sólo 0,2% durante 2001-2011 y 2,4% entre 2012 y 2015. Ambos casos, además del promedio de la economía mundial, por debajo del crecimiento compuesto histórico considerado por Harvey de 3% como mínimo.

Cuadro 1. Regiones y países seleccionados: tasa de crecimiento del PIB, 2008-2015. (*En porcentajes*)

	2001-2011	2012	2013	2014	2015'	Revisión respecto a la proyección de enero 2015
Mundo	1,9	2,4	2,5	2,6	2,8	-0,3
Países desarrollados	0,1	1,1	1,2	1,6	2,2	0,1
Estados Unidos	0,2	2,3	2,2	2,4	2,8	0
Japón	-0,7	1,5	1,6	0	1,2	0
Zona del euro	-0,2	0,8	-0,4	0,9	1,6	0,3
Federación de Rusia	1,4	3,4	1,3	0,4	-3,0	-3,2
Países en desarrollo	5,6	4,8	4,7	4,4	4,4	-0,4
India	7,3	4,7	6,4	7,2	7,6	1,7
China	9,6	7,7	7,7	7,4	7,0	0
África meridional	3,3	3,4	3,2	2,5	2,9	-0,7

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de Naciones Unidas, *World Economic Situation and Prospects*, 2015. *Update as of mid-2015*, Nueva York, 2015; *World economic situation and prospects*, 2014, Nueva York, 2014. Proyecciones de mayo de 2015.

Por otro lado, los organismos financieros internacionales del sistema (FMI, BM, CEPAL, OCDE, BID) convienen en que América Latina y el Caribe han dejado atrás el ciclo de crecimiento que experimentaron

durante el período de 2003-2012, cuando se registraron tasas de más de 5% de crecimiento promedio anual, para ingresar en uno nuevo de desaceleración y de graves dificultades económicas y sociales en el contexto de la crisis y desaceleración de la economía capitalista mundial. Así, la CEPAL pronostica que el crecimiento de la región en 2015 se contraerá -0,3% y sólo crecerá 0,7% en 2016 afectando con mayor severidad a las economías y países del Cono Sur,¹¹ en especial, de Brasil.

LA DESMEDIDA DEL VALOR COMO ACICATE DE LA CRISIS

Muchas son las teorías que se han levantado en torno a las *causas* de este comportamiento de la economía capitalista mundial, y en las cuales no vamos a reparar. Sólo indicamos que para nosotros se involucran los ciclos de producción, circulación, intercambio y consumo y que el origen de la crisis se deriva del fenómeno que hemos denominado: *desmedida del valor*¹² que, en síntesis, significa que la constante reducción del tiempo de trabajo socialmente necesario para la producción y reproducción de las mercancías, incluyendo a la misma fuerza de trabajo, es cada vez más insuficiente tanto para continuar midiendo el valor global de las mercancías, como para garantizar escalas crecientes y sostenibles de producción de plusvalía. Esta hipótesis, nos permite concluir que la actual es una crisis capitalista derivada de graves dificultades que tiene el capital social global para producir esencialmente valor y plusvalía, lo que redundo, como está ocurriendo hoy en día, en un proceso de creciente desdoblamiento del capital a las esferas financiero-especulativa, reforzando el régimen del capital ficticio productor de ganancias ficticias.¹³

La *desmedida del valor* constituye, así, el eje central de la crisis contemporánea del capitalismo y del poderoso impulso al proceso de proletarización y precarización del mundo del trabajo que ocurre hoy en día prácticamente en todo el mundo.

¹¹ CEPAL, *Comunicado de prensa*: "CEPAL pronostica que el crecimiento de la región en 2015 se contraerá -0,3% y sólo crecerá 0,7% en 2016 <<http://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-pronostica-que-crecimiento-la-region-2015-se-contraera-03-crecera-07-2016>>. Acceso en: 5 de octubre de 2015.

¹² Tema que hemos desarrollado, entre otros, en nuestro libro: *Crisis capitalista y desmedida del valor: un enfoque desde los Grundrisse*, coedición Editorial Itaca-UNAM-FCPYS, México, 2010.

¹³ CARCANHOLO, Reinaldo. Capital, essência e aparência, vol. 2, *Expressão Popular*, São Paulo, 2013, p. 139. Traducción nuestra.

La *desmedida del valor* (*dismasure of value*) es un fenómeno contradictorio relativo a que mientras que el tiempo de trabajo socialmente necesario, que es el fundamento de la producción capitalista y de la plusvalía (trabajo abstracto) — y sin el cual este sistema no puede existir por lo menos tal y como lo conocemos — continúa siendo el instrumento determinante del valor, de medición del desarrollo de las fuerzas productivas materiales de la sociedad y de la concomitante producción de la riqueza social, va disminuyendo paulatinamente por la acción de estas mismas fuerzas e impacta la reducción de la plusvalía (de donde depende la tasa de ganancia) mientras aumenta la riqueza social (valores de uso) sobre una *base frágil* que ya no es soportable por el sistema capitalista. Además, como dice Bensaïd: “El valor está determinado por el tiempo de trabajo socialmente necesario para la producción de la mercancía, *tiempo él mismo fluctuante, flexible como instrumento de medida que variará con el objeto medido*”¹⁴, particularmente mediante el desarrollo fenomenal de las fuerzas productivas materiales y científicas de la sociedad.

En síntesis: la *desmedida del valor* es la contradicción flagrante entre el tiempo de trabajo socialmente necesario (valor de uso) y el excedente no remunerado (valor de cambio) donde éste termina subordinando a aquel, hasta producir una reducción significativa de la plusvalía que hace “indiferente” el desarrollo de las fuerzas productivas para el capital.

Para Marx esta *desmedida* del valor y, por ende, del capital, implica una flagrante contradicción entre la base de la producción burguesa y su propio desarrollo histórico hoy en pleno desarrollo.¹⁵

De lo anterior derivamos la siguiente hipótesis: por más que siga aumentando la productividad, desarrollándose la revolución tecnológica y ahorrado fuerza de trabajo mediante el aumento del ejército industrial de reserva – como por cierto está ocurriendo como consecuencia de la actual crisis mundial del modo de producción capitalista – la reducción del tiempo de trabajo socialmente necesario para la producción de mercancías y de la fuerza de trabajo (*desmedida del valor*) va perdiendo funcionalidad

¹⁴ BENSAÏD, Daniel. *Marx intempestivo: grandezas y miserias de una aventura crítica*, Ediciones Herramienta, Buenos Aires, 2013, p. 134. Cursivas mías.

¹⁵ MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*, vol. 2., Siglo XXI Editores, México, 1980, p. 227.

y volviéndose marginal y es cada vez más insignificante como medio para producir valor y plusvalor aunque progresivamente esté aumentando en la sociedad el volumen general de la riqueza física (valores de uso) en el contexto del aumento exorbitante de la pobreza, del desempleo y de la precariedad social del mundo del trabajo. Paralelamente la estrategia del capital se dirige a aumentar el trabajo excedente en la sociedad a costa de reducir, al mínimo, el necesario. Como dice Marx: "... disminuye, pues, el tiempo de trabajo en la forma de tiempo de trabajo necesario, para aumentarlo en la forma del trabajo excedente; pone por tanto, en medida creciente, el trabajo excedente como condición — cuestión de vida y de muerte — del necesario".¹⁶ Entonces el sistema entra en crisis orgánica, estructural y civilizatoria en virtud de sus constantes déficits en la producción de valor y de plusvalía.

Al respecto dice Giovanni Alves que:

El crecimiento de la productividad del trabajo en las últimas décadas, debido a las innovaciones tecnológico-organizativas del capital, significó una tendencia a la disminución relativa del trabajo vivo en la producción social, al interior de un orden mercantil dominado por una acumulación financierizada que preserva la obligación de trabajar".¹⁷

En esta línea de análisis concebimos el capitalismo global como un sistema caracterizado por crecientes dificultades que presenta la producción de valor y de plusvalía a partir de la reducción del tiempo de trabajo socialmente necesario en la determinación del valor de las mercancías y, por ende, en la manera como incide en la acumulación y reproducción del capital y en la formación de las tasas de ganancia (media y extraordinaria), considerando que esta última es el verdadero motor del sistema.

Del mismo modo que cuando una cuerda ya no se puede estirar al alcanzar el límite de su resistencia sin que se rompa, el tiempo de trabajo – promedio, exacto, social y necesario – disminuye, pero lo hace cada vez menos, marginalmente, debido, entre otros factores: a) al desplazamiento de fuerza de trabajo que provoca el aumento de la composición orgánica

¹⁶ MARX, Karl. *Grundrisse*, op. cit., p. 229.

¹⁷ ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade. O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*, Boitempo, Sao Paulo, 2011, p. 24-25. Traducción nuestra.

del capital (la relación entre capital constante (medios de producción y materias primas) y el capital variable (fuerza de trabajo); b) al desarrollo tecnológico que, en sí, no crea valor ni, por ende, plusvalor, sino que sólo lo transfiere al producto-mercancía, y, c) a la constante producción de plusvalía relativa, articulada con la producción de plusvalía absoluta y a la superexplotación de la fuerza de trabajo.

Uno de los efectos de estas dificultades es la *reversión* del capital productivo, que no encuentra condiciones adecuadas a sus intereses de rentabilidad en la producción, a la esfera financiera y especulativa (capital ficticio) que, por ello mismo, se convierte en hegemónica dentro del ciclo del capital y que Françoise Chesnais caracteriza de “régimen de dominio financiero”.¹⁸

Esta tesis coincide con la de Reinaldo Carcanholo cuando caracteriza la crisis capitalista mundial como “...especulativa y parasitaria, presidida de la insuficiente capacidad del capital productivo para generar el necesario excedente económico real con el fin de atender las exigencias de remuneración del llamado capital ‘financiero’ y del capital en su conjunto. Y esto presenta no sólo consecuencias en la relación intercapitalista, sino también en la que existe entre el trabajo y el capital”.¹⁹

De lo anterior derivamos la siguiente hipótesis: por más que siga aumentando la productividad, desarrollándose la revolución tecnológica y ahorrado fuerza de trabajo mediante el aumento del ejército industrial de reserva – como por cierto está ocurriendo como consecuencia de la actual crisis mundial del modo de producción capitalista – la reducción del tiempo de trabajo socialmente necesario para la producción de mercancías y de la fuerza de trabajo (*desmedida del valor*) va perdiendo funcionalidad y volviéndose marginal y es cada vez más insignificante como medio para producir valor y plusvalor aunque progresivamente esté aumentando en la sociedad el volumen general promedio de la riqueza física (valores de uso) en el contexto del aumento exorbitante de la pobreza, del desempleo y de la precariedad.

¹⁸ CHESNAIS, Françoise. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira, *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 52, noviembre de 1993.

¹⁹ CARCANHOLO, Reinaldo. Capital, essência e aparência, vol. 2, *Expressão Popular*, São Paulo, 2013, p. 139. Traducción nuestra.

Desde el punto de vista de la lucha de clases entonces la estrategia que plantea el capital para “salir” de la crisis y contrarrestar los efectos perniciosos de la *desmedida del valor* que al final de cuentas es también *desmedida del capital*, se desdobra en tres vertientes: a) por un lado, en la tendencia a apropiarse del trabajo subjetivo del obrero colectivo en su conjunto para convertir y materializar dicha subjetividad en producción de plusvalía y, por ende, en nuevo capital; b) en segundo lugar, en una pronunciada tendencia, que incluso se propaga en los países imperialistas y en sus procesos productivos de trabajo, consistente en *superexplotar* a la fuerza de trabajo y *expropiar* parte – o una proporción creciente – de su fondo de consumo para convertirlo en *fente adicional* de la acumulación, lo que redundará en aumento de las tasas de plusvalía y de ganancia.²⁰ Ambos procedimientos constituyen herramientas de la organización científica e informacional del trabajo extremadamente funcional al sistema japonés: el *toyotismo*. Por último, c) en la fenomenal precarización del trabajo que ocurre vertiginosamente en la última década del siglo XX y en los primeros tres lustros del XXI.

DEPENDENCIA Y CRISIS DEL PATRÓN DE ACUMULACIÓN DE CAPITAL

En los términos en que hemos definido la *desmedida del valor* como *causa* profunda de la crisis estructural del sistema capitalista global, América Latina se ve constreñida para desarrollar estrategias y posibilidades para generar nuevos derroteros que la pudieran escudar frente a las calamidades y contradicciones de esa crisis. Por el contrario, no escapa a sus vicisitudes y en tanto región dependiente y subdesarrollada, a la par, es corresponsable – e interactúa – en sus ciclos depresivos y de relativo crecimiento en determinadas coyunturas. Una fue la de la primera década del 2000 con el auge del precio de las materias primas y de los alimentos y otra es la actual de depresión de los mismos y de la contracción brutal de la tasa promedio de crecimiento económico de la mayor parte de los países de América Latina y del Caribe.

²⁰ Para el tema de la extensión de la superexplotación del trabajo al mundo desarrollado, véase: MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista, en MARINI, Ruy Mauro y MILLÁN, Mária, *La Teoría Social Latinoamericana*, vol. 4, Cuestiones contemporáneas. Ediciones El Caballito, 1996, p. 49-68. Hay versión en internet: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/critico/marini/08proceso.pdf>>.

Ello no deja de tener consecuencias. El dinamismo que presentaron las exportaciones de manufacturas en el caso de México y de Centroamérica muy centradas en las maquiladoras y en el caso del primero en el petróleo, y las de productos agrarios y mineros en los países primario-exportadores logró paliar en alguna medida la crisis global del capital en un contexto histórico-estructural a dos velocidades: la primera, inscrita en la coyuntura internacional de incremento de los precios de las materias primas y los energéticos que ocurrió entre 2002-2012, y la segunda, la actual, que muestra una importante reducción de dichos precios y dificulta enormemente la adopción de un patrón de reproducción de capital especializado en la exportación de este tipo de productos correspondiente a las economías reprimarizadas que también experimentan fuertes dificultades debido a la depresión de los precios de las *commodities* en las que sustentan su crecimiento y desarrollo, particularmente en los países del Cono Sur latinoamericano.

Ante la profundidad de la crisis capitalista expresada a nivel internacional por el desplome de los precios de las materias primas y de los energéticos, el patrón de reproducción vigente en el país necesariamente tiene que reestructurarse, ¿pero en qué dirección si el actual está agotado y los reprimarizados con dificultades y pocas posibilidades de expandirse en el mediano plazo? ¿Es posible que las políticas fundamentalistas y monetaristas del neoliberalismo consigan sacar del bache en que se encuentran sumergidas las economías latinoamericanas?

A nuestro juicio la profunda dependencia histórico-estructural de nuestros países y sociedades, junto a las consecuencias fatales de la desmedida del valor en sus patrones de acumulación y reproducción de capital, es lo que explica en el fondo la estrechez de alternativas para superar la crisis y afianzar alguna senda nueva de desarrollo y que, incluso, impone límites aún a los llamados gobiernos progresistas de la región.

Al respecto Vania Bambirra, en un interesante libro originalmente publicado en México inscrito en la teoría marxista de la dependencia y recientemente reeditado por la Universidad de Santa Catarina²¹ en su *Prefacio* a la edición brasileña, afirma que:

Muchos pensaron que el desmantelamiento del gobierno de Salvador Allende conduciría al ocaso de la teoría que había influenciado su pro-

²¹ BAMBIRRA, Vania. *O capitalismo dependente latino-americano*, IELA-Editora Insular, 2013.

grama, sin embargo, no ocurrió así. La misma continuó floreciendo como un marco teórico para la comprensión de la realidad de las sociedades latinoamericanas, no sólo en las obras de sus elaboradores, sus discípulos, como en las tesis y obras académicas, sino también en la influencia que ella ejerció sobre los liderazgos de los movimientos revolucionarios, y continúa ejerciendo sobre los gobiernos progresistas y socialistas que fueron electos y que están gobernando en varios países del continente.²²

Y en seguida formula la siguiente pregunta: ¿por qué la ruptura de la dependencia estructural no es parte de la orden del día de los gobiernos progresistas latinoamericanos? Obviamente que está pensando en los gobiernos de Venezuela, Bolivia y Ecuador pero también en el de Brasil. Y nos invita a reflexionar profundamente sobre ese tema esencial para el cambio social y el futuro de los pueblos de América Latina. Aclara que el camino al socialismo por la vía pacífica prácticamente en todo el mundo es una posibilidad muy remota y casi excepcional. Sin embargo, y sin dar un veredicto final al respecto, nos comenta en ese prefacio que el fenómeno de la emergencia de los gobiernos progresistas en América Latina ocurrió en un contexto de crisis que ella considera como una crisis terminal del sistema que puede conducir a una transición más o menos pacífica, aclara, sin guerra civil o insurrección general. Obviamente que la autora se centra principalmente en los casos de Bolivia y Venezuela que intentan interferir en la política para acelerar el gran motor de la historia de la transformación y del cambio social rumbo al socialismo, aunque este último concepto tiene que ser profundamente discutido para definir su contenido y significado.

También debemos considerar que el tema de la superación del capitalismo en América Latina, frente a la crisis estructural que la agobia, no puede prosperar si al mismo tiempo no se supera la dependencia, o, por lo menos en una primera etapa, sus cimientos esenciales como el ciclo del capital atado a los países hegemónicos del imperialismo, la superexplotación de la fuerza de trabajo con sus secuelas de precariedad y flexibilización y la dependencia de las importaciones esenciales de los países avanzados.

²² BAMBIRRA, Vania. *O capitalismo dependente, op. cit.*, p. 26.

EL SOCIALISMO DEL SIGLO XXI: ¿POSIBILIDAD O ILUSIÓN?

De lo anterior podemos suponer que la TMD es capaz de aportar elementos teórico metodológicos novedosos para explicar la esencialidad de los fenómenos estructurales y político-sociales de la actualidad latinoamericana que, obviamente, no existían en la época en que la autora publicó ese espléndido libro que, al igual como ocurrió con otros autores, como Marini, fue doblemente silenciado tanto por el régimen militar como por los posteriores encabezados por los gobiernos civiles después de la democratización que ocurrió en el continente luego de 1985.²³

Ciertamente que la teoría de la dependencia, en la vertiente de Marini, ponderó la lucha social y el cambio mediante procesos revolucionarios conducidos por sus respectivas vanguardias²⁴, entendiendo, sin embargo, que no todo proceso revolucionario conlleva indefectiblemente una salida militar, aunque pueda en algún momento pasar por lo militar, como pueden ser hoy los casos de Colombia, inmersa en un proceso de negociaciones con el gobierno tendientes a firmar la paz con las FARC-EP; o de Venezuela que, si bien conquistó el poder político mediante elecciones por las fuerzas bolivarianas conducidas por el comandante Hugo Chávez Frías, no ha estado exenta, como ocurre en la actualidad, de la violencia por parte de la derecha organizada como muestran dos fallidos intentos de golpe de Estado (11 de abril de 2002 y 12 de febrero de 2015) que fueron efectivamente conjurados por el gobierno bolivariano encabezado por el presidente Nicolás Maduro en contra de la derecha doméstica e internacional articulada con los gobiernos de Estados Unidos, de España y con los paramilitares colombianos.

En Venezuela no está dada, de ninguna manera, la salida al Socialismo del Siglo XXI.²⁵ Estamos viendo las enormes dificultades por las que atraviesa actualmente el proyecto bolivariano y su gobierno que, en un contexto de intensa lucha de clases, la *derecha maltrecha*, como la llama el presidente Maduro, y las clases dominantes opuestas a dicho proyecto

²³ Para este tema véase: SALLES, Severo. *Lucha de clases en Brasil* (1960-2010), Peña Lillo-Ediciones Continente, Buenos Aires, 2013.

²⁴ Véase: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*, Siglo XXI, México, 1985, 12.ª ed.

²⁵ Para el tema del Socialismo del Siglo XXI, véase: FRÍAS, Hugo Chávez. El socialismo del siglo XXI. *Cuadernos para el Debate*, enero de 2011, disponible en: <<https://www.google.com.mx/#q=ch%C3%A1vez+y+el+socialismo+del+siglo+XXI>>.

no vacilan, en ningún momento, en utilizar la violencia – por ejemplo a través de las famosas guarimbas (disturbios callejeros, vandalismo y bloqueos de calles y avenidas) – y la fuerza en todos los sentidos y echando mano de todos los medios a su alcance para derrotar al gobierno constitucional de Nicolás Maduro y reestablecer y defender sus intereses con el apoyo norteamericano. Y lo mismo está ocurriendo en Ecuador donde la embestida de la derecha se empeña en desprestigiar para derrocar al gobierno de la Revolución Ciudadana a través de lo que Rafael Correa denomina “golpe suave” con el pretexto de la propuesta oficial de la ley de herencias y plusvalías que afecta los intereses de la poderosa oligarquía enriquecida del país que representa menos del 2% de la población.

No hay que perder de vista que está en pleno desarrollo una embestida brutal articulada de la derecha y la ultraderecha latinoamericana contra todos los gobiernos considerados progresistas, de contenido y vocación social comprometidos con proyectos, por lo pronto, alternativos al neoliberalismo. Así, la solución pacífica o violenta no es un asunto resuelto ni por el gobierno ni por el pueblo venezolano o por los otros gobiernos: va a depender de la correlación de fuerzas y del desarrollo futuro de los acontecimientos en esos países, a nivel de la región y – cada vez más intrincado – en el internacional.

A mi parecer el ciclo de los gobiernos progresistas en América Latina no está agotado, ni mucho menos, sino que permanece en una suerte de encrucijada. En primer lugar debido al hecho de mantener *el statu quo* caracterizado por la crisis económica, los embates inflacionarios y de las monedas locales, los constantes asedios de la derecha contra el gobierno y la sociedad civil, la insuficiencia de alimentos por diversas causas, los problemas fronterizos como el que existe actualmente entre Colombia y Venezuela y la disputa territorial de ésta con el gobierno de Guayana por la posesión del territorio del Esequibo cuya soberanía reclama el gobierno bolivariano en base al Acuerdo de Ginebra del 17 de febrero de 1966.²⁶

En segundo lugar, considero que al no radicalizar los procesos revolucionarios en curso tal vez en la dirección del llamado socialismo del siglo

²⁶ Véase: ACUERDO DE GINEBRA del 17 de febrero de 1966, Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores de la República Bolivariana de Venezuela, disponible en: <<http://esequibo.mppre.gob.ve/index.php/capitulo-v/15-articulos/35-el-acuerdo-de-ginebra-del-17-de-febrero-de-1966>>.

XXI – o de cualquier otra fórmula que esencialmente supere dicho estado de cosas – y no se auspicie un salto cualitativo para construir una nueva economía y sociedad cimentadas en la socialización de la propiedad privada de los medios de producción, en la abolición de las relaciones de explotación entre el trabajo y el capital y en el establecimiento de auténticas relaciones cooperativas y solidarias entre las personas, se mantiene y reproduce un permanente estado de tensión que pone en jaque la vigencia de los llamados gobiernos progresistas que al mismo tiempo reanima y reproduce constantemente los procesos contrarrevolucionarios comandados por las derechas de esos países y del continente articuladas con el imperialismo internacional interesado en reimponer su dominación en el conjunto de la región.

En suma el proceso de democratización que sería de signo *rupturista post-neoliberal* – o primera del ciclo de los gobiernos progresistas respecto de las democracias restringidas y gobernables – dependerá del curso de los acontecimientos latinoamericanos e internacionales en el futuro mediano e inmediato, así como de las luchas internas de clases en esos países, y del fortalecimiento de los movimientos populares para estimular a sus gobiernos a radicalizar el cambio económico-social. Pero también podría constituir el preludio de una transición hacia un nuevo ciclo histórico que marque un avance sustancial de esos países y sociedades hacia la implementación de verdaderos procesos alternativos de construcción del socialismo latinoamericano del siglo XXI.

AS DIMENSÕES DA CRISE DO CAPITAL E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Adilson Marques GENNARI

1 INTRODUÇÃO

Neste pequeno ensaio vamos tecer uma reflexão sobre o significado da atual crise do capital. Para tanto, em primeiro lugar, abordaremos sucintamente alguns aspectos teóricos da crise, embasados nas ideias clássicas de Karl Marx. Em seguida, analisaremos alguns aspectos estruturais ligados ao atual processo de globalização hegemônica, em que seguiremos inicialmente os passos e reflexões de Boaventura de Souza Santos e Istvan Mészáros, e por fim, trataremos de alguns elementos que julgamos centrais da atual crise da particularidade brasileira e nestes buscamos refletir junto com Francisco de Oliveira e Leda Paulani. Nosso objetivo é buscar contribuir para o debate teórico no campo das ciências sociais, no sentido de elucidar os complexos processos da crise atual que impactam profundamente nossas vidas.

2 A CRISE DO CAPITAL E O ATUAL PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA

Segundo Santos (2002), a sociedade moderna experimenta atualmente sua quarta onda de globalização. Mas a globalização não é um processo unívoco. Pode-se verificar a presença de pelo menos dois processos de glo-

balização simultâneos: o processo de globalização hegemônico e o processo de globalização contra-hegemônico. O hegemônico está relacionado à busca de hegemonia por parte do poder das corporações internacionais, dos países hegemônicos, principalmente, os EUA e seu pensamento também buscam hegemônizar-se: o pensamento neoliberal, com sua crença no mercado todo poderoso e no indivíduo como ente fundamental da sociedade. Já o processo de globalização contra-hegemônico busca alternativas ao poder hegemônico, criando um debate e um movimento internacional em favor da diversidade cultural, da defesa da ecologia, dos direitos e garantias sociais, da democracia radical, dos direitos das mulheres e alguns chegam a almejar a transição para outra sociabilidade, como é o caso do movimento eco-socialista e de tantas outras organizações e coletivos de esquerda.

A virada do milênio representa um momento de grandes transformações. Fatos marcantes como a queda do muro de Berlim, ou o fim do Império português com a volta de Macau para a China, são ofuscados, dada sua imersão em um universo de transformações estruturais cujas origens remontam aos anos 1970. Crise do sistema de Bretton Woods. Crise do padrão de financiamento da acumulação de capital. Crise da forma de ser do capitalismo do pós-guerra. Crise da matriz produtiva baseada na segunda revolução industrial e introdução das novas formas de produção da nova acumulação molecular digital. A microeletrônica e a informática distinguem-se das transformações tecnológicas anteriores, posto que incidem sobre todo o tecido econômico e, crescentemente, sobre o tecido social. Assim, pôde se generalizar e ganhar o status de revolução tecnológica.

A crise atual do capital é a base, tanto do ideário neoliberal, quanto da busca de lucratividade pelos capitais globais. As ideias neoliberais ganham a dimensão de ideário do processo de globalização, na medida em que os capitais globais necessitam de flexibilidade, desregulamentação e destruição das amarras impostas pelos trabalhadores e seus sindicatos, a imposição de limites ao livre fluxo de capitais, a precarização e a superexploração do trabalho. A crise geral, resultado da luta de classes e da concorrência entre os capitalistas, acaba por impor novos padrões tecnológicos e novas formas de exploração que reinventam a tecnologia e as formas de produzir. Inesperadamente, a busca por mais valia relativa e absoluta reinventam a geografia mundial e colocam a China como a grande fábrica

do mundo. Assim, ao deslocar a força de trabalho necessária ao capital, a Europa vê-se envolta a uma grande crise estrutural. O velho capital necessita, de preferência, de força de trabalho superexplorável, ou seja, não lhe apetece um Estado do Bem Estar Social incapaz de lhe garantir exuberantes taxas de exploração. Assim, o capital reinventa a geografia econômica ao deslocar-se prioritariamente para a China (com monumentais contingentes populacionais aptos à superexploração) e a outros países do globo, que apesar de secularmente engajados na acumulação de capitais, pelo menos desde o período mercantilista, são agora denominados pelos disciplinados economistas das agências de fomento e regulação por “emergentes”.

O que entendemos por globalização refere-se a fenômenos relativos à reordenação capitalista, que foi sendo desenvolvida com medidas concretas de política econômica como uma determinada resposta à crise estrutural capitalista da década de 1970. Segundo Chesnays (1997, p. 13-14), a partir de 1978, a burguesia mundial, conduzida pelos norte-americanos e pelos britânicos, empreendeu em proveito próprio, com maiores e menores graus de sucesso, a modificação internacional, e a partir daí, no quadro de praticamente todos os países, das relações políticas entre as classes. Começou então a dismantelar as instituições e estatutos que materializavam o estado anterior das relações. As políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram um após o outro, desde o advento dos governos Thatcher em 1979 e Reagan em 1980, devolveram ao capital a liberdade que havia perdido desde 1914, para mover-se à vontade no plano internacional, entre países e continentes.

É um fato que a produção atual está subsumida à lógica do capital financeiro, que conquistou liberdade de movimento global e trafega à “velocidade da luz” pelos chamados mercados. Mas aí não está o cerne da questão ou a essência da mudança. Segundo Francisco de Oliveira (2006, p. 274), o capitalismo atual se pautava por:

[...] um capital de imagens que torna a marca seu principal *atout* comandado por uma digitalização e molecularização que mudou radicalmente a linguagem e as referências do próprio cotidiano e permite uma forma de capital que atua como virtual, isto é, capaz de extrair mais-valia no momento do uso da força de trabalho, sem os constrangimentos da era industrial, que criaram a virtualidade da classe que, nos termos

de Thompson, requer, sempre, sua própria autoinvenção. É a forma suprema do trabalho abstrato, afinal, lograda pelo sistema capitalista.

Com efeito, no capital virtual, a mercadoria pode ser também virtual, assim como o próprio ambiente de trabalho, ou seja, pode ser um “serviço”, um “efeito útil”, uma “marca”, uma “imagem”, cuja produção é simultânea à realização. É assim que o capital virtual “abre mão” da fábrica para a produção de valor (OLIVEIRA, 2006).

Para o sociólogo Bauman (1999), uma das consequências do processo de globalização é o surgimento, de um lado, de uma nova classe superior, rica e com mobilidade física e virtual, “os turistas”, que viajam tanto a trabalho quanto para mero desfrute e consumo de cultura; e de outro lado, o vagabundo, que representa o pobre, que se desloca, mas é sempre indesejado. Isso ocorre impulsionado por mudanças nas tecnologias de informação e suas consequências nas novas formas de ser do capital. Segundo Bauman (1999, p. 102),

[...] uma vez liberado do espaço, o capital não precisa mais da mão de obra itinerante (enquanto sua mais avançada e emancipada vanguarda *high-tech* sequer precisa de mão de obra alguma, móvel ou fixa). É assim a pressão para derrubar as últimas barreiras para o movimento do dinheiro anda de mãos dadas com a pressão para cavar novos fossos e erigir novas muralhas (chamadas de lei de “imigração” ou de “nacionalidade”) que barrem o movimento daqueles que em consequência perdem, física ou espiritualmente, suas raízes. Sinal verde para os turistas, sinal vermelho para os vagabundos. A localização forçada preserva a seletividade natural dos efeitos globalizantes. Amplamente notada e cada vez mais preocupante, a polarização do mundo e de sua população não é interferência externa, estranha, perturbadora aos processos de globalização – é efeito dele.

Já para o pensamento social crítico de Istvan Mészáros, o atual processo de globalização capitalista aprofunda também as contradições próprias à relação social “capital”. Segundo Mészáros (1997, p. 152)

[...] o capital necessita expandir-se apesar e em detrimento das condições necessárias para a vida humana, levando aos desastres ecológicos e ao desemprego crônico, isto é, à destruição das condições básicas para a reprodução do metabolismo social. [...] Um sistema de reprodução

não pode se autocondenar mais enfaticamente do que quando atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento.

Na avaliação pioneira de Marx (1986, p. 107, grifo nosso), “[...] no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas *forças destrutivas*”.

Neste mesmo sentido, na reflexão de Mészáros (1989, p. 29), devemos ter em mente “[...] que a alienação dos meios de produção do produtor é, simultaneamente, também a perversa metamorfose de tais meios de produção em capital.” Neste sentido, toda a maquinaria do atual estágio do capitalismo necessariamente serve mais a propósitos destrutivos do que a objetivos produtivos. Além das guerras, verifica-se um aumento na velocidade de obsolescência das mercadorias produzidas de modo que temos uma taxa decrescente de uso de todos os bens produzidos nunca dantes verificada na história.

Posto isso, é preciso considerar que o atual processo histórico de acumulação de capital tem por corolário o aumento colossal da velocidade de rotação do capital, isto é, do tempo em que o dinheiro-capital se transforma em mercadoria e, ao completar o ciclo, volta às mãos dos capitalistas ou investidores.

Isto é causa e efeito do aumento da velocidade de inovações tecnológicas. Um dos aspectos perversos de tal movimento de inovações e revoluções técnicas é o fato da necessidade cada vez menor de trabalhadores no processo produtivo em função da adoção de máquinas e processos mais “eficientes” para enfrentar a permanente concorrência e a luta de classes, e vai, no processo (como na reflexão de Marx), transformando a classe trabalhadora, crescentemente, em classe supérflua, seja pela simples extinção de cargos ou funções, seja pelo corte de custos, com a eliminação de postos de trabalho.

Paradoxalmente, parte significativa da população trabalhadora se vê transformada em “supérfluo” em relação às engrenagens supermodernas de uma sociedade de alta tecnologia em que o capital se transformou em

imagem (DEBORD, 1997). Simultaneamente, o aumento da produtividade do trabalho e da rotação do capital que o acompanha, ao reduzir a taxa de utilização das mercadorias produzidas, seja pelo lançamento de novos produtos ou similares, seja pela planejada obsolescência dos mesmos, transforma crescentemente as mercadorias em detritos ou entulho, provocando o desmesurado aumento da destruição ambiental (KEMPF, 2009). Assim, naturalmente os seres humanos são vistos como “recursos humanos” ou mão-de-obra, e a natureza como “recursos naturais” inescotáveis para um processo irracional de produção de massas crescentes de lucros para os acionistas das corporações de escopo.

Naturalmente, as populações pobres são as mais afetadas, pois a um só tempo sofrem o impacto do aumento do desemprego estrutural e da devastação ambiental, com a proliferação de doenças, a favelização urbana, a falta d’água e de saneamento básico, além do crescimento das desigualdades sociais que atingem todo o globo. Nesse sentido, é possível inferir que o surgimento da nova pobreza e a devastação ambiental são duas faces do mesmo processo de produção destrutiva da nova fase do capitalismo globalizado e refletem um momento histórico de crise civilizacional.

Assim, o Estado passa a ser pressuposto da acumulação de capital, como na assertiva de Chico de Oliveira (1998). O Estado neoliberal, diferente da retórica propalada por seus fiéis seguidores, não é aliado do processo de acumulação do capital; ao contrário, desempenha função precípua como agente articulador entre o espaço econômico sob seu domínio e o capital financeiro internacionalizado. Atua como engrenagem na unificação transnacional dos esquemas de valorização financeira, ligando as frações do capital global internacionalizado ao capital local – que garante sua base de sustentação política – para garantir a reprodução ampliada. Desta maneira, convergem os interesses dos blocos de capital privado local, internacional e estatal, sempre garantidos pela capacidade mediadora do Estado.

O grande terreno no qual se busca garantir a convergência dos interesses do capital é a política econômica levada a cabo pelos Estados nacionais, em seus termos monetário, fiscal e cambial. Pois, concomitante ao processo de globalização das finanças que vem ocorrendo desde o último quartel do século XX, houve certa homogeneização das políticas econômicas de Estado, orquestradas pelas instituições liberais e pretensamente “multila-

terais” – como o FMI e o Banco Mundial. Uma vez que o receituário designa sempre os mesmos arranjos institucionais em torno de como os países devem conduzir sua taxa de juros, de câmbio, sua política de comércio exterior ou mesmo seus gastos, abre-se assim um “espaço mundial” homogêneo, que garante ao capital livre circulação, mas acima de tudo garante a mobilidade e o fluxo do excedente econômico gerado globalmente.

O Estado neoliberal converte-se em fundamental ducto pelo qual passa a mais valia mundial em direção às mãos do capital financeiro rentista. Sua forma fenomênica é a dívida pública gigantesca e sua política econômica, orquestrada pelo FMI e Banco Mundial; é a chamada para a geração de superávits primários, desregulamentação financeira, câmbio flexível e outros itens que garantam a livre circulação do capital, mas fundamentalmente o fluxo do excedente econômico gerado globalmente.

No coração da crise atual do capital está o interesse imperialista concreto das corporações de escopo que a um só tempo são organizações produtivas e financeiras. Senão vejamos: aprendemos com o livro terceiro da obra “O Capital” de Karl Marx que, as ações das corporações e os títulos que circulam no mercado de capitais, representam, em última instância, direitos sobre a mais valia futura. Isto explica a crescente importância que as expectativas (dos agentes, do mercado ou simplesmente dos investidores e especuladores) assumirão na história do capitalismo. Neste sentido, as expectativas sobre a economia determinarão o preço das ações e dos títulos. Daí, as contradições, os dilemas e os problemas na esfera produtiva, ou nos chamados fundamentos da economia, alteram as expectativas e provocam um ajuste *ex ante* no valor das ações e títulos.

As instituições bancárias e financeiras se apropriam destes títulos e ações e formam uma verdadeira aristocracia financeira global. Capturam os Estados nacionais porque se utilizam do mercado de títulos e papéis emitidos pelos Estados, assim como fazem com outros títulos em outros mercados. A desregulamentação financeira global, levada a efeito, principalmente desde os anos 1990, na esteira da onda neoliberal ou da globalização hegemônica, como quer Santos (2002), criou derivativos e novos produtos financeiros que acabaram por amplificar a financeirização e o volume de capital financeiro global. No início do século XXI a massa de

capital financeiro representa aproximadamente dez vezes o total do todo o PIB global. É uma hiperbolha financeira.

O interessante relativamente novo é que as corporações de escopo convertam parte do seu capital em carteira de títulos e, portanto, o antes chamado capital produtivo se funde ao capital financeiro e disto surgem, tanto a nova corporação de escopo, quanto o próprio capital financeiro, uma vez que o próprio lucro das corporações incluem em seu montante partes de juros e remunerações financeiras, assim, as corporações do século XXI se apropriam da mais valia de outra forma que as segmentadas empresas de outrora. Lenin (1979) captou em seu “Imperialismo, fase superior do capitalismo” a gênese deste processo. Hoje, encontramos sua maturidade, na qual o capital de uma só vez consegue capturar a mais valia, como empresa, como banco e como sócio dos Estados Nacionais via dívidas públicas crescentes em todo o globo.

Assim, a crise é, no fundo, uma crise de superprodução de capital; deste capital híbrido e totalizante. Esta nova crise assume a aparência de uma crise financeira, mas é de fato uma crise de superprodução de valor que provoca, como dantes, uma tendência à queda na taxa de lucros e a sua consequente necessidade de queimar capital. Tudo no sentido de que o capital e seus representantes necessitam reestabelecer a taxa de lucro e assim, a crise cria um aparente caos que tem como objetivo queimar parte do capital e reestabelecer a taxa de exploração, mesmo que para isso tenha que desindustrializar áreas inteiras do planeta e migrar para novos mercados que disponibilizam matérias-primas e força de trabalho com taxas de exploração compatíveis com seus interesses de lucros. Neste sentido, as teses clássicas de Rosa Luxemburg (1985) sobre a necessidade do imperialismo nunca foram tão atuais.

3 AS DIMENSÕES DA CRISE DO CAPITAL E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Não cabe neste trabalho aprofundar a questão teórica da crise do capital, entretanto vale apontar que há uma dimensão teórico-estrutural da crise, relativa à manifestação ontológica da classe capitalista explorada por Marx no livro II de *O capital* (1980), em que há uma reflexão sobre

as origens profundas e determinantes da crise do capitalismo e do capital, expressas na obra fundamental de Marx, “O Capital”, qual seja: a causa e a origem da crise é o próprio desequilíbrio causado pelos capitalistas em sua busca ontológica por acumular mais valia (lucros, juros e renda da terra), ou seja, o desequilíbrio estrutural causado pela ação dos capitalistas ao instaurarem um processo de investimento e busca por excedente econômico, para o qual, necessariamente, inserem no mercado mais valor do que dele retiram no que tange à mercadoria, e concomitantemente, retiram do mercado mais valor na forma dinheiro do que colocam. Assim, criam um desequilíbrio estrutural na sociedade produtora de mercadorias, que causa necessariamente um hiato crescente entre a chamada oferta agregada e a demanda agregada, de modo que a crise aparecerá como uma crise de superprodução ou uma crise de subconsumo, quando na verdade (na essência) é uma crise de desproporção entre o valor que os capitalistas colocam no mercado e a massa de valor que dele retiram. Somente através da existência deste “desequilíbrio” pode a burguesia, ou os detentores de capital, se apropriar privadamente de parcelas da mais valia gerada coletivamente pela classe trabalhadora. Eis todo o segredo da crise do capital e do capitalismo, e de seu agente: a burguesia.

No Brasil, a ascensão do candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República nas eleições de 2002 trouxe tanto esperanças quanto decepções aos filiados e simpatizantes do Partido. Entretanto, é inquestionável que a partir deste momento houve uma inflexão em alguns aspectos da realidade brasileira, como por exemplo, na área social: o Programa Bolsa Família, que acabou por abarcar todos os considerados miseráveis pelos parâmetros do Banco Mundial, ou seja, aqueles que vivem com menos de um dólar por dia. O sucesso do plano chamou a atenção dos políticos, tecnocratas e especialistas do mundo todo dado a abrangência que o Programa alcançou no Brasil, ou seja, cerca de um quarto da população foi retirado da miséria com uma dispensa pública irrisória de menos de meio por cento do PIB. Não cabem dúvidas quanto ao sucesso do Programa, entretanto, cabe questionar e refletir sobre os alcances e limites de programas focalizados que, no limite, não alteram as estruturas econômicas e sociais vigentes, apesar de seu real impacto nos coeficientes de GINI e de IDH do país.

Os primeiros dois governos do PT não se destacaram somente por isso, mas também pelo reajuste real do salário mínimo que somado aos novos incluídos nos programas de previdência social, como os aposentados por idade avançada, resulta num impacto significativo nos indicadores sociais. Entretanto, ao contrário do que afirmam os adeptos do PT e do chamado novo desenvolvimentismo, não houve mudanças estruturais reais no período compreendido nos três governos do Partido dos Trabalhadores em âmbito federal.

A questão fundamental é compreender a forma de inserção do Brasil no processo de globalização, ou seja, a forma subordinada de inserção do Brasil no novo ciclo financeiro e tecnológico global. O Brasil acaba de reproduzir as tradicionais formas de inserção cuja dinâmica principal vem das decisões dos mandatários dos fluxos internacionais do capital.

Um aspecto relevante no processo de desenvolvimento recente, chamado por alguns economistas de “novo desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2012) foi a forma que o Brasil consumiu suas divisas de exportação com um montante equivalente de importações, e as suas relações de quase-dependência da acumulação de capital na China na forma de exportação de produtos primários e semimanufaturados (foco na exportação de *commodities* como carnes, minérios, soja, açúcar etc.), o que repõe a velha sina de país de extração colonial que não consegue se livrar de esquemas de acumulação ampliada de caráter subordinado aos polos hegemônicos.

Do ponto de vista conjuntural, a crise ganha algumas dimensões que precisam ser consideradas, a saber: a) a evolução da conta “transações correntes” do balanço de pagamentos, que assumiu uma trajetória de déficits crescentes de 2008 a 2014, ou seja, desde a grande crise cujo epicentro foram os Estados Unidos; b) o brutal aumento da dívida pública, cuja remuneração empenha quase metade da arrecadação federal; c) a crise política que se seguiu às descobertas dos esquemas de corrupção do “mensalão” e do “petrolão”, cuja derivada foram tanto as chamadas pautas-bomba, quanto a não aprovação das medidas do ajuste fiscal proposto pelo executivo; e *last but not least*, a crise mundial com destaque para a crise chinesa, mais especificamente o tipo de relação e inserção do Brasil no contexto da globalização como grande fornecedor de *commodities*.

Nos braços do PSDB e controvertidamente do PT, o Brasil ganhou um novo papel na divisão internacional do capital, caracterizado por Paulani (2008, p. 131) da seguinte maneira:

Abraçando o projeto neoliberal, vendeu-se a ideia de que o Brasil pegaria o bonde da história pela via do comércio exterior. [...] Mas o Brasil entrou no bonde da história por outra porta e transformou-se em plataforma de valorização financeira internacional, bem em linha com o espírito rentista e financista dos dias que correm.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil – em razão dos interesses da classe dominante e suas velhas e novas frações – não consegue se desvencilhar de sua miséria histórica, ou seja, sua origem de colônia de exploração. Neste contexto, ou na sua particularidade, a industrialização, entendida geralmente como caminho para a construção da modernidade capitalista, ou para a própria constituição e conclusão do processo de construção da Nação, aqui, não passou de mais um ciclo que se seguiu ao ciclo do açúcar, do ouro e do café. O novo ciclo, o financeiro, reproduz a tradição de subordinação estrutural ao grande capital internacional, sempre como potência econômica rica, mas na condição de sócio menor e subalterno. No atual ciclo, a subordinação é eminentemente financeira com uma estrutura reconvertida à exportadora de *commodities* subalterna ao ciclo industrial chinês e à globalização hegemônica.

Enfim, em nossa reflexão trabalhamos com a hipótese de que a nova fração de classe burguesa (financeira) que dá substância histórico-social ao Partido dos Trabalhadores, não pôde obter outro projeto para a nação senão este, que, de um lado subordina o Brasil a um ciclo financeiro especulativo global e, de outro lado, cabe no máximo fazer algumas concessões aos “de baixo” com o programa Bolsa Família (considerado um exemplo pelo Banco Mundial e pela elite capitalista global). Daí o “beco sem saída” da crise atual. Neste sentido, infelizmente o ano de 2015 deverá apresentar uma queda de aproximadamente 3% no PIB, com severas consequências para a classe trabalhadora, e as perspectivas para 2016 não são menos sombrias, tanto no campo econômico (com a recessão, perda do grau de investimento, déficit em transações correntes, desemprego, dívida pública em elevação etc.), quanto no campo político (com a tentativa de

impedimento da Presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff do cargo máximo da nação). Mas em fevereiro tem carnaval, e desta vez o povo brasileiro, digo, as classes trabalhadoras, não irão apenas sambar e dançar com nossa histórica alegria, posto que precisarão enfrentar grandes desafios: barrar um golpe de direita e repensar os rumos para uma nova sociabilidade que busque superar esta crise civilizacional.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. D. (Org.) *Desenvolvimento econômico em crise. Ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- CHESNAYS, F. *Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1997.
- DEBORD, G. *Sociedade Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- KEMPE, H. *Para salvar o planeta, livrem-se do capitalismo*. Lisboa: Ana P. Faria, 2009.
- LENIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: *Obras escolhidas de V. I. Lenin em três tomos*. Moscou: Progresso, 1979, vol. 3.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. *O capital, crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1980. [Livro segundo].
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MÉSZÁROS, I. Ir além do capital. In: COGGIOLA, O. *Globalização e socialismo*, São Paulo: Xamã, 1997, 2002.
- _____. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, F. Neoliberalismo y sectores dominantes. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, p. 274. 2006.

PAULANI, L. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, B. S. *Globalização e ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

NOTAS SOBRE A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA¹

Francisco Luiz CORSI

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira não pode ser analisada fora do contexto mundial no qual está inserida. Tanto sua fase de expansão recente (2003-2010), que coincide com o governo Lula, quanto o baixo crescimento do primeiro mandato do governo Dilma e a recessão atual estão intimamente articulados às transformações em curso na economia mundial, embora o desempenho da economia brasileira também dependa, em boa medida, das determinações internas e da luta de classes em torno da definição dos seus rumos. O objetivo das presentes notas é discutir o baixo desempenho da economia entre 2011 e 2014 e as causas da recessão em 2015, que parece projetar-se para os próximos anos. Desta forma, interessa aqui discutir o período que se abre com a crise de sobreacumulação de capital em 2007. Antes, porém, de abordar esse objetivo, cabem algumas considerações gerais sobre a crise mundial.

A referida crise se manifesta pela existência de capacidade ociosa em escala mundial de setores importantes (o siderúrgico, o eletrônico, o de papel, o automobilístico, etc.); pelo alto nível de desemprego, particular-

¹ O presente capítulo baseia-se amplamente em Corsi (2006; 2011; 2014; 2015a e 2015b). Consiste em um aprofundamento dos textos sobre a política econômica apresentados nos Fóruns de Conjuntura realizados nos últimos anos e em outros eventos da FFC-Unesp.

mente em alguns países desenvolvidos; pela existência de estoques de morosa colocação no mercado; pelo acirramento da concorrência, pelo aprofundamento do processo de centralização de capitais e, sobretudo, pela existência de uma enorme soma de capital fictício, que Harvey (2011) estimava em cerca de 600 trilhões de dólares para um PIB global em torno de 55 trilhões de dólares. Capital que não consegue valorizar-se na produção e, desta maneira, busca fazê-lo por meio da especulação com ações, títulos de dívidas (particularmente as públicas), *commodities* e moedas. Os próprios capitais valorizados dessa forma são, na sua maioria, reaplicados na valorização fictícia, constituindo um mecanismo endógeno de expansão da especulação; ao que se soma aos desvios de novos capitais que se formam na produção para a esfera financeira, pois estes não encontram condições consideradas normais de rentabilidade na produção (CHESNAIS, 1996; 2005).

Fugiria dos limites destas notas discutir a natureza da crise². Contudo, cabe lembrar que sua raiz remonta a crise de sobreacumulação da década de 1970, que, segundo Brenner (2003), teria se “cronificado”. Para o referido autor, o excesso de capital não teria sido destruído e as condições de rentabilidade recompostas, daí a exacerbada instabilidade da economia mundial, o ritmo lento da acumulação de capital no centro do sistema, o inchaço da esfera financeira e a crescente importância das bolhas especulativas para o capitalismo nas últimas décadas. A dinâmica do capitalismo estaria baseada nesta fase, grande parte em bolhas especulativas. Isto ocorreu não obstante à reestruturação do modo de produção, levado a cabo pelos grandes bancos, pelos fundos de investimento, pelas grandes empresas e pelos principais governos dos países desenvolvidos sob a égide das políticas neoliberais. A reestruturação buscava, sobretudo, recuperar a rentabilidade do capital e disciplinar a classe trabalhadora, em particular por meio da criação de um exército industrial de reserva global (CORSI, 2006).

A reestruturação a partir da década de 1980 baseou-se no desmonte do Estado de bem-estar social, na abertura das economias nacionais, na desregulamentação dos mercados financeiros, na reestruturação produtiva, na nova onda de inovações tecnológicas e na reconfiguração espacial da acumulação de capital (CORSI, 2006). Nisto, de enorme importância foi a abertura de novos espaços de acumulação na Ásia, em especial na China,

² Existe uma considerável literatura sobre o tema. Ver a respeito, entre outros: Harvey (2011) e Chesnais (2012).

e nas ex-repúblicas soviéticas. Abriu-se um espaço não-capitalista, que, em pouco tempo, seria incorporado pelo capital. O capital buscou abrir novas fronteiras de acumulação nas quais pudesse dispor de mão-de-obra barata, qualificada e disciplinada. Um dos mecanismos de valorização do capital que ganharam relevo, não só nessas áreas, mas em todo o sistema, foi o que Harvey (2005) denominou de acumulação por espoliação. Esses processos deram fôlego para o capital, ao contribuírem para a elevação taxa de lucro³. Mas a formação de inúmeras bolhas especulativas indicava a fragilidade do processo de valorização do capital. Fôlego que parece ter esmorecido com a crise de 2007 e seus desdobramentos, entre eles a atual desaceleração da economia chinesa.

Essas transformações criaram as condições para a hegemonia do capital financeiro (CHESNAIS, 1996) e para a ascensão de um novo polo de acumulação de capital no Leste asiático (CORSI, 2011). A partir desse período, as grandes corporações, por meio de empresas em rede, organizaram cadeias globais de produção e distribuição, cujas fases encontram-se dispersas geograficamente (BASUALDO; ARCEO, 2006). Neste processo a região do Leste asiático recebeu enorme fluxo de capitais⁴.

A reconfiguração espacial do capitalismo acarretou inúmeros desdobramentos na periferia capitalista. Alguns países asiáticos alcançaram crescente importância na economia mundial e passaram por acelerados processos de industrialização, tendo uma inserção dinâmica na economia mundial. Enquanto a maioria da periferia viveu entre 1980 e 2003 em uma fase de baixo crescimento e instabilidade. Este resultado se deveu a inúmeras determinações geopolíticas, econômicas, sociais e políticas, que não caberia aqui detalhar⁵. Para a compreensão da ascensão do Leste asiático também é preciso levar em consideração os projetos de desenvolvimento voltados para as exportações de manufaturados, o papel dos capitais japoneses a partir dos anos 1980 e a política dos EUA voltada para a contenção da URSS, o que contribuiu para o desenvolvimento regional,

³ Sobre o comportamento da taxa de lucro ver Chesnais (2005), Brenner (2003; 2006) e Katz (2012).

⁴ Ver a respeito em Carneiro (2002, p. 245).

⁵ Ver a respeito, entre outros: Arrighi (1997); Medeiros (1997); Palma (2004).

sobretudo da Coreia do Sul, e para a reinserção chinesa na economia mundial (MEDEIROS, 2008)⁶.

Os países da América Latina, que seguiram uma via de desenvolvimento capitalista calcada no mercado interno e na substituição de importações, entraram em uma fase de baixo crescimento, instabilidade, crise inflacionária, crise nas contas externas e retrocesso social por mais de duas décadas (1980-2003). Sob a pressão da crise, dos EUA, do FMI, do capital financeiro global e de amplos setores internos das classes dominantes, vários governos da região adotaram, com matizes nacionais, planos de estabilização, abertura e desregulamentação de suas economias e amplo processo privatização, inspirados no chamado Consenso de Washington, o que aprofundou a inserção dependente e subordinada da região na economia mundial. (CANO, 2000; BASUALDO; ARCEO, 2006).

Os países do Leste asiático, enquanto isso, projetam-se cada vez mais no plano mundial⁷, em especial a China, que depois da crise asiática de 1997 se tornou o centro da economia asiática. Apesar do fato da China estar aparentemente no epicentro da atual fase da crise de sobreacumulação de capital, este país buscou criar sua própria periferia, não apenas em escala regional, mas também em termos globais. O peso cada vez maior da China na economia mundial está alterando a divisão internacional do trabalho. Neste processo, a América Latina, que está sendo atraída pela força gravitacional da China, tende a inserir-se nesta divisão de trabalho de maneira crescente como fornecedora de *commodities* e bens manufaturados de baixo valor agregado (CORSI, 2011).

Essa tendência começou a delinear-se a partir da fase expansiva 2003-2007, justamente a partir do momento em que o acelerado cres-

⁶ Não obstante às peculiaridades, os projetos nacionais desses países, de modo geral, foram calcados nas exportações de produtos manufaturados, na firme coordenação e controle do Estado de variáveis-chave da economia (câmbio, taxa de juros, crédito) e dos setores estratégicos, no desenvolvimento de tecnologia e nos pesados investimentos públicos e privados em educação e pesquisa. Esses países inserem-se de maneira dinâmica no processo de mundialização do capital. A China, que vive um processo acelerado de transição para o capitalismo, pela sua relevância mereceria uma discussão a parte, o que não é possível. Mas é preciso observar que a revolução Chinesa foi, sobretudo, uma revolução nacional, pautada pelo objetivo de transformar a China em grande potência (CORSI, 2011).

⁷ Entretanto, a China evitou até o momento assumir uma postura de confronto direto em relação aos EUA. Observa-se certa simbiose entre as economias do Leste asiático com a economia norte-americana. Esta atua como provedora de demanda para todo o sistema, enquanto os superávits do resto do mundo financiam os crescentes déficits dos EUA. A crise tende a alterar essa situação. (ARRIGHI, 2008; MEDEIROS, 2008; BELLUZZO, 2009).

cimento chinês elevou os preços das *commodities*, que também subiram devido à especulação. O resultado foi a melhora dos termos de intercâmbio da América Latina, o que contribuiu para o bom desempenho da atividade econômica e para a redução da vulnerabilidade externa da região no período. A redução da vulnerabilidade externa abriu espaço para políticas econômicas expansivas e reduziu a dependência dos capitais especulativos⁸. É neste contexto que podemos entender o crescimento da economia brasileira no governo Lula.

Este quadro sofreu amplas alterações a partir da crise aberta em 2007, que ganhou contornos dramáticos no segundo semestre de 2008 com a falência do banco de investimento Lehman Brothers, ao explicitar as profundas e antigas contradições do processo de valorização de capital. Vejamos isso mais de perto: Em 2001, o estouro da bolha especulativa com ações na NASDAQ já indicava as bases frágeis da acumulação. Contudo, a política anticíclica adotada principalmente pelos EUA, baseada na forte ampliação do gasto público (em especial os gastos militares), na redução dos juros e na ampliação do crédito (BRENNER, 2006, p. 128-133), evitou, à época, uma profunda crise.

Em decorrência dessa política, entre 2001 e 2003, as taxas de juros de longo prazo para os empréstimos hipotecários caíram de maneira acentuada e continuaram a declinar mais lentamente até 2006. A queda dos juros inflou ainda mais o mercado imobiliário, que já estava aquecido desde a década anterior, gerando uma imensa bolha, que também foi impulsionada pela ampliação do chamado crédito *subprime*, de solvência duvidosa. Os títulos com garantias hipotecárias e as suas múltiplas formas de derivativos⁹, que sustentavam, em grande medida, a bolha norte-americana, foram negociados em escala global, tornando-se importante canal de valorização do capital fictício. A economia dos EUA recuperou-se a partir do crescente endividamento das famílias, das empresas e do Estado e da

⁸ As economias latino-americanas no período 1980-2002 cresceram em média por ano 2,7%, sendo que o crescimento *per capita* foi de 1%. Entre 2003 e 2008, a região cresceu em média 5,7% em virtude do incremento das exportações, da redução da vulnerabilidade externa e das políticas econômicas expansivas e as medidas distributivas da renda adotadas pelos governos de centro-esquerda, que foram eleitos no período. (PRADO, 2012; CANO, 2000).

⁹ Ver a respeito em Harvey (2011) e Chesnais (2012).

contínua expansão da bolha imobiliária (BRENNER, 2006, p.128-130; HARVEY, 2011).

A expansão da economia dos EUA foi acompanhada de crescentes déficits comerciais, que contribuíram para o crescimento da economia mundial, sobretudo do Leste asiático. Paralelamente, as economias asiáticas, em particular a chinesa, ganharam densidade e passaram elas mesmas a puxar o crescimento mundial. A convergência desses dois processos deu origem à fase expansiva 2003-2007. O aumento da liquidez em escala mundial e a elevação dos preços das *commodities*, devido a especulação e ao crescimento chinês, estimularam o conjunto da periferia (BELLUZZO, 2009; CHESNAIS, 2012; HARVEY, 2011).

A inflexão desse processo teve início com elevação dos juros nos EUA, em 2006, com o objetivo de deter as pressões inflacionárias e desinflar a bolha especulativa. Isto precipitou a crise. A inadimplência atingiu milhões de famílias nos EUA, o que fez explodir a bolha. Em 2007, muitos bancos e fundos de investimentos norte-americanos estavam à beira da falência, fragilizados pela explosão na inadimplência, que colocou em xeque as instituições financiadoras da expansão imobiliária e toda a rede de especulação articulada a essas operações de financiamento em escala mundial. Soma-se a isso a existência de outras bolhas imobiliárias na Espanha, na Inglaterra e na Irlanda. Com a falência do Lehman Brothers, que explicitou a crise, a liquidez do sistema desapareceu, agravando a crise não só para o sistema financeiro, mas também para o mundo da produção, paralisando a economia mundial. A crise se disseminou em escala global. Paradoxalmente, não havia liquidez justamente em um momento em que o volume de capital fictício era gigantesco. (HARVEY, 2011, p. 9-12).

Esta contradição foi enfrentada a partir da ação dos bancos centrais dos países desenvolvidos e de alguns países emergentes, que garantiram os depósitos, injetaram bilhões de dólares na economia para evitar o colapso da liquidez, salvaram grandes empresas e bancos da bancarrota e anunciaram planos de investimentos, em especial em infraestrutura. Isto impediu a debacle financeira (BELLUZZO, 2009). A principal ação dos governos centrais foi inundar a economia mundial de moeda com o objetivo de salvar o capital fictício e desvalorizar suas moedas para ganharem competitividade em uma situação de forte acirramento da concorrência.

Esta foi a política seguida pelo *Federal Reserve*, logo no início da crise e, mais tarde, acompanhada pelo Banco Central Europeu e japonês. Os juros caíram praticamente a zero, mas as economias não se recuperaram e persiste uma tendência de baixo crescimento acompanhada de deflação no centro do sistema. O problema do excesso de capital parece estar longe de ser resolvido.

Inicialmente concentrada nos EUA, no Japão e na União Europeia, a crise se espalhou e perdura até os dias de hoje, afetando a periferia, que parecia mais resistente a seus efeitos. Embora também determinada por processo internos a desaceleração de vários países periféricos vincula-se, em boa medida, ao esmorecimento do crescimento da economia chinesa, pois o seu desempenho é fator importante no mercado mundial de *commodities*. A China enfrenta queda de exportações, que tinham sido um dos principais motores de seu crescimento, excesso de capacidade ociosa em inúmeros setores produtivos, superprodução no setor imobiliário e elevado endividamento de instituições financeiras e empresas. Estes problemas sugerem que a acumulação de capital continuará desacelerando, pois a China, de um lado, apresenta nítida sobreacumulação de capital e, de outro, não conseguiu até o momento redirecionar o eixo de sua economia para seu imenso mercado interno, apesar das medidas neste sentido adotadas desde o estouro da crise mundial. As medidas direcionadas a incrementar o mercado interno, em especial o setor de serviços, desvalorizar a moeda e ampliar a infraestrutura, não surtiram o efeito esperado. É neste contexto que temos que entender os impactos da crise de sobreacumulação na economia brasileira.

2 A POLÍTICA ECONÔMICA NO PERÍODO 2011-2015

Em linhas gerais, observa-se uma continuidade na política econômica dos governos de Lula e Dilma, apesar desta, como veremos, ter buscado a partir do segundo semestre de 2011 alterar alguns pilares da política neoliberal. Lula não alterou substancialmente a política macroeconômica de seu antecessor Cardoso. Metas de inflação, câmbio flexível e superávits primários continuaram a nortear a sua política econômica. Política que implicava elevadas taxas de juros e tendência à valorização da moeda. Lula também manteve a abertura financeira e comercial da economia brasileira.

Este conjunto de medidas preservava, sobretudo, os interesses do capital financeiro nacional e global.

Depois de um breve período de ajuste, Lula adotou paralelamente medidas destinadas a expandir o mercado interno, quais sejam: ampliação do crédito (sobretudo para o setor imobiliário), majoração do gasto público, ampliação da infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ampliação da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de longo prazo a juros mais baixos, adoção de políticas sociais focalizadas com objetivo de minorar a questão da miséria (em especial o programa Bolsa Família) e majoração do salário mínimo (SICSÚ, 2013)¹⁰. Lula também adotou uma política externa que privilegiava as relações Sul-Sul, cabendo destacar a participação brasileira no grupo dos BRICS e a diversificação do comércio exterior. O objetivo dessa política era garantir maior autonomia e projeção do país no cenário internacional.

Estas duas linhas de política econômica possuem um alto grau de incompatibilidade. O plano real criou uma armadilha que inibe o crescimento econômico¹¹. A política de metas de inflação, câmbio flexível e superávits

¹⁰ Entre 2006 e 2012, o rendimento médio real do trabalho cresceu 3,5% ao ano. O Desemprego, que em 2002 atingia 11,6% da população economicamente ativa caiu para 5,5%, em 2012. Entre 2003 e 2012, o PIB *per capita* cresceu 2,5% ao ano. A participação dos salários no PIB, em 2003 foi 46,26%, passando para 51,40%, em 2009. Entre 1993 e 2002, a renda média subiu 14% e, entre 2003 e 2014, 58%. O número de miseráveis, em 1995, era cerca de 22 milhões, subiu para 26 milhões, em 2002 e caiu para 8 milhões, em 2014. Neste mesmo intervalo de tempo, o número de pobres foi de 51 milhões, em 1995, de 61 milhões em 2003 e 25 milhões em 2014. O Índice Gini, entre 1995 e 2011, caiu de 0,585 para 0,501, o que significou um crescimento com distribuição da renda no período do governo Lula. Outros resultados importantes foram: a redução da dívida pública que representava em 2002, 60,40% do PIB e caiu, em 2012, para 35,1%, a manutenção do controle do processo inflacionário e a elevação substancial do nível das reservas internacionais do país. (SICSÚ, 2013, p. 57; BARBOSA, 2013, p. 95-97; IPEA/DATA; IBGE).

¹¹ “O projeto neoliberal, inspirado no chamado Consenso de Washington, ganhou consistência no governo FHC, que adotou uma política de estabilização baseada em câmbio valorizado, associada à abertura e desregulamentação da economia nacional e a redução do papel do Estado na economia, em especial por meio de amplo programa de privatização das empresas estatais. Esta política controlou o processo inflacionário, mas ao implicar em deterioração das contas externas, exigia, em um contexto de instabilidade da economia mundial, a constante majoração das taxas de juros com o objetivo de atrair um fluxo crescente de capitais externos, necessários para fechar o balanço de pagamentos. Em virtude dos juros elevados, da valorização do câmbio e da abertura da economia nacional, essa política resultou, entre outros pontos, baixo crescimento econômico, desemprego, expansão da dívida pública, crescentes déficits na balança comercial e insustentável vulnerabilidade externa. Esse processo desembocou na crise cambial do final dos anos 1990. FHC foi obrigado a alterar sua política econômica diante da crise. O câmbio fixo foi abandonado. Em seu lugar foram introduzidas as metas de inflação. O câmbio flexível, associado à introdução de metas de inflação e metas de superávit primário, continuou a garantir os interesses do capital financeiro. Qualquer pressão inflacionária, que ameaçasse as metas, obrigava a elevação dos juros e a obtenção de superávits primários robustos. O resultado dessa nova política continuou a ser, de um lado, um crescimento medíocre, deterioração das contas públicas, vulnerabilidade externa e desemprego e, de outro, polpuda remuneração ao capital financeiro e a submissão da política econômica aos seus interesses. Para

primários, que substituiu a âncora cambial, associada à abertura financeira e comercial aprofundaram a dependência e a subordinação da economia brasileira, que ficou mais vulnerável e dependente dos instáveis fluxos externos de capital. A abertura comercial levou, entre outros aspectos, a desestruturação de cadeias produtivas, tornando o crescimento dependente de crescente importação de insumos e bens de capital. Ao mesmo tempo em que a forte entrada de capitais na forma de empréstimos, investimentos especulativos e investimentos diretos, sobretudo no processo de privatização, aumentaram de maneira acentuada as remessas de lucros e dividendos e o pagamento de juros. Qualquer aceleração do crescimento tende a acentuar os desequilíbrios das contas externas e a gerar pressões inflacionárias. Nestas circunstâncias, de acordo com a lógica da política econômica neoliberal, para equilibrar as contas externas e controlar os preços, os juros devem ser majorados, consequentemente o crescimento esmorecerá, acompanhado de valorização da moeda, deterioração das contas públicas, desemprego e queda dos salários. Para equilibrar o orçamento e garantir as condições de solvência do país para os credores, o superávit primário também deve ser incrementado, o que por sua vez também contribui para desacelerar a economia. A economia tende a apresentar uma dinâmica de *stop and go*, acentuada pelas instabilidades do capitalismo global, como foi característico do período Cardoso, que inviabiliza qualquer crescimento sustentado calcado no mercado interno (CORSI, 1999; 2015b; CARCANHOLO, 2012).

Entretanto, na fase expansiva da economia mundial (2003-2007) essas duas linhas de política econômica puderam conviver graças à redução da vulnerabilidade externa no curto prazo. O *boom* de *commodities*, que acarretou em uma melhora dos termos de intercâmbio com efeitos positivos sobre a renda e a capacidade de importar, somado à entrada significativa de capitais estrangeiros, em virtude da elevada liquidez internacional e das altas taxas de juros no Brasil, reduziram a vulnerabilidade externa e dessa maneira possibilitaram a adoção de políticas expansivas, voltadas para ampliar o crédito e o gasto público. A manutenção do câmbio valorizado contribuiu para segurar a inflação e para o aumento dos salários. Entre 2003 e 2008, a economia brasileira cresceu 4,2% ao ano, baseada no incremento das exportações, na modesta elevação dos investimentos e, sobretudo na expansão do consumo interno,

os setores rentistas, é fundamental assegurar a capacidade de o Estado pagar suas dívidas, dado que a dívida pública consiste em principal sustentáculo da valorização do capital financeiro” (CORSI, 2015b, p. 73-74).

como pode ser observado na tabela abaixo. O acelerado crescimento também contribuiu para diminuir a visibilidade dos processos de desindustrialização e reprimarização das exportações¹², que também decorrem, em parte, das políticas neoliberais em um contexto de reconfiguração espacial do capitalismo, no qual a América Latina, segundo mencionado acima, tende a inserir-se como exportadora de bens primários, particularmente para a China¹³.

Tabela 1: Contribuições para o crescimento do PIB Brasil, 2002-2015 (dados em % anual)

	Estoques	CT	FBCF	X	M	PIB
2002	1,32	2,16	-3,28	0,90	1,60	2,7
2003	0,83	-0,24	-1,66	1,97	0,20	1,1
2004	1,32	3,16	0,54	2,29	-1,61	5,7
2005	1,41	3,11	-1,79	1,53	-1,06	3,2
2006	1,47	3,65	0,25	0,76	-2,13	4,0
2007	1,48	4,69	1,32	0,89	-2,28	6,1
2008	1,29	4,04	1,62	0,07	-1,82	5,2
2009	-6,26	3,25	4,56	-1,25	1,02	-0,3
2010	1,3	5,15	3,90	1,26	-3,99	7,5
2011	-1,2	2,8	0,9	0,5	-0,4	2,7
2012	-0,9	2,5	-0,8	0,1	0,0	0,9
2013	-0,32	2,02	1,45	0,32	-1,17	2,3
2014	3,3	2,2	-4,4	-1,1	-1,0	0,1

CT – Consumo (Consumo das Famílias e do Governo)

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

X – Exportações

M - Importações

Fonte: IPEA/DATA

¹² Entre 2003 e 2008 e entre 2009 e 2013, o crescimento do PIB da indústria de transformação foi respectivamente de 3,2% e 0,0%. O coeficiente de exportação da indústria cresceu de 12,7% em 1996 para 15,6%, em 2012, depois de ter atingido a cifra de 21,6%, em 2004. O coeficiente de penetração de importações passou de 14,1%, em 1996 (quando as importações já tinham apresentado forte crescimento desde 1994) para 19,3%, em 2012, alcançando 21% em 2014. Em 1980, a participação da indústria de transformação no PIB era de 25,8%. Este número caiu para 17,9% em 2010 e atingiu 11%, em 2014. O ritmo de crescimento do PIB *per capita* da indústria de transformação tem apresentado tendência à queda. Na última década cresceu em média 1,0% ao ano, enquanto que para o largo período 1900-2010 o crescimento dessa variável foi de 3,1% ao ano. Entre 2003 e 2010, a taxa média anual real de crescimento do valor adicionado da indústria de transformação foi de 2,7%, enquanto que para a mineração foi de 5,5% e para agropecuária foi de 3,2%. Neste período, o crescimento médio anual do PIB foi de 4%. Esses processos foram acompanhados pela reprimarização da pauta de exportações. Em 1980, a composição das exportações era a seguinte: produtos básicos 42,2% do total, produtos semimanufaturados 11,7% e manufaturados 44,8%. Em 2002, esses números eram respectivamente os seguintes: 25,5%, 15,3% e 56,8%. Em 2010, os produtos básicos representavam 38,5%, os semimanufaturados 13,7% e os manufaturados 45,6%. Em 2013, os básicos alcançaram 46,7%, semimanufaturados 12,6% e os manufaturados 38,4%. (GONÇALVES, 2013, p. 82-92; CANO, 2014, p. 18-22; CORSI, 2015a).

¹³ O processo de desindustrialização, a reprimarização das exportações e a manutenção da vulnerabilidade externa fragilizam a política externa de Lula ao enfraquecerem a economia nacional e acentuarem a sua inserção dependente na economia mundial. A política externa que buscava ampliar a projeção brasileira tinha pés de barro.

A manutenção das duas linhas de política econômica contemplava, ao mesmo tempo, diferentes interesses de classe. A classe trabalhadora e frações da burguesia, ligadas às finanças, ao mercado interno e ao agronegócio, se beneficiaram o que possibilitou que Lula articulasse ampla aliança de classe tácita e instável para sustentar o seu governo. O crescimento econômico era essencial para acomodar essa frágil coalizão de classes¹⁴.

A crise de sobreacumulação aberta em 2007 estreitou as possibilidades de manutenção dessas duas linhas de política e, em pouco tempo, as condições que permitiram essa estratégia de crescimento não mais existiam. Porém, isso não ficou evidente de imediato. O governo reagiu à crise global adotando ampla política anticíclica, baseada no incentivo ao consumo, na ampliação do crédito, na isenção fiscal, no incremento do gasto público e na lenta redução dos juros. Depois de recuar 0,3%, em 2009, o PIB cresceu 7,5% no ano seguinte (IPEADATA).

A crise parecia superada. Entretanto, o primeiro sinal de problema foi a deterioração a partir de 2008 das transações correntes¹⁵, que passaram a ser crescentemente deficitárias, fruto da continuidade do crescimento econômico, do fim da fase expansiva do ciclo das *commodities* e do incremento das remessas ao exterior em uma situação de crise mundial

¹⁴ Os trabalhadores almejavam expansão do emprego, dos salários e das políticas sociais. O capital financeiro defendia a manutenção da política macroeconômica neoliberal. Os industriais defendiam redução das taxas de juros, dos salários e dos direitos trabalhistas e ampliação do crédito e da proteção contra a concorrência externa, além da desvalorização da moeda. O agronegócio lutava por incentivos às exportações e ao crédito e por uma política ambiental frouxa. Também eram contra a reforma agrária. O setor das grandes empresas de construção defendia a ampliação do gasto público, do crédito e de incentivos para sua internacionalização. O governo utilizou o BNDES para contemplar várias das reivindicações das frações das classes dominantes. Articular esses díspares interesses não é tarefa fácil e o crescimento é fundamental para tanto. A política econômica de Lula buscou esse objetivo. Contudo, denominar a sua política econômica de desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista, como fazem inúmeros autores, dentre eles Singer (2015), parece ser problemático, pois ela não visava completar o processo de industrialização e não ambicionava a autonomia nacional e não se baseava em uma aliança de classes articulada em torno do desenvolvimento do mercado interno, características salientes do desenvolvimentismo, além dos contextos internos e externos atuais serem bem distintos dos do período 1930-1980.

¹⁵ Em 2003, o superávit comercial foi de US\$ 24,79 bilhões, atingindo US\$ 46,45 bilhões em 2006 e caindo para US\$ 24,83 bilhões, em 2008. Em 2010 o superávit foi de US\$ 20,14 bilhões. Em 2012 o superávit foi de 19 bilhões e no ano seguinte de US\$ 2,55 bilhões. Em 2014, a balança comercial apresentou saldo negativo de US\$ 4,05 bilhões. Com a forte desvalorização da moeda a partir de 2015 o saldo foi de US\$ 19,69 bilhões. O saldo nas transações correntes, em 2002, foi negativo em US\$ 7,63 bilhões. Em 2003, o superávit foi de US\$ 4,18 bilhões, atingindo US\$ 13,64 bilhões, em 2006. Em 2007, o saldo de transações correntes caiu para 1,5 bilhões de dólares. No ano seguinte, o déficit foi de 28 bilhões, chegando a 54 bilhões de dólares em 2012, e atingiu 81,37 bilhões de dólares, em 2013, parte desse montante teve que ser coberto por investimentos em carteira, dado que os investimentos diretos foram da ordem de 64 bilhões de dólares. Em 2014 e 2015, os saldos negativos foram respectivamente os seguintes US\$ 90,9 bilhões e US\$ 58,9 bilhões. A desvalorização da moeda também foi responsável pela melhora da situação (IPEA/DATA).

e câmbio valorizado¹⁶. O aumento da vulnerabilidade externa começou a fragilizar o Brasil diante das pressões do capital financeiro, apesar do elevado nível das reservas, cerca de US\$ 400 bilhões¹⁷. A contrapartida da majoração das reservas foi a elevação da dívida pública, o que contribuiu para fragilizar a situação financeira do Estado. Outro sinal preocupante foi a elevação da inflação em 2010, que decorreu da desvalorização da moeda (2009), da alta das *commodities* (segundo semestre 2010) e da elevação dos preços dos alimentos e dos serviços¹⁸. Apesar de a moeda continuar valorizada e os juros continuarem elevados, os preços tenderam a subir e a encostar a meta de 6,5%, mas não havia sinal de crise inflacionária como começou a ser alardeado pela imprensa e pelos economistas neoliberais.

O governo Dilma, eleito neste contexto, tendo como referência a política macroeconômica neoliberal, reagiu à situação dando continuidade à política de caráter recessivo, baseada na majoração dos juros, que Lula adotou, revertendo a sua política expansiva de 2009. A partir de meados de 2010, conforme a política de metas de inflação. Dilma também restringiu o crédito, aumentou o compulsório dos bancos, majorou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), sobre as operações de crédito pessoal, manteve a política cambial e conteve o gasto público. No entanto, não cortou os gastos com os programas sociais (SICSÚ, 2013).

Esse conjunto de medidas e o agravamento da crise mundial levaram a economia a sofrer forte desaceleração. O PIB, em 2011, cresceu 2,73% (IPEADATA). Diante da perspectiva da economia entrar em recessão e da necessidade de manter o crescimento, base fundamental de sustentação do governo, Dilma reagiu e passou adotar medidas que indica-

¹⁶ A crise acarretou importante desvalorização da moeda. Entretanto, toda vez que o câmbio desvalorizou-se pela ação do próprio mercado, o Banco Central permitiu que ele novamente voltasse a se valorizar, como nos casos de 1999, 2002-2003 e 2008 (Nassif, 2015). Isto decorreu da política de metas e dos juros elevados. A maior parte desses episódios de revalorização ocorreu no governo Lula, o que sugere o quanto ele permaneceu fiel à política neoliberal.

¹⁷ Não obstante o Brasil dispor de um volume de reservas próximo dos 400 bilhões de dólares em 2013, o problema da vulnerabilidade está longe de ser superado. Este montante é insuficiente diante um passivo externo de cerca de 1,5 trilhões de dólares, sendo que 600 bilhões correspondem a investimentos em carteira (GONÇALVES, 2013).

¹⁸ Em 2010, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 5,91%. No primeiro mandato de Dilma, a inflação média foi de 6,2%, contra 5,8% no governo Lula e 9,2% no governo de Fernando Henrique. A inflação encerrou 2014 em 6,4%. Portanto, dentro da margem superior da meta estipulada em 6,5%, mas com tendência de alta. Em 2015, o IPCA foi de 10,71%. Estes dados não indicam que a alta dos preços esteja fora de controle (IPEA/DATA; CORSI, 2014).

vam que o governo, finalmente, tinha compreendido que não poderia mais manter os dois pilares contraditórios que até então sustentavam a política econômica. Começou aparentemente a desmontar a política neoliberal. As principais medidas adotadas foram as seguintes: lenta redução da taxa básica de juros (em outubro de 2012, a SELIC atingiu a cifra de 7,25%, aproximando-se, em termos reais, das taxas vigentes na maioria dos demais países¹⁹), utilização dos bancos públicos para forçar uma queda na taxa de juros e ampliar o crédito, ampliação da ação do BNDES no financiamento dos investimentos, redução do compulsório e do IOF sobre o crédito pessoal, ampliação do gasto público, introdução de várias medidas visando estender a regulação estatal de setores considerados estratégicos, majoração do salário mínimo, majoração dos auxílios relativos ao programa bolsa família, desoneração fiscal e proteção para setores em dificuldade devido à acirrada concorrência externa²⁰. Também começou a desvalorizar a moeda, que, entre o segundo semestre de 2011 e 2013, perdeu 20% de seu valor. Também passou implementar uma política anti-inflacionária calcada no controle de preços (CORSI, 2015a).

O objetivo dessas medidas era retomar o acelerado crescimento por meio do incentivo ao consumo e ao investimento. Ao mesmo tempo, reduzir o peso da dívida pública no PIB e inibir a entrada de capital estrangeiro que tanto pressionava a valorização do câmbio. Esta nova postura convergia com algumas discussões nos meios acadêmicos norte-americanos que passaram a defender a necessidade da flexibilização das políticas neoliberais ante a gravidade da crise global (NASSIF, 2015). Com a chamada nova matriz de política econômica os mentores dessa política pareciam considerar ser possível manter a heterogênea e instável base de sustentação do governo, apesar dela ferir os interesses do capital financeiro.

Sem uma política de controle dos fluxos de capital, a redução paulatina dos juros e o pequeno aumento na taxa do capital estrangeiro não se mostraram suficientes para imprimir acentuada desvalorização do

¹⁹ A SELIC, em janeiro de 2011, estava em 10,75%, subindo para 12,50% em agosto. A partir daí caiu até outubro de 2012, permanecendo no patamar de 7,25% até abril do ano seguinte. Então passou a subir até o final de 2015, situando-se em 14,25%, em dezembro (IPEADATA).

²⁰ Para proteger setores em dificuldade devido à acirrada concorrência externa, o governo adotou as seguintes medidas: medidas antidumping, maior rigor na fiscalização das importações, aumento de imposto sobre produtos industrializados importados, preferência por produtos nacionais nas licitações públicas e aumento de tarifas (CORSI, 2014).

Real. Porém, era aparentemente isso mesmo que o governo almejava, pois a política de controle dos preços administrados pelo Estado mostrava-se incapaz de segurar a inflação na ausência de um forte aumento da oferta, que só poderia decorrer do incremento acentuado dos investimentos, que não deslanchavam.

Entretanto, a tentativa de alterar a matriz da política econômica não se sustentou por muito tempo. Os objetivos esperados não foram alcançados²¹ e a situação tendeu a deteriorar-se, tanto do ponto de vista econômico, quanto do político. Isto decorreu de um conjunto de determinações. Aparentemente o governo pretendia aprofundar a flexibilização da política econômica neoliberal de forma muito gradual. Mas os problemas acumulados exigiam uma ruptura mais radical, para a qual seria necessária outra correlação de forças. O governo encontrava-se, portanto, em situação bastante difícil e sem muitas alternativas. Seria preciso romper com a política de metas de inflação, de superávit primário, de câmbio valorizado e de juros altos, impor controles de capital, adotar agressiva política fiscal progressiva, alterar a política de comércio exterior e a política externa e ampliar a ação estatal na economia por meio da majoração dos investimentos nas áreas de infraestrutura, educação, saúde, transporte, habitação e proteção ao meio ambiente, além da reforma agrária.

As enormes dificuldades enfrentadas pela política de Mantega se deveram a uma série de fatores. Um fator importante para a contínua desaceleração da economia brasileira foi o esgotamento da política de puxar o crescimento pelo incremento do consumo, em virtude dos limites do endividamento das famílias e do fato da própria desaceleração também acarretar um incremento mais lento do emprego e da renda. Em 2013, as famílias comprometiam em média 22% de sua renda no pagamento de dívidas, cifra considerada elevada. Mas cabe destacar a fraca resposta dos investimentos aos estímulos adotados pelo governo para acelerar a acumulação de capitais. O fraco desempenho dos investimentos decorria do câmbio valorizado²², das altas taxas de juros, dos inúmeros problemas de in-

²¹ A nova matriz de política econômica não logrou reverter as tendências de desaceleração da economia, de elevação dos preços, de valorização da moeda, de ampliação da vulnerabilidade externa, de desindustrialização e de reprimarização das exportações.

²² Segundo Oreiro (2014), a taxa real efetiva de câmbio, no final de 2013, estava por volta de 25% valorizada em comparação a taxa vigente em junho de 2004. Para Nassif (2015, p. 431), a valorização seria da ordem de 50%

fraestrutura e da acirrada concorrência dos produtos importados. Ademais, em um contexto de baixo crescimento da produtividade, a partir de 2010 o setor industrial premido pelo aumento dos salários, que tenderam a subir mais que a produtividade, não pode repassar esta elevação de custos para os preços, devido à valorização da moeda, que permitiu o acirramento da concorrência com os produtos importados, que ganharam maior espaço no mercado interno, o que resultou em queda da taxa de lucro da indústria, inibindo o investimento²³. Também foram importantes a persistência da crise internacional e a dificuldade do Estado deslanchar os investimentos para superar os gargalos da economia. Os recursos, correspondentes às significativas isenções fiscais, que deveriam ter estimulado os investimentos, não o fizeram na proporção esperada e deveriam ter sido investidos pelo próprio Estado. As alterações no marco regulatório, ao diminuir a rentabilidade das concessões estatais, inibiram os investimentos em infraestrutura. Os empresários também não concordaram com as alterações na regulamentação do setor energético.

A tentativa de alterar a política macroeconômica neoliberal, em um contexto de baixo crescimento, rompeu a frágil e instável aliança de classes que sustentavam o governo. Os setores rentistas, aproveitando a fragilização do governo e não aceitando a perda de terreno na condução da política econômica, especialmente no que dizia respeito à política de juros, passaram à ofensiva e buscaram encurralar o governo com o objetivo de recompor a política macroeconômica neoliberal. Juros elevados, controle férreo da inflação, robusto superávit primário e câmbio valorizado são variáveis que estes setores não podem abrir mão, pois são fundamentais para a valorização do capital fictício, que tem na dívida pública um de seus mais importantes espaços de valorização. A burguesia industrial, que em parte também é rentista, descontente com a queda dos lucros, com a perda de mercado e com a crescente tentativa do governo de enrijecer a regulamentação da economia, passou a apoiar a ofensiva capitaneada pelo capital

no mesmo período, apesar da desvalorização nominal do câmbio no governo Dilma. De acordo com este autor, em relação ao ano de 1994, a valorização do real seria ainda maior, pois seria necessário considerar a desvalorização do dólar vis a vis a maioria das demais moedas a partir da política monetária frouxa adotada pelo Federal Reserve para combater a crise de 2007. Um dos motivos da inflação permanecer colada na meta no primeiro mandato de Dilma reside na pequena desvalorização do real no período.

²³ Sobre a evolução da produtividade e dos salários no período ver Carvalho (2015).

financeiro, que conta com irrestrito apoio da grande imprensa²⁴ e que converge com a estratégia política do capital de buscar sair da crise global de superacumulação pela direita e de jogar, como sempre, o ônus da crise nas costas dos trabalhadores. Parte do agronegócio, devido a posicionamentos políticos extremamente conservadores e ao fato de também ser rentista, apoiou esta ofensiva, apesar do governo Dilma não ter uma política de reforma agrária e uma rígida política ambiental. Esta ofensiva também contou com o apoio de amplos setores das classes médias da larga tradição política conservadora, que sentiram sua posição social pressionada pela ascensão de setores populares, pela crescente carga tributária e pela política de cotas. Neste contexto, os setores das classes dominantes mais articulados ao governo, como as grandes empresas de construção, ficaram isolados.

O governo Dilma aparentemente avaliou de forma errônea que os abundantes incentivos fiscais, a redução dos juros e o aceno a desvalorização da moeda poderiam manter o apoio da burguesia industrial e de amplos setores do agronegócio. Dessa forma, o governo entrou em atrito com a maioria das frações da classe dominante, o que refletiu no paulatino esfacelamento de sua base de sustentação no Congresso. As medidas favoráveis não compensavam as perdas decorrentes do baixo crescimento, que derivava, em parte, da própria incapacidade do governo romper de maneira mais profunda com as políticas neoliberais, o que não seria aceito pelo conjunto das classes dominantes²⁵. Imerso em contradições, cujo enfrentamento exigiria uma radicalização à esquerda, que não estava e não

²⁴ A grande imprensa intensificou as críticas ao governo, que seria incapaz de conter a pretensa crise inflacionária. Ela e os economistas neoliberais passaram a defender uma rígida política ortodoxa, cujo núcleo era a obtenção de superávits primários elevados a qualquer custo. Seria fundamental conter o excesso de demanda, que seria o fator principal da inflação. Para isso, o gasto público deveria ser contido, especialmente os gastos sociais. Muitos defendiam que os direitos sociais estabelecidos pela Constituição de 1988 eram incompatíveis com as reais condições econômicas do país.

²⁵ A proposta das classes dominantes é de sucesso muito improvável no contexto internacional de persistência da crise de sobreacumulação. Um ajuste fiscal estrutural depende, em boa medida, do crescimento da economia, pois a arrecadação tende a cair mais rapidamente que o PIB, o que torna o ajuste inalcançável. Vide o caso grego. Isto ficou claro em 2015, quando o PIB caiu 3,8% e a arrecadação 5,6%. Além disso, a inflação brasileira é, sobretudo, de custos e inercial. Combatê-la cortando a demanda não irá resolver o problema, a não ser que a recessão seja brutal. Mas a saída proposta é mesmo recessiva, baseada, acima de tudo no declínio dos salários, na redução dos direitos sociais e na queda do emprego. Desta forma, os lucros aumentariam em virtude da forte queda dos custos e o país poderia melhorar sua competitividade internacional, sem reduzir juros e, portanto, desvalorizar o real. O controle rígido dos gastos públicos e da inflação seria importante para a reversão das expectativas negativas e desta forma estariam dadas as condições para retomada dos investimentos privados, o que parece ser bastante duvidoso, pois em uma situação de recessão profunda os investimentos não serão retomados. Mais uma vez o exemplo da zona do euro é ilustrativo.

está no horizonte político desse governo, em outra correlação de forças, o governo logo sinalizou que abandonaria a chamada nova matriz de política econômica, mas aparentemente já era tarde.

Neste momento, expressando o crescente descontentamento social, desencadeou-se uma onda de movimentos muito heterogêneos reivindicando melhorias nos transportes urbanos, na educação e na saúde, o que indicava, entre outros aspectos, os limites das políticas sociais focalizadas. Desencadeados por setores de esquerda, os movimentos foram engrossados por outros setores, em especial das classes médias, que tinham como mote principal o fim da corrupção generalizada no setor público. Esses movimentos rapidamente foram canalizados pela direita e passaram a expressar o descontentamento das classes médias. Inflados pela grande imprensa, encurralaram o governo²⁶.

Neste contexto, pressionado por todos os lados, o governo Dilma, mesmo antes de ser envolvido em inúmeras denúncias de corrupção ligadas à operação “Lava Jato”, cedeu às pressões conservadoras e abandonou sua breve e tímida tentativa de superação da política macroeconômica neoliberal. O Banco Central, a partir de abril de 2013, intensificou a elevação dos juros com o objetivo de deter o processo inflacionário. Nota-se que essa alteração começou a ser implementada também antes do processo eleitoral de 2014.

Apesar da sinalização de retorno à ortodoxia, em vista às eleições presidenciais que se aproximavam, o discurso de Dilma durante a campanha indicava que a crise seria enfrentada de forma alternativa ao ajuste recessivo proposto pelos neoliberais, que defendiam a necessidade urgente de retomar a ortodoxia para enfrentar os graves problemas da economia. Esta postura foi de grande relevância para a vitória de Dilma no pleito de final de 2014.

O governo Dilma, embora vitorioso nas eleições, rapidamente assumiu as bandeiras de seus adversários e montou um ministério conservador para levar a cabo o ajuste recessivo. Provavelmente esperava recompor sua base de sustentação retomando os dois pilares da política econômica do início do governo Lula. Contudo, o contexto interno e o externo eram outros

²⁶ Sobre os movimentos sociais desencadeados em 2013 ver, entre outros, Singer (2015).

e a história não se repetiria. Ao seguir esse caminho, Dilma praticamente fechou a alternativa de buscar um amplo apoio popular contra a austeridade, que talvez propiciasse uma base mais sólida de sustentação ao governo.

O símbolo dessa linha política foi a nomeação de Joaquim Levy, indicado diretamente pelo capital financeiro, para o Ministério da Fazenda. Levy, de imediato, implementou uma política ortodoxa calçada fundamentalmente em dois pontos, a saber: o aumento dos juros e o ajuste fiscal. A proposta inicial propunha alcançar um superávit primário de 1,2% do PIB²⁷, que seria obtido por meio do incremento de impostos, do corte de despesas de custeio, do corte de investimentos públicos e do corte de direitos sociais²⁸. A taxa SELIC, que em dezembro de 2014 estava em 11,75% ao ano, rapidamente foi majorada para 14,25%, em julho de 2015 (IPEADATA). A justificativa para o aumento foi a necessidade de combater a inflação de demanda, que estaria fora de controle e levá-la para o centro da meta, até o final de 2016. Mas a elevação acentuada dos preços nesses meses não decorria do excesso de demanda, mas sim da própria política de Levy de liberar o aumento dos preços até então controlados pelo Estado, como o da gasolina, o que tornou mais evidente que a inflação era de custos, além de apresentar um componente inercial. Em 2015, os gastos de consumo e investimento estavam em franca queda. Da mesma forma, justificou-se a urgência do ajuste fiscal, pois o excesso de gastos públicos elevaria a demanda. Ademais, o ajuste também seria importante para acalmar os credores internos e externos, ao contribuir para manter a relação dívida pública/PIB em patamares por eles considerados aceitáveis, demonstrando que o país teria condições pagar seus compromissos. Com isso esperava-se a melhora das expectativas e que as agências internacionais classificadoras de risco mantivessem o grau de investimento para o Brasil, o que facilitaria o financiamento público e privado no exterior e a entrada de aplicações em carteira no país. Enfim, o objetivo dessa política era enfrentar os desequilíbrios da economia brasileira por meio de forte recessão.

²⁷ Ao longo do ano, o governo, em virtude da recessão e da impossibilidade de alcançar o superávit primário prometido, anunciou a redução do superávit primário para 0,15% do PIB, causando forte reação negativa dos rentistas e das correntes ortodoxas. Em seguida passou a prever um déficit primário de 0,9% do PIB para 2015. Porém, para acalmar os rentistas, voltou atrás e enviou para o Congresso uma proposta de orçamento prevendo um pequeno superávit primário para 2016.

²⁸ Caso a taxa básica de juros, que rege boa parte da remuneração dos títulos públicos, fosse reduzida para 10%, a economia com o pagamento da dívida pública seria próxima ao montante dos cortes previstos para alcançar o ajuste fiscal, pois a cada queda de 1% nos juros o governo economiza 15 bilhões de reais com o pagamento da dívida.

O remédio amargo, no entanto, possibilitaria o equilíbrio simultâneo das contas públicas, das contas externas e da inflação.

O resultado dessa política foi desastroso. Jogou o país em profunda recessão, mas nem de longe alcançamos o equilíbrio das contas públicas, dos preços e das contas externas. O PIB, em 2015, sofreu uma retração de 3,8% e as projeções indicam que os próximos anos não serão muito diferentes. Até o ano anterior, a trajetória era de baixo crescimento. A política de Levy precipitou a crise. As taxas médias de desemprego de 2014 e 2015 foram respectivamente de 4,8% e 6,8% da PEA. A renda do trabalho estagnou. Neste período, a dívida pública aumentou, em decorrência da elevação dos juros. A relação dívida pública bruta/PIB, em 2014, fechou o ano em 59% e hoje se encontra por 65%. Algumas projeções indicam que ultrapassará os 70% ainda este ano. O pagamento de juros representa hoje cerca de 9% do PIB e esse número tende a crescer com a atual política, que claramente favorece os interesses rentistas²⁹. A inflação não esmoreceu. O IPCA fechou o ano passado em 10,67%. As agências de risco rebaixaram o Brasil, apesar de a política adotada seguir a cartinha que elas mesmas defendem³⁰. Tudo indica que a melhora da balança comercial em virtude da forte desvalorização da moeda não será suficiente para recuperar a atividade econômica, pois a economia mundial continua apresentando baixo crescimento e o efeito substitutivo de importações decorrente da alteração dos preços relativos é bem menor que no passado, devido à desestruturação das cadeias produtivas. Contudo, a diminuição do déficit em transações correntes aumenta a resistência do Brasil às pressões do capital financeiro, embora isso não seja suficiente para reverter a situação.

Esse desempenho da economia foi o fator principal da demissão de Levy. O ajuste fiscal mostrou-se inalcançável, tanto é que em 2015 verificou-se um déficit primário de 1,88% do PIB, apesar dos esforços do governo em estabilizar as contas públicas, cortando gastos de custeio, investimentos e direitos sociais. No lugar de Levy foi nomeado Nelson

²⁹ Em 1994, o dispêndio com juros da dívida pública foi de 27 bilhões de reais, saltando para 500 bilhões em 2015 (IPEA/DATA).

³⁰ Um dos principais parâmetros utilizados por essas agências para classificar o risco de um país consiste na relação dívida pública/PIB. Outras variáveis são as seguintes: ritmo de crescimento do PIB, nível do superávit primário e situação do Balanço de Pagamentos, em especial das transações correntes. Porém, a política recessiva diminui o PIB e aumenta a dívida em virtude da elevação dos juros.

Barbosa, considerado um keynesiano. Isto não significou uma alteração de estratégia, mas apenas uma postura mais branda. Diante da dificuldade em alcançar o ajuste fiscal, Barbosa, depois de alterar as metas várias vezes, fixou como objetivo para 2016 um superávit primário de 0,5% do PIB, que para ser alcançado dependerá da improvável aprovação pelo Congresso de novos impostos. O Banco Central ante a forte recessão e as dificuldades cada vez maiores enfrentadas pela economia mundial, contrariando as expectativas do setor financeiro, tem mantido estável a elevada taxa de juros. O governo também passou acenar com reformas ditas estruturais para estabilizar as contas públicas, a principal delas é a da previdência³¹. Também tem esboçado uma política de ampliação do crédito.

Os resultados desastrosos da política de austeridade indicam a sua insustentabilidade, mas o governo insiste nesta linha de política econômica, talvez esperando acomodar os interesses do capital. Entretanto, ao mantê-la, o governo Dilma se afasta de grande parte dos setores populares, o que torna difícil uma ampla mobilização dos trabalhadores para barrar o golpe de Estado em curso contra a ordem democrática e os direitos sociais e civis. Mesmo assim, a base de sustentação de Dilma no Congresso se esfarelou. Abre-se nitidamente a possibilidade de uma saída à direita, em consonância com o encaminhamento da crise sobreacumulação do capitalismo global, que até o momento tem sido conservador.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fase expansiva do capitalismo global possibilitou ao governo Lula compatibilizar a política macroeconômica neoliberal com uma política voltada para o mercado interno e para enfrentar os problemas decor-

³¹ Questão muito mal discutida pelo governo e pela grande imprensa. Aparece como uma tábua de salvação. As discussões, até o momento, não levam em conta que milhões de trabalhadores que recebem aposentadorias, particularmente os aposentados rurais, deveriam ser considerados na rubrica de seguridade social, pois recebem o benefício sem que tenham contribuído. Sem essas despesas o sistema seria sustentável. A Constituição do país determina que uma série de impostos como a COFINS, deveria financiar a seguridade social, mas esses impostos têm sua finalidade desviada para o financiamento de outros itens. Além disso, não é possível discutir a questão sem levarmos em conta o incremento da produtividade observado nas últimas décadas, derivado das novas tecnologias, que provavelmente compensa em parte o envelhecimento da população. Em 2014, o pagamento de juros e amortizações da dívida pública consumia 45,11% das receitas do governo federal. Os gastos correspondentes à previdência foram de 21,76%. Neste número estão computados os gastos classificados como referentes à previdência, mas que são na verdade relativos à seguridade social. Os neoliberais propõem o ajuste neste item e nada falam da urgente necessidade de reduzir os pagamentos referentes à dívida pública.

rentes da histórica desigualdade social. A redução momentânea da vulnerabilidade externa, a melhora dos termos de intercâmbio e o incremento das exportações abriram espaço para várias medidas expansivas e políticas sociais focalizadas. Entre 2003 e 2010, a economia brasileira cresceu sustentada, sobretudo no consumo, acompanhada de melhora na distribuição da renda e redução da miséria. O crescimento relativamente acelerado obscureceu, no entanto, o fato da economia brasileira, no contexto de reconfiguração da economia mundial, em especial em virtude da ascensão da China, estar se fragilizando ao inserir-se cada vez mais como exportadora de produtos primários e manufaturados de baixo valor agregado. Processo evidente na desindustrialização e na reprimarização das exportações.

A crise de sobreacumulação, explicitada em 2008, pôs fim a essa fase e trouxe à tona inúmeros problemas, apesar da política anticíclica adotada por Lula ter neutralizado os efeitos imediatos da crise. A economia entrou, entretanto, em uma fase de baixo crescimento. O crescimento puxado pelo consumo mostrava seus limites e a aliança política que sustentava o governo começou a se desfazer. O governo Dilma aparentemente percebeu que seria difícil continuar com a política de Lula e buscou implementar uma nova matriz de política econômica, que fracassou sobretudo devido à dificuldade, impossibilidade, ou ainda falta de convicção e vontade política, dada a correlação de forças vigente, de imprimir uma rápida ruptura com a política neoliberal. Enfrentando muitas contradições, o governo já em abril de 2013 buscou sinalizar um retorno à ortodoxia, embora tenha mantido um discurso mais à esquerda.

Esta opção apareceria claramente após a vitória eleitoral de 2014. O governo Dilma ao optar pela política ortodoxa se afastou de grande parte dos setores populares. Ao mesmo tempo, sua base de sustentação no Congresso desmoronou. O governo enfrenta acirrada oposição da esmagadora maioria da classe dominante e das classes médias. Independentemente de Dilma permanecer à frente do governo, a saída da crise que se desenha parece tender para a direita, em consonância com o encaminhamento da crise estrutural do capitalismo global, que até o momento tem sido conservador.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1997.
- _____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo 2008.
- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (Org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BASUALDO, E.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- BELLUZZO, L. G. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- BRENNER, R. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norte-americana. In: SADER, Eder (Org.). *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 90-120.
- CARNEIRO, R. *O desenvolvimento em crise*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- _____. *(Des)industrialização e subdesenvolvimento*. Campinas: IE-UNICAMP, Texto para Discussão, n. 244, 2014.
- CARCANHOLO, R. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: KATZ, C. (Org.). *La crisis capitalista mundial y América latina: lecturas de economía política*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- CARVALHO, L. M. O papel das políticas anticíclicas e o agravamento dos desequilíbrios macroeconômicos (2009-2013). In: RIBEIRO, J. S. P. ; BASTOS, E. K. X. (Org.). *Economia brasileira no período 1987-2013*. Brasília: IPEA, 2015.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Dívidas impagáveis*. Lisboa: Círculo, 2012.
- CORSI, F. L. O Plano Real: um balanço crítico. *Cadernos da FFC*. (Unesp). Marília, v. 8, p. 13-27, 1999.
- _____. Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: ALVES, G.; GONZALES, J. L.; BATISTA, R. L. (Org.). *Trabalho e educação: contradição do capitalismo global*. Maringá: Massoni, 2006, p. 17-46.

_____. Crise e reconfiguração do capitalismo global: a ascensão do Leste asiático. In: PIRES, M. C.; Paulino, L. A. (Org.). *As relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégia, intercâmbios e potencialidades*. São Paulo, LCTE, 2011. p. 109-130.

_____. As razões do baixo crescimento e os limites do governo Dilma. In: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A.; VIEIRA, R. L.(Org.) *Economia e sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global*. Marília, São Paulo: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2014.

_____. A conjuntura econômica no governo Dilma (2011-2014). In: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (Org.). *A Conjuntura política e econômica brasileira e argentina*. São Paulo, Marília: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2015a.

_____. A reestruturação do capitalismo global e seus impactos na economia brasileira. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org.) *Territórios, movimentos sociais e políticas de reforma agrária no Brasil*. São Paulo, Marília: Oficina Universitária/Cultura acadêmica, 2015b, p. 69-82.

GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. *Séries históricas e estatísticas*. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

IPEADATA. *Ipeadata*. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2016.

KATZ, C. (Org.) *La crisis capitalista mundial y América Latina: lecturas de economía política*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

MEDEIROS, C. A Globalização e a inserção diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L.(Org.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 279-346.

_____. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transição na Rússia e na China. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. L. P. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-272.

NASSIF, A. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 3(140), p. 426-443, jul.-set., 2015.

OREIRO, J. L. *A armadilha juros-câmbio: a continuidade do desequilíbrio macroeconômico brasileiro*, 2014. Disponível em: <<https://jlcureiro.wordpress.com/2014/04/04/a-armadilha-juros-cambio-a-continuidade-do-desequilibrio-macroeconomico-brasileiro/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 393-454.

PRADO, A. *El desarrollo en América Latina después de la crisis financiera de 2008*. Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes>>. Acesso em: 1 set. 2014.

SICSÚ, J. *Dez anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Geração, 2013.

SINGER, A. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 102, 2015, p. 42-71.

EVOLUÇÃO RECENTE DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL EM UMA CONJUNTURA DE CRISE

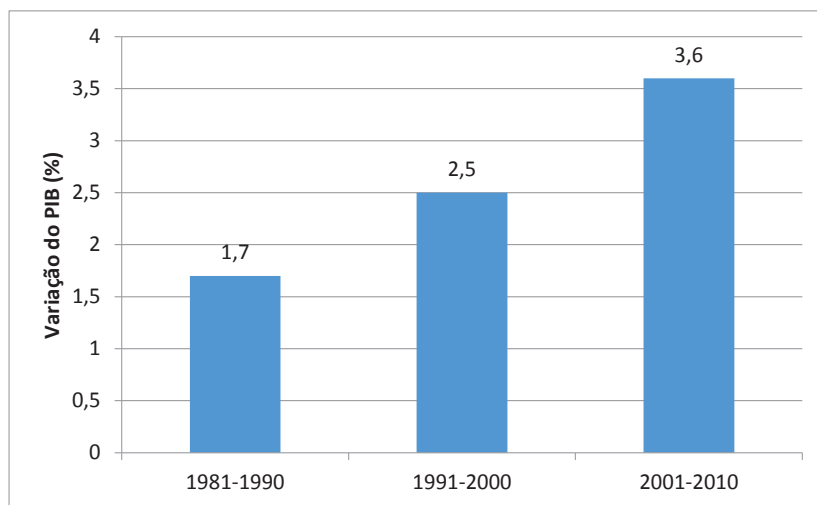
José Marangoni CAMARGO

O presente artigo discute a evolução da economia brasileira no período recente, em um contexto de crise e os impactos sobre o emprego e a distribuição de renda. No período de 2003-2014, apesar de terem sido mantidas as políticas de cunho neoliberal, em linhas gerais, nos governos Lula da Silva e Dilma Roussef, o cenário externo mais favorável até 2008 e mesmo depois da eclosão da crise econômica e financeira mundial neste ano, que nos afetou com menos intensidade que nos países centrais, possibilitou taxas de crescimento médias superiores às duas décadas anteriores, com efeitos positivos sobre o mercado de trabalho. Internamente, a formulação de um conjunto de políticas sociais, como a recomposição do valor real do salário mínimo e a concessão da bolsa família, possibilitaram também um crescimento da renda dos segmentos mais baixos e uma pequena desconcentração da renda, revertendo uma tendência de aumento da desigualdade observada desde os anos 60. Já no cenário mais recente, o desempenho medíocre da economia, com a redução acentuada das taxas de crescimento econômico a partir de 2011, na medida em que as condições macroeconômicas para uma expansão autossustentável não foram criadas, aponta para um esgotamento das políticas de melhoria da distribuição de renda. Os indicadores do mercado de trabalho para 2015 e início de 2016,

por sua vez, mostram uma rápida deterioração, com sérios riscos de perda das conquistas obtidas ao longo da última década, como reflexo do agravamento das condições econômicas do país.

Entre 2007 e 2011, a economia brasileira cresceu em média 4,3% ao ano, desempenho este que foi um pouco superior ao da América Latina, enquanto os países centrais apresentaram uma taxa de expansão de apenas 0,5% ao ano neste período. Nessa conjuntura, a economia brasileira teve um comportamento que pode ser considerado satisfatório em uma conjuntura internacional desfavorável. A evolução da economia brasileira na última década foi bem superior ao verificado nos dois decênios anteriores. Na primeira década deste milênio, o crescimento do PIB foi de 3,6% ao ano em média, o dobro do verificado na década de 80 e 50% maior do que o observado nos anos 90 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Variação média anual PIB brasileiro no período de 1981-2010

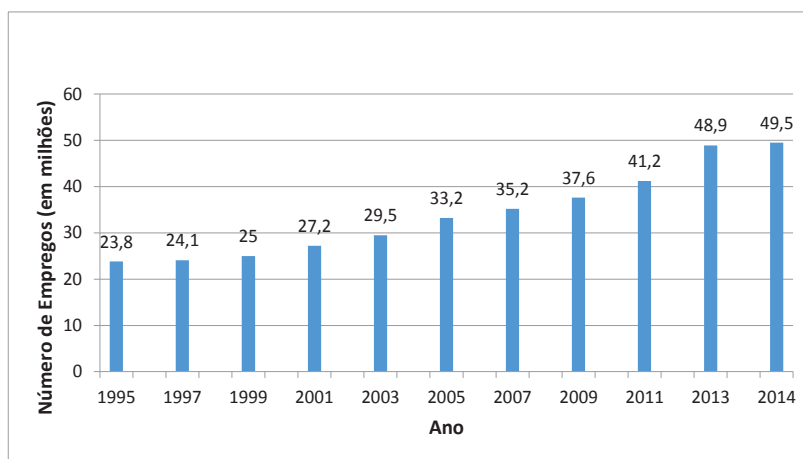


Fonte: IBGE (2016b)

Esse desempenho da economia brasileira no período recente possibilitou a melhoria de alguns indicadores socioeconômicos, como o comportamento do mercado de trabalho, que continuou a apresentar uma evolução favorável. As taxas de desemprego medidas pelo IBGE (2016b) tiveram uma nítida tendência de declínio a partir de 2004, quando caí-

ram de 8,9% da população economicamente ativa (PEA) neste ano para 6,5% em 2013, segundo a Pesquisa mensal de emprego (PME) realizada pelo mesmo órgão. O grau de formalização da força de trabalho, ou seja, o percentual das ocupações com carteira de trabalho assinada, também se recuperou no período, mesmo em 2009, aumentando sua participação na ocupação total. Entre 2006 e 2011, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada nas regiões metropolitanas passaram de 53,4% para 61,2% do total neste último ano. Entre 2003 e 2014, foram criados 20 milhões de empregos formais, reduzindo o grau de informalidade do mercado de trabalho, ao contrário do verificado na década de 90, quando cresceu significativamente a precarização das condições de trabalho, através do aumento das ocupações por conta própria ou sem registro (gráfico 2). O percentual de pobres e miseráveis por sua vez, declinou de um total de 51% da população brasileira em 2003 para 17,5% em 2015.

Gráfico 2 - Número de postos de trabalho formais (1995-2014)



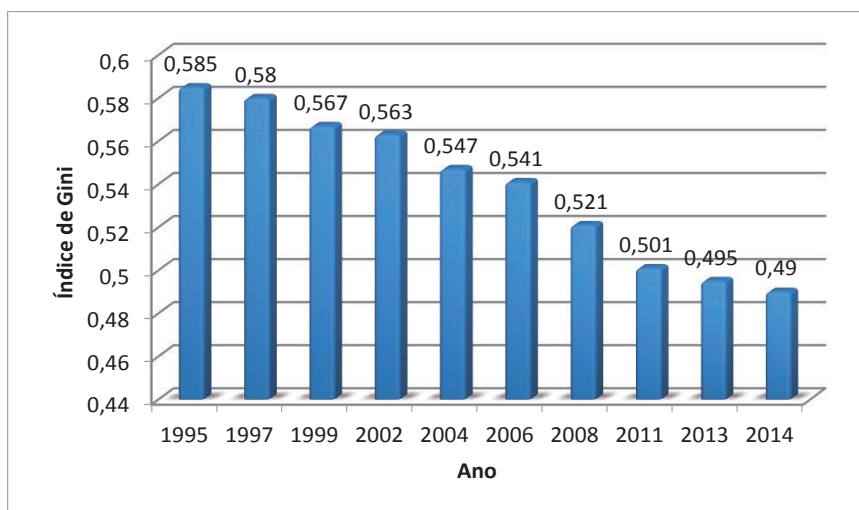
Fonte: MTE/RAIS

O mercado de trabalho no Brasil apresentou uma forte recuperação na década passada. O crescimento econômico mais expressivo da economia brasileira entre 2003 e 2013 teve impactos positivos sobre o mercado de trabalho, com indicadores mais favoráveis sobre o emprego e a distribuição de renda. Apesar de os governos Lula e Dilma terem mantido em linhas gerais a política macroeconômica anterior, com metas de

obtenção de superávits primários e de inflação, taxas de juros elevadas e taxa de câmbio apreciada, o cenário externo mais favorável até a eclosão da crise econômica e financeira mundial em 2007/2008 e um longo ciclo de valorização das *commodities* no comércio internacional possibilitaram uma melhoria nas contas externas e diminuíram a vulnerabilidade externa do país, o que permitiu taxas de crescimento mais expressivas. Internamente, os governos de Lula e Dilma adotaram um conjunto de políticas expansivas que possibilitaram um padrão de crescimento apoiadas no mercado interno, como os programas de transferência de renda, habitacionais (como o programa Minha casa, minha vida), recuperação gradativa do valor real do salário mínimo e a ampliação do crédito doméstico (CORSI; CAMARGO, 2014; BARBOSA; AMORIM, 2013).

Com taxas de crescimento econômico mais robustas, o mercado de trabalho registrou grande dinamismo no período, o que possibilitou ampliar o grau de formalização do trabalho. Apesar de 90% das novas vagas assalariadas criadas serem de até dois salários mínimos, o rendimento médio real do trabalho principal cresceu, passando de R\$986 em 2004 para R\$1.210 em 2009 e R\$1.573 em 2013. O bom desempenho do mercado de trabalho no período contribuiu para uma redução da desigualdade de renda da população. O Índice de Gini diminuiu de 0,585 em 1995, para 0,521 em 2009 e 0,490 em 2014 (Gráfico 3). Além disso, a participação dos 50% mais pobres na renda total cresceu de 14% em 1999 para 17,7% em 2010 e 18,8% em 2014, enquanto que a fatia dos 10% mais ricos passou de 46,8% para 40,9% nesse período (Tabela 1). A renda dos 10% mais ricos, que era mais de 22 vezes superior aos dos 40% mais pobres, passou para 15 vezes em 2013. A evolução da participação da renda do trabalho na renda nacional também cresceu de 39,1% em 2003, para 43,6% em 2010, depois de quatro décadas seguidas de contínuo declínio. O desemprego por sua vez, diminuiu de 10,5% do total da PEA para 7,8% em 2008 e 6,5% em 2013, explicada em parte por um menor crescimento da PEA. O comportamento mais favorável do mercado de trabalho, com expansão considerável do emprego formal e dos rendimentos do trabalho, conjugado a uma política de valorização do salário mínimo e de outras políticas sociais como o Bolsa família, e a expansão do crédito foram fundamentais para alavancar o padrão de acumulação sustentados, sobretudo, na ampliação do consumo.

Gráfico 3 - Índice de Gini (1995-2014)



Fonte: IBGE (2016a)

Tabela 1 - Distribuição pessoal de renda (%) 1960 -2014

EXTRATOS	ANO						
	1960	1970	1980	1990	1999	2010	2014
50% mais pobres	17,7	14,9	14,2	11,2	14,0	17,7	18,9
40% médios	42,7	38,4	38,1	39,1	39,2	37,8	40,2
10% mais ricos	39,6	46,7	47,7	49,7	46,8	44,5	40,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos	27,7	34,1	34,9	35,8	33,4	32,4	28,9
1% mais rico	12,1	14,7	14,7	14,6	13,1	13,8	11,7

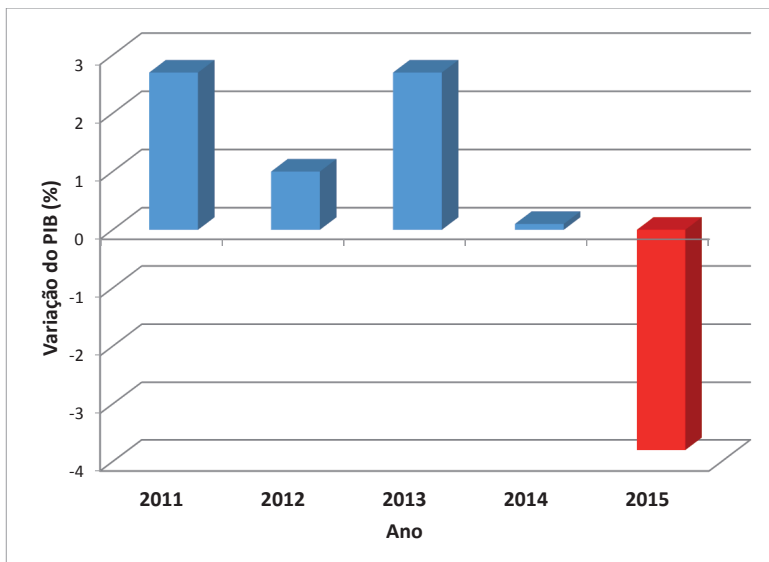
Fonte: IBGE, Censos Demográficos e PNADs

A partir de 2011, a economia brasileira entra em uma rota de instabilidade, marcada por taxas mais baixas de crescimento econômico e taxas de inflação mais elevadas (Gráfico 4). Apesar do cenário econômico mais adverso, os indicadores do mercado de trabalho apresentaram ainda uma evolução relativamente favorável até 2013.

Os dados disponíveis sobre a distribuição de renda indicam, portanto, um processo de redução das desigualdades de renda, puxados pelo crescimento econômico mais significativo, especialmente até 2008, e pelas políticas de transferência de renda aos segmentos mais vulneráveis da socie-

dade brasileira. Contribuiu também, de forma expressiva para a tendência de menor concentração de renda, a continuidade da recuperação do valor real do salário mínimo, que no início de 2016 encontra-se em um patamar quase 20% maior que o verificado em 2010 e quase 130% superior ao observado em 1995, quando este atingiu o seu menor valor real desde que foi criado em 1940 (Gráfico 5). Segundo o DIEESE (2016), os impactos decorrentes da elevação do salário mínimo são expressivos, beneficiando quase 50 milhões de pessoas que têm rendimento referenciado a esse piso. No tocante ao emprego, apesar do cenário econômico menos favorável, os indicadores do mercado de trabalho apresentam ainda um comportamento positivo até 2014, com taxas de desemprego relativamente reduzidas e a tendência de aumento do grau de formalização da força de trabalho, em parte explicada pela redução do ritmo de crescimento da população economicamente ativa. Auxilia também, para a manutenção das taxas de desemprego em patamares relativamente baixos até esse período, o crescimento dos rendimentos do trabalho e as políticas de transferência de renda que possibilitaram a elevação da escolaridade e a entrada tardia do contingente de jovens no mercado de trabalho (HORIE; PELATIERE; MARCOLINO, 2014).

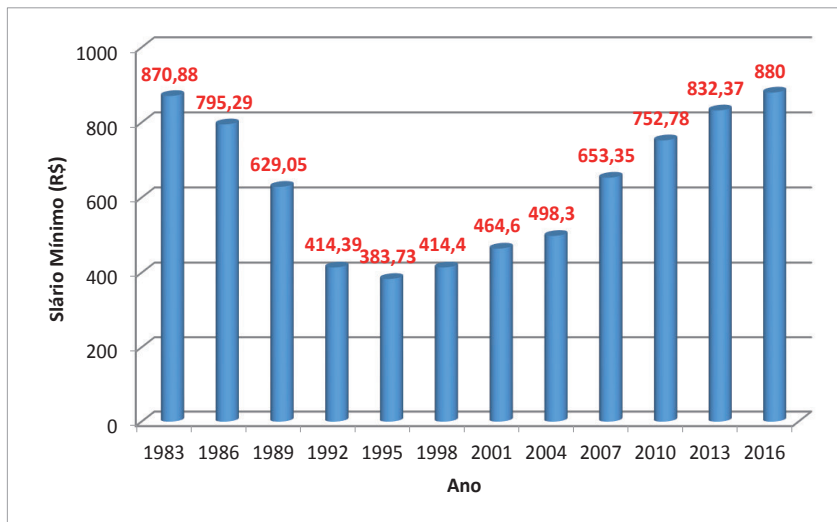
Gráfico 4 - Variação anual do PIB Brasil (2011- 2015)



Fonte: IBGE (2016a)

É preciso considerar, no entanto, que, em que pese os avanços obtidos na redução da desigualdade de renda no país a partir da década de 2000, resultante da combinação de um comportamento mais favorável do mercado de trabalho e da ampliação das políticas sociais levadas a cabo pelo Estado, o quadro distributivo no Brasil continua sendo marcado por fortes desigualdades. Os ganhos salariais ao longo dos anos 2000 representam, em grande medida, uma recuperação do poder de compra dos salários verificados no início da década, corroídos até 2004 (SUMMA, 2014). Além disso, várias pesquisas apontam uma desigualdade ainda maior no tocante à propriedade (CALIXTRE, 2014; MEDEIROS; CASTRO, 2014), a permanência de uma estrutura tributária regressiva do país, e ainda elevado grau de informalidade do mercado de trabalho, de maneira que as desigualdades de renda continuam muito altas, além da permanência das disparidades no tocante ao acesso ao emprego, educação e saúde, transporte público e habitação de melhor qualidade (BARBOSA; AMORIM, 2014).

Gráfico 5 - Evolução do salário mínimo real médio anual em reais de 01 jan. 2016



Fonte: DIEESE

Além disso, o esgotamento do modelo de crescimento, centrado no consumo de bens duráveis, e do aumento do crédito ao consumidor

levaram a uma redução das taxas de crescimento econômico no Governo Dilma, que exigiam a reorientação das políticas econômicas para explorar outras frentes de expansão como a ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e social, necessários para eliminar gargalos de oferta na logística e ampliar a oferta de bens de consumo público e coletivo, a exploração de recursos naturais, particularmente no setor de petróleo e gás e o estímulo ao setor nacional de máquinas e equipamentos para atender aos investimentos nas outras frentes. No entanto, em um contexto de altas taxas de juros, especialmente a partir de 2013, e de valorização cambial, levaram a uma desaceleração da demanda e o aumento de importações, com queda da produção industrial e dos investimentos (que caem de 19,5% do PIB em 2010 para 17,9% em 2014) que não responderam aos incentivos via desonerações fiscais e elevação dos níveis de utilização da capacidade ociosa (BASTOS, 2015). A economia brasileira, que já vinha apresentando uma desaceleração do crescimento na atual década, cresce apenas 0,3% em 2014, causando impactos sobre o quadro distributivo, com uma tendência de estagnação da desigualdade de renda no país.

Apesar da piora de algumas variáveis econômicas a partir de 2014, não havia indicações de uma deterioração significativa dos fundamentos econômicos, como a visão neoliberal e a grande mídia propalavam. A taxa de inflação neste ano, de 6,4%, esteve dentro da meta e com comportamento semelhante ao dos últimos anos. Do ponto de vista fiscal, entre 2004 e 2013, os superávits primários foram em média de 3% anuais do PIB, sendo negativo em 2014, de -0,6% do PIB, resultante da política de desonerações fiscais, do esgotamento do ciclo de consumo, da redução dos investimentos e da estagnação econômica, impactada pelo cenário externo desfavorável e do aumento da taxa de juros a partir do início de 2013, o que levou também a um aumento do déficit nominal. Ainda assim, os níveis da dívida pública líquida ou bruta apresentavam patamares relativamente baixos para os padrões internacionais. Os indicadores de desempenho da economia, da inflação, dos déficits fiscais, do setor externo e do mercado de trabalho sinalizavam para o fim de um ciclo de crescimento, não para uma profunda crise (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2015).

Assim, para alguns analistas, como Bastos (2015) e os da Fundação Perseu Abramo (2015), nada justificaria a “virada neoliberal” e a adoção de

políticas de cunho ortodoxo a partir do início do segundo governo Dilma. Na realidade, segundo estes autores, a deterioração econômica verificada em 2014 foi muito mais reflexo das incertezas políticas em ano de eleições presidenciais e do quadro internacional adverso, do que resultado de decisões equivocadas de política econômica, taxada de “nova matriz econômica”. Com a ajuda da grande mídia, a visão liberal, defendendo um ajuste da economia e das contas públicas, passou a ser dominante, impondo uma agenda marcada pela austeridade fiscal e monetária, via corte de gastos, elevação dos impostos e aumento da taxa básica de juros. Esta última, depois de ter se reduzido de 12,5% em julho de 2012, para 7,25% em outubro deste ano, entrou em rota ascendente desde então, chegando 14,25% em julho de 2015 e vem mantendo este patamar nos últimos meses.

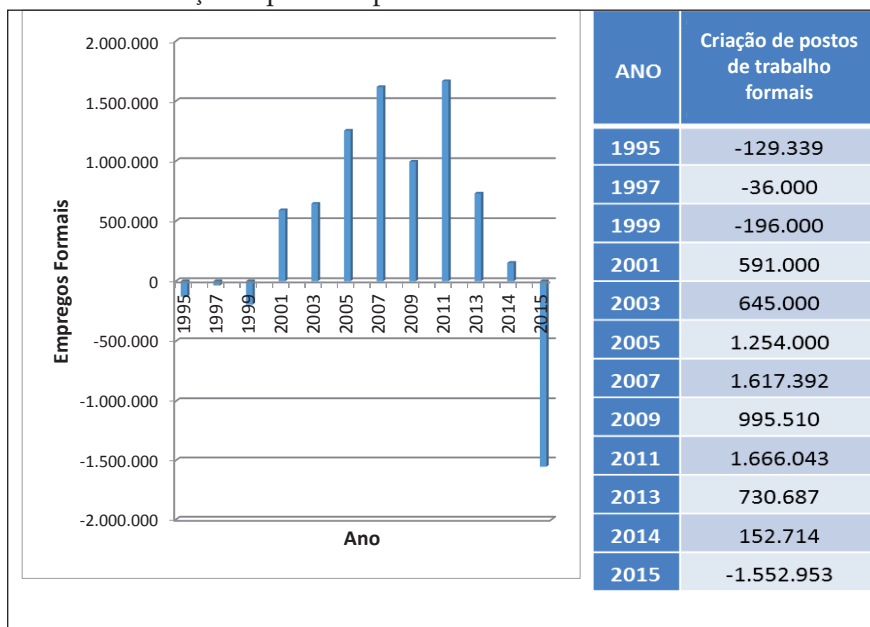
Segundo a Fundação Perseu Abramo (2015), os primeiros resultados da implementação dessa política se traduziram em queda acentuada na taxa de crescimento da economia, de -3,8% em 2015, e com previsão de redução de mais de 3% do PIB neste ano, aumento do desemprego, declínio da renda real do trabalhador e aumento das taxas de inflação no ano passado, que alcançou 11%, segundo o IPCA do IBGE. Além disso, o discurso encampado, inclusive pelo Banco Central, de que o crescimento econômico só retornará pela retomada da confiança empresarial, o que por sua vez dependeria da queda da inflação e do ajuste das contas públicas, dificilmente se concretizará em um horizonte de curto prazo. Isso porque, na medida em que o aumento dos preços em 2015 teve um caráter muito mais “corretivo” do que de demanda, ao se corrigir de uma vez as defasagens das tarifas públicas, como os preços da energia, a queda da inflação tem exigido um brutal aumento das taxas de juros, com impacto devastador sobre a dívida pública e forte desaceleração do mercado do trabalho, com rápido aumento do desemprego e redução do salário real. Ao mesmo tempo, com a significativa redução do nível de atividade econômica a partir de 2015, as receitas tributárias também caíram e o ajuste recessivo tem levado a um aumento da dívida pública, em vez do contrário, como disseminado pelo discurso neoliberal. O aumento dos juros da dívida pública, além de elevar o déficit nominal (em torno de 8% do PIB em 2015) e o endividamento bruto (de 59,8% do PIB em 2014 para 66,2% no final de 2015), tem causado efeitos fortemente negativos sobre a atividade econômica e con-

sumido parcelas crescentes do orçamento público. Os gastos com juros da dívida pública superaram um trilhão de reais entre 2009 e 2013 e mais de 500 bilhões em 2015, o que representa cinco vezes o orçamento da saúde e da educação (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2016).

A crise econômica, resultante do ajuste recessivo e as perspectivas desalentadoras para este ano, apontam para um aumento significativo das taxas de desemprego e o rebaixamento dos salários. Em 2015, mais de 1,5 milhão de postos de trabalho com carteira de trabalho assinada desapareceram (Gráfico 5). Neste ano, mais de 1,1 milhão de postos de trabalho formais já foram perdidos. Já em 2014, tinham sido criadas apenas 150 mil novas vagas, enquanto em 2010 foram gerados mais de 2.130 mil postos de trabalho com carteira (5.400 mil novas vagas entre 2010 e 2013). Como decorrência do menor dinamismo do mercado formal de trabalho, aumentou a informalidade e o trabalho por conta própria como válvula de escape para o maior índice de desemprego. Atividades de trabalho autônomo como pedreiros, serventes e camelôs cresceram 5,2% em 2015 e o emprego doméstico, em retração nos últimos anos, voltou a crescer no ano passado, com uma expansão de 6,2%. Em agosto de 2015, 19,8% da população ocupada, segundo a PME/IBGE, se enquadrava nesta modalidade, a maior desde dezembro de 2006. A taxa de desemprego, por sua vez, que vinha declinando desde o início da pesquisa da PNAD Contínua nesse processo no início de 2012, de 7,5% no segundo trimestre deste ano, para 6,8% no mesmo período em 2014 e começa a crescer no início de 2015, para 7,9% no primeiro trimestre daquele ano e alcançou quase 11% da PEA no primeiro trimestre deste ano (Tabela 2). Este aumento do número de desocupados é formado em parte por jovens que antes estavam dedicados exclusivamente aos estudos e que entram no mercado de trabalho para complementar o orçamento doméstico, além daqueles que perderam seus empregos. Os dados da PNAD Contínua mostram também queda de 3,2% do rendimento médio real no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. No tocante à desigualdade de renda, apesar do Índice de Gini ter diminuído em 2014 em relação ao ano anterior (de 0,495 para 0,490), houve aumento na região Sudeste, a mais rica do país, de 0,475 para 0,478, o que não ocorria desde 2005. Esta tendência deve ter se repetido em 2015 e deve ocorrer neste ano, como re-

sultado do aprofundamento da crise econômica, elevação da inflação, menor crescimento do salário mínimo e do aumento do desemprego. Ou seja, os custos do ajuste têm incidido, sobretudo sobre os mais pobres, através da desvalorização dos salários e um acelerado crescimento do desemprego, o que pode frear a inflação, mas com pesados custos sociais e econômicos.

Gráfico 6 - Geração líquida de postos de trabalho formal



Fonte: MTE/CAGED

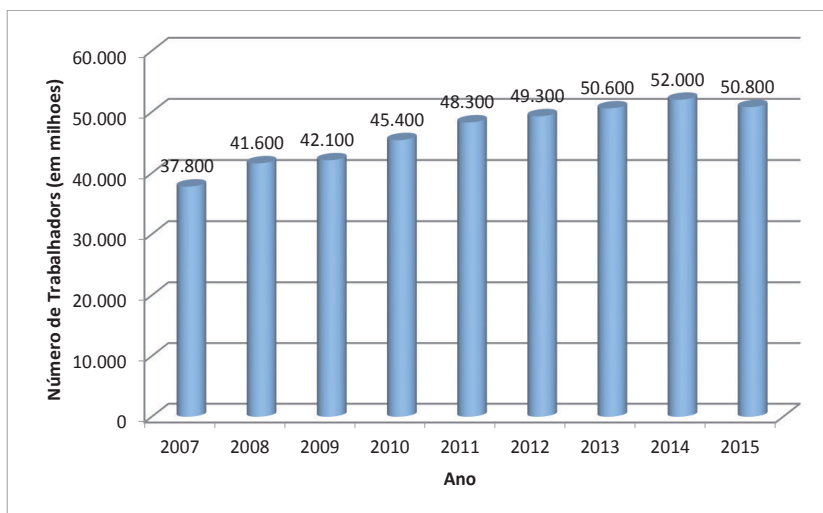
Tabela 2 - Taxa de desemprego e rendimento real dos ocupados em todos os trabalhos (2012-2016)

Período	Taxa de Desemprego	Rendimento Real (R\$)
Abr./mai./jun. 2012	7,5	1.917
Abr./mai./jun. 2013	7,4	1.988
Abr./mai./jun. 2014	6,8	1.961
Jan./fev./mar. 2015	7,9	2.031
Abr./mai./jun. 2015	8,3	2.021
Jul./ago./set. 2015	8,9	1.987
Out./nov./dez. 2015	9,0	1.961
Jan./fev./mar. 2016	10,9	1.966

Fonte: PNAD Contínua/IBGE

Os efeitos da crise econômica sobre a renda do trabalho e emprego também podem ser constatados quando se observa que pela primeira vez desde 2007, o número de trabalhadores que recebeu o décimo terceiro salário caiu em 2015. O número de pessoas que receberam o 13.º salário em 2015 foi 0,3% inferior ao calculado em 2014, em grande parte pela redução do estoque de empregos no setor formal da economia (gráfico 6). Outro indicador que revela a deterioração das condições do mercado de trabalho, segundo o DIEESE, é que em quase metade das negociações coletivas em 2015, analisadas pelo órgão os reajustes salariais ficaram iguais ou inferiores ao INPC, pior desempenho das negociações coletivas de reajuste salarial desde 2004 (DIEESE, 2016). Como já apontava Dedecca (2013), sem um ritmo maior de crescimento econômico, um maior patamar dos investimentos produtivos e o esgotamento das políticas de transferência de renda, aumentam os desafios para superar o quadro de elevada desigualdade que ainda persiste no país, especialmente no panorama de profunda recessão pelo qual passa o país.

Gráfico 7 - Trabalhadores do mercado formal que receberam 13.º salário



Fonte: DIEESE (2015)

A superação da pobreza e da desigualdade exige uma combinação de políticas sincronizadas (macroeconômica, de competitividade e comercial) que parecem ter sido abandonadas em função dos interesses domi-

nantes do capital financeiro e da implementação de políticas neoliberais que tendem a levar a economia brasileira a um novo ciclo de estagnação econômica. Ou, como coloca Bastos (2015) em seu ensaio “Austeridade para quem?”, a questão é quem vai pagar a conta, e com a hegemonia da opção conservadora, esta opção mais uma vez, por enquanto, está sendo paga pelos segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira, preservando a riqueza financeira em vez de apostar em uma estratégia que privilegiasse a retomada do crescimento econômico, como defendem os economistas da Fundação Perseu Abramo (2015), o que possibilitaria ampliar as receitas, reduzir gastos com juros, além da necessidade de realização de uma reforma tributária progressiva, revisão de incentivos fiscais e combate à sonegação e evasão de receitas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. F.; AMORIN, R. L. C. Desafios para o enfrentamento da desigualdade no Brasil. In: FAGNANI, R.; FONSECA, A. (Org.), *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 29-50.

BASTOS, P. P. Z. *Austeridade para quem?* a crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas para o Brasil. Campinas, IE/Unicamp [Texto para Discussão] n. 257, 2015.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. Juros de amor. *Tendências/Debates*. Folha de São Paulo. 14 Jan. 2016. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/01/1729277-juros-de-amor.shtml>>. Acesso em 30 ago. 2016.

CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. *Crescimento econômico, distribuição de renda e movimentos sociais no Brasil: 2003-2013*. Lisboa, Atas do Primeiro Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015, p. 1315-1324.

DEDECCA, C. S. *Uma breve nota sobre a complexidade ao desafio da redução da desigualdade e da pobreza segundo a PNAD de 2012*. Campinas, Rede Desenvolvimentista, [Texto para Discussão] n. 14, 2013.

DIEESE. *R\$173 bilhões devem ser injetados na economia a título de 13.º salário*. São Paulo, Nota à Imprensa, 2015.

_____. *Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2015*. São Paulo, Estudos e pesquisas n.80, 2016a.

DIEESE. *Política de valorização do salário mínimo: salário mínimo de 2016 é fixado em R\$880,00*. São Paulo, Nota Técnica n.153, 2016b.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Mudar para sair da crise: alternativas para o Brasil voltar a crescer*. São Paulo, v. 1, 2015.

HORIE, L.; PELATIERE, P.T.; MARCOLINO, A. *O mercado de trabalho brasileiro recente*. São Paulo, Teoria e Debate. n. 123, 2014.

IBGE. Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios com rendimento. *Séries históricas e estatísticas*, 2016a. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=0&vcodigo=FED103&t=indice-gini-distribuicao-rendimento-mensal-domicilios>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Produto interno bruto: valores. *Séries históricas e estatísticas*, 2016b. Disponível em > <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=SCN51&t=produto-interno-bruto-pibbrvalores-real>>. Acesso em: 30 Ago. 2016.

IEDI. *Comércio exterior de bens da indústria de transformação: exportando menos, importando bem mais*. São Paulo, Carta IEDI n. 608, 2014.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. F.; CASTRO, F.A. *O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012*. Brasília, UNB. 2014. Disponível em: <<http://ssm.com/abstract=2479685>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

AJUSTE FISCAL E AUSTRERIDADE: SAÍDA À DIREITA

Luís Antonio PAULINO

INTRODUÇÃO

Entre 2004 e 2014, a economia brasileira cresceu em média 4% ao ano e a taxa de desemprego caiu de 11,4% para 4,8%. A formalização do emprego cresceu, no mesmo período, de 58% para 68% e o salário real, em 2014, era 35% mais elevado do que em 2004 (BARBOZA; FRANCA, 2016). Segundo o Banco Mundial, o Brasil foi o mais bem-sucedido país da América Latina na luta pela erradicação da pobreza. Em seu último relatório, o banco destaca que o número de brasileiros vivendo com menos de 2,5 dólares por dia caiu de 10% para 4%, entre 2001 e 2013. Tudo parecia indicar que o Brasil havia finalmente deixado para trás a triste sina do *stop and go* do modelo econômico concentrador de renda das últimas décadas e começado a trilhar, ao lado de outras economias emergentes, um novo caminho rumo ao desenvolvimento com distribuição de renda. Parecia que a um só tempo, diminuía as diferenças entre países ricos e países pobres e as diferenças entre ricos e pobres nos países em desenvolvimento. Muitos falaram em “grande convergência” na economia mundial, na medida em que a renda *per capita* nos países em desenvolvimento passou a crescer mais rapidamente que nos países ricos. A conservadora revista britânica *The Economist*, por exemplo, na edição de novembro de 2009, estampando

um Cristo Redentor como um foguete decolando na capa, previa que em algum momento após a década de 2014, o Brasil se tornaria a quinta maior economia do mundo.

Mas entre a taça e os lábios há certa distância. Não tardou para que os efeitos da crise de 2008, dos quais o Brasil havia escapado inicialmente, ao adotar políticas anticíclicas de estímulo ao consumo e à produção, finalmente atingissem os países em desenvolvimento. O elemento externo detonador da crise, no caso do Brasil, foi a queda no preço internacional das *commodities* minerais e agrícolas. O preço do minério de ferro, principal produto de exportação do Brasil, caiu de US\$150/tonelada, no momento de auge, para US\$38 no final de 2015. O mesmo ocorreu com o preço de outras *commodities* minerais e agrícolas que o país exporta como aço, soja e petróleo, resultado do aumento internacional da oferta e da queda mundial no consumo. O receio de elevação dos juros nos Estados Unidos, depois de quase uma década de políticas monetárias expansionistas (*quantitative easing*) e de taxas de juros próximas de zero, trouxeram turbulência no mercado financeiro, provocando acentuada desvalorização do Real e elevação da taxa de inflação. Com receita tributária em queda, inflação em alta e pouca margem para reduzir gastos, a Presidente Dilma Rousseff foi reeleita no final de 2014 por uma pequena diferença de votos, prometendo manter os gastos sociais que a oposição conservadora dizia não caberem mais no orçamento do governo. Diante de um clima geral de desconfiança do empresariado, em parte causado pela indecisão do governo em relação a que caminho a seguir, a taxa de investimento privado despencou e taxa de desemprego subiu, alcançando, no final de 2015, 8,2%. Com a inflação em alta, o salário real, em janeiro de 2016, era 7,5% mais baixo do que em janeiro de 2014. Em 2015, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi negativo em 4% e as previsões são o que o mesmo se repita em 2016, podendo, assim, a economia brasileira encolher 8% em apenas dois anos, levando o país à pior recessão da sua história. Incapaz de convencer a opinião pública de que em uma economia sem moeda conversível, o risco de *default* do governo é zero, uma vez que, por definição, um governo não pode se tornar insolvente na moeda em que ele mesmo emite, as discussões sobre o superávit primário passaram a dominar o debate econômico (RESENDE, 2009). O déficit primário do governo central bateu novo recorde em fevereiro de 2016, alcançando R\$125,139

bilhões ou 2,11% PIB. O déficit nominal alcançou R\$638,572 bilhões ou 10,75% do PIB, com os encargos da dívida pública consumindo R\$513,433 bilhões, ou 8,64% do PIB (CAMPOS; RIBEIRO, 2016). Em um cenário de juros altos, com a taxa Selic em 14,25% ao ano, crescimento negativo da economia e incapacidade de gerar superávits primários, a trajetória do endividamento público seguiu em alta. Embora a dívida líquida do setor público permaneça em torno dos menores níveis históricos – 36,8% do PIB, ou R\$ 2,186 trilhões – a dívida bruta bateu nova máxima histórica ao superar R\$4 trilhões, o que corresponde a 67,6% do PIB, podendo chegar, em 2017, a 80,5% do PIB, segundo previsão do FMI, ante a média de 45,4% dos países emergentes. Na verdade, nada disso seria um grande problema, haja vista que países como Japão e Itália, com moedas conversíveis, apresentam níveis de endividamento do setor público superior a 100% e nem por isso causam pânico entre credores nacionais e internacionais e nem precisam pagar 14,25% de juros para vender seus títulos. Se o país conseguir manter a inflação dentro de limites razoáveis e o seu balanço de pagamentos equilibrado, o tamanho do déficit público é o menor dos problemas. O problema como veremos adiante, no caso do Brasil, é que por trás desta (falsa) discussão sobre o déficit público está outro problema: a serviço de quem está o Estado?

COMO CHEGAMOS À CRISE?

Escrever sobre conjuntura é sempre arriscado. Como já afirmou o historiador Eric Hobsbawm, quem escreve sobre acontecimentos recentes sempre corre o risco de ter os calcanhares mordidos pela história. Não creio, entretanto, estar fazendo juízo apressado ao afirmar que a atual crise brasileira não pode ser dissociada da crise econômica global iniciada em 2008 e até hoje não superada e que qualquer governo que tivesse sido eleito em novembro de 2014 teria necessariamente de enfrentar.

Talvez o que imprima tons mais carregados para a crise que o Brasil atravessa seja a extrema dificuldade de se encontrar alternativas imediatas de saída, uma vez que a correlação de forças políticas extremamente polarizadas não permite saída nem à esquerda, nem à direita, levando o país a um impasse. No início da década de 1990, vivemos a crise da hiperinflação, só foi possível encontrar uma saída mais ou menos duradoura

quando foi eleito um governo conservador que bancou uma saída à direita que encontrou um “pagador em última instância” que assumiu de forma definitiva o custo do ajuste: os salários.

Mesmo no período 2002/2003, quando a economia apresentou forte turbulência por ocasião da mudança de governo e eleição do presidente Lula, só um compromisso claro com a agenda conservadora – metas de inflação, superávit primário e câmbio flexível – evitou a eclosão de uma nova crise. Por conta de circunstâncias externas únicas, que discutiremos a seguir, aquele foi um raro momento em que foi possível realizar melhoras na condição de vida dos mais pobres sem mexer com o interesse dos ricos, o que em teoria econômica é chamado de “critério de Pareto”. Entretanto, conforme afirma Chang (2015, p. 117): “Na vida real, infelizmente, há poucas mudanças que não prejudicam alguém; assim, o critério de Pareto se torna, na verdade, uma receita para manter o *status quo* e deixar as coisas caminharem sozinhas – ou seja, o *laissez-faire*”.

Qualquer crise traz embutido, em última instância, um conflito distributivo, sem a solução da qual a crise tende a se prolongar indefinidamente. Tão logo se encontre alguém que pague a conta, a crise geralmente arrefece. Em entrevista recente ao jornal Valor Econômico, o mais renomado gestor de recursos brasileiro, Luis Stuhlberger, do fundo Verde foi direto ao ponto: “Como rompe o ciclo? Com profundas reformas econômicas, revisão do estado de bem-estar social, reforma do mercado de trabalho, profunda revisão no gasto social estabelecido pela Constituição, maior abertura comercial, governança nas estatais” (SEABRA; BELLOTO, 2016).

Qualquer um que se debruce sobre a história econômica recente e não veja a economia como uma ciência pura despojada de dimensões políticas e históricas, guiada por decisões racionais de indivíduos que desejam sempre o máximo prazer com o mínimo de esforço, há de constatar que independentemente da vontade dos indivíduos e até mesmo das classes sociais a que esses indivíduos pertençam, a economia capitalista se movimenta em ciclos.

Antes do advento do capitalismo, o crescimento da renda per capita era extremamente lento. Segundo, Chang (2015, p. 56), “Entre os anos 1000 e 1500, a Idade Média, a renda *per capita* na Europa Ocidental

creceu a 0,12% ao ano”. Outras áreas do mundo, como a Ásia e a Europa Oriental, inclusive a Rússia, tiveram taxas ainda menores: 0,04% ao ano (CHANG, 2015, p. 57). Diante de um crescimento tão lento, a economia funcionava de maneira estacionária na qual não ocorriam grandes oscilações, que não fossem aquelas provocadas por fatores externos, como guerras, epidemias ou desastres naturais.

Com o advento do capitalismo, essas taxas de crescimento tiveram um salto surpreendente, permitindo que elevações da renda *per capita* que antes demoravam séculos para ocorrer, agora acontecessem em poucas décadas. Com um crescimento anual de 11%, entre 2002 e 2008, a China, por exemplo, apresentou no período de seis anos um progresso material que na Europa medieval levaria 83 anos para ocorrer (CHANG, 2015, p. 57). Em compensação, a economia capitalista entrou em uma espécie de montanha russa em que ciclos de prosperidade e expansão são sistematicamente seguidos por períodos de penúria e contração da atividade econômica e do emprego.

Os elementos detonadores da crise variam de um lugar para outro, de uma época para outra, mas o roteiro das crises é quase sempre o mesmo: períodos de expansão da atividade econômica, com aumento do investimento e do consumo, apoiado no aumento da renda, dos lucros e, sobretudo, do crédito, seguidos por períodos de contração, com redução da taxa de lucro e da renda, aumento do desemprego, da inadimplência e restrição ao crédito, geralmente associado a crises bancárias. No período de expansão, quem mais ganha, geralmente, são os bancos, que criam moeda e ganham fortunas com as diferenças entre os custos de captação e de empréstimo, o chamado *spread* bancário, que no Brasil é o maior do mundo: 34%. Quando a crise chega, são esses mesmos bancos os primeiros a pedir socorro, para evitar “crises sistêmicas”. A saída da crise pode ser mais ou menos demorada, dependendo da combinação de remédios adotada. Geralmente há três saídas possíveis: inflação, desvalorização ou deflação. Na primeira, os custos são repassados para os credores, uma vez que os devedores veem o valor real de suas dívidas encolherem; na segunda, os custos são repassados para o exterior, pelo aumento das exportações e redução do valor em dólares dos ativos possuídos por estrangeiros no país e; na terceira, o custo é repassado para os tomadores de empréstimos e devedores em

geral que veem o tamanho real de suas dívidas crescer frente à queda dos preços e dos salários. Como, em geral, os credores são em menor número que os devedores e, geralmente, são os mesmos bancos que ganharam muito antes da crise, é natural que a solução preferida pelo “mercado” seja a terceira, ou seja, a deflação. Mesmo sendo a saída mais lenta e dolorosa, com altos custos sociais em termos de desemprego e queda na renda, é a única saída que garante que os créditos dos bancos junto aos tomadores de empréstimos não se transformem em fumaça. É normal, portanto, que em momentos de crise, a palavra que mais se ouça, sobretudo da boca dos banqueiros, seja “austeridade”.

Pouco antes da crise de 2008, alguns economistas achavam que com os novos desenvolvimentos da teoria macroeconômica, os ciclos finalmente teriam sido finalmente domados. Robert Lucas, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1995, escreveu em 2003: “[*The*] *central problem of depression prevention has been solved, for all practical purposes*” (RODRIK, 2015, p. 134). Doce ilusão...

A mais recente crise mundial, iniciada em 2008, nos Estados Unidos, não fugiu à regra. A partir de meados da última década do século XX, a economia mundial expandiu-se rapidamente com base em um ciclo de inovações, sobretudo nas áreas de informática, tecnologia de informações, comunicações e transportes, tendo como centro dinâmico os Estados Unidos. Foi um período de expansão de toda a economia mundial.

A expansão do consumo nos Estados Unidos alimentou os investimentos e exportações da China, que alimentou a demanda por *commodities* da América Latina. Diante da redução das margens de lucro, resultado do acirramento da concorrência pelo domínio de fatias maiores do mercado, grandes massas de capitais procuraram formas alternativas de valorização que, no caso específico desta crise, resultou em uma bolha especulativa no mercado imobiliário norte-americano e outras bolhas especulativas nos mercados imobiliários e de *commodities* internacionais.

Quando a bolha explodiu, em 2007, iniciou-se o processo inverso. A contração do consumo nos Estados Unidos derrubou as exportações e o crescimento da China que, por sua vez, derrubou os preços das *commodities* da América Latina. A crise se propagou por toda a economia mun-

dial, na forma de sucessivas crises de endividamento, na medida em que as dívidas contraídas por empresas e por governos no período de expansão não tinham mais como ser pagas ou refinanciadas.

Após abalar a economia dos Estados Unidos, deixando milhões de pessoas endividadas e desempregadas, a segunda onda de choque atingiu a União Europeia, sobretudo os países com economias mais frágeis, como Irlanda, Itália, Espanha, Portugal e Grécia – os PIIGS – provocando efeitos igualmente devastadores. Na Espanha e na Grécia, a taxa de desemprego atingiu 25%. A terceira onda atingiu os países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. A economia chinesa, que vinha crescendo a taxas próximas de 10% nos últimos 30 anos, viu seu crescimento reduzido a pouco mais da metade desse valor, e foi obrigada a mudar rapidamente seu modelo de desenvolvimento. Em 2015, a economia da China cresceu 6,9%, a menor taxa dos últimos 25 anos, sendo que o setor que mais contribuiu para o crescimento foi o setor de serviços. No primeiro trimestre de 2016, a China cresceu 6,7% em relação aos doze meses anteriores, sendo que o setor de serviços cresceu 7,6%, respondendo por 56,9% do crescimento total (ZHIMING; YANFEI, 2016). A economia da Rússia também entrou em crise. O PIB russo apresentou um índice negativo de 3,7%, em 2015, com a perspectiva de repetir o mesmo desempenho negativo em 2016. No caso do Brasil, a economia ainda cresceu cerca de 2% em 2013, mas a partir daí entrou numa espiral decrescente, resultando num crescimento negativo de cerca de 4% em 2015, com perspectiva de encolher novamente em 2016, podendo acumular um crescimento negativo em torno de 8% num período de dois anos.

O QUE HÁ DE ESPECÍFICO NA CRISE BRASILEIRA?

Se não é possível entender a crise brasileira sem levar em conta as circunstâncias internacionais nas quais está inserida, também é preciso reconhecer que a maneira como cada país reage à crise depende também das circunstâncias internas. A crise mundial coloca uma série de ameaças, e eventualmente de oportunidades, para cada país. Como cada um reage à crise e é mais ou menos afetado por ela, vai depender das suas próprias forças e fraquezas. Por isso, os impactos da crise global são diferentes em cada país. O que para um pode ser um resfriado, para outro pode ser uma

pneumonia mortal. A crise é como uma doença que contamina diferentes grupos de pessoas. Alguns, com a saúde mais frágil, não resistem e morrem; outros em melhores condições de saúde, resistem e se recuperam. A recuperação pode ser rápida para uns, mais lenta para outros. Podem não deixar sequelas em alguns, mas comprometer definitivamente a saúde de outros. A analogia não é a mais adequada, pois não há como um país “morrer” e nada é definitivo em economia e política. Mas fato é que o grau de sofrimento e o tempo de recuperação podem variar bastante de um país para o outro, dependendo de como esteja, se mais ou menos preparado para enfrentar a crise e, sobretudo, dos remédios administrados.

Depois das turbulências de 2002/2003, provocadas por desconfianças do mercado em relação à ascensão ao poder de um governo de esquerda, a economia brasileira entrou, graças a circunstâncias únicas que talvez não mais se repitam, em uma rota de forte expansão que durou pelo até 2009. O crescimento mundial, até a eclosão da crise, em 2008, foi sustentado por duas poderosas forças: a expansão do consumo nos Estados Unidos e o rápido crescimento da China.

Nos Estados Unidos, o crescimento foi sustentado pela forte expansão do consumo e do setor imobiliário. A valorização dos imóveis, alimentada pela farta oferta de crédito, levou à formação de uma bolha especulativa que ao explodir, em 2008, levou o sistema bancário norte-americano à beira da falência. Pessoas sem nenhum histórico de crédito, os chamados *subprime*, podiam adquirir diversos imóveis, cujas hipotecas eram empacotadas em produtos financeiros sofisticados pelos bancos de investimento norte-americanos e vendidas com avaliação *Triple A* dada pelas agências de risco – as mesmas que agora rebaixam a avaliação dos títulos soberanos do Brasil – alimentando um processo especulativo em que hipotecas eram resgatadas com novas hipotecas e o consumo das famílias se expandia com base nessa falsa sensação de riqueza. Também contribuiu para a expansão do crédito, o fato da China e outros países que exportavam para os Estados Unidos reciclarem seus superávits comerciais, adquirindo títulos do Tesouro americano ajudando, assim, a financiar a baixo custo essa orgia de consumo.

O crescimento da China, a segunda turbina a impulsionar o crescimento da economia mundial nesse período, foi alimentado principalmente pela expansão das exportações de bens manufaturados, em grande

parte para os Estados Unidos, e pelos investimentos internos em infraestrutura e habitação, e pelo aumento do consumo interno decorrente do rápido processo de urbanização da China. A economia chinesa já vinha crescendo a taxas próximas de 10% ao ano, há três décadas, resultado do processo de reforma e abertura iniciado em 1978, mas que ganhou grande impulso na primeira década do século XXI, quando a China entrou para a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, e conseguiu inserir-se estrategicamente nas cadeias globais de produção das principais indústrias de montagem, tornando-se a “fábrica do mundo”. Pequenas vilas de pescadores na costa leste, com Shenzhen e Yiwu, se tornaram em poucos anos metrópoles com milhões de habitantes atraindo trabalhadores de todo o interior da China. Investimentos em infraestrutura e empreendimentos habitacionais multiplicaram-se por todo o país, transformando a China em um gigantesco canteiro de obras. A necessidade de importação de matérias-primas para sustentar esse crescimento vertiginoso levou ao ciclo inédito de valorização de *commodities*.

Essas duas poderosas turbinas fizeram a econômica mundial decolar e sustentar seu voo por quase uma década. Mesmo quando em 2008, com o estouro da bolha imobiliária, os Estados Unidos e em seguida a Europa tiveram suas economias em declínio, a China continuou a sustentar o crescimento mundial por mais alguns anos, até que ela própria sentisse os impactos da crise a partir de 2012 e fosse obrigada a mudar seu modelo de crescimento.

Esse período de expansão da economia mundial refletiu-se no Brasil de duas formas: pelo aumento dos preços e das quantidades exportadas das *commodities* minerais e agrícolas e pelo aumento do investimento direto estrangeiro. Esse ciclo de alta das *commodities* melhorou de formas significativas as relações de troca do Brasil, levando alguns economistas a pôr em dúvida se a tendência secular de deterioração dos termos de troca apontada pelos economistas da escola estruturalista latino-americana como uma das causas do subdesenvolvimento latino-americano continuava válida. A entrada de investimento direto estrangeiro, inicialmente para financiar empreendimentos relacionados à produção e exportação de *commodities* e exploração do petróleo do pré-sal, mas também para financiar investimentos industriais e no setor de serviços, contribuiu para criar

um forte clima de otimismo em relação ao Brasil. A imagem do Cristo Redentor decolando na capa da revista *The Economist* na edição de novembro de 2009 é emblemática e demonstra o clima de otimismo do mundo em relação ao Brasil:

China may be leading the world economy out of recession but Brazil is also on a roll. It did not avoid the downturn, but was among the last in and the first out. Its economy is growing again at an annualised rate of 5%. It should pick up more speed over the next few years as big new deep-sea oilfields come on stream, and as Asian countries still hunger for food and minerals from Brazil's vast and bountiful land. Forecasts vary, but sometime in the decade after 2014 – rather sooner than Goldman Sachs envisaged—Brazil is likely to become the world's fifth-largest economy, overtaking Britain and France. By 2025 São Paulo will be its fifth-wealthiest city, according to PwC, a consultancy.

Esse ciclo das *commodities* refletiu sobre a economia brasileira de diferentes formas. A balança comercial passou a apresentar superávits crescentes, mesmo com o aumento de importações de bens manufaturados e insumos industriais.

Uma das consequências da forte entrada de divisas provenientes da exportação de *commodities* e da entrada do investimento direto estrangeiro foi a valorização cambial. A taxa de câmbio nominal que, em 2003, havia subido para R\$3,07, atingiu, em 2008, o valor de R\$1,84/dólar, barateando as importações e outros gastos no exterior. Diversos economistas passaram a suspeitar de que o Brasil estaria sendo acometido pela chamada “Doença Holandesa”, ou seja, um processo de desindustrialização prematuro provocado pela perda de competitividade da indústria decorrente da valorização excessiva do Real frente ao dólar. Segundo Bresser-Pereira,

A doença holandesa é uma falha de mercado que atinge todos os países em desenvolvimento que dispõem de recursos abundantes e baratos. Esses recursos dão origem a uma “renda ricardiana”, ou seja, uma renda que não decorre da produção mais eficiente, mas de diferenciais de produtividade originados nos recursos naturais do país. Quando um país sofre da doença holandesa, a taxa de câmbio que equilibra sua conta corrente é mais apreciada que a “taxa de câmbio de equilíbrio industrial”, ou seja, do que a taxa de câmbio que torna viável a produção de bens comercializáveis que empregam tecnologia no estado da arte. Dependendo da gravidade da doença holandesa, ela pode inviabilizar

completamente a indústria de um país, o que ocorre com muitos produtores de petróleo. (Bresser-Pereira, 2010, p. 8).

Os sinais do processo de desindustrialização e de reprimarização das exportações brasileiras estavam evidenciados nas mudanças da pauta de exportações do país. Em 2009, pela primeira vez em 30 anos, a exportação de *commodities* superou a exportação de manufaturas.

Muitos críticos acusaram o governo de estar praticando o que chamaram de “populismo cambial”, ou seja, promover artificialmente a elevação do poder de compra dos salários por meio da redução de preços dos bens de consumo decorrente da valorização da taxa de câmbio.

De fato, durante período 2003-2010, a renda do trabalho expandiu-se rapidamente. Provavelmente foi a primeira vez na história do país em que um ciclo de expansão da economia contribuiu para melhorar as condições sociais da população e melhorar a distribuição de renda, dado que em todos os ciclos anteriores, sobretudo durante o chamado “milagre econômico” da década de 1970, o resultado do crescimento foi o aumento da concentração de renda.

Duas iniciativas tomadas no governo Lula foram decisivas para a melhoria da distribuição de renda: os programas de redução da pobreza e o aumento real do salário mínimo. Depois da criação do Programa Fome Zero em 2003, a estratégia de combate à pobreza foi aperfeiçoada e diversas ações foram integradas no Programa Bolsa Família. O número de famílias beneficiadas aumentou de forma acelerada e, em 2005, o Bolsa Família já transferia 0,3% do PIB e beneficiava 8,7 milhões de famílias (BRASIL, 2010). Ao mesmo tempo, teve início a política de recuperação do salário mínimo, visando recuperar as perdas do período de inflação alta. O aumento real do salário mínimo, na média anual, foi de 3,72% em 2004, e de 6,96% no ano seguinte. Em 2006, o reajuste atingiu 16,7%, o maior percentual do período. Com base na Lei n.º 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que estabeleceu a política de longo prazo para o valor mensal mínimo recebido, o cálculo do aumento passou a ser feito pela regra de que, a cada ano, o aumento do salário mínimo corresponderá à variação do PIB do ano retrasado mais a inflação média do ano anterior medida pelo Índice Nacional de Preços ao

Consumidor (INPC). Um subproduto da política de valorização do salário mínimo foi a elevação no pagamento dos benefícios previdenciários, aumentando a renda disponível para a maioria dos aposentados e pensionistas do INSS (BRASIL, 2010). Outros mecanismos também ajudaram a desenvolver o mercado doméstico. Entre eles, destacam-se a criação do crédito consignado e reestruturação da folha de pagamentos do governo federal. Em 2006, houve aumentos salariais para as carreiras típicas de Estado, além da ampliação de contratações por concurso público e substituição de terceirizados. Com essas medidas, o gasto com pessoal subiu de 4,3% (2005) para 4,5% do PIB em 2008 (BRASIL, 2010, p. 14).

A partir de 2006, o governo federal passou a aumentar seus investimentos e a criar mecanismos para que as empresas também pudessem ampliar seus negócios. Em 2007, as despesas federais de investimento em infraestrutura foram consolidadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com investimentos previstos para o período 2007-2010 de R\$504 bilhões, divididos em energia (R\$275 bilhões), infraestrutura social (R\$171 bilhões) e logística (R\$58 bilhões), o que permitiu que o investimento em capital fixo no Brasil aumentasse de 15,4% do PIB, em 2003, para 19%, em 2008. Para esse aumento dos investimentos também foram decisivos os empréstimos do BNDES que aumentaram de R\$33,5 bilhões, em 2003, para R\$90,9 bilhões, em 2009. O PAC promoveu também desonerações tributárias para incentivar o investimento privado e alavancar o crescimento do mercado de massas no Brasil, que aconteceu principalmente na construção residencial e no setor de bens de consumo duráveis. Em 2008, o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) levou a novas desonerações, com aproveitamento mais rápido de créditos tributários para investimentos e redução do IPI, além de outros incentivos tributários específicos, que beneficiaram setores com a construção pesada e empresas de alta tecnologia, como de semicondutores e de computadores (BRASIL, 2010, p. 16).

Destaque-se também que o mercado de crédito acompanhou a aceleração da economia. O volume de crédito “livre”, que não é dirigido para uma atividade específica, duplicou entre dezembro de 2005 e dezembro de 2008. O crédito habitacional cresceu 73% entre 2006 e 2008 e o crédito agrícola expandiu-se de forma pronunciada. O Plano Safra aumen-

tou de R\$54 bilhões no período 2006-2006 para R\$78 bilhões em 2008-2009 (BRASIL, 2010, p. 17).

Com o agravamento da crise internacional no final de 2008, o mercado brasileiro sentiu a rápida e acentuada contração na oferta de crédito e ocorreu um grande fluxo de saída de capitais do país. Houve retração do comércio global, afetando as exportações brasileiras. Com a redução da confiança dos consumidores e das empresas, a demanda doméstica caiu e o país enfrentou dois semestres consecutivos de queda no PIB (BRASIL, 2010, p. 18).

É importante destacar que todas essas medidas não significaram, no período 2003-2010, uma redução expressiva do superávit primário, que passou de 2,5% do PIB no triênio 2003-2006 para 2,3% em 2006-2008 (BRASIL, 2010). Da mesma forma, a dívida bruta do setor público, que estava em 48% do PIB no final de 2005, continuou a recuar e caiu para 37,34% no PIB, em 2008 (BRASIL, 2010, p. 18).

O governo brasileiro reagiu à crise tomando medidas emergenciais com o objetivo de reduzir seus efeitos sobre o país, sobretudo sobre a renda das famílias. Uma das medidas mais importantes foi o aumento da transferência de renda para as famílias que passou de 6,9% do PIB, em 2002, para 8,6% do PIB, em 2008, e 9,3% do PIB, em 2009. O salário mínimo foi aumentado em 12%, em 2009. Apesar da crise, não houve corte nos investimentos: a União investiu o equivalente a 1% do PIB e a Petrobrás, 2% (BRASIL, 2010, p. 18). A política de desonerações tributárias foi expandida, o que gerou aumento da renda disponível às empresas. O cronograma de reajustes salariais e contratações para o serviço público não foi alterado em 2009. O governo federal tomou medidas para expandir a liquidez da economia, restabelecer as condições de crédito. Houve redução dos depósitos compulsórios do sistema bancário e o governo disponibilizou 3,3% do PIB ao BNDES, o que possibilitou oferta de linhas especiais de crédito de curto prazo ao setor produtivo. Os bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – aumentaram a oferta de crédito em 33% entre setembro de 2008 e julho de 2009 (BRASIL, 2010, p. 19). Em janeiro de 2009, o Banco Central deu início à paulatina redução da taxa básica de juros, que recuou dos 13,75% vigentes em setembro de 2008 para 8,75% em meados de 2009. Mas o principal instrumento do Governo Federal para estimular a recuperação econômica foi a redução

temporária de impostos. Essas reduções começaram no final de 2008, com a redução das alíquotas de IPI para o setor automotivo e foram estendidas em 2009 para outros setores: bens de consumo duráveis, construção, bens de capital, motocicletas, móveis e alimentos. Outra medida tomada foi o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, com o objetivo de promover a construção de um milhão de novas residências, com um subsídio total equivalente a 1,2% do PIB. Esse conjunto de medidas permitiu que, apesar a crise, o PIB crescesse 5,1% e se mantivesse estável em 2009 com um crescimento de 0,2% (BRASIL, 2010, p. 19). Em 2010, o PIB brasileiro cresceu 7,6%, a maior alta desde 1985 (BRASIL, 2010, p. 20).

O balanço da economia brasileira no período 2003-2010 apontava para a consolidação de um novo modelo de desenvolvimento econômico, apoiado no tripé estabilidade econômica, crescimento com geração de empregos e distribuição de renda. O que ocorreu a partir de 2011, quando a presidente Dilma Rousseff assumia seu primeiro mandato, e viria mostrar que as bases desse novo modelo não eram tão robustas quanto se imaginava e, sobretudo, que os conflitos distributivos, que a implementação de tal modelo implicava, não encontrariam respaldo social suficiente dos segmentos melhor situados na ainda extremamente desigual escala de distribuição de renda da sociedade brasileira.

Para os críticos do governo Dilma, a causa principal da derrocada da economia brasileira a partir de 2014, estaria no abandono da fórmula de sucesso implementada, a partir de 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso e seguida no primeiro governo Lula, baseada no tripé metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. Segundo Oreiro (2013):

Nos últimos meses diversos analistas têm entoado um réquiem para o tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante), vigente no país desde 1999. Argumenta-se que embora não tenha sido formalmente anunciado, na prática o governo Dilma Rousseff teria abandonado o regime de metas de inflação em favor de um regime de meta de taxa de juros, substituído a (sic) livre flutuação da taxa de câmbio por um regime de câmbio administrado e sepultado o compromisso com a obtenção de metas de superávit primário por intermédio da assim chamada “contabilidade criativa”. O abandono do tripé seria o responsável por um aumento do grau de discricionariedade (para não dizer irresponsabilidade) na condução da política macroeconômica, o que estaria se traduzindo na redução da taxa de

crescimento da economia brasileira em função dos efeitos que o aumento da incerteza macroeconômica tem sobre a decisão de investimento em capital fixo.

Giambiagi e Schwartzman (2014) e Giambiagi e Pinheiro (2012), economistas liberais extremamente críticos da gestão macroeconômica do governo Dilma, atribuem os problemas ao aumento das despesas primárias do governo e seu ao viés intervencionista. Segundo Giambiagi e Pinheiro (2012, p. 15), “[o] Brasil vive há três décadas numa espécie de ‘mundo da fantasia’, em que a economia, em geral, e o gasto público, em particular, são conduzidos como se não tivessem limites”. Na mesa linha, Giambiagi e Schwartzman (2014, p. 239) afirmam:

[o] que está acontecendo no Brasil nos últimos anos é uma decorrência natural de (más) escolhas feitas no passado. A ênfase excessiva no consumo, o intervencionismo exacerbado, o descaso com os sinais de aumento da pressão inflacionária, o desleixo fiscal, o abuso da “contabilidade criativa” etc. só poderiam ter tido com consequência o estado de coisas que estamos assistindo [...].

O denominador comum de todas as visões críticas ao governo é o abandono por parte do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) da orientação da política macroeconômica estabelecida pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e seguida parcialmente no primeiro governo Lula (2003-2006), baseado no tripé metas de inflação, superávit primário, câmbio flutuante em favor de uma política de inspiração keynesiana que procurava combinar queda nos juros, alta do dólar e política fiscal anticíclica que ficou conhecida como “nova matriz macroeconômica”. Todos são igualmente críticos à Constituição de 1988 que teria criado um estado de bem-estar social no Brasil que não cabe dentro do orçamento do governo e que só pode ser mantido à custa do endividamento crescente do Estado, uma vez que a carga tributária atual de 36% do PIB atingiu um patamar além do qual a aprovação de qualquer aumento tornou-se cada vez mais inviável e custosa no Congresso.

No que diz respeito a esse último aspecto, um exemplo frequentemente citado pelos críticos da política fiscal do governo é a questão da previ-

dência social. Quando a Constituição de 1988 foi promulgada, ampliando o acesso à Previdência Social, a despesa com aposentadorias representava 2,5% do PIB. Atualmente, o INSS gasta com o pagamento de benefícios, cerca de 7,5% do PIB. As reformas aprovadas em 2003 e regulamentadas em 2012, estabelecendo um teto único para aposentadorias nos setores públicos e privado, além do qual a complementação deve ser feita por meio de fundos fechados de previdência com base da contribuição individual dos trabalhadores já representou, em perspectiva, um corte importante nessas despesas no futuro, mas não altera substancialmente a situação atual.

AUSTERIDADE E AJUSTE FISCAL: A SAÍDA À DIREITA PARA A CRISE

Se pudéssemos resumir os termos do debate atual em torno das possíveis saídas para a crise poderíamos alinhar as diferentes propostas em torno de duas escolas de pensamento econômico: a neoliberal e a keynesiana.

A visão neoliberal, como vimos acima, atribui a crise “à ênfase excessiva no consumo” e “ao desleixo fiscal”, ou seja, ao aumento do déficit público. É uma maneira estranha de ver a crise, pois é como se alguém que saísse de casa para adquirir um carro ou uma geladeira estivesse contribuindo para a queda do PIB. A respeito desse paradoxo há um famoso debate entre o economista inglês Richard Kahn e Hayek, na Universidade de Cambridge, relatado pela contemporânea de Keynes, Joan Robinson no qual R. F. Kahn pergunta a Hayek, “Se eu sair amanhã e comprar um casaco novo, isso vai aumentar o desemprego?”, ao que responde Hayek: “Sim... mas seria necessária uma longa discussão matemática para explicar o porquê”. (BLYTH, 2013, p. 144).

De acordo com esse modo peculiar de ver as coisas, a origem da crise está, em parte, no aumento da oferta de crédito por parte do setor bancário estatal (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES), que levou a um aumento de consumo, sem o correspondente aumento da oferta. Parte desse aumento de consumo teria sido atendida pelo aumento das importações, tornadas mais baratas pela valorização da taxa de câmbio provocada pelo aumento dos preços internacionais das *commodities* minerais e agrícolas que o Brasil exporta. A esse fato, alguns críticos do gover-

no atribuíram o nome de “populismo cambial”. Só não explicam como o governo poderia evitar a valorização do câmbio, se eles próprios defendem que uma das virtudes do modelo macroeconômico vitorioso que o governo teria abandonado era exatamente o câmbio flexível.

Os esforços do governo para manter o câmbio minimamente competitivo, aumentando o volume de reservas a mais de US\$375 bilhões contribuem diretamente para o aumento da dívida pública, uma vez que a diferença entre a remuneração dos títulos do Tesouro americano, adquiridos com as reservas em dólar, e dos títulos do Tesouro brasileiro, que o governo emite para comprar essas reservas impacta diretamente no aumento do déficit público. Se considerarmos, por exemplo, que as reservas estejam aplicadas em título do Tesouro dos Estados Unidos com vencimento de 20 anos, que pagam em torno de 2% ao ano e o que o governo brasileiro emite títulos indexados à taxa Selic, que está em 14,25% ao ano, para retirar de circulação os reais equivalentes ao valor das reservas adquiridas, o custo anual de manutenção dessas reservas seria de aproximadamente US\$45 bilhões ou R\$170 bilhões, quase 3% do PIB.

A outro motivo da crise, o “desleixo fiscal” e o “intervencionismo exacerbado” estariam, de um lado, associados à insistência do governo em manter e expandir um estado de bem estar social “que não cabe no orçamento” e, de outro, às inúmeras iniciativas tomadas pelo governo, seja na forma de isenções fiscais, seja na forma de crédito subsidiado, com o objetivo de estimular o investimento produtivo privado e reduzir o custo de produção das empresas domésticas, visando aumentar sua competitividade.

Os principais ícones desse “desleixo e intervencionismo” seriam, além do já citado gasto previdenciário, os inúmeros programas sociais do governo que listamos resumidamente abaixo conforme levantamento feito por Nascimento (2013):

- **Bolsa Família:** criado em 2003, é a principal ação do governo federal para a redução da miséria. Atende atualmente mais de 13 milhões de famílias com renda *per capita* inferior a R\$140 por mês e/ou que tenham em sua composição gestantes, crianças ou adolescentes de entre 0 e 17 anos. Para receber o benefício, é preciso atender a vários requisitos, entre eles, manter os filhos na escola. O valor pago a cada grupo familiar varia

de R\$70 a R\$306, no máximo. A estimativa de custo desse programa para os cofres públicos, em 2015, foi de R\$27 bilhões, ou 0,5% do PIB.

- **Brasil Carinhoso:** trata-se de um complemento ao Programa Bolsa Família, visando reduzir a extrema pobreza entre grupos familiares com crianças e adolescentes até 15 anos. As famílias beneficiadas pelo programa podem receber até R\$235 mensais. Ao todo, 16,4 milhões de brasileiros deveriam ser beneficiados pela iniciativa.
- **Rede Cegonha:** criado em 2011, a Rede Cegonha foi o primeiro grande programa social criado pela presidenta Dilma Rousseff. Consiste em um sistema de monitoramento universal das gestantes para a prevenção da mortalidade materna no país. As gestantes têm direito a auxílio financeiro para o deslocamento às consultas de pré-natal e à unidade de saúde onde será realizado o parto. O objetivo é ampliar o acesso de atendimento obstétrico às mulheres de baixa renda, além de humanizar a assistência oferecida nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Minha Casa, Minha Vida:** o programa foi criado em 2009, ainda durante o governo Lula, com base no financiamento habitacional urbano e também rural. Há duas modalidades de atendimento: o primeiro para famílias com renda até R\$ 1,6 mil, enquanto o segundo contempla grupos familiares com renda de até R\$ 5 mil. A primeira etapa do programa resultou na entrega de mais de 1 milhão de moradias. A segunda fase, ainda mais ambiciosa, pretendia entregar mais 2 milhões de casas e apartamentos até 2014.
- **Luz para Todos:** o governo federal lançou o programa em novembro de 2003. O objetivo é levar energia elétrica a todos os domicílios rurais do país. O programa foi desenvolvido pelo Ministério das Minas e Energia, que na época era comandado por Dilma Rousseff, hoje presidenta da República. A meta da primeira fase de atender 10 milhões de pessoas estava prevista para ser alcançada em 2008, mas só o foi no ano seguinte. Em 2012, a União anunciou que mais 14,4 milhões de moradores rurais de todo o Brasil já eram contemplados com eletricidade em suas casas.
- **Prouni:** criado em 2004, o Programa Universidade para Todos (Prouni) concede bolsas de estudo, parciais ou integrais, a estudantes de baixa renda. São direcionadas a cursos de graduação e sequenciais, em ins-

tituições privadas de educação superior. Em contrapartida, o governo federal oferece isenção de alguns tributos às entidades de ensino que participem do Programa. São contemplados estudantes da rede pública de ensino ou que tenham estudado na rede particular como bolsistas integrais. É preciso ainda ser de uma família com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos e obter boas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Mais de 1 milhão de estudantes, sendo 67% com bolsas integrais, já foram atendidos.

- **Pronatec:** semelhante ao Prouni, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011. O objetivo é ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Além da criação de cursos técnicos gratuitos, o projeto também inclui a concessão de bolsas para estudantes matriculados no Ensino Médio. As vagas gratuitas são destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.
- **Viver sem Limite:** com o nome oficial de Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, trata-se de um megaprojeto, que reúne ações de 15 ministérios e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). Criado em 2011, tem como objetivo melhorar a vida dos cerca de 45,6 milhões de brasileiros – segundo o Censo 2010 – que possuem algum tipo de deficiência. O Viver sem Limite envolve todas as unidades da federação e previa um investimento total de R\$ 7,6 bilhões até 2014.
- **Saúde Não Tem Preço:** Também criado em 2011, o programa oferece acesso gratuito a medicamentos para hipertensão e diabetes, beneficiando 33 milhões de hipertensos e 7,5 milhões de diabéticos. De acordo com dados do governo federal, a iniciativa garante uma economia de até 12% por mês para famílias de baixa renda.
- **Crack, é possível vencer:** criado em 2011, é a maior e mais importante ação de combate ao consumo de drogas já criada no Brasil. O programa é baseado em três ações: aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários, enfrentar o tráfico de drogas e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção por meio da educação, informação e capacitação. O plano prevê o investimento de

R\$3,92 bilhões com atuação articulada entre governo federal, estados e municípios.

Além de ações de assistência a famílias carentes, o governo federal lançou inúmeros planos e programas de incentivo ao ensino, pesquisa e produção. Os principais são:

- **Plano Brasil Maior (PBM):** criado em 2011, o Plano Brasil Maior reúne um conjunto articulado de medidas de apoio à competitividade do setor produtivo brasileiro. Esse conjunto de medidas visam prioritariamente (i) redução dos custos dos fatores de produção e oferta de crédito para investimentos; (ii) desenvolvimento das cadeias produtivas, indução do desenvolvimento tecnológico e qualificação profissional; (iii) promoção das exportações e defesa do mercado interno. Um dos seus principais programas é a desoneração da folha de pagamento cuja renúncia fiscal para o período 2011-2014 estava estimada em R\$ 42 bilhões.
- - **Ciência Sem Fronteiras:** criado em 2011, busca incentivar a pesquisa científica brasileira. É um esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC). O objetivo era o de conceder, até 2015, 101 mil bolsas para promover intercâmbio de estudos brasileiros em universidades do exterior.
- **Pronaf:** o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem com principal objetivo a destinação de financiamentos a juros baixos e parcelas acessíveis, que estimulem a geração de renda e o melhor uso da mão de obra familiar no meio rural.

O montante global de gastos sociais no orçamento do governo federal, em 2015, foi estimado em R\$ 59,7 bilhões de reais, o que equivale 1% do PIB. Somados os 7,5% do PIB correspondentes às transferências do regime geral da previdência temos um gasto total com programas sociais de transferência de renda na ordem 8,5% do PIB, ou seja, um pouco menos do que o Brasil gastou, em 2015, com os encargos da dívida que foi 8,64% do PIB.

É nesse ponto em que as visões neoliberal e keynesiana entram em conflito. De acordo com a visão neoliberal, o gasto público com um estado de bem estar social que não cabe no orçamento levou a um crescen-

te endividamento, que para ser financiado precisa de juros mais altos para atrair a poupança disponível que de outra forma poderia estar financiando o investimento privado. De acordo com essa visão, não faz sentido tentar resolver a crise com mais gastos públicos. Afinal, você não pode resolver um problema de dívida fazendo mais dívida. Seria como tentar apagar o fogo com gasolina. Desse modo, a saída só poder ser uma: austeridade. Reduzir os gastos privados e o gasto público, reduzir salários e aumentar a poupança para aumentar a confiança dos agentes econômicos e retomar assim um novo ciclo de investimentos em bases mais sólidas, purgando todos os excessos provocados pelo ciclo de crédito fácil e irresponsabilidade fiscal do governo. Esta visão se baseia na ideia de que poupança gera investimento, que gera empregos que, ao final, gera consumo. A solução, de acordo com esse modo de ver as coisas, não é começar pelo fim, aumentando o consumo, seja privado ou público. Ao contrário, a ideia é aumentar em primeiro lugar a poupança por meio de uma política de austeridade. Austeridade seria, assim, a política de cortar o orçamento do Estado para promover o crescimento econômico. Segundo Blyth (2013, p. 2):

Austerity is a form of voluntary deflation in which the economy adjusts through the reduction of wages, prices, and public spending to restore competitiveness, which is (supposedly) best achieved by cutting the state's budget, debts, and deficits. Doing so, its advocates believe, will inspire "business confidence" since the government will neither be "crowding-out" the market for investment by sucking up all the available capital through the issuance of debt, nor adding the nation's already "too big" debt.

Pode-se até pensar em cortar impostos, desde que seja dos mais ricos, que têm maior propensão a poupar e não dos mais pobres que gastarão com consumo cada centavo que tiverem a mais no bolso. Esta é a base da política econômica do lado da oferta (*supply-side economics*) aplicada pelo governo Reagan nos Estados Unidos e por Margareth Thatcher, na Inglaterra, na virada neoliberal no final dos anos 1970 e que a Alemanha tenta hoje impor aos países em crise da União Europeia, sobretudo à Grécia. Essa política traz vários problemas. O primeiro é que, como ficou demonstrado amplamente na Crise de 1930 e, mais recentemente, na crise europeia, é que ela não funciona. Como afirma Blyth (2013, p. 3 – explicações do autor):

So PIIIGS [Portugal, Irlanda, Itália, Grécia, Espanha] cut their budgets as their economies shrank, their debt loads get bigger not smaller, and unsurprisingly, their interest payments shot up. Portuguese net debt to GDP increased from 62 percent in 2006 to 108 percent in 2012, while the interest that pays for Portugal's ten-year bond went from 4.5 percent in May 2009 to 14,7 percent in January 2012. Ireland's net debt-to-GDP ratio of 24.8 percent in 2007 rose to 106.4 percent in 2012, while its ten-year bonds went from 4 percent in 2007 to peak of 14 percent in 2011. The poster child of the Eurozone crisis and austerity policy, Greece saw its debt to GDP rise from 106 percent in 2007 to 170 percent in 2012 despite successive rounds of austerity cuts and bondholders taking 75 percent loss on their holding in 2011. Greece's ten-year bond currently pays 13 percent, down from a high of 18.5 percent in November 2012. Austerity clearly is not working if "not working" means reducing the debt and promoting growth.

A impossibilidade de políticas de austeridade levarem à auto-correção das crises econômicas já foi demonstrada pelo insuspeito Irving Fisher, um dos mais importantes economistas monetários do período da Depressão nos Estados Unidos. Segundo Blyth (2013, p. 150):

Irving Fisher, analyzed how, much to his dismay, depressions do in fact "right themselves" owing to a phenomenon called debt deflation. Simply put, as the economy deflates, debts increase as income shrink, making it harder to pay off the more the economy craters. This, in turn, causes consumption to shrink, which in the aggregate down further and makes the debt to be paid back all the greater.

Mas se a história tem demonstrado que políticas de austeridade são incapazes de garantir a retomada do crescimento nos países em crise, por que a insistência nesse caminho por partes dos economistas neoliberais?

A resposta é simples: as políticas de austeridade são a única forma de garantir o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública em mãos dos bancos e dos grandes investidores. Como afirma Blyth (2013, p. 7): *"Austerity is not just the price of saving the banks. It's the price that banks want someone else to pay"*.

Se por políticas de austeridade se entende o corte do orçamento do governo com objetivo de gerar superávits primários para garantir o pagamento dos juros da dívida pública é evidente que as pessoas nas fai-

xas inferiores de distribuição de renda que dependem mais dos gastos do governo serão mais prejudicadas do que aquelas situadas nas camadas mais ricas, pois essas dependem menos dos serviços oferecidos pelo governo. Além disso, essas camadas mais ricas são, de forma geral, credoras do governo, pois detêm de forma direta ou indireta, via fundos de investimentos, os títulos da dívida pública do governo que recebem os elevados juros que continuarão a ser pagos em dia, graças aos cortes no gasto público. Desse modo, se de um lado, perdem pouco com os cortes no orçamento, pois dependem pouco dos serviços públicos, ganham muito com os juros altos que remuneram os títulos da dívida pública de que são possuidoras.

No caso do Brasil esse debate pode ser resumido ao binômio juros x salários e benefícios sociais. O governo gasta parte dos impostos que arrecada para pagar os juros para os detentores de títulos da dívida pública, em geral os grandes bancos e grandes investidores que procuram refúgio nesses papéis para valorização de seu capital em uma conjuntura em escasseiam oportunidades de investimentos produtivos rentáveis. Outra parte dos impostos o governo gasta em programas de transferência de renda, sobretudo a previdência social e os programas sociais (como o Bolsa família). O ajuste precisa ser feito cortando em um desses lados: ou corta-se a renda do capital, ou corta-se a renda do trabalho. Esse é o dilema no qual está metido o governo no momento atual: ao mesmo tempo em que mantém uma das taxas de juros mais altas do mundo, vê-se na contingência de aprovar reformas estruturais que apontam para redução dos direitos sociais.

O que podemos nos perguntar é como o governo caiu nessa armadilha, uma “chave de braço” que lhe foi aplicada pelo capital financeiro, deixando-o praticamente sem saída. Teria sido possível evitar a crise? Se a resposta for não, a questão é: o que o governo poderia ter feito e não fez para que ela não fosse tão devastadora?

Quanto à primeira pergunta, penso que não. A economia brasileira representa uma pequena fração da economia mundial; nossas exportações representam algo em torno de 3% das exportações mundiais, se tanto. Se nem a China com todo seu aparato político e econômico não conseguiu evitar que a crise global derrubasse sua taxa de crescimento em pelo menos 3% ao ano, por que o Brasil, uma economia muito mais aberta que a da China, pelo menos no que diz respeito ao fluxo de capitais, não seria im-

pactado pela crise? País nenhum é uma ilha. Mesmo tendo uma fraca inserção nas cadeias globais de produção devido às características estruturais de sua indústria, o Brasil é uma economia altamente internacionalizada.

Resta, finalmente, responder à segunda questão: o que poderia ter feito e não se fez para evitar que as coisas chegassem ao ponto que chegaram?

Para ser coerente com o que expusemos até aqui, não vejo outra resposta que não seja não ter permitido que as taxas de juros alcançassem os níveis que alcançaram. É estranho que em um quadro global de economia estagnada ou em recessão, com taxas de juro zeradas ou negativas nos Estados Unidos, União Europeia e no Japão, o Brasil continue a pagar uma taxa de juros sobre os títulos da dívida pública de 14,5% ao ano. Alegar que tais níveis de juros são necessários para o controle inflacionário não faz sentido em um quadro recessivo tão brutal como o brasileiro. Não tivesse o Brasil de gastar mais de 8,5% do PIB com juros da dívida pública, a situação fiscal seria muito menos dramática. Se a saída é a austeridade, talvez devêssemos começar por aí: cortando os juros.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R.; FRANCA, M. Adeus PME, olá Pnad Contínua. *Valor Econômico*, 06 abr. 2016, p. A10, 2016.

BLYTH, M. *Austerity: the history of a dangerous idea*. New York: Oxford University Press, 2013.

BRASIL. *Brasil 2003-2010*, 2010. Disponível em: <<http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/sintese-politica/sintese-politica-versao-impressa>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, L.C. (Org.) *Doença holandesa e industria*. São Paulo: FEV, 2010.

CAMPOS, E.; RIBEIRO, A. Déficit primário do setor público atinge 2,11% do PIB em fevereiro. *Valor Econômico*. 31 mar. 2016, p. A2, 2016.

CHANG, H. *Economia: modo de usar, um guia prático dos principais conceitos econômicos*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

EL PAIS. Brasil lidera a redução da pobreza extrema, segundo o Banco Mundial. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/politica/1429790575_591974.html>. Acesso em: 06 abr. 2016.

GIAMBIAGI, F.; PINHEIRO, A. C. *Além da Euforia: riscos e lacunas do modelo brasileiro de desenvolvimento*. São Paulo: Campus, 2012.

GIAMBIAGI, F.; SCHWARTSMAN, A. *Complacência: entenda por que o Brasil cresce menos do que pode*. São Paulo: Campus, 2014.

NASCIMENTO, F. *Quais são os programas sociais vigentes no Brasil?*, 2013. Disponível em: <http://www.ehow.com.br/quais-programas-sociais-vigentes-brasil-slide-show_41113/#pg=5>. Acesso em: 08 abr. 2016.

OREIRO, J. L. Em busca de um novo modelo macroeconômico. *Valor Econômico*, 07 fev. 2013. Disponível em: <<https://jlcoreiro.wordpress.com/tag/tripe-macroeconomico/>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

REZENDE, F. C. The nature of government finance in Brazil. *International Journal of Political Economy*. v. 38. n. 1, Spring 2009, p. 81-104.

RODRIK, D. *Economic Rules: the rights and wrongs of the dismal science*. New York: W.W. Norton & Company, 2015.

SEABRA, L.; BELLOTO, A. Stuhlberger: no fundo do peço tem um alçapão. *Valor Econômico*, 15 fev. 2016, p. D1.

THE ECONOMIST. Brazil takes off. nov. 12th 200a. Disponível em:<<http://www.economist.com/node/14845197>>. Acesso em:23 set.2016.

ZHIMING, X.; YANFEI, W. Economy stabilizing, data show. *China Daily*, 16 abr. 2014.

A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL EM FACE CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA: UMA BREVE AVALIAÇÃO

Rodrigo Duarte Fernandes dos PASSOS

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta reflexão é alcançar uma breve e introdutória resposta à seguinte indagação: como situar o Brasil internacionalmente em face à conjuntura política e econômica da América Latina? A hipótese a ser argumentada ao longo deste texto sugere que o Brasil está inserido em limites conjunturais específicos do movimento de “tradução” de longo alcance da hegemonia norte-americana, com todas as conseqüências que isto envolve do ponto de vista da relação de forças envolvendo os diferentes grupos e estratos sociais no plano nacional e internacional, além dos nexos desiguais e combinados com perspectiva da dialética da paz e da guerra no além-fronteiras.

Tal hipótese implica em aprofundar a compreensão das categorias de hegemonia e “tradução”, relação de forças além de outras premissas que auxiliam o seu esclarecimento que serão também explicitadas ao longo da minha argumentação, a saber, os já mencionados nexos desiguais e combinados e a dialética da paz e da guerra.

As premissas referidas são listadas a seguir:

Uma primeira remete à dialética de guerra e paz de um mundo marcado pela observação armada em termos da significativa existência de armas convencionais e nucleares, em conformidade com a elaboração e atualização histórica a partir das teses de um clássico da guerra, o general prussiano Carl von Clausewitz (1984).

Uma segunda remete a uma formulação presente na obra de Marx (MARX e ENGELS, 2005) e naquelas de vários outros cânones do marxismo, entre os quais Leon Trotsky (1977). O líder revolucionário russo a chamou de desenvolvimento desigual e combinado, ponto que incide sobre todas as dimensões da vida social, aí inclusas as questões nacionais e internacionais.

A terceira premissa aponta para a perspectiva gramsciana das categorias de hegemonia em suas várias possibilidades como concretização histórica completa ou incompleta, além das categorias de relação de força e “tradução”. A análise histórica e termos das relações de força implicam na necessidade de uma distinção entre os fenômenos de curto alcance, conjunturais, e os de longo alcance, orgânicos, conforme a própria terminologia de Antonio Gramsci (1975).

Todas essas premissas que estão por trás da hipótese central possuem vínculos entre si e não se constituem em momentos estanques, compartimentalizados do argumento. São integrados entre si de forma orgânica, sem querer com isso sugerir qualquer justaposição de categorias de forma eclética entre tais autores. Pretende-se apenas aproximar formulações semelhantes, que possuem elementos comuns entre si, sem considerar equivocadamente que estes autores possuam aparatos teóricos totalmente idênticos. A separação de caráter meramente metodológico entre eles orienta os diferentes momentos de exposição do texto que seguirá a ordem da enunciação das premissas.

2 A DIALÉTICA DA PAZ E DA GUERRA – A OBSERVAÇÃO ARMADA EM UM MUNDO DE ARMAS CONVENCIONAIS E NUCLEARES: O BRASIL E SEU PODER MILITAR

Clausewitz (1984), general prussiano que legou *Da Guerra*, uma das mais importantes obras clássicas sobre o tema do seu título, sustentava

que a despeito das enormes diferenças entre paz e guerra, elas têm em comum a política. No que tange à política, não há uma descontinuidade ou continuidade absoluta sobre onde começa e termina a guerra. Por outras palavras, não há uma quantidade ou parâmetro que envolva o meio peculiar ao fenômeno militar, a violência, que distinga a guerra da paz. Tanto a violência extremada e encarniçada dos diferentes conflitos em distintos períodos históricos, quanto a observação armada numa situação de aparente paz podem configurar a ocorrência da guerra. Em um mundo com arsenais convencionais e nucleares de maior ou menor envergadura, a dialética paz e guerra nunca deixou de ser relevante como categoria analítica, sempre com a maior ressalva possível das particularidades históricas em contexto e período mais amplo. Afinal, ainda conforme o dizer de Clausewitz, a guerra é um verdadeiro camaleão, um fenômeno histórico que se adapta para cada particularidade de sua manifestação (CLAUSEWITZ, 1984, p. 89).

Inserir-se tal introdução para avaliar o Brasil na conjuntura latino-americana em termos da consideração de suas forças armadas, seu poder militar e sua inserção em uma eventual consideração de poder de uma potência de nível médio no plano regional.

Pode-se perguntar sobre o porquê de avaliar o Brasil em termos de seu poder militar e suas forças armadas em uma reflexão conjuntural sobre a América Latina. Foi o já mencionado general Clausewitz que formulou sobre o entendimento das questões relacionadas à guerra e ao poder militar como parte da compreensão das questões históricas, econômicas e sociais das distintas sociedades. Não poderia ser diferente no caso brasileiro.

O desmonte do Estado brasileiro em setores vitais se coaduna direta e indiretamente com a lógica hegemônica neoliberal e historicamente pouco substantiva do nosso poder militar e nossas Forças Armadas.

Desde o regime militar, nossas únicas duas tropas profissionais e de pronto emprego são as mesmas: a Brigada Paraquedista e os Fuzileiros Navais. Isto não se modificou na conjuntura atual, relacionada à redemocratização em 1985 e a subsequente criação do Ministério da Defesa. Tais novidades não trouxeram o esperado fim do serviço militar obrigatório e a profissionalização das Forças Armadas como um salto de qualidade que poderia reestruturar seu perfil.

Antes, pelo contrário, a assim chamada “opinião pública” – comovida pelo trágico aumento da criminalidade e violência – sucumbe ao “canto da sereia” das doutrinas militares norte-americanas divulgadas em suas academias que oferecem cursos para oficiais estrangeiros sobre a necessidade das Forças Armadas de outros países se prepararem para as novas ameaças do pós-Guerra Fria identificadas como catástrofes ambientais e humanitárias, narcotráfico, crime em geral e combate ao terrorismo. Por outras palavras e sem que os discursos oficiais assim se expressem, “reade-quar” as Forças Armadas para tais objetivos subentende que seu escopo e missão sejam rebaixados ao papel de polícia, dado que todas as “ameaças” elencadas são competências das polícias e das demais forças públicas¹. Incluir as Forças Armadas em tais missões é a senha para rebaixar e anular a justificativa de sua modernização e reaparelhamento de forma mais substantiva, circunscrevendo sua atuação como polícia e força assistencialista, ponto que já é visível não somente nas intervenções ocorridas nos morros e localidades assoladas pelo crime no Rio de Janeiro e em outras iniciativas relacionadas a políticas públicas, como também na atuação como “força de paz” no Haiti para atender anseio da potência hegemônica de lidar com conflitos de menor envergadura, apelo e baixo uso de poder coercitivo². Tudo isto é muito conveniente à hegemonia norte-americana: uma superpotência com enorme superioridade militar convencional e nuclear, com uma gigantesca e díspar superioridade em relação aos demais Estados.

A constatação do sucateamento das nossas Forças Armadas e de nosso poder militar convencional é parte óbvia do quadro desenhado acima. Não há estrutura adequada sequer para a sustentação em níveis substantivos do serviço militar obrigatório. O programa de compra de novas caças para a Força Aérea parece ter chegado aos seus momentos finais com a aquisição dos suecos Gripen, mas se arrasta desde o governo Fernando Henrique Cardoso, com inúmeros adiamentos. O nosso porta-aviões, o “São Paulo”, é um vaso de guerra adquirido da França e de fabricação dos anos 1950. Tem seu nome original “Foch” e ficará inoperante muito em breve. O projeto de construção pela Marinha de um submarino nuclear se arrasta desde os anos 1970 com um orçamento cada vez mais minguado e

¹ Sobre o caráter não militar do terrorismo, consultar HOWARD (2002) e PASSOS (2003).

² Uma análise mais aprofundada sobre a força de paz brasileira no Haiti e papel da maioria das forças de paz da ONU e outras organizações internacionais é abordada em PASSOS (2015).

não parece ter um desfecho favorável no horizonte. Registre-se ainda que o Brasil renunciou formalmente à produção de sua arma atômica em 1998, com a adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, resignando-se e submetendo-se às discriminatórias e constrangedoras cláusulas da Agência Internacional de Energia Atômica que favorecem única e exclusivamente à ótica das potências nucleares publicamente reconhecidas dos anos 1960, período em que o referido tratado foi elaborado e estabelecido.

A reflexão do Brasil como potência média ou regional latino-americana ou ainda sul-americana não se separa das questões relacionadas à política e à diplomacia, ainda resgatando os ensinamentos de Clausewitz sobre o nexos entre guerra e paz e guerra e política. Mais adiante será explorado neste artigo o nexos desta avaliação com o pleito de reconhecimento do papel do Brasil no âmbito global como líder e país relevante. Para concluir esta breve linha de raciocínio sobre o poder militar brasileiro, enuncia-se trecho bastante a propósito de uma reflexão do Professor Oliveiros Silva Ferreira (s.d.), sem jamais querer sugerir que o investimento em educação no Brasil seja menos relevante que o congênere nas Forças Armadas e que o Brasil deva sustentar uma posição expansionista e belicista. O trecho se insere na lógica da avaliação da hegemonia neoliberal norte-americana que se desdobra, entre outros pontos, no desmonte de setores relevantes do Estado brasileiro, que inclui nossas universidades e escolas públicas. Porém, sem Forças Armadas com substantivo poder militar não há Estado que faça jus a tal condição, como sustentou Oliveiros Silva Ferreira (s.d.):

Se soubéssemos um pouco de história, saberíamos também que o General de Gaulle, em Argel, em 1943, perguntou a um assessor seu, um intelectual sem dúvida, por onde se deveria começar a reconstrução do Estado francês. Ao assessor, que respondeu “pela educação”, o General retrucou: “Pelo Exército”!

3 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO NOS PLANOS NACIONAL E INTERNACIONAL: VÁRIOS ASPECTOS DA CONJUNTURA BRASILEIRA DIANTE DA AMÉRICA LATINA

O senso comum da assim chamada “globalização” homogeneiza todos os fenômenos nacionais e internacionais como se fizessem parte de um único e inevitável processo de encadeamento dos fenômenos contem-

porâneos destinados a um nivelamento de cunho liberal. Tal avaliação não poderia ser mais simplista e sintomática de uma avaliação desprovida das diferentes temporalidades, dos diversos ritmos de transformação de todas as dimensões de produção da vida em todo o sistema internacional e no interior de seus respectivos Estados, em perspectiva de totalidade.

Este é o sentido historicista da categoria de desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky (1977) ao enunciar os diferentes ritmos de transformação da vida na sua análise das condições históricas relacionadas à Revolução Russa de outubro de 1917. Em outras palavras, a enunciação de tal categoria não possui uma lógica imanente, aplicável somente ao contexto específico no qual foi empregada, mas sim nas diferentes possibilidades de análise histórica.

Uma eventual avaliação de uma posição privilegiada de liderança e proeminência econômica e política do Brasil na América Latina é, muitas vezes, enviesada de forma que se ignore tais ritmos diferentes que a categoria de desenvolvimento desigual e combinado enseja. Se o país está entre as doze principais economias do mundo, algo muito desigual acompanha tal posicionamento.

Muito mais amplo que uma perspectiva de expansão dos interesses econômicos do grande capital das empresas ditas brasileiras (uma vez que se associam ao grande capital internacional de forma direta e indireta, não mais se configurando historicamente há algum tempo, por exemplo, uma burguesia nacional) no âmbito latino-americano, o crescimento dos fluxos econômicos brasileiros com vizinhos e países próximos assimetricamente desprovidos de pujança econômica acoberta a crescente fragilidade da economia nacional, cada vez mais desindustrializada, importadora de produtos industrializados principalmente chineses, e exportadora de *commodities* agrícolas.

A suposta magnitude e elevação da condição econômica brasileira a um patamar superior depois da crise dos principais Estados da União Europeia não condiz com a ausência da superação dos graves problemas sociais no que diz respeito à enorme concentração fundiária, enorme concentração de renda, gigantescas discrepâncias de desenvolvimento regional e péssimos indicadores sociais e, sua piora recente, para um país que se proclamava no âmbito do discurso social como sem pobreza e como pátria educadora.

A manutenção de diretrizes macroeconômicas de cunho monetarizante e neoliberal desde o advento do Plano Real é um dado jamais enfrentado por aqueles que se apressam em avaliações relacionadas a problemas históricos e crônicos – como a corrupção governamental amplamente difundida –, mas que não explicam isoladamente a magnitude das dificuldades econômicas brasileiras, relacionadas também à proeminência absoluta do capital financeiro e a uma alta política de juros, que repercute sobre o aumento da dívida pública e crescente a necessidade de recursos para pagá-las.

Concomitantemente, registre-se ainda que de modo difuso e não uniforme, o crescimento do inconformismo de vários setores e frações de classe subalternas frente a tudo isto. O ponto culminante de tal inconformismo foram as manifestações de junho de 2013. Tal como enunciado na tese do desenvolvimento desigual e combinado, a grande mobilização então constatada não se traduziu em uma ruptura mais substantiva, sendo Dilma Rousseff reconduzida a mais um mandato presidencial.

Todos os pontos arrolados mostram um descompasso típico de todos os processos conjunturais e históricos. No caso brasileiro, isso fica evidente: os nossos indicadores sociais e econômicos não acompanham a nossa proeminência econômica e política no âmbito latino-americano e uma suposta posição de destaque no cenário internacional como *locus* de poder médio ou regional, ainda que tudo isto possa ser passível de contundentes ressalvas e críticas.

Tudo isto enseja um questionamento que nos leva ao último ponto relacionado às premissas anteriormente enunciadas: todos os pontos que constituem o objeto deste texto se constituem em problemas de caráter conjuntural – de breve e pontual duração – ou de caráter orgânico, de perspectiva histórica de maior duração? Isto nos leva a elementos relevantes para avaliação sob uma ótica gramsciana, foco do nosso próximo tópico.

4 HEGEMONIA, TRADUÇÃO E RELAÇÃO DE FORÇAS

A hegemonia no sentido gramsciano (GRAMSCI, 1975), como categoria analítica, envolve uma avaliação de uma verdadeira concepção de mundo dirigente através da sociedade civil – o conjunto estrutural das relações sociais – de uma classe, ou fração de classe ou grupo, filtrada através

das estruturas sociais aspectos da cultura, ideologia, ética, política, economia, gênero, etnicidade, dentre vários outros aspectos em diversos escopos e alcances com o predomínio da força sobre o consenso. Ela encerra formas completas e incompletas situadas historicamente que conferem enorme complexidade à sua compreensão em termos de uma totalidade social. Ressalte-se que hegemonia não é sinônimo de dominação, unanimidade, homogeneidade, coesão. Toda ação e conflito político são atravessados por tal noção, não sendo cabível a alusão a uma “contra-hegemonia” expressão jamais enunciada por Gramsci tampouco discutida por ele em termos de um dos seus recursos metodológicos. Neste caso específico, refere-se à “tradução”, a ressignificação histórica, social e cultural de conceitos e categorias de uma forma não mecânica. O ponto aqui é justamente a avaliação de uma pertinência histórica de ressignificação da categoria de hegemonia.

A ressignificação em questão feita por Gramsci na sua abordagem de hegemonia remete a uma forma incompleta na qual predomina a força, e exercida não através da sociedade civil e sim pelo Estado: a revolução passiva. Trata-se de uma “revolução sem revolução”, um processo de modernização e transformação conservadora que, por vezes, coopta parte dos grupos e classes subalternos sem dar-lhes voz e poder, atendendo parcialmente suas demandas. Ocorrem em contexto de guerras, revoluções, substituição e rearranjo das classes dominantes antigas por novas. Trata-se de uma categoria também de enorme complexidade, utilizada por Gramsci na análise de diferentes contextos históricos. De modo bastante embrionário e assistemático, Gramsci sugeriu que tal categoria poderia ser o mote de uma análise da maioria dos processos históricos após a Revolução Francesa, bem como a formação de novos Estados após sua libertação como colônias.

Desdobrando desta tese geral, a nascente e incompleta hegemonia norte-americana nos 1920 e 1930 analisada por Gramsci se constitui uma revolução passiva. O seu conteúdo se desdobra do fordismo muito mais do que um modo de gestão, mas um verdadeiro modo de vida pautado pela produção e consumo em massa, disciplina da vida social para tal, bens como salários mais elevados à custa de menor poder sindical, maior produtividade, um papel submisso e rebaixado da mulher. Estas diretrizes pautaram inúmeros aspectos das relações sociais e do poder norte-americano no exterior, sendo recepcionadas e traduzidas de diversas formas em distintos

Estados e regiões do globo à medida que a hegemonia norte-americana tomava mais vulto. Afinal, de modo semelhante ao raciocínio de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado, Gramsci sustentou que “o capitalismo é um fenômeno econômico histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individualmente não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo” (GRAMSCI, 1919 apud MORTON, 2007, p. 1, tradução do autor)³.

A tradução da hegemonia norte-americana para a sociedade brasileira e demais sociedades da América Latina também é um ponto a ser considerado no processo histórico dos séculos XX e XXI. Deve ser acrescentado a tal processo de hegemonia incompleta a sua manifestação como processo histórico nas sociedades latino-americanas, com maiores e menores diferenças, talvez tendo como um de seus núcleos comuns (mas não necessariamente exclusivos) os recentes processos dos governos ditos de “esquerda” e “centro-esquerda” em diferentes países, que promoveram reformas inseridas em contexto limitado, essencialmente conservador. As gestões de Dilma e principalmente Lula estariam inseridas nesta lógica, com uma ênfase em algumas concessões sociais em termos de ampliação de crédito (no início dos anos Lula, beneficiando somente em última instância o capital financeiro), um menor arrocho salarial (embora significativamente existente), alguns pequenos investimentos públicos e cooptação e passivização de alguns setores populares sem dar-lhes poder e voz. Tal análise se inseriria naquilo que Adam Morton (2011) e Giorgio Baratta (2004) chamaram de “revolução passiva permanente” a partir da sugestão de Gramsci de que tal categoria poderia vir a ser uma chave recorrente de análise histórica. Todos estes pontos de análise pouco desenvolvidos, inclusive a própria crise mundial que afeta o Brasil e a América Latina, apontam para aspectos não conjunturais e sim orgânicos, de longa duração dos processos históricos que tangenciam a complexa categoria de hegemonia gramsciana. A hegemonia como uma categoria histórica, contraditória e repleta de possibilidades, enseja distinguir um processo conjuntural (de maior brevidade) e um processo orgânico. Aponta para a necessidade de fazer uma completa análise da relação de forças das classes e de todo o processo histórico em que possamos distinguir como os embates hegemônicos

³ “*Capitalism is a world historical phenomenon and its uneven development means that individual nations cannot be at the same level of economic development at the same time*”. (GRAMSCI, 1919 apud MORTON, 2007, p. 1).

estão configurados. No caso brasileiro, há vários indícios de um processo hegemônico incompleto dado o caráter histórico e fortemente autoritário, o forte papel do Estado e das frações de classes que dão a diretiva no seu aparato no processo histórico – uma forte associação consciente entre setores do imperialismo, das novas e velhas classes dominantes, conforme já demonstrou Florestan Fernandes – para a modernização de cunho conservador pela qual o país passou em distintos períodos (2006).

Sob pena de abraçarmos um fetiche sobre as conquistas e ganhos do Brasil e da América Latina nos últimos anos de suposta “esquerda” e de um pretense papel de liderança e potência média e regional do Brasil neste processo, sugere-se que há a necessidade de uma análise menos apressada sobre estes aspectos. Não há espaço e tempo nesta reflexão para isto, mas podem-se apontar alguns caminhos iniciais, que é o escopo deste ensaio.

Na perspectiva da política exterior brasileira com relação ao mundo e à América Latina, ressalvas precisam ser feitas àquelas considerações sobre o papel de liderança e hegemonia brasileiras. Uma potência não é reconhecida só nas cartas diplomáticas, já advertia Gramsci (1975), mas sim pela sua liderança e poder preferencialmente sem depender de aliados nas situações de guerra. Gramsci, como leitor de vários autores que travaram contato com a obra de Clausewitz, entendeu o sentido por vezes extensivo de aspectos da guerra à política. Neste sentido, diplomacia e guerra conectam-se em alguns pontos, inclusive para saber os limites do que é efetivamente uma potência. O fetiche do Brasil como candidato natural a uma vaga permanente do Conselho de Segurança da ONU esbarra em pontos importantes. A saber, a ausência de uma liderança credenciada para tal, já que nem a Argentina legitima tal anseio. O Brasil não é uma potência militar, conforme já foi explanado acima. Nossa posição econômica só nos coloca em relativa vantagem na América Latina, mas parece cada vez mais apontar para uma clássica posição de fornecedor de matérias-primas e importador de manufaturas, dada a nossa crescente desindustrialização presente no processo histórico mais recente.

Feitas tais ponderações, passar-se-á às considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se demonstrar ao longo deste ensaio alguns elementos embrionários da inserção conjuntural e histórica brasileira na América Latina em termos da dialética guerra e paz, do desenvolvimento desigual e combinado e da acepção gramsciana da hegemonia.

É sabido que os vários pontos aqui enunciados demandam análises e demonstrações mais aprofundadas, até para que se possa, inclusive, saber do valor heurístico da categoria de hegemonia na acepção gramsciana em suas formas completas e incompletas. Mas deve-se ir além também com as formulações inspiradas em Clausewitz e Trotsky. Para concluir, no sentido de ressaltar a importância da continuidade da crítica, do debate e da investigação, cito o filósofo Theodor Adorno em carta a Walter Benjamin: “[...] nossos melhores pensamentos são aqueles que nunca conseguimos pensar por inteiro.” (ADORNO apud GATTI, 2008, p. 95).

REFERÊNCIAS

- BARATTA, G. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- CLAUSEWITZ, C. *On war*. Princeton: Princeton University, 1984.
- FERREIRA, O. S. *Ao leitor*, s.d. Disponível em: <www.heitordepaola.com/imprimir_materia.asp?id_materia=1558>. Acesso em 05 mar. 2016.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, São Paulo: Globo, 2006.
- GATTI, L. F. Theodor W. Adorno: indústria cultural e crítica da cultura. In: NOBRE, M. (Org.). *Curso Livre de Teoria Crítica*, Campinas: Papyrus, 2008, pp. 73-97.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- HOWARD, M. *What's in a name? how to fight terrorism*. Foreign Affairs, v. 81, n.1, 2002, p. 8-13.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo, 2005.
- MORTON, A. D. *Revolution and state in modern Mexico: the political economy of uneven development*, Plymouth: Rowman & Littlefield, 2011.

_____. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. London: Pluto, 2007.

PASSOS, R. D. F. As missões de paz sob a ótica de uma nova divisão internacional do trabalho na área da segurança. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 4, 2015, p. 236-272.

_____. *O Império da lei ou a lei do império? guerra versus legalidade na nova ordem mundial*. Prisma Jurídico, v. 2, 2003, p. 85-104.

TROTSKY, L. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HECHOS Y DESAFÍOS DE LA REVOLUCIÓN BOLIVARIANA: UNA MIRADA JURÍDICO-POLÍTICA

Jair PINHEIRO

Se sostiene en éste ensayo la hipótesis de que los consejos comunales son embriones de un Estado de nuevo tipo, cuyos rasgos fundamentales constituyen la sustitución de la figura de la soberanía representada por la soberanía popular ejercida directamente y, por ende, de la figura abstracta del sujeto de derecho de la ideología jurídica burguesa por la figura concreta del individuo productor.

Esto supone un punto de arranque, un parangón que me permita decir que los consejos comunales son embriones de un Estado de nuevo tipo. Este parangón es el Estado capitalista, cuya matriz es la misma en todos los países donde se lo encuentra, aunque se lo presente en grados diferentes de desarrollo en cada uno de ellos según la lucha política de clases que allí se libra entre las clases dominantes pre-capitalistas y capitalistas y entre el bloque en el poder conformado por éstas y las clases trabajadoras. Esta matriz consiste de dos elementos típicos: el derecho igualitario y los criterios de organización del aparato del Estado, es decir, el derecho igualitario que reconoce a los productores directos (no propietarios de los medios de producción) como sujetos de derecho y la organización del aparato de Estado según criterios burocráticos de competencia, jerarquía y racionalidad técnica, lo cual permite el ingreso de individuos pertenecientes a las clases dominadas a las funciones administrativas del Estado.

Llamamos capitalista a éste Estado porque él, y sólo él, permite el establecimiento de relaciones sociales de producción capitalistas y su reproducción, es decir, una relación social de producción basada en la venta libre de la fuerza de trabajo al capitalista por el trabajador; relación cuyo objeto es la ganancia para el capitalista y la supervivencia para el trabajador. Históricamente, para que esto ocurriera fue necesaria la separación de los productores directos de los medios de producción, pues el reconocimiento de los productores directos como sujetos de derecho (capacidad de actos de voluntad) sin apartarlos de los medios de producción los volverían propietarios. Esta es la libertad jurídica, nadie está obligado a nada sino en virtud de la ley, es también ésta libertad negativa el mecanismo que oculta al trabajador su explotación o, si no le oculta, le infunde la ilusión de que el Estado puede establecer un balance entre capital y trabajo a través de la aplicación justa del derecho.

Sea lo que sea, la relación matricial que resultó históricamente de éste Estado con los individuos es la relación del ciudadano con el Estado, matriz que hace del Estado un proveedor de servicios (jurídico-políticos, económicos y/o sociales) correspondientes de las modalidades particulares de su función general de cohesión social (POULANTZAS, 1968). Así, el trabajador es ciudadano público a cada elección, luego de las elecciones él vuelve a su casa en tanto que ciudadano privado, consumidor de los servicios del Estado y si a él no le gustaron los servicios proveídos por los funcionarios electos, puede elegir a otros en las elecciones siguientes. Esta es la democracia burguesa, los trabajadores pueden participar en las elecciones de los funcionarios que van a administrar el Estado, pero no participar del proceso decisorio, incluso porque la gestión de la fuerza de trabajo y de la moneda (distribución de la riqueza social) (BRUNHOFF, 1985) forma la mayor parte de los asuntos del Estado y, por consiguiente, es la clave de la dominación del trabajo por el capital mediada por el Estado.

A diferencia de los trabajadores, los capitalistas (a quienes también les sirven los servicios del Estado) son ciudadanos políticos todos los días, participan de foros oficiales y extraoficiales para decidir sobre las políticas de Estado, para ellos la fecha de las elecciones es sólo el día enmarcado en el calendario para elegir el funcionario que va a coordinar la formulación

de éstas políticas. Si a ellos no les gustaron los servicios prestados por el funcionario, lo despiden por medios legales o ilegales.

Sin embargo, lo que podría desenmascarar el carácter clasista del Estado resulta natural a la mirada del pueblo, pues si el capitalista posee el capital, qué se le asigne también una función de liderazgo en la política porque la prosperidad de sus negocios brinda a todos mejores condiciones. Cabe, entonces, un interrogante: ¿por qué se les parece natural al trabajador el liderazgo del capitalista?

Una cita de Marx, quien dijo que los hombres forman conciencia de su mundo objetivo por la ideología sirve aquí como contestación, es decir, consolidada la revolución burguesa, tras décadas de luchas en contra las potencias pre-capitalistas, cuando el derecho burgués de venta libre de fuerza de trabajo se les reveló a los trabajadores una arma ideológica poderosa, les pareció posible sacar provecho de la nueva situación a condición del Estado garantizar la aplicación justa del derecho igualitario. De ahí que las luchas de los trabajadores bajo el capitalismo temprano se volvieron luchas por derecho, el que pronto mostró sus límites e impulsó la lucha por el socialismo, aunque ésta lucha siga ritmos distintos según la historia de cada pueblo.

Contrario al que he dicho hasta aquí, en Venezuela los consejos comunales visan a concretar lo que la *Constitución Bolivariana de la República de Venezuela* (artículos 5¹, 62, 70 y 184) definió como democracia participativa protagónica, en la cual los trabajadores hacen cargo de su destino. Estaba claro desde el principio que esta concepción de democracia exigía también, mejor dicho, presuponía el cambio de las relaciones sociales de producción, es decir, para que la participación de hecho sea protagónica, los instrumentos económicos de reproducción de la sociedad no pueden quedarse en las manos de unos pocos, como en la sociedad capitalista.

De ahí el conjunto de leyes que conforman el Estado comunal y que tienen como su base elemental e imprescindible los consejos comunales. Este conjunto de leyes diseñan órganos y procedimientos que suponen la transferencia de poder del Estado capitalista al Estado comunal a la vez la

¹ Artículo 5. La soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público. Los órganos del Estado emana de la soberanía popular y a ella está sometidos." Ésta cita integral es de gran importancia, pues además de ser el principio fundamental de la *Constitución Bolivariana*, que la estructura toda ella, los críticos del régimen lo ignoran y tratan de criticarlo en vista de la constitución liberal que conciben.

asignación y/o transferencia de los medios de producción a la comunidad². Esta transferencia de poder decisorio y medios de producción constituye el cambio de la forma social, el paso del modo de producción capitalista al socialismo; al fin y al cabo la sustitución de las relaciones sociales de producción capitalista, basadas en la venta de la fuerza de trabajo, por relaciones sociales de producción socialistas basadas en el trabajo colectivo y comunitario (en colaboración, no en competencia) para la satisfacción de las necesidades sociales³.

Esta concepción requiere de la comunidad la toma a sus manos de la responsabilidad de desarrollarse, lo que supone el desarrollo de sus propios recursos y la coordinación de éste desarrollo con medios de producción que están más allá de la comunidad, pero que también tengan ellos la comprensión de que forman parte del Estado comunal⁴, la comunidad en sentido más amplio. Con ello, los consejos de trabajadores y la gerencia de economía social de las empresas estatales se vuelven parte complementaria y necesaria de las comunas para que su esfuerzo productivo tenga una vinculación económica efectiva y eficaz con los medios de mayor envergadura a nivel estatal o nacional.

Además de eso, esa complementariedad entre comunas y consejos de trabajadores tiene una importancia política y cultural muy grande, pues a raíz de la evolución de la economía capitalista, que ahorra y terceriza fuerza de trabajo, hay una población de trabajadores en los barrios que sostienen un estilo de vida aislado por desempleo permanente o empleo precario, lo cual vuelve más difícil su experiencia organizativa. La organización de esta población de trabajadores precarios y/o desempleados permanentes constituye uno de los más grandes desafíos a la izquierda, pues la paradoja es que esta franja marginada de la sociedad capitalista vive aislada en cuanto a toda forma asociativa, lo cual representa la forma más acabada del individualismo liberal, la mónada encerrada sobre sí misma que sostiene con el exterior sólo relaciones instrumentales conforme a sus intereses particulares, manteniendo con intereses de otros individuos particulares sólo conexión funcional (jamás solidaria).

² Artículos 1, 2, 3 y 4 de la Ley Orgánica de los Consejos Comunales.

³ Artículo 8, sobre todo su ítem 8 de la Ley Orgánica del Poder Popular.

⁴ Artículos 25, 319, 497 e 498 de la Ley Orgánica del Trabajo, las Trabajadoras y los Trabajadores; y los artículos 4, 6 y todo el capítulo III de la Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal.

Con ello, el proceso de la lucha de clases siguió dos rumbos distintos. Por una parte, la lucha de los trabajadores ha sido mayoritariamente una lucha por derechos bajo el capitalismo, la cual ha sacado victorias, pero también sufrido derrotas, por otra parte, la lucha por el socialismo sigue presente en formas y grados variados en cada país, pero bajo condiciones que les exigen a los luchadores nuevas elaboraciones teóricas que ofrezcan a los trabajadores una arma ideológica como fue el derecho burgués en contra a las potencias pre-capitalistas.

Tales condiciones generales de la lucha por el socialismo se caracterizan, entonces, por la credibilidad que las masas populares asignan al derecho burgués y por el derrocamiento de las condiciones generales de acumulación. La primera condición vuelve a las masas pasivas y, la segunda, las desarticula y las desorganiza, dejándolas sin lazos de solidaridad que las reúna bajo un proyecto colectivo. La Revolución Bolivariana se enfrenta a estos retos, los cuales hacen surgir unos puntos débiles que seguidamente les presento.

PUNTOS DÉBILES

Se los entienden puntos débiles no fallas individuales y/o colectivas, que siempre se verifica en el quehacer humano, pero las ambigüedades y contradicciones inherentes a los procesos revolucionarios a causa de que se lo busca construir el nuevo bajo las condiciones heredadas del viejo⁵. Mencionaré los cuatro que, a mi entender, tienen mayor incidencia en el proceso venezolano.

1. Ligación floja con el Ministerio para las Comunas, como se los pobladores estuvieron listos para emprender la participación protagónica, es decir, hay en la legislación un cierto voluntarismo, pues se los establece procedimientos y se hace referencia a los valores morales que sirven de guía a la participación protagónica, pero la vinculación material de los actores de la participación a los órganos de participación es muy floja o bien en las cosas de la vida cotidiana o bien a través de la ley de contraloría. Si uno no quiere participar de la vida comunitaria, su vida sigue la misma; si a otro se le ocurre

⁵ La crisis es cuando el viejo está muerto, pero que al nuevo no se lo ha logrado nacer todavía, en el ínterin surgen varios síntomas mórbidos. Gramsci, citado de memoria.

participar no le queda mecanismo que haga aquél otro sentir los efectos de tal participación.

2. Los órganos del Estado comunal mantienen con el Estado capitalista (vamos llamarlo burocrático con motivo de resaltar el aspecto que interesa al análisis) una relación complementaria. Aquí hay dos riesgos para el poder popular: 1) el gobierno nacional maneja un monto de recursos que le permite revertir o sabotear los avances del poder popular a través de mecanismos institucionales del Estado burocrático y/o vínculos políticos clientelista; 2) éste gobierno es electo por sufragio universal, un procedimiento de formación de voluntad colectiva que hace apelo a la ciudadanía en abstracto, generando una representación asimismo abstracta del bien común⁶, lo cual entra en choque con los procedimientos de formación de la voluntad colectiva propios de los órganos del poder popular que descansa sobre necesidades muy concretas.

Con ello, en caso de cambio de gobierno o de pérdida de mayoría en la Asamblea Nacional habrá una crisis de legitimidad⁷, pues se afrontarán en las calles y en las instituciones dos voluntades colectivas derivadas de procesos distintos de conformación, posibilidad que se vuelve todavía más gravosa en la medida en que la Ley Orgánica del Poder Popular contiene una ambigüedad jurídica en los artículos 23 y 24 que consiste en la distinción entre poder público y poder popular; distinción

⁶ La crítica fácil a esta representación del bien común es que ella es abstracta, pero la paradoja es que su fuerza ideológica se desprende de la abstracción misma, que le permite a ella presentarse como por encima de los intereses particulares, mientras tanto la voluntad colectiva formada por los órganos del poder popular se queda presa fácil de la crítica de representar a intereses particulares justamente porque tiene como su contenido necesidades muy concretas. A mi juicio, el desafío de la lucha político-ideológica aquí es doble: por una parte, demostrar que el bien común representado abstractamente corresponde a los intereses de ganancia de los capitalistas, por otra parte, formular los intereses comunes de la nación basados en los procedimientos de los órganos del poder popular.

⁷ Apenas había concluido éste artículo, se concretó los comicios 6D en los cuales la MUD – Mesa de Unidad Democrática – una agregación de los partidos opositores de la Revolución Bolivariana, obtuvo 112 de las 167 sillas de la Asamblea Nacional. Desde aquél entonces, el presidente de la AN ha tomado medidas basadas en el principio de la legitimación por el individuo abstracto (el elector sin rostro ni arraigo social) en vista de fustigar al gobierno para promover su pretendida caída; mientras que el gobierno ha buscado percatarse de los efectos de la derrota electoral estimulando a la organización popular, promoviendo cambios que se hace rato se los reclamaban los movimientos populares. Con ello, se enfrentan en Venezuela hoy dos modelos de democracia: uno basado en el elector abstracto llamado a escoger entre candidatos quién pueda ofrecerle mejores servicios políticos, asimismo basados en criterios abstractos, el otro basado en el poder popular según establece el artículo 5 de la Constitución. Por ahora, los sucesos confirman el pronóstico de crisis política derivada de la coexistencia de dos procesos distintos de conformación de la voluntad colectiva, pero un análisis más adecuado y comprensivo de la coyuntura desatada por la derrota electoral del chavismo amerita un artículo sólo dedicado a ello.

hecha con términos que significan relación de jerarquía entre el primero y el segundo, en el artículo 23, mientras el artículo 24 establece que “Todos los órganos, entes e instancias del Poder Público guiarán sus actuaciones por el principio de gobernar obedeciendo, en relación con los mandatos de los ciudadanos, ciudadanas y de las organizaciones del Poder Popular, de acuerdo a lo establecido en la Constitución de la República y las leyes”.

Aunque la Ley Orgánica para Gestión de Competencia y Otras Atribuciones del Poder Popular defina los conceptos y mecanismos de transferencia de las competencias del Poder Público a las organizaciones del Poder Popular⁸, estableciendo la gestión comunitaria en tanto que democracia participativa protagónica, sigue habiendo la contradicción entre el Poder Público y el Poder Popular debido a que uno y otro son productos de procedimientos contradictorios de formación de la voluntad colectiva. Volveré a ésta cuestión en la sesión final.

En estas circunstancias, la afirmación de que “Jamás volverán a ser gobierno los representantes de esa oligarquía” y de “esa burguesía que entregó la patria a los intereses de un imperio”, como aseguró el alcalde de Caracas y dirigente del Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), Jorge Rodríguez⁹ es, sin duda, una frase fuerte que tiene como móvil la movilización de la militancia, pero lejos de expresar la situación de hecho, como lo ha demostrado las elecciones de abril de 2013, una situación que puede repetirse en 2016 una vez que la MUD puede recolectar firmas para un referendo revocatorio.

Pese a esas consideraciones críticas, hay un conjunto variado de iniciativas, movimientos y órganos cuya coordinación, combinada con una política de transferencia de competencia del Estado (en los niveles de alcaldía, gobernación y federal) pueden reforzar la capacidad del Estado

8 Artículo 5, [...]. 3. Transferencia de competencias: Proceso mediante el cual las entidades político territoriales restituyen al Pueblo Soberano, a través de las comunidades organizadas y las organizaciones de base del Poder Popular, aquellos servicios, actividades, bienes y recursos que pueden ser asumidos, gestionados y administrados por el pueblo organizado, de acuerdo a lo establecido en el artículo 14 de la Ley Orgánica del Consejo Federal de Gobierno, en concordancia con el artículo 184 de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Sin que ello obste para que, por cuenta propia, cualquier entidad político territorial restituya al Pueblo Soberano la gestión y administración de servicios, actividades, bienes y recursos, de acuerdo a lo establecido en el correspondiente Plan Regional de Desarrollo y previa autorización de la Secretaría del Consejo Federal de Gobierno.

⁹ Correo de Orinoco, jueves 17 de julio de 2014.

comunal (en germen) de resistir a la posibilidad de acaparamiento del poder político por el Estado burocrático.

3. En el diseño del Estado comunal no está definido como se concreta la democracia participativa protagónica en el nivel federativo. ¿Sería un consejo de comunas? ¿Sería un parlamento, es decir, una Asamblea Nacional? Cada una de esas alternativas tiene sus riesgos. Un consejo de comunas conlleva asignar un grande monto de recursos a pocas manos, lo cual puede dar lugar a la burocratización, convirtiendo los órganos de base del poder popular en instancias de homologación de las decisiones del consejo superior. Una Asamblea Nacional conformada solamente por el sufragio universal pone los problemas ya mencionados del choque entre dos procedimientos distintos de conformación de la voluntad colectiva, lo que da poder a los diputados para anular las decisiones de los órganos del poder popular.
4. El arraigo de la cultura política burguesa, aquella que escinde el ciudadano en ciudadano público en el día de las elecciones y ciudadano privado para todos los demás hace de la resistencia a asumir corresponsabilidad una traba para la organización y desarrollo de los consejos comunales. Luego de más de un siglo de desarrollo del Estado según la matriz ya mencionada arriba, la gente se quedó acostumbrada a ceñirse a su quehacer privado, sólo esperando del Estado que le brinde con unos servicios que favorezcan éste quehacer¹⁰. En estas condiciones la tendencia es que la participación sea restringida a las pocas personas más activas, corriendo el riesgo de se la reproducir en nivel local a la matriz del Estado proveedor de servicios.

La participación restricta en estas condiciones da lugar a que se reproduzca las prácticas políticas clientelares, pues los voceros pueden verse aislados, por una parte, sin apoyo activo de la comunidad y, por otra, pendientes de los trámites del Estado burocrático para volver efectivo el plan de desarrollo comunal, debido al hecho de que la transferencia de competencias a los órganos del poder popular no se completó todavía;

¹⁰ Periódico Últimas Noticias Lunes, 30 de junio de 2014. Piden evaluar gestión de las comunas: “Todos los días aumenta el número de comunas registradas en el país, así lo refleja la página web del ministerio del Poder Popular para las Comunas y los Movimientos Sociales, que hoy contabiliza 684 organizaciones. Sin embargo, “esto no necesariamente significa que todas esas comunas funcionen”, aseguró Pedro Sandoval, líder social del 23 de Enero e integrante del V Consejo de Lectores de Últimas Noticias, cuyo tema es el poder popular.

además de la resistencia de los burócratas a completarlas. En tales condiciones los antiguos voceros de los partidos de la IV República se mueven con más desinhibición que los voceros de los órganos del poder popular, se estableciendo entonces una competencia política en los barrios por el apoyo popular.

A guisa de cierre de la reflexión propuesta:

Entre los puntos débiles apuntados, quizá el más importante porque articula los otros sea la contradicción entre el Poder Público y los órganos del Poder Popular. Para reanudarlo se debe considerar la identidad del Estado capitalista (o burocrático para el objeto de la reflexión propuesta) con el Poder Público. Esta identidad no está asentada en la pretensión de uno cualquiera que así sea, sino que en el funcionamiento del Poder Público desde el aparato heredado del Estado capitalista, tanto la estructura administrativa como los conceptos jurídicos bajo los cuales se les interpela a los ciudadanos (¿o trabajadores?) en vista de la conformación de la voluntad colectiva.

Si, como dijo Poulantzas (2008), el Estado es una relación, mejor dicho, una relación social de dominación institucionalizada, el más importante para la crítica del Estado capitalista y, por ende, para el análisis de la transición al socialismo, es la comprensión y la crítica de los conceptos de ésta relación, es decir, los conceptos que estructuran la relación Estado, entre los cuales destaco dos: sujeto de derecho y representación popular (ciudadana). Decir que tales conceptos estructuran la relación Estado implica que los individuos actúan como sus soportes o, si se prefiere, que el estatuto jurídico (sujeto de derecho) bajo el cual los individuos se reconocen en tanto que iguales para el quehacer cotidiano se les atribuye el Estado.

Sin embargo, el Estado no saca tal concepto de la nada. La inteligencia del derecho se la encuentra fuera de él, como lo advirtió Marx; Engels (2007). Las relaciones sociales capitalistas de producción, caracterizadas por la generalización de las operaciones de compraventa, exige considerar a todos como individuos libres cambistas para poder cambiar sus propiedades libremente en el mercado, lo que hizo la Revolución Burguesa luego de apartar los trabajadores de los medios de producción, como señalado más arriba; por lo tanto, como sujetos de derecho todos y cada

uno se apropian de la mercancía del otro mediante un acto de voluntad común a ambos, como lo señaló Marx (1988). Se queda claro, entonces, que el atributo de cambista de mercancía es el fundamento de la igualdad jurídica (KASHIURA, 2009), es decir, del concepto de sujeto de derecho, siendo la fuerza de trabajo la sola mercancía del trabajador.

Con ello, aunque la relación de dominación entre propietarios e no propietarios de los medios de producción siga existiendo, ella resultó borrada (o mejor dicho, naturalizada) por la ideología jurídica que considera a todos iguales libres cambistas, abstraída la desigualdad económica entre propietarios e no propietarios de los medios de producción. Mientras tanto, es a ésta categoría sujeto de derecho que interpela el proceso electoral de la democracia burguesa, en vista de conformar la voluntad colectiva en tanto que representación popular de individuos libres cambistas interesados en medidas de gobierno favorables a las condiciones de venta de su mercancía. Por supuesto, a esto núcleo de interés se añade una retórica de identidad nacional necesaria a la legitimación a través de la subsunción de los libres cambistas a la idea de comunidad conformada por el pueblo-nación, aunque la nación esté escindida por los intereses materiales que oponen las clases dominantes a las dominadas.

Luego de hacer la crítica de los conceptos de sujeto de derecho y de representación popular (ciudadana), creo poder clarificar la naturaleza de la contradicción entre el Poder Público y los órganos del Poder Popular en tanto que dos procesos distintos de conformar la voluntad colectiva.

Si uno somete a la legislación del Poder Popular al ejercicio de análisis deductivo para extraer su concepto central, se detecta un cambio de contenido del concepto de sujeto de derecho, pero un cambio subyacente, no definido conceptualmente, aunque sin ello no se pueda operar los cambios establecidos por tal legislación. El contenido operativo, pero no definido, es el individuo productor insertado en relaciones sociales que lo constituyen en cuanto tal. Esta deducción se extrae de los términos de la legislación que no hacen referencia a individuos libre cambistas, sino que a individuos que, al ponerse al servicio de la comunidad haciendo cargo de las tareas de desarrollo comunitario, se reconocen mutuamente productores de la vida comunitaria para el bienestar individual y colectivo.

Se ocurre este cambio porque hay una incompatibilidad de fondo entre el concepto constitucional de democracia participativa protagónica, que requiere del individuo un cometido integral con la producción y reproducción social para su efectividad, y el de sujeto de derecho (tal como lo entiende la ideología jurídica burguesa) cuyo atributo que lo define es ser librecambista en la esfera privada, dejando a los políticos profesionales la tarea de administrar la producción y reproducción social como servicio prestado a los electores-clientes.

Esto parece evidente, tanto que se ha avanzado la organización de los órganos del Poder Popular sin necesidad de explicitarlo en el texto de la ley (quizá no se deba hacerlo hasta alcanzar la claridad conceptual por la práctica). Lo que no resulta evidente es que la figura jurídica interpelada en el proceso electoral no es la misma que en el proceso de organización de los órganos de Poder Popular. Mientras una es llamada a elegir quien les prestará servicios (económico y/o jurídico-político) en conformidad con relaciones mercantiles, la otra es convocada a hacer cargo del trabajo colectivo de producción del bienestar individual y colectivo. Tratase, por lo tanto, de dos modos distintos de conformación de la voluntad colectiva derivados de las distintas figuras jurídicas interpeladas. Esta contradicción puede manifestarse en tres maneras distintas, al menos las que pudo detectar en mis investigaciones, pero que se articulan en las pugnas políticas: 1) resistencia a hacer cargo del trabajo colectivo a raíz de la costumbre de dejar el público a los políticos, 2) resistencia de los burócratas a transferir competencias a los órganos del Poder Popular por se vieren amenazados en la garantía de sus intereses corporativos y 3) como mencionado más arriba, la pugna entre órganos de poder político basados en los dos modos distintos y concurrentes de legitimación de las políticas de Estado, lo que probablemente resultará en profunda crisis institucional e inestabilidad del régimen.

La primera tiene que ver con el punto débil cuatro mencionado en la sesión anterior y, además de lo que se dijo allí, se puede acrecentar el hecho de que debido al estadio “en construcción” de los órganos del Poder Popular, ellos no le ofrecen al pueblo la misma sensación de seguridad en cuanto a la efectividad de las acciones que promueven al igual que el Estado capitalista (burocrático), es decir, en la vida cotidiana de los barrios el militante metido en el quehacer de la movilización y organización popular

se enfrenta a la desconfianza que sobre su trabajo arrojan burócratas, concejales, alcaldes y otras autoridades y/o personas opositoras del proyecto del Estado comunal, aunque éste cuadro se venga cambiando con el avance de los consejos comunales.

La segunda tiene que ver con el hecho de que el aparato administrativo del Estado se rige por las reglas burocráticas, las cuales excluyen de las actividades asignadas al Estado todos quienes no sean sus funcionarios, a condición (alegada por la teoría liberal y por el periodismo) de garantizar el principio de la impersonalidad, el que hace surgir dos problemas complementarios: a) se vuelve necesario denunciar éste principio abstracto de impersonalidad en tanto que exclusión de los pobladores de los negocios del Estado, mientras todos los días en todos los países capitalistas los periódicos informan sobre las conversaciones (incluso charlas o chismes en vista de unas ventajas) de los capitalistas con autoridades gubernamentales para tratar de los negocios del Estado, y b) se vuelve necesario fortalecer el poder del Consejo Federal de Gobierno de supervisar la transferencia de competencia del Poder Público a los órganos del Poder Popular, el que conlleva el riesgo de burocratizarlo.

La tercera, cuyo contenido fue desarrollado más arriba, constituye la arena de la pelea de la derecha porque allí ella se encuentra en su ambiente propio: el de la abstracción. Si uno quiere comprender el poder de convencimiento ideológico del discurso burgués, se debe tomar en consideración que el Estado capitalista estatuye los individuos (propietarios y no propietarios de los medios de producción) en tanto que sujetos de derecho, aislándolos de sus luchas económicas, “En efecto, se supone que éste Estado representa el interés general, la voluntad general y la unidad política del pueblo y de la nación. Se encuentra presente allí las características de la representatividad, del interés general, de la opinión pública, del sufragio universal, de las libertades políticas, luego, la presencia del conjunto normativo institucional de la *democracia política*.” (POULANTZAS, 1968, p. 301-302), es decir, el Estado capitalista no representa directamente a los intereses burgueses, sino que mediados por la representación de los intereses comunes de individuos librecambistas. Por ello, la función económica del Estado puede ser presentada como simple intervención técnica de gestión del interés público, mientras los capitalistas

se riñen los unos con los otros por sacar mejor provecho de las condiciones generales de explotación de los trabajadores y, zonzos entre ellos (y a la vez cómplices) se quedan los gobiernos constreñidos por la evaluación de sus competencias. Aunque así marchen las democracias burguesas, esta marcha sostiene el fetiche del Estado que consiste en esperar de su gestión competente la solución para los problemas sociales.

En este punto se encuentra la paradoja de la democracia burguesa que es su debilidad y a la vez su fuerza. La debilidad consiste en la imposibilidad de la democracia burguesa hacer cargo de las demandas populares debido a su cometido estructural con los intereses burgueses, pero en la medida que el Estado no representa directamente los intereses burgueses, sino que los intereses generales del pueblo-nación constituido por individuos librecambistas, la frustración que resulta de esta imposibilidad se vuelve apatía por falta de quien amerita la confianza popular. En buena medida, lo que hacen los políticos profesionales hoy es producir soluciones abstractas (bajo la forma de propaganda) para problemas concretos en vista de la victoria electoral, a la cual se sigue más frustración y apatía, pero así se perpetúa la democracia burguesa como un callejón sin salida; claro, hasta que las fuerzas populares logren ofrecer una.

Estas características de la democracia representativa (burguesa) ponen de relieve las potencialidades de los problemas que pueden surgir de esta tercera manera de manifestarse la contradicción, el que la derecha viene explotando a través de las guarimbas.

Por otra parte, para retomar el hilo de la reflexión a guisa de conclusión, si como dicho más arriba, tanto una asamblea de representación ciudadana como un consejo nacional conformado por voceros elegidos desde abajo en forma piramidal comportan riesgos, se puede plantear para la reflexión teórica a la luz de la práctica en desarrollo, una combinación de las dos formas institucionales como una manera de superar la contradicción, es decir, un parlamento constituido por diputados elegidos por el sufragio universal y por voceros elegidos por los órganos del poder popular.

Por supuesto, estos apuntes están lejos de ser como un análisis exhaustivo, son sólo cuestiones para la reflexión, incluso porque escribir sobre un proceso en desarrollo conlleva siempre el riesgo de quedarse tras los hechos.

REFERÊNCIAS

- BRUNHOFF, S. *Estado e Capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- KASHIURA, C. N. *Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. *O capital*. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- POULANTZAS, N. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. In: *Crítica Marxista*, n. 27, Campinas, SP, 2008.
- _____. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1968.
- SAES, D. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 1998.

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS COMO DILEMA CONTEMPORÂNEO: O PAPEL DA MULHER EM CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS NO BRASIL

Silvia Aparecida de Sousa FERNANDES

INTRODUÇÃO

Entre os dilemas históricos da América Latina estão os processos migratórios. Os movimentos migratórios são investigados por pesquisadores de diferentes campos do conhecimento nas Ciências Humanas: as Ciências Sociais, Geografia, Demografia, Economia e História se debruçam sobre este objeto de estudo. Os deslocamentos internos ao país, os fluxos internacionais, seus fatores e as condições de vida do migrante são temas amplamente considerados nas análises. Contudo, são poucos os trabalhos que abordam a condição da mulher migrante ou que destacam a questão de gênero na análise. Refletir sobre os processos migratórios na contemporaneidade e sobre os dilemas da América Latina implica reconhecer as diferenças de culturais, de gênero e de trabalho. E o objetivo deste trabalho é discutir o papel da mulher migrante no interior do estado de São Paulo, mais particularmente na região de Ribeirão Preto, no contexto do mundo do trabalho e das relações sociais que estabelece com seu grupo. Analisa-se o perfil da migrante e as relações que estabelece no lugar de chegada, no lugar de trabalho e nas relações de vizinhança no bairro de residência. Muitas vezes esses lugares de reprodução da vida são distintos e exigem o exercício de diferentes papéis e funções sociais. Para isso toma-se como referência pesquisa de campo realizada em um bairro do município de Serrana-SP, em comparação com dados de migração no Estado de São Paulo e no Brasil. Para elaboração desse texto, foi realizada revisão da literatura e análise de dados de pesquisas divulgadas pela Associação Brasileira de

Estudos Populacionais (ABEP); Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO) da Unicamp; Fundação Sistema Econômico de Análise de Dados Estatísticos (SEADE) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O texto apresenta inicialmente o panorama da migração interna no Brasil no século XX e os aportes teóricos que auxiliarão a análise. Em seguida, identifica o perfil do migrante na cidade de Serrana e discute a condição da mulher como migrante e os papéis sociais a ela atribuídos.

BREVE HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO NO BRASIL

Historicamente, há no Brasil um intenso processo migratório, seja interno ou externo. Até as primeiras décadas do século XX, predominaram os fluxos internacionais, tendo os países europeus como origem e a cidade de São Paulo, como destino predominante. Vários autores, dentre eles Cano (1981), Ribeiro e Silva (2005) apontam a importância dos imigrantes italianos, espanhóis e portugueses na substituição da mão-de-obra escrava nas lavouras cafeeiras do interior do Estado de São Paulo e no processo de concentração industrial na cidade de São Paulo.

As migrações internacionais declinaram no intervalo entre as duas grandes guerras, em consequência das restrições estabelecidas pelos países de origem. [...] As primeiras restrições à imigração estrangeira surgiram, no Brasil, a partir de 1930, culminando com a fixação de cotas pelas Constituições de 1934 e 1937. (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 451)

A partir de 1930, intensificaram-se os fluxos migratórios internos, devido às mudanças econômicas, sociais e políticas que o país viveu no período, relegando a um segundo plano as migrações internacionais. Num primeiro momento, dirigiram-se preponderantemente para São Paulo, cujo crescimento industrial e expansão da agricultura serviram como fatores de atração populacional. Esse fluxo mantém-se hegemônico até a década de 60, quando outros núcleos de origem e destino passam a ser significativos. SANTOS (1994) analisou os dados do Censo demográfico de 1970, 1980 e 1991 e identificou mudanças nas principais áreas de origem e destino de migrantes no Brasil no período. A autora afirma que o Nordeste continua sendo a principal área de “expulsão” populacional, em especial de trabalhadores rurais que buscam trabalho em outras regiões do país. Contudo, além

do destino a São Paulo, os estados da região Norte, notadamente Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins, também se transformaram em promissores destinos migratórios. Os estados da região Norte e Centro-Oeste também são os locais procurados pelos emigrantes das regiões Sul e Sudeste, responsáveis por novos núcleos de colonização e expansão agrícola nessas regiões.

A partir da década de 1980 é possível identificar também a migração de retorno dos nordestinos provenientes principalmente da região Sudeste para as capitais nordestinas, em especial Fortaleza/CE, Salvador/BA, Recife/PE e Natal/RN (RIBEIRO; SILVA, 2005).

Thery e Mello (2008, p. 1004) ao analisar a importância das migrações apresentam três critérios para análise dos fluxos migratórios: os saldos migratórios, os deslocamentos de longa distância e a proporção dos migrantes na composição da população. Com base nos dados do Censo Demográfico e Contagem de População, os autores analisaram o saldo migratório para os períodos 1970-1980 e 1991-1996 nos 27 estados brasileiros e concluem que é possível identificar uma reorientação dos fluxos migratórios no período analisado. Enquanto no primeiro período é intensa a busca pelo estado de São Paulo por mineiros, baianos, pernambucanos e paranaenses, no segundo período os fluxos são menos evidentes e caracterizados por deslocamentos de curta distância entre os estados vizinhos. Mas quando observam os números absolutos de migração por estado, constata-se que o Estado de São Paulo continua sendo o que acolhe maior número de migrantes, com 2,5 milhões de pessoas em 2000.

Ao analisar as tendências dos fluxos migratórios internos no Brasil, com base nos dados do Censo Demográfico de 1991 e de Contagem Populacional do IBGE para o ano de 1996, Ribeiro e Silva (2005) confirmam a tendência de que os estados nordestinos configuram-se como áreas de expulsão populacional, principalmente de trabalhadores com baixa qualificação e desempregados. Enquanto Maranhão, Bahia e Pernambuco, constituem-se as principais áreas de origem dos migrantes, São Paulo, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo e Pará configuram-se como os principais destinos dos fluxos migratórios. Nos estados da região Sudeste, as principais áreas de atração populacional são as regiões metropolitanas e municípios ao entorno das mesmas. Ainda assim, os autores identificam como destino dos fluxos migratórios as cidades do interior paulista e mineiro:

Em se tratando dos municípios com sedes de porte médio, cumpre destacar aqueles localizados no interior paulista, seguindo principalmente o eixo Campinas-Ribeirão Preto, decorrentes do processo de descentralização industrial, além da oferta de trabalho no setor de serviços; e o Triângulo Mineiro, especialmente Uberlândia e Uberaba, com atividades agroindustriais atuando como fator importante no direcionamento dos deslocamentos populacionais. (RIBEIRO; SILVA, 2005, p. 413)

Como apontado pelos autores, a procura por esses destinos migratórios ocorre devido à oferta no mercado de trabalho. São regiões de intensa atividade agroindustrial, o que permite a ocupação de trabalhadores com baixa qualificação técnica e/ou escolarização.

Além disso, é possível apontar como outro fator de atração para a região, a existência de redes sociais de migrantes, tal como apresentado por Haesbaert (2004; 2005). As redes permitem não somente a ocupação funcional mais rápida, como também servem como fator de ressocialização e reterritorialização do migrante.

[...] a característica mais importante das redes é seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador, o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser ora de sustentação, mais “interno” ou “construtor de territórios”, ora de desestruturação, mais “externo” ou desarticulador de territórios. Assim, as redes são mais ou menos desterritorializadoras, dependendo de diversos fatores, incluindo seu caráter estratégico-funcional ou simbólico-expressivo – pois territorializar-se é sempre uma conjugação (diferenciada) entre função e símbolo, ação concreta e valorização simbólica (HAESBAERT, 2004, p. 294).

As redes sociais são, portanto, um importante fator na definição dos destinos dos grupos migratórios, uma vez que a presença de um grupo de iguais pode auxiliar o estabelecimento do migrante no local de destino, propiciando menor impacto durante o período de adaptação e oferecendo informações que podem facilitar a inserção no mercado de trabalho. Nessa mesma perspectiva Salles et al, (2013) apresentam uma coletânea em, que o tema é discutido a partir de estudos migratórios nacionais e institucionais em São Paulo.

Como abordaremos no próximo item, na região de Ribeirão Preto e em Serrana, em particular, consideramos que ambos os fatores contribuem para a formação do fluxo migratório observado.

PERFIL DA MULHER MIGRANTE

Para discutir o papel da mulher migrante na agroindústria canavieira, nos pautamos nos dados apresentados por Nogueira (2009). A pesquisa realizada por esta autora, contou com coleta de dados por meio da aplicação de questionários que visavam identificar o perfil do migrante, local de trabalho e tempo de residência no município de Serrana, interior do estado de São Paulo. Foram aplicados 38 questionários entre os moradores do bairro Chavans, tradicionalmente ocupado por migrantes naquela cidade. O critério de seleção foi a abordagem de uma a cada três residências do bairro, seguindo os procedimentos de definição de amostragem sistemática, conforme apontado por Gil (1991). Sempre que identificado como migrante, o residente abordado passava a responder às questões.

Do total de sujeitos participantes da pesquisa, destaca-se o número de mulheres 66% (27 em número absoluto), sendo 34% homens (13 em número absoluto). Quanto à idade, vale destacar que 37% têm entre 21 e 30 anos, 21% entre 31 e 40 anos e 21% entre 51 e 60 anos. Isso representa que 97%, ou seja, 37 entrevistados estão na faixa designada de População Economicamente Ativa. São, portanto, pessoas aptas a inserir-se no mundo do trabalho, que já exercem ou podem exercer funções economicamente produtivas.

Essas mulheres e homens migrantes residem no município de Serrana há pelo menos dois anos ou mais, sendo assim distribuídos: 5% residem há menos de 2 anos no município, 8% residem na cidade entre 2 a 5 anos, 16% entre 5 anos e 1 mês a 10 anos e a grande maioria, 71%, residem há mais de 10 anos em Serrana.

Quanto perguntado sobre o município de origem, o que se destaca é Montalvânia, em Minas Gerais, com 54% (21 sujeitos). Além de Montalvânia, destacam-se outros três municípios com participação percentual bem menos significativa: São Raimundo Nonato/PI, Cocos/BA e Surubins/PE, que são municípios de origem de dois entrevistados (5%). Os demais municípios citados, com ocorrência de um sujeito (3%) são: Feira

de Santana e Coribe/BA, Canto do Buriti/PI, Fortaleza/CE, Arapiraca/AL, Ribeirão Preto, Porto Ferreira, Sertãozinho, Cravinhos, Igarapava e São Caetano/SP. Nota-se que são oito municípios da região Nordeste do país, que totalizam 27% dos entrevistados e sete municípios da região Sudeste, com 73%, com destacada participação de Montalvânia/MG e dos municípios do interior do estado de São Paulo, mais especificamente da região de Ribeirão Preto, onde se localiza o município de Serrana.

Esses dados corroboram as afirmações feitas por Haesbaert (2005) que, ao analisar a dinâmica migratória, aponta para a formação de redes regionais de migração no interior dos estados nacionais, que permite a reterritorialização do migrante ao novo território. Para este autor, a desterritorialização vivida pelo migrante ao sair de seu local de origem, se reconfigura ao encontrar no novo território grupos identitários, num movimento de reterritorialização ou de reconquista da identidade, consolidando as redes regionais de migração.

O autor destaca que a força identitária mantida entre os grupos de migrantes é um dos principais fatores responsáveis pela manutenção da coesão do grupo, quando longe de seu território de origem (HAESBAERT, 2005, p. 40). No caso do grupo de migrantes em estudo neste texto, é possível afirmar que, a despeito da mesma região de origem, a desterritorialização dos migrantes no município de Serrana é mais nítida do que o processo de reterritorialização, na medida em que o migrante procura não revelar a sua região de origem ou tem “vergonha” de manifestar a sua identidade regional, como apontado por Nogueira (2009, p. 30).

A pesquisa de campo revelou que a maioria dos migrantes que moram no bairro Chavans são mineiros, do município de Montalvânia, predominantemente. Esse dado nos chamou atenção, pois no cotidiano, os moradores quando abordados, não gostam de ser identificados como sendo de Montalvânia. Percebeu-se também que trabalham em usinas, no corte da cana de açúcar e em outras funções de menor qualificação e pouca remuneração.

Os dados apresentados por Nogueira (2009) ainda permitem a discussão sobre a inserção no mundo do trabalho. 71% afirmam que exercem atividades remuneradas e quando perguntado sobre o local de trabalho, as respostas remeteram a um conjunto de atividades econômicas que

exigem baixa qualificação como empregada doméstica (19%, 5 pessoas em número absoluto); usinas (29%, 8 pessoas em número absoluto); comércio (19%, 5 pessoas); indústrias (11%, 3 pessoas). Dentre as atividades de comércio, foram citados o trabalho em bares, lojas diversas e farmácia. O trabalho nas usinas corresponde ao trabalho no corte de cana-de-açúcar ou em atividades como copeira, faxineira. As atividades de serviço foram pouco representativas, apenas uma afirmou trabalhar em uma creche (4%); uma no setor de saúde (4%) e duas no setor de transportes (7%).

A questão que mais chama a atenção no que se refere à migração feminina corresponde aos motivos que levam à migração. Quando perguntado sobre os motivos da migração, Nogueira (2009, p. 29) afirma:

[...] muitos disseram que vieram à procura de serviços e uma vida melhor, chegando a Serrana, foram trabalhar na Usina da Pedra e Usina Nova União. Outros, devido ao pai já estar trabalhando nas usinas, vieram também, escolhendo Serrana por ser uma cidade tranquila. [...] algumas mulheres vieram devido aos esposos já estarem com emprego fixo, outros por causa de parentes e conhecidos já estarem morando na cidade. Os questionários mostraram que os migrantes vêm até mesmo para acompanhar a mãe em tratamentos médicos e acabam ficando, vendendo o seu pedaço de terra no seu lugar de origem e se fixando no município. Um dos entrevistados relatou que veio para Serrana devido ao irmão ter sofrido um acidente, e no local de origem não haver recursos próximos para cuidado.

Nota-se que são diversos os motivos que levaram os moradores do bairro Chavans a migrar. Contudo, a nosso ver, todas as respostas podem ser reunidas em dois grupos: a) os que vieram por motivos econômico-financeiros e procuraram Serrana devido à rede social já existente na cidade e à oferta de empregos; b) os que acompanharam familiares já instalados na cidade ou que vieram juntos para se fixar com eles em um novo município de domicílio. Neste segundo grupo destacam-se as mulheres que acompanham seus maridos.

Quando se compara o percentual de mulheres (66%) e casados (71%) que responderam ao questionário com as profissões exercidas como domésticas (19%) ou no trabalho na agroindústria canavieira (29%), fica evidente que além de não terem autonomia na definição do local de migração, as mulheres são obrigadas a inserir-se no mercado de trabalho no local de destino para ajudar na composição da renda familiar, embora não sejam elas próprias chefes de família.

Fusco (1999, p. 337) em pesquisa realizada sobre migração internacional, identificou diferença significativa nas razões que levam mulheres e homens a migrar para outro país. Na análise dos dados sobre migração da cidade de Governador Valadares para Boston, nos EUA, o autor constatou que “Os motivos de trabalho representam 90,5% para os homens e 66,8% para as mulheres. Em contrapartida, se o motivo “acompanhar a família” representa a opção de apenas 2,6% dos homens, tem para as mulheres o peso proporcional de 19,8%”.

Em pesquisa sobre os condicionantes da migração interna nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, com base nos dados do Censo demográfico de 1991, Chaves (2005, p. 5) identificou que a migração feminina ocorre predominantemente entre casadas e solteiras. Para o estado de São Paulo, os percentuais de mulheres migrantes solteiras são de 36,6% enquanto as que se declararam casadas são 37,5%. A maior parte das mulheres são filhas de migrantes (36,0%) ou cônjuges (26,7%), ou seja, acompanharam os pais ou o marido em processo migratório. Apenas 6,9% das mulheres são chefes de família.

Esses dados corroboram a pesquisa realizada por Nogueira (2009) em que as entrevistadas apontaram como motivo para a migração acompanhar o marido. Nota-se, com isso, a escassa autonomia da mulher na definição dos fluxos migratórios e mesmo na profissão que exercerá no local de destino, pois, devido à baixa qualificação profissional, acabam exercendo a função produtiva no corte da cana ou como empregada doméstica.

Em entrevista realizada em nossa pesquisa de campo, em janeiro de 2015, pudemos identificar afirmações semelhantes entre as entrevistadas. No relato de Ribeiro (2015) a entrevistada afirma:

Esta é a segunda vez que venho pra Serrana. A primeira vez que vim morar aqui, foi junto com meu marido. Só eu e ele, os meus dois filhos ficaram com minha família em Teresina. Fiquei seis meses e voltei. Depois de dois anos, vim pela segunda vez com os filhos e fiquei por aqui junto com meu marido. Trabalho em Ribeirão de empregada. Vim pro Chavans porque já tinha um primo que morava aqui no bairro.

Mais uma vez, é possível afirmar que a condição do migrante no município de Serrana reafirma os condicionantes dos migrantes no Brasil

como um todo e no estado de São Paulo em particular. Chaves (2005, p. 11) afirma que:

Nos deslocamentos de longa distância o Sudeste apresenta participação significativa de empregadas domésticas, especialmente no Rio de Janeiro, que se inserem de forma quase sistemática em domicílios de chefes não migrantes. Em São Paulo, com mais peso do que essa categoria encontram-se as migrantes solteiras, parentes do chefe, especialmente na condição de irmãs ou cunhadas. [...] Confirma-se então que o emprego doméstico é uma possibilidade importante para as mulheres nordestinas migrarem. Além disso, como o comportamento da migração dessa categoria é semelhante para separadas e solteiras, verifica-se, para essas mulheres que assim se inserem, que a condição de empregada doméstica se sobrepõe a seu estado conjugal.

A análise conduz, portanto, a uma reprodução das relações sociais e de classe, considerando que as funções produtivas e a condição de trabalhadora doméstica se apresentam como condicionalidade da situação da mulher migrante. Embora Chaves (2005) tenha investigado a condição da migração em grandes cidades, ao investigarmos 10 anos depois a condição da mulher migrante em uma pequena cidade do interior paulista, a mesma condição é encontrada. Neste aspecto é possível afirmar que a migração em território nacional, ou seja, as migrações internas se colocam como um dos dilemas contemporâneos das cidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a migração no município de Serrana, por meio de questionário aplicado aos moradores do bairro Chavans, percebemos que a maioria dos entrevistados tem origem em uma única cidade do interior de Minas Gerais, Montalvânia, o que permite afirmar que as redes sociais têm um papel significativo na definição do fluxo migratório. Esses migrantes estão inseridos em atividades econômicas que exigem menor qualificação, pois trabalham majoritariamente na agroindústria canavieira ou como empregada doméstica. Isso corrobora as análises feitas por autores que apontam o desempenho econômico, a disponibilidade de empregos e oferta no mercado de trabalho em uma região como decisivos na definição do destino dos fluxos migratórios.

Por outro lado, ao analisar apenas a participação feminina e os motivos da migração, ficou evidente a falta de autonomia das mulheres na opção pela migração e na definição dos destinos do fluxo migratório, pois afirmam ter migrado para acompanhar seus maridos ou buscar trabalho.

REFERÊNCIAS

- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.
- CHAVES, M. F. G. Migração feminina: familiar ou autônoma? Observações sobre as mulheres que migram solteiras e separadas. *Anais... XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 2004*, p. 1-17. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_713.pdf>. Acesso em: 15 set. 2010.
- FUSCO, W. Redes sociais na migração internacional. O caso de Governador Valadares. *Anais. 2. Encontro Nacional sobre Migração. Ouro Preto, 1999*, p. 317-341. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/2EncNacSobreMigracao/Anais2ENSMigracaoOuroPreto1999p317a341.pdf>>. Acesso em 15 out. 2010.
- GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1991.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos Territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Migração e desterritorialização. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 35-46.
- NOGUEIRA, J. B. N. *Migração na cidade de Serrana: identificação do perfil do migrante no bairro Chavans*. Editora/instituição. Ribeirão Preto, 2009.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos 80: novos padrões?, *Anais... 1. Encontro nacional sobre migração. Curitiba, 1997*, p. 445-462. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSMigracaocuritiba1997p445a462.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010.
- RIBEIRO, M. A.; SILVA, J. K.T. Tendência na redistribuição espacial das migrações brasileiras no período 1991-1996. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 411-421.
- SALLES, M. R. R. et al. (Org.). *Imigrantes internacionais no pós-segunda guerra mundial*. Campinas/São Paulo: NEPO/UNIFESP, 2013.
- SANTOS, R. C. B. *Migração no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- THERY, H.; MELLO, N. A. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. 2 ed. São Paulo: Editora da USP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

A ENTRADA DA AGROECOLOGIA NA AGENDA DO MST: ESTRATÉGIA PARA ALÉM DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”?

Henrique Taban NOVAES

João Henrique PIRES

INTRODUÇÃO

A agroecologia começa a ganhar força no cenário latino-americano a partir da década de 1980 no contexto de “redemocratização”. Desde então, vários pesquisadores, extensionistas, membros de ONGs e intelectuais de movimentos sociais vêm teorizando sobre suas práticas e princípios. Ela vem sendo assumida como alternativa para fazer o enfrentamento às condições destrutivas que a financeirização da agricultura gerou para diversos trabalhadores e trabalhadores que produzem e se reproduzem no campo.

Stephen Gliessman (2002), Francisco Caporal e José Costabeber (2004), Eduardo Sevilla Guzmán (2011) e Miguel Altieri (2012) compreenderam que a agroecologia não se constitui num discurso unilinear, mas na interação articulada entre o saber codificado por pesquisadores e cientistas em diálogo com os saberes tácitos das comunidades rurais e tradicionais.

A agroecologia não é um conceito estático e mecânico, visto que ela se constitui na diversidade dos movimentos sociais do campo e das florestas, nas ações práticas e formulações teóricas que estão em constante processo de transformação decorrentes da diversidade das características políticas, sociais e culturais de cada comunidade.

Do ponto de vista do capital, a agroecologia significa uma espécie de ecocapitalismo, com algumas pitadas de proteção à natureza e de mercados lucrativos em função do apelo à saúde.

Em virtude desta diversidade de experiências, a interação, o diálogo – e em alguma medida o conflito entre os saberes tradicionais e o saber técnico-científico, entre pesquisadores extensionistas, movimentos sociais do campo e da floresta, é imprescindível estabelecer as bases epistemológicas e práticas para sustentar a experiência agroecológica dos movimentos sociais na América Latina (NOVAES, 2012).

A complexa diversidade que compõe as populações da América Latina, bem como a história de resistência e de luta contra a espoliação imposta por um capitalismo dependente e uma *modernização consentida* no campo, tem possibilitado um rico debate sobre a agroecologia. Dezenas de organizações, particularmente as constituídas por trabalhadores rurais, comunidades originárias e das florestas ampliaram o debate e reforçaram alternativas de agricultura rumo à transição agroecológica¹.

Entre essas organizações está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que a partir do ano 2000 assume a agroecologia como matriz produtiva estratégica para as áreas de assentamento e acampamentos sob sua influência. Esta posição é reforçada em 2001, quando o Movimento lança a cartilha *Construindo o caminho* na qual estabelece a necessidade de que “[...] os assentados e assentadas se qualifiquem e dominem os princípios e as práticas agroecológicas, buscando construir um novo modelo de produção, que nos ajude na edificação de um novo ser social” (MST, 2001, p. 90). Este capítulo pretende debater a entrada da agroecologia na agenda do MST, seus antecedentes históricos e as dimensões da agroecologia desenvolvidas pelos intelectuais agroecológicos do MST.

¹ Destaca-se *La Vía Campesina* um movimento internacional composto por cerca de 164 organizações em 73 países da África, Ásia, Europa e América. Em total representa cerca de 200 milhões de pessoas entre camponeses, camponesas, pequenos e médios produtores, povos sem-terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. É um movimento autônomo pluralista e multicultural sem nenhuma filiação política e econômica de qualquer tipo. Para mais informações acesse: <http://viacampesina.org/es/>

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Apesar de o ano 2000 representar o marco referencial da inserção da agroecologia no MST, desde a década de 1980², já existia um debate entre os militantes do Movimento sobre a necessidade de uma matriz alternativa, de organização socioprodutiva, para os Sem Terra.

Após suas primeiras conquistas, o MST começa a buscar alternativas para potencializar a produção das famílias e formar sujeitos com uma visão diferenciada da relação ser humano-ambiente nas áreas de assentamento. Assim, se desenvolveu no início da década de 1990, as diretrizes para o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs)³.

Mesmo avançando com debates e ações sobre a perspectiva social da cooperação, o MST enfrentou vários obstáculos decorrentes das contradições existentes entre as concepções de gestão das cooperativas coletivas e a concepção de *cooperação* na lógica competitiva do mercado capitalista, o que acarretou no endividamento e decadência de várias cooperativas, já com as primeiras ofensivas do governo Fernando Henrique Cardoso (NOVAES, PIRES e SILVA, 2015).

Sobre as dificuldades enfrentadas pelo MST na década de 1990, podemos citar, além das particularidades externas, a baixa formação técnica e a falta de conhecimento sobre o desenvolvimento das cooperativas e sobre as novas formas de produção propostas. Segundo Ricardo Borsatto e Maristela Carmo (2013, p. 658), as concepções teóricas que norteavam o MST:

[...] baseavam-se nas interpretações ortodoxas dos escritos de Marx, Kautsky e Lênin, bem como nas experiências soviéticas e cubanas de co-

² A agroecologia é assumida enquanto matriz produtiva no MST em seu 4. Congresso Nacional realizado no ano 2000. Contudo, Guhur (2010), Mohr (2014), Borsatto e Carmo (2013) destacam que no Caderno de Formação n. 10 (MST, 1986, p. 25-28) há um capítulo intitulado “o uso de tecnologias alternativas” abordando o domínio das corporações multinacionais sobre o pacote tecnológico da *Revolução Verde* e a necessidade de construir alternativas ao modelo dependente e degradante do modelo hegemônico.

³ João Bernardo (2012) descreve que “[...] foram organizadas mais de 40 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) no país, muitas inteiramente coletivistas, verdadeiras ilhas socialistas não só quanto à organização do trabalho, mas também quanto a certos aspectos da vida doméstica como, por exemplo, o uso de refeitórios e creches. Entre as principais ideias que marcaram a linha de orientação política para a cooperação do MST nesse período, tal como Alexandre Ribas sistematiza as duas ilustram bem a forma como a questão era considerada: 1) Passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias. Isso significava acúmulo de capital para investimentos em produtos agroindustriais. 2) Estabelecer uma fase de transição entre o camponês-artesão e o operário. Transformar a “consciência camponesa” em “consciência operária”

letivização da agricultura, que em sua maioria não se mostraram satisfatórias na realidade dos assentamentos brasileiros. Isso, em conjunto com outros fatores, abriu espaços políticos para a emergência de um novo discurso, no qual o saber camponês e a questão ambiental ganharam relevo, emergindo como consequência um discurso em bases agroecológicas.

Em meio a esse quadro, Dominique Guhur (2010)⁴ – uma das intelectuais do MST, defensora da agroecologia – aponta que o MST é um movimento “de seu tempo”, pois depara-se com novas demandas e lutas que crescem nos últimos anos, tal qual a questão ambiental, enfrentando abertamente os limites e contradições das alternativas que propõem para superar os desafios.

É neste enfrentamento que o IV Congresso Nacional do MST delibera a questão agroecológica como bandeira de luta, em torno do que ficou conhecido como Projeto Popular.

A ENTRADA DA AGROECOLOGIA NA AGENDA DO MST

No texto *Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST* (MST, 2000), o modelo de agricultura hegemônico baseado na “transferência tecnológica, na utilização de sementes transgênicas, no uso de agrotóxicos, na exportação de *commodities* e no monopólio do uso da terra por cooperações multinacionais” é apresentado como uma prática que deve ser combatida. Mesmo que tardiamente, o MST percebeu que os “frutos” da “Revolução Verde” não poderiam ser colhidos pelos movimentos sociais.

No IV Congresso também foi apresentado o documento *Nossos compromissos com a terra e com a vida*, composto de dez pontos, entre os quais destacamos “evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos” (MORISAWA, 2001, p. 238).

Guhur (2010) ressalta que tal posicionamento, exigiu uma reformulação na proposta produtiva, como também na própria organização do movimento. Após um período de crise, deflagrado pelos próprios limites internos do MST e pelas ações do governo federal que afetaram o

⁴ Dominique Guhur é formada em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá e uma das coordenadoras da Escola Milton Santos (MST/PR).

Movimento, o SCA acabou sendo extinto e em seu lugar foi criado o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA).

A questão ambiental passa a ser fundamental nos debates do Movimento e a agroecologia começa a ser uma alternativa produtiva estratégica na proposta de um *Projeto Popular*.

Ricardo Borsatto e Maristela Carmo (2013) descrevem que já na Proposta de Reforma Agrária do MST em 1995 (MST, 2005) é possível identificar a elaboração de propostas para a construção de um novo modelo produtivo para os assentados. Para a elaboração dessa nova proposta:

A obra de Chayanov contribuiu de forma fundamental para a conformação do arcabouço teórico da Agroecologia (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Da concepção chayanoviana são retirados conceitos sobre os quais se assentam as propostas metodológicas da Agroecologia, tais como o agricultor, visto não mais como um mero objeto de análise, mas como um sujeito criando sua própria existência; a noção de economia moral camponesa; a abordagem de baixo para cima para a elaboração de propostas de desenvolvimento; o uso de análises multidisciplinares da agronomia social; a lógica econômica não capitalista dos camponeses; a compreensão do balanço trabalho-consumo; o conceito de grau de autoexploração; o subjetivismo dos camponeses nas tomadas de decisões e o conceito de ótimos diferenciais (BORSATTO; CARMO, 2013, p. 658)⁵.

A reorientação do MST se deu, entre outros, pelos seguintes fatores: a) a reforma neoliberal do Estado brasileiro, que pôs fim às políticas setoriais de preços mínimos e abriu os mercados; b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) e c) a formação da Via Campesina.

Para Picolotto e Piccin, “Os dois primeiros fatores dificultaram a continuidade das estratégias produtivas até então desenvolvidas pelo Movimento, enquanto o terceiro ampliou o leque de relações institucionais do MST” (PICOLOTTO; PICCIN, 2008, apud BORSATTO; CARMO, 2013, p. 656).

⁵ Para uma compreensão mais ampla sobre a obra de Alexander Chayanov, ver o livro: *Chayanov e o Campesinato* organizado por Horácio Martins de Carvalho e publicado pela Editora Expressão popular em 2014.

Nessa reorientação, o trabalhador e trabalhadora do campo deixam de ser meros objetos de mobilização em uma massa revolucionária e passam a *sujeitos históricos*, com conhecimento e valores morais considerados essenciais para a construção de uma *sociedade mais justa, sustentável e melhor*. Por este motivo, as metodologias de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) passam a valorizar o saber camponês que é agregado aos processos de formação do Movimento (TONÁ; GUHUR, 2009); (BORSATTO; CARMO, 2013).

A agroecologia quando assumida pelo MST, além de fazer referência a uma matriz produtiva de menor degradação ambiental e de reconhecimento dos saberes tradicionais, envolve um intenso questionamento e enfrentamento às políticas e técnicas agrícolas adotadas pelo agronegócio, fortemente mecanizada, com utilização de sementes transgênicas voltada para a exportação, acumulação de capital e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados, não contribuindo com o avanço da luta por reforma agrária (BORSATTO; CARMO, 2013).

O MST considera que a agroecologia é um dos caminhos para combater as novas configurações do capitalismo no campo delineadas pelo agronegócio. Isso pode ser visto nos ataques frontais às grandes corporações. No ato de encerramento da II Jornada Paranaense de Agroecologia em 2003, o MST promoveu um protesto contra o centro de pesquisa e produção de sementes de soja e milho transgênicos da transnacional Monsanto, localizada na área rural do município de Ponta Grossa.

A área foi então ocupada por famílias Sem Terra de acampamentos da região, e convertida no Centro Chico Mendes de Agroecologia, pelo período de 18 meses (prazo ao final do qual as famílias foram despejadas), com diversas atividades de experimentação, produção de semente e formação em agroecologia. De acordo com Gonçalves (2008), esse fato abalou as relações entre as entidades promotoras das Jornadas, causando a retirada de algumas delas, por não apoiarem o caráter de luta contra o capital que o evento havia assumido, e também por se sentirem desprestigiadas na organização. Tratava-se de um momento político importante, uma vez que, embora os cultivos transgênicos estivessem se expandindo no país, de maneira clandestina, não havia ainda uma decisão definitiva do Governo Federal a respeito. A ocupação da multinacional *Syngenta Seeds*, também no Paraná, e do viveiro de mudas da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, em 2006, seguiram nessa mesma linha (GUHUR, 2010, p. 145).

As observações de Dominique Guhur (2010) nas linhas acima nos ajudam a esclarecer que as ações do MST no campo da agroecologia não podem ser consideradas como ações meramente “ambientais”, do tipo “protejamos a natureza”. Há nessas ações um confronto direto com as Corporações capitalistas: produtoras de transgênicos, acumuladoras de capital, estrangeiras, espoliadoras de terra e do trabalho do povo.

Na nova conformação da exploração da terra no Brasil, o agronegócio é o *modelo* hegemônico, preservando elementos fundamentais do latifúndio e consolidando uma aliança entre fundos de pensão, os bancos, os grandes proprietários de terra e as empresas industriais transnacionais que controlam insumos, os preços, o comércio das mercadorias, a mídia burguesa e o aparato de Estado (PIRES, 2016).

As mudanças impostas pelo agronegócio, a partir da década de 1990, apresentaram uma reestruturação da exploração do campo. Portanto, na reorientação do MST. Nos anos 2000 o MST cunha o termo *Reforma Agrária Popular*. Para o MST:

Essa proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudança na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo o processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza. Isso significa valorizar e garantir trabalho as pessoas como condição à emancipação humana e a construção da dignidade e da igualdade entre todos e no estabelecimento de relações harmônicas do ser humano com a natureza (MST, 2013, p. 149).

Para a proposta da *Reforma Agrária Popular* a agroecologia é a matriz tecnológica assumida como alternativa para a organização sócio-produtiva das famílias assentadas e acampadas porque representa um meio de aumentar a produtividade do trabalho e das áreas, em equilíbrio com a natureza, com possibilidades de enfrentar e combater o agronegócio

e a propriedade privada e intelectual decorrente do registro das patentes de sementes, animais, recursos naturais e biodiversidade (MST, 2013)⁶.

Para Gonçalves (2008) o que mobiliza o MST é a negação do padrão de desenvolvimento agrícola existente no país, colocando em evidência a necessidade da preservação e reconstrução da agricultura camponesa pela via da reforma agrária, além de propor formas de gestão e participação do campesinato em sistemas cooperativados e agroecológicos de produção.

Nilciney Toná e Dominique Guhur (2012) observam que se encontra em gestação uma concepção mais recente e ampliada de agroecologia, que tem como pilar político os movimentos sociais populares do campo⁷. Essa vertente não vê a agroecologia como uma solução meramente tecnológica e ambiental para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola. A agroecologia, como observado pela Via Campesina e pelo MST, é entendida como parte da estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio, à exploração dos trabalhadores e à degradação da natureza. Nessa concepção a agroecologia inclui o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos, a consciência política e organizacional (TONÁ; GUHUR, 2012).

O MST considera que a mudança na racionalidade social, ecológica e, sobretudo, política e técnica das famílias ajuda a superar a nova dinâmica do capitalismo no campo, baseado em relações de dominação extremamente severas, como a presença das sementes transgênicas e as articulações entre os capitais transnacionais agrocomerciais (químico, alimentar e financeiro) (GONÇALVES, 2008).

Apesar da ênfase que o programa *Reforma Agrária Popular* dá a agroecologia, Nilsa Luzzi (2007, p. 130) descreve que a incorporação desta matriz produtiva:

[...] pelos assentados não é uma questão simples, envolve vários fatores e as mudanças nem sempre têm a rapidez desejada. A apropriação do tema pelas lideranças do MST ocorre de forma muito mais acelerada do que vem ocorrendo nos assentamentos, na prática dos assentados. Embora o MST esteja investindo fortemente em formação e capaci-

⁶ Baseando nos em Florestan Fernandes, acreditamos que não é mais possível *uma Reforma Agrária Popular* no Brasil. Deve ser construída uma *Revolução Agrária Popular*.

⁷ Nilciney Toná também é um dos intelectuais do MST defensores da agroecologia. Formado em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), é um dos coordenadores da Escola Milton Santos (MST – PR).

tação em agroecologia, a mudança ainda é bastante lenta. A ideologia modernizadora continua exercendo forte poder de influência entre os assentados e, por que não dizer, em várias lideranças.

Entretanto, mesmo não tendo força suficiente para fazer a transição radical para a agroecologia, o MST demonstra força para fazer a luta contra o agronegócio, em especial, realizando campanhas permanentes contra o uso de agrotóxicos e defendendo que as sementes, ao invés de ser monopólio de poucas corporações⁸, sejam patrimônio dos povos a serviço da humanidade (DREMINSKI, 2015).

A campanha permanente contra o uso de agrotóxicos, para além de questionar as mazelas do uso dos defensivos químicos, seja para a saúde humana (com inúmeros casos registrados de contaminação, tanto de trabalhadores como de consumidores), seja pela poluição e depreciação dos recursos naturais, exige a adequação do sistema produtivo sobre bases mais limpas, ligadas aos princípios da agroecologia⁹.

Nessa empreitada em busca da democratização e não mercantilização das sementes, como também da luta contra o uso de agrotóxicos, destacamos as ações exercidas pelas mulheres que compõem a Via Campesina. Pinassi e Mafort (2012) apresentam um trabalho com várias ações de mulheres da Via Campesina que buscam denunciar os efeitos nocivos do consumo de alimentos produzidos sob a base de sementes geneticamente modificadas e do uso de agrotóxicos.

O protagonismo que as mulheres vêm assumindo na reorientação da organização sócio-produtiva para a agroecologia é tão importante quanto as ações de enfrentamento ao patriarcalismo nas estruturas internas das

⁸ Luiz Carlos Machado e Luiz Carlos Machado Filho (2014) descreveram que a biotecnologia e a transgenia, tal qual vem sendo utilizada na produção agrícola se desenvolve sobre bases técnicas reducionistas que promovem monoculturas e produzem severa erosão genética e laminar. Destaca que além de padronizar a produção de alimentos vegetais em 15 espécies que respondem por 90% dos alimentos produzidos, sobre a base de quatro culturas (trigo, arroz, milho e soja) que respondem por 70% da produção e do consumo mundial, assim, são procedimentos que eliminam a diversidade biológica, impedindo o melhoramento genético natural das populações.

⁹ Os documentários *O Veneno Está na Mesa 1 e 2* de Silvio Tandler nos apresentam uma bela crítica à *Revolução Verde*. No primeiro filme, as estruturas e contradições do modelo convencional da “*Revolução Verde*” relata-se a base das sementes transgênicas e da necessidade do uso de defensivos para esse modelo de produção coloca na mesa de cada brasileiro 5,4 litros de agrotóxicos. E no segundo, apresenta as experiências de produção agroecológica como alternativa ao modelo contaminante, apresenta ainda alguns avanços em relação as políticas públicas. Contudo chama a atenção os desafios impostos pelas corporações que vem monopolizando a cadeia produtiva dos alimentos.

organizações da classe trabalhadora. “Essas mulheres impõem, enfim que pensemos urgentemente numa alternativa radical ao sistema, uma alternativa que se constitua no reino da liberdade e da igualdade substantiva” (PINASSI; MAFORT, 2012, p. 155).

Podemos levantar a hipótese de que a luta pela agroecologia relaciona-se ao que Mézáros (2002) chama de igualdade substantiva e produção destrutiva.

Se o capital promove a igualdade formal, os movimentos sociais anticapital podem estar lutando pela construção da igualdade substantiva de gênero, etnia, geração e, principalmente, pela superação da exploração de classe. Não é por mero acaso que as mulheres do MST organizam lutas pela independência econômica, não subordinação ao marido, envolvendo-se, ao mesmo tempo, com questões de classe, de gênero e ambientais, numa interessante imbricação (PINASSI; MAFORT, 2012)¹⁰.

Assim, observa-se que o papel da mulher no MST contribui no avanço do debate sobre a agroecologia, somando-se à ação dos demais produtores, técnicos extensionistas e mesmo de consumidores, que juntos, compõem uma parcela significativa de cidadãos que se articulam em defesa da produção agroecológica, a exemplo da Articulação Nacional para Agroecologia (ANA) e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) (PIRES, 2016).

No campo de ação de luta no âmbito das ações marginais e simbólicas do Estado capitalista brasileiro destaca-se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que mais ou menos dentro dos limites do Estado vem reconhecendo a necessidade do desenvolvimento de práticas orgânicas e agroecológicas. Não custa reforçar que a criação destas ações, se por um lado impulsionou a vida de muitos assentamentos, por outro significa uma não política de reforma agrária à medida que o *lulismo* bloqueou qualquer possibilidade de

¹⁰ Algumas vertentes do marxismo ainda separam o trabalho *produtivo* do trabalho *improdutivo* e doméstico. Neste caso, todo o trabalho doméstico/reprodutivo, majoritariamente feminino, era ocultado. Para este debate, ver Vasconcellos (2015).

reforma agrária e de criação das condições gerais de produção e reprodução dos assentamentos rurais¹¹.

Porém, em meio à complexidade e disputa pela matriz agroecológica, não se pode ignorar que existem várias organizações que seguem a cartilha ecodesenvolvimentista de organizações internacionais como o FMI e Banco Mundial, ligando-se à área de forma oportunista e/ou reformista, com a finalidade de desenvolver *mercados verdes*, com discurso de sustentabilidade e valorização do produto. Tal fato é ilustrativo de que existem, pelo menos, duas vertentes ligadas à agroecologia, uma relacionada aos *mercados verdes*, orientados pela lógica capitalista e outra, mais à esquerda, relacionada às bandeiras do MST, que em alguma medida não dissociam as bases estruturais da produção de uma reflexão sobre as questões sociais, tais como: juventude campesina, gênero, luta de classes, dentre outros.

Para Toná e Guhur, adeptos da segunda vertente:

Neste contexto, a agroecologia não se restringe ao desenvolvimento de experiências de agricultores de base ecológica, ressaltando processos de organização social que se orientam pela luta política e transformação social, indo além da luta econômica imediata e corporativa e das ações localizadas, e por vezes assistencialistas, junto aos agricultores. De fato, a agroecologia possui uma especificidade que referencia a construção de outro projeto de campo. Entretanto, tal projeto de campo é incompatível com o sistema capitalista e depende, em última instância, de sua superação. (TONÁ; GUHUR, 2012, p. 63).

O fato da agroecologia ser construída e debatida em diálogo com uma diversidade de atores vem gerando perspectivas críticas de conhecimento e novas estratégias de mediação dos saberes, a exemplo da Tecnologia Social (TS) (DAGNINO, 2013), que contribui, segundo Caldart et al., 2002; Kolling et al. (1999) e Almeida et al.(2008) para dinamizar a educação do campo.

A TS, ao questionar o mito da neutralidade da ciência e o determinismo tecnológico, busca desconstruir a crença na solução dos especialistas e coloca a tecnologia como construção coletiva com e pelos atores,

¹¹ O *lulismo* mudou o cenário das lutas no campo brasileiro, ao reverter as taxas de desemprego, bolsa família, cotas em Universidades Públicas, Prouni, aumento do salário mínimo acima da inflação, dentre outros. Com isso as ocupações de terra caíram drasticamente.

abrindo a possibilidade de gerar soluções sociotécnicas a partir das relações sociais vivenciadas (FONSECA, 2009).

Em relação à educação do campo Caldart (2009, p. 44) descreve que:

Na reafirmação da importância da democratização do conhecimento, do acesso da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente acumulado, ou produzido na luta de classes, a Educação do campo traz junto uma problematização mais radical sobre o próprio modo de produção do conhecimento, como crítica ao mito da ciência moderna, ao cognitivismo, à racionalidade burguesa insensata; como exigência de um vínculo mais orgânico entre conhecimentos e valores, conhecimento e totalidade do processo formativo. A democratização exigida, pois, não é somente do acesso, mas também da produção do conhecimento, implicando outras lógicas de produção e superando a visão hierarquizada do conhecimento própria da modernidade capitalista. As questões hoje da construção de um novo projeto/modelo de agricultura, por exemplo, não implicam somente o acesso dos trabalhadores do campo a uma ciência e a tecnologias existentes. Exatamente porque elas não são neutras. Foram produzidas desde uma determinada lógica, que é a da reprodução do capital e não a do trabalho. Esta ciência e estas tecnologias não devem ser ignoradas, mas precisam ser superadas, o que requer outra lógica de pensamento, de produção do conhecimento (CALDART, 2009, p. 44).

Enio Guterres (2006) explica que a agroecologia no Brasil desenvolve-se de forma restrita, ou mesmo não se desenvolve, porque a maioria das instituições de ensino e até mesmo movimentos sociais abordam a questão agroecológica sem levar em consideração outras dimensões que não a ecológica, esbarrando em ações próximas a corrente do “desenvolvimento sustentável”¹².

Guterres (2006) também salienta que não existe assistência técnica suficiente para acompanhar todos os sujeitos que iniciam o processo de transição agroecológica. Evidentemente, pois em nossas pesquisas de campo é possível perceber que os técnicos raramente aparecem nos assentamentos, quando aparecem, rapidamente desaparecem. São mal remunerados, em geral terceirizados e frutos de uma política de destruição da Assistência Técnica e Extensão Rural.

¹² Para saber mais sobre os limites do “desenvolvimento sustentável”, ver as contribuições de Mészáros (2011), Foster (2010) e Lowy (2006).

Cabe ressaltar que no final do século XX e início do século XXI, surgiram muitos cursos de agroecologia formais no cenário nacional. Até o final de 2013, identificaram-se 136 cursos em funcionamento, sendo 108 de nível técnico, 24 de nível superior e 4 de pós-graduação *stricto sensu*, sendo a maioria desses cursos, 44 localizados na região nordeste do país (BALLA et al. 2014; PIRES, 2016). A partir de 2015 começamos a contribuir como coordenadores do Curso Técnico em Agroecologia, fruto da parceria com o MST do Centro-Oeste Paulista (NOVAES et al., 2015).

Estes números são aparentemente grandes, mas do nosso ponto de vista relativamente muito pequenos em função dos desafios de uma verdadeira transição socialista, que teria como fundamento a economia comunal, a desmercantilização completa da sociedade, a utilização adequada dos recursos naturais e o autogoverno pelos produtores livremente associados e a educação para além do capital.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BALLA, J. V. Q. et al. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*. v. 9(2), n. 3-14, 2014.
- BERNARDO, J. *MST e agroecologia: uma mutação decisiva*. Passa Palavra, 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/03/97517>>. Acessado em 30 nov. 2014.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. *RESR*, Piracicaba/SP, v. 51, n. 4, p. 645-660, Out./Dez. 2013.
- CALDART, R. S.; et al. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. *Por uma educação do campo*. São Paulo: Anca, 2002.
- CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro: EPSJV. v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.
- CAPORAL, F. COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, 2004.

DAGNINO, R. (Org.) *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas: Komedi, 2010.

DREMINSKI, J. A proteção jurídica e comunitária das sementes crioulas e seus conhecimentos tradicionais associados . In: MAZIN, A. D. et al. (Org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 2, p. 421-488.

FONSECA, R. Tecnologia e democracia. In: OTTERLOO, A. et. al. *Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade*. Brasília/DF, 2009.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. [Tradução: Maria Teresa Machado]

GLIESSMAN, S. R. *Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible*. Turrialba: Catie, 2002.

GONÇALVES, S. *Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná*. 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2008.

GUHUR, D. M. P. *Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular*, 2010. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2010.

GUTERRES, I. (Org.). *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KOLLING, E. et al. *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

LOWY, M. *Ecosocialismo*. São Paulo: Cortez, 2006.

LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 2007. 182 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem venenos*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOHR, M. F. *A formação em agroecologia no MST/SC: um olhar sobre os egressos da Escola 25 de Maio de Fraiburgo/SC*. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento rural e sociedade) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

MORISAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NOVAES, H. T. *Reatando um fio interrompido: a relação universidade movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

NOVAES, H. T. et al. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 209-230.

TONÁ, N.; GUHUR, D. M. P. Agroecologia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012, p.59-67.

PINASSI, M. O.; MAFORT, K. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (Org.) *Movimentos sociais, Trabalho associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Outras expressões, 2012.

PIRES, J. H. S. *Uma análise da proposta de formação técnica para o processo de transição agroecológica na Escola “José Gomes da Silva”, MST-PR*. 2016. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista, 2016.

SEVILLA GUZMÁN, E. *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario*. La Paz: Plural Editores, 2011.

TONÁ, N.; GUHUR, D. M. P. O diálogo de saberes na promoção da agroecologia na base dos movimentos sociais populares. *Rev. Bras. de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 3322-3325, nov. 2009.

_____; _____. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (Org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012, p.59-67.

VASCONCELLOS, B. M. Mulheres Rurais, trabalho associado e agroecologia. In: NOVAES, H. T. et al. (Org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 341-370.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS À TECNOLOGIA SOCIAL NUMA ECONOMIA DE MERCADO¹

Agnaldo dos SANTOS

O amplo espectro de estudos e teorias que procuram compreender o papel da ciência e da tecnologia, nos campos da epistemologia e das ciências humanas, indica a verdadeira “imersão” que ambas experimentam ao serem engendradas e produzidas no tecido social. Mas ficou restrita às páginas da história do pensamento ocidental a tese de uma neutralidade do fazer tecnocientífico²? Ou ela está mais presente do que nunca, influenciando inclusive a disputa por experimentos no campo científico-tecnológico, que passam, inclusive, pela possibilidade de modalidades de transações econômicas não-mercantis? A pergunta não é meramente retórica, pois as direções que as agendas de pesquisas podem tomar colocarão em destaque os “usos sociais” da ciência e as formas de construir sociabilidades que prescindam da (pretensa) racionalidade da economia de mercado.

Colocando a questão em termos mais claros: só existe um tipo de dinâmica no fazer científico? Sua relação com a economia deve ser exclu-

¹ Este texto é uma transcrição aproximada da intervenção do autor na mesa “Tecnologia e Política no Brasil e na América Latina” do XV Fórum de Análise de Conjuntura, com os professores Renato Dagnino e Henrique Tahan Novaes.

² Os trabalhos sobre filosofia da ciência e sociologia do conhecimento constituem uma das grandes tradições no campo das Humanidades, passando por autores como Karl Popper, Thomas Khun, Ilya Prigogine, Pierre Bourdieu, Bruno Latour e outros. Não entraremos aqui especificamente neste debate sobre “neutralidade” no campo científico, cujo balanço e problematização são bem apresentados por Dagnino (2008).

sivamente de submissão aos ditames mercantis? Podem parecer questionamentos ingênuos, mas quem conhece a política de ciência e tecnologia que prevalece hoje – não só no Brasil – sabe que aí não há nada de ingênuo. Boa parte dos financiamentos de pesquisas e, por extensão, da gestão pública responsável pela área, é guiada pela premissa de que ciência e tecnologia devem ser “úteis” para a economia, logo, os recursos financeiros devem ser “bem aplicados”. Traduzindo: devem transferir para o setor empresarial privado conhecimento e soluções para lhes garantir crescimento econômico, o que hipoteticamente garantiria um transbordamento de benefícios para o conjunto da sociedade. Consequência do argumento: investir recursos em pesquisas fora do eixo “universidade-empresa” seria desperdício de dinheiro público, porque sem isso não haveria retorno à sociedade.

Em linhas gerais, estes seriam os argumentos do *mainstream*, tanto no mundo acadêmico quanto no político (passando, claro, pela mídia). Ocorre que, ao tentar refutar esta tese, seus adversários correm o risco de cair na armadilha lançada pelos positivistas redivivos: negar todo conhecimento produzido pelo mundo ocidental-moderno e pregar, como o anarquista Suvarin, do livro *Germinal* de Émile Zola, que tudo que existe deve explodir para começar do zero, num novo mundo. Nestes termos, a tecnologia social só seria possível se rompesse completamente com a lógica do capital? Ou, rompendo progressivamente, poderá superar dialeticamente a tecnociência mercantilizada desde seus usos no mundo atual, em experimentos sociais “implantados” na economia de mercado?

O LUDDISMO E AVERSÃO AO MOINHO SATÂNICO

Existe ampla literatura sobre a relação da classe trabalhadora com o advento de novas tecnologias, quase sempre poupadoras de mão-de-obra. A disseminação da economia industrial veio, portanto, de braços dados com a utilização da ciência para fins da reprodução ampliada do capital, nos termos de Marx em *O Capital*. Ao mesmo tempo que demandava força de trabalho, a grande indústria aumentava a composição orgânica do capital quando os custos com o assalariamento eram considerados elevados. Desta forma, as massas de antigos camponeses que passavam pela proletarianização encontrariam na tecnologia um perigo à sua própria sobrevivência,

daí a emergência de movimentos espontâneos de resistência às máquinas no início da Revolução Industrial. Ocorre que tal movimento, conhecido como “luddismo” ou “luddita”, passou a designar de forma genérica o comportamento arredo dos trabalhadores às novas tecnologias defendidas pelo empresariado, que não tardaram a classificar tal resistência de “obscurantista”. Desde então, a luta política entre defensores e críticos das novas tecnologias foi colocada em termos binários: ser “a favor” ou “contra” o progresso científico e tecnológico.

Tal dicotomia tende a trazer muitos equívocos interpretativos, sendo o principal o de que os trabalhadores seriam necessariamente corporativistas e presos ao passado, muito em função de sua ignorância e desinformação. Se tomamos autores como Hobsbawm (2011) e Polanyi (2000), podemos nos municiar de outra perspectiva: os trabalhadores só reagem negativamente às mudanças tecnológicas quando sua própria sobrevivência está em risco, e não por uma posição ontologicamente dada ou ainda por mera falta de ilustração. Tomando as teses schumpeterianas, a inovação tecnológica é uma estratégia empresarial que leva à uma “destruição criadora” de forma aleatória e não centralizada; mas com isso leva à bancarrota não só firmas concorrentes, mas também enormes contingentes proletários. Marx já havia chamado a atenção para o fato de inovações tecnológicas serem amplamente adotadas no processo produtivo somente onde há escassez de mão-de-obra (como nos Estados Unidos de meados do século XIX), ao passo que num contexto de abundância de força de trabalho a adoção de tais maquinários poderia ser postergada.

Temos então que o tão propalado “obscurantismo” teria mais que ver com um movimento de autodefesa dos trabalhadores do que apenas preconceito ou ignorância. Não por outro motivo, Polanyi chamava a indústria moderna de *moinho satânico*, verdadeira máquina de triturar gente, e que desde então, a engenhosidade e a novidade passaram a ser vistas com desconfiança por amplas parcelas da população. As promessas de conforto e bem-estar eram contrastadas com o aumento da jornada e da intensidade do trabalho fabril; tempos depois, os impactos para a natureza e o meio ambiente, logo para a sobrevivência da espécie humana, também colocariam em suspeita o projeto prometeico da tecnociência. Mas então surge uma questão: o conhecimento científico e tecnológico já tomou rumos

diversos daqueles orientados pelos interesses do capital? Foi mero decalque do que o mercado já engendrara, ou apresentou idiossincrasias?

ALGUNS ASPECTOS DA TECNOCIÊNCIA NO CHAMADO SOCIALISMO REAL

A experiência soviética, nos seus pouco mais de setenta anos durante o século XX, levou a altos patamares a tendência já observada por Max Weber de uma modernidade burocrática. Os processos de planificação e centralização político-econômicas garantiram não só uma rápida industrialização – imprescindível no contexto da II Guerra Mundial – como também decisões geopolíticas que seriam de difícil execução em democracias liberais parlamentares. Em 1961, a URSS realizou um experimento nuclear que colocou o mundo em estado de alerta: havia testado sua bomba RDS-220, ou “Bomba Tsar”, equivalente a 3.300 bombas de Hiroshima, numa região inabitável do Círculo Polar Ártico. E ela seria ainda mais potente, de acordo com o discurso de Nikita Kruschev no 22.º Congresso do Partido Comunista da URSS; sua potência fora reduzida de 100 megatons para 50 megatons, por recomendação dos cientistas russos, pois a radioatividade atingiria partes da URSS e da Europa. A intenção do dirigente soviético não era usá-la em conflitos militares, mas tentar forçar os EUA e o Ocidente a brechar a corrida armamentista nuclear, o que de fato passou a ocorrer a partir de acordos firmados já em meados daquela década³.

A construção deste artefato bélico, o mais potente já desenvolvido, demonstra como projetos alternativos ao capital encontram muita dificuldade de romper com a assim chamada “ciência burguesa”: mesmo com todos os problemas amplamente apontados pela literatura especializada, a URSS buscava ser um contraponto ao desenvolvimento capitalista, ainda que usando o conhecimento nele engendrado. Também naquele ano de 1961, saíram na frente da corrida espacial ao colocar Iuri Gagarin em órbita ao redor da Terra. Tais conquistas foram possíveis, entre outras coisas, devido à utilização do conhecimento de cientistas alemães que fugiram do regime nazista na década de 1930 e se refugiaram no campo soviético, além dos amplos investimentos que os dirigentes comunistas promoveram nas ciências e na engenharia.

³ Disponível em <<http://super.abril.com.br/historia/a-bomba-do-fim-do-mundo>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

Aqui surge de imediato uma questão: teria sido possível aos regimes anticapitalistas que se formaram a partir de 1917 abdicarem do conhecimento científico e tecnológico acumulado no Ocidente desde a ascensão da modernidade? Seria possível desprezar, por exemplo, o cálculo diferencial criado por Leibniz e Newton no século XVIII, ou ainda o Teorema de Pitágoras, desenvolvido na Antiguidade? Ou se tratava de dar outras utilizações para tais conhecimentos?

É possível conjecturar que, em condições ideais, sem guerras civis, sem o cerco e o boicote dos países hostis ao regime bolchevique, outras manifestações e fazeres no campo científico e tecnológico tivessem ganhado destaque. E temos pistas destas possibilidades: as manifestações artísticas (literatura, cinema, artes plásticas) tiveram uma “era de ouro”, com experimentações e vanguardas típicas de um otimismo vinculado aos tempos revolucionários, que foram, contudo, sendo sufocadas com o fortalecimento do stalinismo⁴. Também era possível verificar outro caminho para a inventividade e para a inovação quando constatamos que a engenharia no campo socialista, até por força de uma produtividade menor e dificuldade de acesso a matérias-primas devido ao relativo isolamento econômico, desenvolvia produtos e equipamentos com durabilidade muito maior do que seus congêneres ocidentais. Exemplos disso foram geladeiras e lâmpadas desenvolvidas na Alemanha Oriental nos anos 1970 que não seguiam os parâmetros da obsolescência programada e, portanto, poderiam durar por anos e até décadas. Com o fim do regime socialista e a unificação do país, tais produtos foram colocados em museus. O curioso é que, debatendo com seus colegas ocidentais, que diziam que eles estavam colocando seus empregos em risco com tais produtos, os engenheiros orientais diziam que era exatamente o oposto: seriam premiados pelo governo por desenvolverem tecnologias poupadoras de insumo e energia⁵.

Mas sabemos que as contingências históricas os levaram a tentar emular o conhecimento e as tecnologias ocidentais, inclusive desde a sua criação: Lênin defendeu a adoção do sistema taylorista-fordista nas fábricas soviéticas para poder garantir o rápido desenvolvimento econômico⁶; além

⁴ Vide Fabris (2005).

⁵ Mais detalhes, vide o documentário espanhol “A História secreta da obsolescência programada”. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=lvEpHaTdimc>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

⁶ Vide Moraes Neto (2009).

disso, cunhou a máxima que “socialismo é igual sovietais mais eletrificação”, num esforço de propaganda da superioridade do regime. É digno de nota também que, nos momentos que tentou romper com a assim chamada “ciência burguesa”, trilhou caminhos nebulosos, como os experimentos genéticos de Trofim Lysenko durante o governo de Stálin, que rejeitava as teses mendelianas de hereditariedade e buscava ressuscitar as ideias dos caracteres adquiridos de Lamarck⁷.

Olhando em retrospectiva, fica fácil apontar os erros e os caminhos equivocados adotados pelos dirigentes comunistas ao longo do século passado. Mas seria importante verificar o quanto estas escolhas fugiram da análise marxista e o quanto elas guardavam dos pressupostos do fundador do socialismo moderno.

DO “SOCIALISMO CIENTÍFICO” AO “SOCIALISMO UTÓPICO”

O *Manifesto do Partido Comunista* é reconhecido como uma das mais fortes odes à modernidade, a despeito de seu ataque fulminante à sociedade burguesa. Fiel à abordagem dialética, que será amadurecida pelo filósofo de Trier anos depois em *O Capital*, o texto de Marx e Engels buscou demonstrar de forma propagandística e literária que o desenvolvimento acelerado e caótico da economia de mercado engendrava as condições de sua superação, formando uma imensa classe trabalhadora apartada de seus meios de produção e uma diminuta classe proprietária disposta a levar a concentração de capital aos seus limites. Esta contradição principal vinha acompanhada de outras, como o fato de que a ciência e a tecnologia, sendo forças produtivas do capital, subvertiam as bases econômicas que o próprio capitalismo buscava assentar. A diminuição do espaço-tempo gerada pelos meios de comunicação e de transporte⁸ (muito antes da Teoria da Relatividade de Einstein discuti-la em notação matemática) carregavam um enorme potencial político de organização do proletariado.

⁷ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Trofim_Lysenko>. Acesso em: 05 fev. 2016.

⁸ “Com seu domínio de classe de um escasso século, a burguesia criou forças de produção mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas. Subjugação das forças naturais, maquinaria, aplicação da química à indústria e à lavoura, navegação a vapor, caminhos-de-ferro, telégrafos elétricos, arroteamento de continentes inteiros, criação da navegabilidade dos rios, populações inteiras brotando do solo – que século anterior teve ao menos um pressentimento de que estas forças de produção estavam adormecidas no seio do trabalho social?” (MARX; ENGELS, 1982, p. 111).

Este fascínio que a ciência moderna, como força produtiva do capital, despertava em Marx não parece ter desaparecido na sua obra de maturidade, ainda que tratada de forma mais matizada e sofisticada. Isso porque este autor depositava esperança numa ruptura no sentido dialético de superação⁹, não de mero *crash* com o passado. As disputas políticas e a luta de classes seriam fundamentais para a construção e reorientação do conhecimento desenvolvido ao longo de eras, como, aliás, o próprio capitalismo o fizera em relação aos saberes pré-modernos.

Muita tinta foi gasta para atacar um suposto “economicismo” ou determinismo tecnológico em Marx, e algumas passagens em sua obra de fato podem induzir a esta interpretação¹⁰. É bom lembrar que a sua leitura e crítica das teses hegelianas foram potencializadas pelo desenvolvimento da Teoria da Evolução de Darwin anos depois, e isso fica visível em diversas passagens de *O Capital*¹¹. Sempre existe a possibilidade de discordar de algumas de suas premissas ou do conjunto da obra, mas é importante ter em mente que Marx não defendia um “ano zero” de uma sociedade pós-capitalista a partir do nada. Daí sua defesa, tão questionada por anarquistas e demais libertários, de uma fase de transição onde o Estado seria um importante elemento de desmonte do tecido social burguês. Isto significa que ele também deveria jogar papel decisivo nas deliberações relativas à ciência e tecnologia, como parece que a URSS tentou em alguns momentos de sua história. Surge então uma tentação conjectural: e se outras correntes no movimento trabalhista e operário tivessem prosperado? Haveria espaço para uma tecnologia social anticapitalista desde o seu nascedouro?

O famoso texto de Friedrich Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*¹² contribui em grande medida (mesmo que essa não fosse a intenção do autor) para certo menosprezo que o movimento operário e comunista passou a ter das primeiras experiências de disputa dos trabalhadores contra o capital. É bem verdade que o trágico desfecho da Comuna de Paris, em que correntes não-marxistas eram maioria, também contribuiu para uma crítica mais incisiva às experiências de organização

⁹ Uma boa dica desta perspectiva é a forma como ele trata a tecnologia no capítulo “Maquinaria e Grande Indústria”. Vide Marx (2013).

¹⁰ Vide Harvey (2013).

¹¹ Vide Foster (2014) e Santos (2016).

¹² Vide Engels (1985).

horizontal que foram sendo criadas desde, pelo menos, a Conspiração dos Iguais de Charles Babeuf na Revolução Francesa. É interessante perceber como uma figura como Robert Owen, que à sua época fora reconhecido como excelente administrador, acabou marginalizado tanto por seus antigos pares empresariais como pela esquerda.

Polanyi percebeu que o movimento cooperativista inglês, que havia se transformado numa alternativa “prática” dos trabalhadores após a derrota do cartismo, tinha bem pouco de “utópico” quando buscava melhorar não só a renda dos trabalhadores, mas também a qualidade dos produtos produzidos, das suas habitações etc. Isso implica dizer que a forma de autogestão destas empresas possibilitava aos seus trabalhadores, que eram também gestores, encontrarem as melhores alternativas tecnológicas para produzir e para garantir a qualidade desejada. Foi a derrota destas experiências, menos por sua incapacidade estritamente técnica e mais pela pressão empresarial, utilizando inclusive o Estado para combater tais experimentos, que fortaleceu a crença na necessidade de um corpo político vanguardista, monolítico e centralizado, para fazer a disputa política em condições adversas, capturar o Estado e reorientá-lo, conforme procurou demonstrar Lênin em seu *O Estado e a Revolução*¹³.

Mas o fracasso também dessa via revolucionária, no final do século passado, leva alguns autores e militantes políticos a revalorizarem o tal “socialismo utópico”, agora conhecido como economia solidária. Entre os diversos propagandistas desta bandeira, talvez o mais conhecido e atuante seja o professor da USP Paul Singer, desde 2003 titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Suas principais teses estão resumidas no livro *Uma Utopia Militante*¹⁴, em que sugere que as cooperativas seriam verdadeiros “implantes socialistas” no tecido socioeconômico capitalista. De acordo com o autor, do mesmo modo que a economia de mercado foi se desenvolvendo no interior da sociedade medieval europeia, também o socialismo (ou economia solidária) deveria ser um empreendimento tocado nos interstícios da economia de mercado, sendo uma das frentes de disputa dos trabalhadores ante o capital. Concordando com Polanyi, Singer destaca que o

¹³ Vide Lênin (1983).

¹⁴ Vide Singer (1998).

Estado foi fundamental para a viabilização da economia de mercado, e da mesma forma as cooperativas e demais formas econômicas solidárias não poderiam prescindir da disputa do fundo público.

O próprio Singer lembra que o embate com as formas econômicas mercantis cria muitas armadilhas ao movimento cooperativista. Um dos exemplos que ele sempre lembra é o da *Mondragon Corporation*, uma empresa criada sob a forma de cooperativa na região do País Basco (Espanha) e que, para sobreviver frente à concorrência, se viu na contingência de crescer e se expandir, transformando-se num complexo multinacional. Isso levou a conflitos entre os cooperados do “chão de fábrica” e os alocados na gestão, levando inclusive à curiosa situação de um sindicato de trabalhadores cooperados criado para negociar com o *staff* administrativo, em tese tão donos da empresa como os demais trabalhadores. Mesmo possuindo um discurso sintonizado com os princípios cooperativistas (livre adesão, gestão democrática etc.), e enfatizando que a cultura da inovação é facilitada pelo conhecimento compartilhado, pela cooperação e pelo inter-relacionamento de todos os cooperados¹⁵, a necessidade de disputar mercado com as demais empresas conduz a uma postura não muito distinta da de uma empresa convencional, ainda que mantendo sua forma cooperada¹⁶. Isso não deveria, conforme seus defensores, criar ceticismo quanto à proposta de uma economia solidária e de um desenvolvimento tecnológico orientado para as necessidades sociais: exatamente por ser um modelo em disputa, necessita estabelecer alianças políticas tanto nas vias institucionais quanto nos demais espaços políticos da sociedade.

TECNOLOGIA SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO PÚBLICA

De fato, a viabilidade de desenvolver conhecimento científico e tecnológico desde as necessidades da população (e não das grandes corporações capitalistas) está necessariamente ligada ao compartilhamento de informações e à tomada coletiva de decisões. Uma sociedade centrada na propriedade privada dos meios de produção e na forte verticalização do poder político, mesmo que lastreado por eleições gerais, dá pouco espaço para

¹⁵ Disponível em: <<http://www.mondragon-corporation.com/eng/corporate-responsibility/innovation-model/>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

¹⁶ Vide Sampaio et al. (2012).

iniciativas desta natureza. Temos então que a luta pelo aperfeiçoamento da democracia, por meio da implementação e fortalecimento de canais participativos da população na gestão pública, deve ser um dos caminhos que os defensores da economia solidária e da tecnologia social precisam percorrer.

Não é uma tarefa simples. Pautada pela Plataforma Nacional pela Reforma do Sistema Político¹⁷, a luta dos movimentos e entidades sociais para aumentar a dimensão participativa da democracia brasileira vem encontrando muita dificuldade para sensibilizar o Congresso Nacional. Boa parte dos analistas políticos acredita que a democracia representativa restrita está em crise já há algumas décadas no mundo todo, e o caso brasileiro é bastante paradigmático: forte influência econômica nas campanhas eleitorais via financiamento privado, baixa representatividade dos partidos, absenteísmo e alta descrença no sistema político, entre outros. Além das questões mais conjunturais (crise política interna acompanhada por uma crise econômica mundial), uma parte significativa desta descrença no Brasil hoje ocorre também em função da forma como o aparato estatal é organizado, de forma a excluir a população das tomadas de decisões mais importantes.

As lutas sociais que garantiram a redemocratização do Brasil nos anos 1980 culminaram na Constituição Federal de 1988, que indicou pela primeira vez numa Carta Magna brasileira o instituto da democracia participativa, cuja principal experiência são as conferências e os conselhos de políticas públicas na Saúde, Assistência Social e demais áreas, sob responsabilidade do poder público. Outras experiências, como o Orçamento Participativo¹⁸ e mesas de negociação tripartite no setor público¹⁹, constituíram-se como políticas de governo de gestões que buscavam ampliar a participação cidadã, com alguns êxitos e fracassos ao longo das últimas três décadas. O que estas experiências demonstraram até agora, é que o Estado brasileiro (nos seus diversos níveis e poderes) é extremamente refratário ao “conhecimento popular”, usando quase sempre o discurso da meritocracia e da competência para afastar os cidadãos das decisões mais importantes. A linguagem jurídica utilizada, os trâmites burocratizados para acesso às informações, o baixo investimento em formação para instâncias partici-

¹⁷ Disponível em <<http://www.reformapolitica.org.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

¹⁸ Sobre o OP como luta pelo fundo público e os seus dilemas, ver Dutra e Benevides (2001) e Vitale (2004).

¹⁹ Um exemplo de iniciativa deste tipo, com uma mesa de negociações composta por sindicatos de trabalhadores, governo e representantes dos usuários na área da saúde, foi descrito por Braga (1998).

pativas (como os conselhos de saúde, escolar etc.) reforçam esta distância entre gestores e população²⁰.

Da mesma forma que estudos em antropologia e etnociência já demonstraram em outros contextos, como o da bioprospecção²¹, a população local possui informações e conhecimentos que poderiam ser utilizados para maximizar os recursos públicos, já que eles conhecem melhor as necessidades locais do que gestores deslocados de outros bairros ou cidades. Os esforços de descentralização política em grandes municípios, como a autonomia financeira de subprefeituras, poderiam abrir espaço para a utilização de tais conhecimentos imersos no cotidiano, e a capacitação para a democracia participativa vai ao encontro da capacitação para a autogestão em cooperativas, que poderiam numa situação ótima eleger produtos e técnicas mais voltadas às suas necessidades²².

Porém, mais uma vez, os impasses se apresentam. Reforçar a democracia participativa e investir na economia solidária e na tecnologia social dela gerada implica a disputa pelo fundo público, logo a disputa pelo Estado e a reorientação de prioridades. Mas como fazer essa disputa com a profunda descrença na política institucional em todos os cantos do planeta? É provável que circunstâncias excepcionais conduzam o debate público a mudanças drásticas no sistema político e na própria dinâmica econômica. O caos urbano decorrente da especulação imobiliária e na preferência pelo transporte individual já começa a cobrar sua fatura em metrópoles intransitáveis, com uma ocupação desordenada e ausência de infraestrutura adequada. A concentração fundiária e a modelagem do mundo rural pelo agronegócio aumentam o impacto ambiental pelo uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas que retiram grande parte da autonomia dos agricultores. O próprio aquecimento global indica que a viabilidade da espécie humana no planeta passará pela mudança radical da forma como produzimos e reproduzimos nossa vida material. Mesmo sendo um tema extremamente polêmico, a tese do decrescimento econômico postulada

²⁰ Chauí (2011) já havia apontado como o autoritarismo social e a lógica neoliberal utilizam-se do discurso competente para inviabilizar uma democracia substantiva.

²¹ Sobre a questão dos saberes tradicionais usados na bioprospecção, e o dilemas da partilha econômica dos resultados desta atividade, consultar Trigueiro (2009).

²² Experiências significativas nesta direção são apontadas em Singer e Kruppa (2004) e Costa e Dias (2013).

por movimentos anticapitalistas²³ sugere que a arena pública precisa ser reativada para tomar tais decisões: crescer ou reduzir o crescimento econômico? O que produzir e como produzir? Quem deve liderar a redução do crescimento econômico e quem poderá usufruir temporariamente uma “moratória” para continuar crescendo até garantir uma melhor distribuição dos ganhos de produtividade?

Não são perguntas fáceis de responder, e certamente com o atual contorno da hegemonia política neoliberal fazer tais perguntas já soa como algo utópico. Mas para aqueles que acreditam na economia solidária e na tecnologia social, somente este caminho – que alguns acreditam ser pós-capitalista – teria condições de dar respostas a estas questões, exatamente por que o conhecimento e sabedoria aí mobilizados seriam coletivos, não exclusividade daqueles que querem manter o *status quo*.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, D. G. *Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- COSTA, A. B.; DIAS, R. B. Políticas públicas e tecnologia social: algumas lições das experiências em desenvolvimento no Brasil. In: COSTA, A. B. *Tecnologia social e políticas públicas*. São Paulo/Brasília: Instituto Polis/Fundação Banco do Brasil, 2013.
- DAGNINO, R. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- DUTRA, O.; BENEVIDES, M. V. *Orçamento participativo e socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas: tomo III*. Moscou/Lisboa: Edições Progresso/Edições Avante, 1985.
- FABRIS, A. Entre arte e propaganda: fotografia e fotomontagem na vanguarda soviética. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 99-132, jun.

²³ Vide Latouche (2009).

2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000100004>. Acesso em: 05 fev. 2016.
- FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- HARVEY, D. *Para entender o Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOBSBAWM, E. *A era das revoluções: 1789-1848*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- LATOUCHE, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- LÊNIN, V. I. *O estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas: Tomo I*. Moscou/Lisboa: Edições Progresso/Edições Avante, 1982.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORAES NETO, B. R. Processo de trabalho e eficiência produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin. *Estudos econômicos*. v. 39, n. 3, São Paulo: FEA-USP, 2009.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SAMPAIO, C. A. C. et al. Revisitando a experiência de cooperativismo de Mondragon a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 25, p. 153-165, jan./jun. 2012, Editora UFPR.
- SANTOS, A. Breves reflexões sobre natureza e crescimento na tradição marxista e o desafio do decrescimento. *Mouro: Revista Marxista*. Ano 7, n. 10, jan. 2016.
- SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- SINGER, P.; KRUPPA, S. M. P. Senaes e a economia solidária: democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: LASSANCE JR., A. E. et al. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- TRIGUEIRO, M. G. S. *Sociologia da tecnologia: bioprospecção e legitimação*. São Paulo, Editora Centauro, 2009
- VITALE, D. Orçamento Participativo: avaliação da política municipal (2001-2002). São Paulo, Instituto Pólis/PUC, 2004. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/orcamento-participativo-em-sao-paulo-2001-2002/>>. Acesso em 25 fev. 2016.

O PAPEL DO ESTADO NO CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO E O IMPACTO NA CONJUNTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS

André SCANTIMBURGO

A imensa quantidade de reservas hídricas existentes no Brasil com aquíferos, rios, lagos e manguezais, fez com que desde os tempos da colônia esse recurso natural constituísse um dos elementos básicos fundamentais para as atividades produtivas aqui realizadas. Tal fator possibilitou não somente que grandes extensões territoriais fossem destinadas para agropecuária, como também fosse possibilitado o uso intensivo da água na mineração, geração de energia hidroelétrica e no consumo industrial para os mais variados fins.

A disponibilidade hídrica em grande quantidade em várias regiões do país certamente moldou a cultura da sociedade com a água, estabelecendo por muito tempo um senso comum de abundância que levou ao seu desperdício e degradação, em especial a partir da forma de uso dos setores produtivos que são os maiores consumidores. Se por um lado a água nunca foi um grande problema para a economia da maior parte do país, não se pode dizer o mesmo em relação a aspectos sociais, seja no meio rural ou urbano. Se em regiões como o semiárido nordestino grande parte da população historicamente não teve acesso aos recursos¹; no meio urbano quase 50% das cidades ainda carecem de serviços de tratamento de esgoto,

¹ Nos últimos anos, o movimento Articulação do Semiárido (ASA) em parceria com o governo federal vem desenvolvendo o Programa 1 Milhão de cisternas, oferecendo assistência e recursos para construção de cisternas para captação da água da chuva. Esta ação vem atenuando minimamente os impactos perversos da falta d'água para as populações do semiárido, mas não foca no combate à desigualdade no acesso aos açudes e principais fontes d'água da região.

e parte da população ainda convive com problemas de abastecimento, situação esta, que denota um cenário de desigualdades no acesso a este bem vital (IBGE, 2010, p. 45).

A exploração intensificada dos corpos d'água para atender a demanda do desenvolvimento econômico, juntamente de um modelo de gestão das águas questionável, tem contribuído para um cenário atual de degradação ambiental e escassez desse recurso outrora considerado abundante. A concepção predominante por parte dos gestores de que a água é essencialmente um recurso dotado de valor econômico a ser utilizado como insumo nos setores produtivos, tem encontrado seus limites nas crises hídricas contemporâneas a ponto das políticas atuais não serem capazes de dar respostas convincentes para o cenário de degradação ambiental e desigualdade de acesso aos recursos hídricos. Junte-se a isto um cenário atual de mudanças climáticas e aquecimento global, ocasionados em grande medida pelo desmatamento em regiões de floresta.²

As políticas agrícolas voltadas essencialmente para o mercado de *commodities* vêm ao longo do tempo impondo ao campo brasileiro uma estratégia cada vez mais homogênea na produção, caracterizada pela utilização de alta tecnologia, uso de insumos agrícolas e agrotóxicos, ocupação e concentração de imensas áreas de terras aráveis, além do elevado consumo de recursos hídricos, não somente na irrigação, como também na produção de semielaborados. Para possibilitar sua expansão, o agronegócio³ concentra a maior parte dos créditos do governo voltados para agricultura, devido, em grande medida, ao peso considerável dos seus produtos na balança comercial.

Por outro lado, os problemas ambientais e sociais no que se relaciona à degradação do patrimônio natural e cultural do país, e, sobretudo,

² No final de 2014, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) publicou o estudo *O Futuro Climático da Amazônia*, comandado pelo pesquisador Antônio Donato Nobre. O trabalho relata que mesmo que fosse cessada imediatamente a degradação da floresta, tal atitude já não seria suficiente para manter as funções climáticas do bioma amazônico. O relatório destaca a relação entre o desmatamento da Amazônia e a estiagem nas demais regiões do Brasil, e aponta o papel indispensável da floresta para manutenção da umidade do ar que está em movimento e que é responsável por levar chuvas para áreas internas do continente. Segundo o estudo, as árvores transferem grandes volumes de água do solo para a atmosfera através da transpiração, fenômeno que faz com que a floresta não somente mantenha o ar úmido no seu entorno, mas que também exporte “rios aéreos de vapor” proporcionando as abundantes chuvas em regiões distantes que hoje se encontram tão escassas.

³ Associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária na busca por lucro e renda da terra (DELGADO, 2005).

os impactos negativos sobre os recursos hídricos, seja pelo uso excessivo de água na irrigação, comprometendo as bacias hidrográficas, ou pela contaminação dos corpos d'água por agrotóxicos⁴, fazem parte das consequências indesejáveis trazidas pelas estratégias utilizadas no agronegócio e denunciadas por movimentos sociais e ambientalistas.

Nesse sentido, levando em consideração um cenário atual de consideráveis desigualdades sociais no acesso aos serviços básicos de abastecimento e saneamento, que apresentam atualmente quadros de escassez ampliados, inclusive para regiões outrora pouco afetadas, além de constatações cada vez maiores de degradação de bacias hidrográficas e concentração cada vez maior do uso das águas, o objetivo deste capítulo é problematizar questões acerca do uso e da sustentabilidade dos recursos hídricos a partir da conjuntura atual, identificando nesse cenário o impacto gerado pelo modelo agrícola brasileiro, que privilegia substancialmente o chamado agronegócio.

Enfim, busca-se ainda debater rapidamente as políticas de gestão de águas adotadas no Brasil desde os anos 1990, caracterizadas por um modelo gerencial com excesso de tecnocracia e economicismo, no sentido de entender quais as respostas dadas por essas políticas, de forma direta e indireta, para a conjuntura preocupante dos recursos hídricos aqui apresentada.

Nossa metodologia parte do entendimento de que o tema ambiental, nesse caso específico, relacionado às águas, deve ser analisado a partir de uma perspectiva que leve em consideração as contradições sociais, políticas e naturais que se apresentam a partir das dinâmicas de acumulação e circulação de capital, de modo a expor como esses processos influem nas desigualdades políticas e sociais ligadas ao acesso aos recursos naturais, bem como, as possibilidades de superação desses cenários.

Parte-se então da análise metodológica interdisciplinar da Ecologia Política que tem como objeto central de estudo os conflitos socioambientais, entendidos como embates que envolvem atores sociais que pensam a relação do ser humano com a natureza a partir de lógicas dife-

⁴ Um fator preocupante que afeta a qualidade das águas no meio rural é a poluição constatada pela presença de fósforo nos corpos d'água, elemento químico responsável pela eutrofização dos mananciais. Segundo a ANA (2014), sua presença reflete os impactos do desmatamento e das atividades agropecuárias. De acordo com informações disponibilizadas pela agência, é perceptível que as regiões de avanço da fronteira agrícola, como Mato Grosso, Tocantins, vários estados do nordeste e Minas Gerais, apresentem concentração de fósforo nas águas superiores a 0,10 mg/L, quantidade considerada elevada.

rentes e assim possuem concepções de projetos de sociedades que divergem a respeito da utilização e da significação dos espaços e do uso dos recursos naturais. Nas palavras de Zhourri:

O conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida. Entendemos, pois, que projetos industriais homogeneizadores do espaço, tais como hidroelétricas, mineração, monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, entre outros são geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade. Os conflitos daí decorrentes denunciam contradições, nas quais as vítimas das injustiças ambientais não só não são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo o ônus dele resultante. (ZHOURI, 2008, p. 268)

É necessário, assim, identificar na conjuntura de recursos hídricos, que os impactos e os problemas ambientais que se fazem presentes, embora frutos do uso coletivo das águas por parte de toda sociedade, não permite a partir de uma análise mais detida responsabilizar todos os atores sociais de forma equânime. A relação com a água se coloca de forma diferente entre as classes sociais e nesse sentido, Ioris (2010, p. 214) destaca o equívoco presente na forma como a legislação brasileira de recursos hídricos trata a questão:

[...] é falaciosa qualquer equivalência de tratamento entre indivíduos e classes sociais desiguais, como fica implícito na legislação brasileira de recursos hídricos, obviamente inspirada nos ideais rousseauianos de liberdades universais. Como alertado por Marx e Engels, a concepção liberal de sociedade civil nada mais é do que o resultado da consolidação da propriedade privada e da desintegração de regimes coletivistas de produção. Tal observação [...] tem repercussões extremamente atuais, quando se verifica que muitas políticas públicas contemporâneas aprofundam a reificação e privatização de recursos que são, antes de tudo, bens essencialmente coletivos (IORIS, 2010, p. 214)

Segundo Ioris (2010), a atual Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e seus instrumentos de implementação têm optado desde sua criação por um tratamento que se postula como equivalente para

situações desiguais, privilegiando uma gestão que se pauta, sobretudo, por uma concepção técnica e economicista dos recursos hídricos, valendo-se nesse sentido de uma pretensa postura neutra ao tratar questões que envolvem problemas políticos e sociais. A Agência Nacional de Águas (ANA), órgão federal responsável pela outorga do uso dos recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União, foi criada no início dos anos 2000 com a finalidade de ser gestora e fiscalizadora do uso das águas, não ficando sob sua responsabilidade a concessão dos serviços públicos, mas apenas o controle da alocação dos recursos hídricos através da outorga e algumas ações direcionadas no campo de mapeamento de informações hidrológicas e georreferenciamento.

No caso, o principal órgão de gestão das águas em âmbito federal não possui como função ser empreendedora dos serviços de abastecimento, saneamento, irrigação, ou de qualquer tipo de obra, mas detém a responsabilidade de fiscalizar a viabilidade técnica dos mais variados empreendimentos hídricos, bem como apoiar programas que julgue eficientes dentro do que instrumentalmente considera ser uma gestão sustentável das águas.

Evidentemente que a atuação da ANA ocorre normalmente em conjunto com as políticas adotadas pelo governo. Dessa forma, a partir do momento que as atenções na agricultura estão voltadas para uma política que favorece um modelo que usa água em larga escala, não apenas na irrigação, mas também na produção de semielaborados, visando o mercado externo, a ANA vem atuando no sentido de realizar um trabalho técnico com a finalidade de analisar a capacidade hidrológica de vazão e captação das águas, estando longe de sua atenção aspectos que levem em consideração elementos sociais que possam questionar seu processo de outorga.

A ANA respalda suas ações a partir de um discurso de neutralidade e independência em relação aos diversos segmentos da sociedade, adotando uma linguagem economicista e hidrológica que aparenta ignorar o equívoco contraditório que há entre acumulação de capital e sustentabilidade. Renato Dagnino (2008), ao questionar a neutralidade da ciência e o determinismo tecnológico, faz análises pertinentes, nos fornecendo elementos que ajudam a desconstruir a suposta isenção e superioridade das avaliações e decisões técnicas, apontando para fatores pouco esclarecidos quando tais discursos são adquiridos e tomados como paradigmas.

As referências à neutralidade da técnica, conforme é possível perceber no discurso utilizado pelas agências reguladoras, e neste caso específico pela ANA, é construído a partir de uma avaliação positivista da realidade que indica apenas uma possibilidade de desenvolvimento, seja no campo da tecnologia ou mesmo da economia e dessa forma, invalida toda gama de possibilidades de tratar a questão da água a partir de outras lógicas que não vinculadas às perspectivas que se fazem hegemônicas em função do poder político e econômico.

Esse é um ponto problemático, pois quando se aponta apenas para um caminho possível as contradições são tratadas como um problema menor. Conforme destaca Dagnino (2008, p. 39-40), quando se defende uma determinada técnica a partir de um único meio, as diferenças geográficas, culturais, entre outras, ficam em um plano secundário subsumidas numa preocupação marginal com a adaptação. Porém, muitas vezes são colocados no teor de políticas regulatórias dessa natureza alguns instrumentos considerados democráticos e participativos, conforme é o caso dos comitês de bacia hidrográfica. A questão é que nem sempre esses instrumentos têm o poder de decisão, ou mesmo a pluralidade de participação social, conforme é presente do discurso oficial.

De acordo com a legislação brasileira de águas, as discussões a respeito da viabilidade socioambiental dos projetos, bem como as decisões a respeito dos possíveis impactos para a diversidade social, natural e cultural, que envolvem o uso dos recursos hídricos, devem ficar restritas aos órgãos ambientais e debatidos nos comitês de bacias hidrográficas, conforme prevê a lei 9.433/97. Por consequência, acaba ocorrendo uma falsa impressão de que os caminhos tomados no setor são frutos de um consenso a partir de uma diversidade de opiniões e concepções previamente debatidas, mesmo quando os comitês estão fragilizados e carecendo de representatividade. Segundo Ioris (2010):

[...] o processo de implantação dos comitês e instrumentos de gestão depende quase sempre do apoio financeiro e aprovação política por parte do órgão hegemônico do sistema, a Agência Nacional de águas (ANA). Formalmente, os comitês estabeleceram uma arena democrática e descentralizadora, mas na prática têm constituído mecanismos rígidos, hierarquizados e que servem aos grupos com maior força política. [...] As decisões mais estratégicas e com maior impacto sobre os

recursos hídricos continuam nas mãos de outras instâncias políticas, notadamente a equipe econômica do governo, como aconteceu no caso da transposição do rio São Francisco em 2005 e das novas hidrelétricas no rio Madeira em 2007. [...] (IORIS, 2010, p. 238)

Confirmando-se a fragilidade dos instrumentos de participação social presentes na legislação de águas, conforme descreve Ioris (2010), a gestão adotada no Brasil a partir da PNRH, com suas regulações técnicas ambientais, aparenta não configurar um grande empecilho para o uso intensivo e excessivo dos recursos hídricos nos setores produtivos, especialmente para os mais tradicionais voltados para bens primários. A concessão de outorga do uso da água por parte da ANA, por exemplo, não necessita passar por nenhuma audiência pública, fato que a torna uma ação meramente instrumental.⁵

Com a nova geopolítica dos recursos territoriais que se configura a partir da ascensão neoliberal, o Brasil parece retomar seu papel histórico na divisão internacional do trabalho, centralizando suas exportações no setor primário. Isso faz com que a água se torne um elemento que impulsiona essa estratégia, seja de forma direta ou indireta na produção agrícola, na mineração ou na geração de energia. Embora exista hoje uma discussão a respeito da reprimarização ou não da economia, é evidente o peso das *commodities* nas exportações brasileiras, com apoio amplo do governo, ao passo que os bens de maior valor agregado vêm perdendo força⁶. Conforme demonstra estudo de Camargo (2011), as exportações do setor primário praticamente quadruplicaram entre 2000 e 2010.

De acordo com dados do Banco Central (2012), as *commodities* foram fundamentais para o desempenho favorável da balança comercial brasileira entre os anos de 2006 e 2011, fator que permitiu que mesmo num período marcado pelo impacto da crise econômica mundial que ex-

⁵ Legalmente, o processo de outorga deve seguir as recomendações do Plano de Recursos Hídricos elaborado pelas bacias hidrográficas e aprovados nos comitês.

⁶ De acordo com Paulino (2011) “[...] o Brasil foi, dentre as principais economias emergentes, a que apresentou menor crescimento no valor adicionado da indústria de transformação, enquanto a China, a Índia e Coreia foram os países que mais aumentaram, confirmando assim a tendência [...] de que a China e a Índia se especializam na produção de manufaturas para os mercados globais e o Brasil vai se conformando com o papel de fornecedor de matérias-primas”.

plodiu em 2008, as exportações apresentassem superávit comercial.⁷ O Banco Central (2012, p. 77) destaca que esses resultados ocorreram fundamentalmente devido a elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional, o que se traduziu em aumento de produtos básicos no quadro de exportações brasileiras: “De 2006 a 2011, a participação dos seis principais grupos de *commodities* exportadas no total das vendas externas cresceu de 28,4% para 47,1% [...], contribuindo para que se observassem elevados superávits comerciais”.

Somente o complexo da soja foi responsável por uma elevação de 15 bilhões de dólares nas receitas de exportação, ficando atrás somente do minério de ferro. Outros produtos vinculados ao agronegócio também tiveram resultados expressivos nesse período. As exportações de carnes somaram US\$12,5 bilhões em 2011; 77,7% superior ao valor registrado em 2006. As exportações de açúcar de cana, em bruto, somaram US\$11,5 bilhões em 2011, 193,4% maiores que as registradas em 2006. As exportações de café totalizaram US\$7,6 bilhões em 2011, representando aumento de 162,7% em relação ao valor de 2006 (BANCO CENTRAL, 2012).

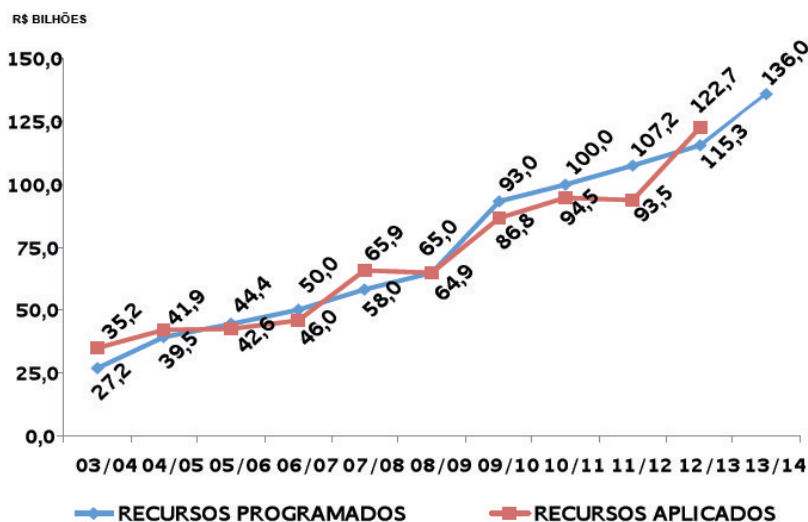
Esse bom momento do agronegócio tornou o Brasil um dos principais fornecedores de produtos agropecuários para o mundo. De acordo com o Ministério da Agricultura (2010), o país é o primeiro em exportação de suco de laranja, café e açúcar; o segundo em soja, carne bovina, tabaco, cana de açúcar e etanol; o terceiro em aves; e o quarto em milho e carne suína. Em comparação com o ano de 1960, o Ministério da Agricultura (2010) afirma que o Brasil aumentou sua produção de grãos ao longo dos anos chegando a mais de 774% no ano de 2010, ocupando uma área de 47,5 milhões de hectares, mais que o dobro de 50 anos atrás. Na pecuária houve aumento de mais de 251% na criação de gado e 39% na área utilizada para essa atividade. A projeção para o ano de 2021 é um aumento de 26,8% na pecuária e 23% na produção de grãos.

Além dos aspectos naturais, um dos fatores que possibilitou essa expansão, permitindo que os empresários do setor agroindustrial pudessem aproveitar o momento de alta do preço das *commodities* no mercado inter-

⁷ O Banco Central (2012) salienta, no entanto, que o único ano que não apresentou crescimento contínuo e expressivo das exportações de *commodities* foi 2009, em razão do impacto da crise econômica que se intensificou a partir de 2008.

nacional, foram, em grande medida, as políticas adotadas pelos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma, focadas no aumento da disponibilização do volume de crédito para o setor ao longo da última década. De acordo com dados do Ministério da Agricultura (2013, p. 25) a oferta de crédito rural praticamente quintuplicou entre 2003 e 2013, passando de 27 bilhões na safra 2003/04 para 136 bilhões na safra 2013/14, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Evolução do financiamento rural



Fonte: CPA e Mapa.

A estratégia do governo foi reafirmada no Plano Plurianual 2012-2015, fortalecendo seu compromisso com o agronegócio e estipulando como metas, além de aumentar os recursos para crédito rural, expandir o número de contratos para agricultura de médio e grande porte. Fazendo uma breve análise, mesmo os recursos do governo destinados à agricultura familiar no Plano Safra 2015/16 tendo aumentado 20% em relação ao ano anterior, contabilizando R\$ 28 bilhões⁸, o número ainda é bem inferior se comparado com a agricultura empresarial de médio e grande porte que ultrapassou a marca dos 180 bilhões. Mesmo o governo impondo atualmente um severo ajuste fiscal que incidiu cortes orçamentários em setores como saúde e educação, o Plano Agrícola e Pecuário anunciado pela ministra da agricultura

⁸ Disponível em: <http://www.mda.gov.br/plano_safra/credito_pronaf.html> Acesso em: 14 jun. 2015.

Kátia Abreu no último mês de junho, prevê recursos de 187 bilhões para o biênio 2015/2016 para financiar o agronegócio, no caso, também 20% a mais em relação ao período de safra anterior.⁹ Fica evidente que o Estado brasileiro tem papel fundamental na expansão do agronegócio.

Dessa forma, a combinação de fatores como demanda externa por *commodities* e as condições naturais favoráveis apresentadas pelo país, atraem a atenção do capital especulativo que obtém amplo respaldo financeiro do governo. Além de grandes extensões de terras aráveis, aqui se concentram 13% das águas superficiais do planeta localizadas em sua maior parte na Bacia Hidrográfica Amazônica, considerada a maior do mundo. O país apresenta ainda um grande potencial em águas subterrâneas concentrando em seu território a maior parte do Aquífero Guarani nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, além de um elevado índice de precipitação¹⁰.

Este grande volume de águas vem possibilitando a ampliação da agricultura irrigada de forma considerável, especialmente em culturas voltadas para a produção de cana e soja, duas das principais responsáveis pela elevada porcentagem do potencial de irrigação. A *Food and agriculture organization* (FAO) coloca o Brasil como um dos quatro países com maior área potencial de irrigação do mundo, com uma estimativa nacional de 29 milhões de hectares, sendo que desse total, o país utiliza 19,6%, ou seja, 5,8 milhões hectares (ANA, 2013). Esse potencial de irrigação vem servindo de justificativa para expansão da fronteira agrícola, especialmente para as regiões das bacias hidrográficas do centro-oeste, norte e nordeste.

⁹ Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/pap>> Acesso em: 14 jun. 2015.

¹⁰ De acordo com informações da ANA (2009), a Amazônia e as bacias do Tocantins-Araguaia contam com 56% da área total de drenagem do Brasil. O rio Amazonas é o maior do mundo em volume e comprimento. O rio São Francisco é o maior rio totalmente dentro do Brasil, fluindo por mais de 1.609km para o norte antes que se direcionar para o leste em direção ao oceano Atlântico. O sistema do rio Paraná-Paraguai drena a porção sudoeste do estado de Minas Gerais. Dois Estados mais ao sul do Brasil são drenados através do rio Uruguai, também no rio Prata. Os recursos hídricos subterrâneos não estão distribuídos uniformemente sobre o país. Há áreas de escassez e outras com abundância relativa. Há cidades com disponibilidade significativa de água, tais como os abrangidos pelo Aquífero Guarani e aquíferos sedimentares, em geral, e outras com baixa disponibilidade, como os de rochas cristalinas na parte semiárida do Brasil. No semiárido nordeste do Brasil, onde a água de poços é a única fonte de abastecimento disponível, em muitas pequenas comunidades, os poços têm fluxos muito baixos. Os melhores aquíferos estão localizados em terras sedimentares que ocupam 48% da área do Brasil e têm um grande potencial para as águas subterrâneas, devido às suas condições climáticas favoráveis. Os recursos hídricos subterrâneos internos renováveis no país estão estimados em 645,6 km³/ano. Águas subterrâneas exploráveis Anual responsável por 129,1km³. O volume de água subterrânea armazenada no Brasil em menos de 1.000 m de profundidade e com boa qualidade para o ser humano usar é estimado em 112.000 km³.

Atualmente o setor agrícola é o maior usuário de recursos hídricos, tanto no que se refere à retirada total de água das bacias hidrográficas, quanto no que se refere à água realmente consumida¹¹. De acordo com o relatório de conjuntura dos recursos hídricos divulgado pela ANA em 2013, a retirada de água para irrigação correspondia em 2010 a 54% no comparativo com outros setores. É mais do que o dobro no usado para abastecimento urbano e o triplo do utilizado na indústria.

Tabela 1: Uso da água no Brasil: vazão retirada em 2010

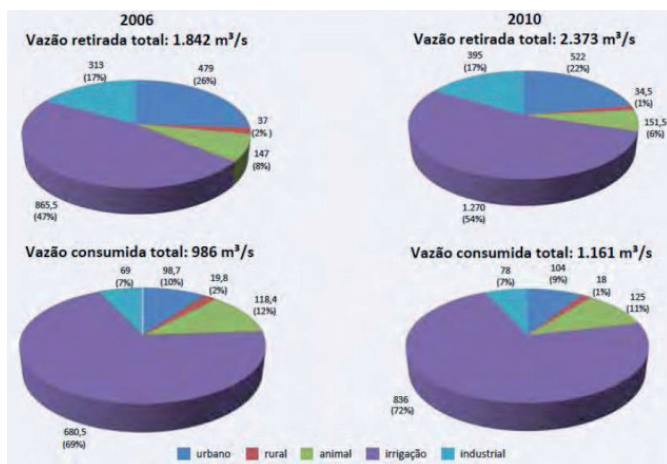
Finalidade	Vazão Total	Porcentagem
Abastecimento Urbano	522 m ³ /s	22%
Abastecimento Rural	34,5 m ³ /s	1%
Irrigação	1.270 m ³ /s	54%
Indústria	395 m ³ /s	17%
Dessedentação Animal	151,5 m ³ /s	6%
Total	2.373 m ³ /s	100%

Fonte: ANA (2013, organizada pelo autor).

Nesse mesmo relatório se observa a constatação de um aumento considerável da retirada de águas em todas as bacias hidrográficas a partir de uma análise comparativa entre 2006 e 2010, em que se observou um aumento de 29%, sendo o uso da água para irrigação o principal responsável, passando de 866 m³/s para 1.270 m³/s. No entanto, os índices da água realmente consumida teve um aumento de 18% em quatro anos, e nesse sentido a irrigação representa o maior índice disparado, chegando a 72% em 2010, conforme pode ser observado nos gráficos comparativos abaixo.

¹¹ A ANA analisa o total de água retirada das bacias hidrográficas e o total consumido. Nem toda água retirada é consumida. Muitas análises levam em consideração apenas o total de água consumido. Aqui, optamos por demonstrar os dados relativos tanto em relação à retirada quanto ao consumo.

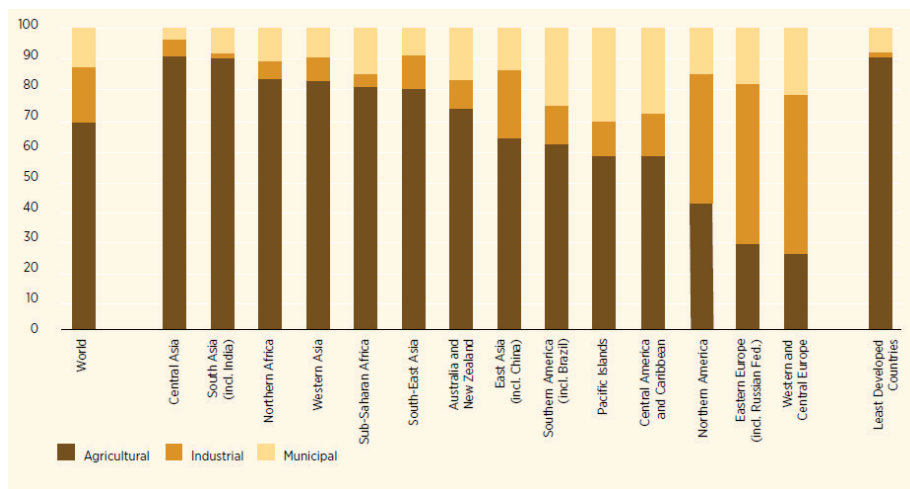
Gráfico 2: Distribuição das vazões de retirada e de consumo para diferentes usos: 2006 *versus* 2010.



Fonte: ANA (2013)

O uso da água para produção agrícola nos últimos anos é o principal responsável direto pelo aumento do consumo da água no país, refletindo internamente os mesmos percentuais divulgados pela ONU quanto aos índices mundiais.

Gráfico 3: Água retirada por setor nos continentes



Fonte: The United Nations, 2012.

Uma rápida análise dos dados acima resume de certa forma, a geopolítica territorial do setor produtivo. Conforme pode ser observado, o uso da água na agricultura é maior nos países da América Latina, Ásia e África ao passo que nos países da América do Norte e na Europa o consumo é mais elevado no setor industrial. Ribeiro (2008) complementa os dados apresentados no gráfico acima, especificando que os países de renda mais elevada utilizam quase 60% da água na indústria e 30% na agricultura, enquanto que os países de renda média e baixa utilizam apenas 10% na indústria e 82% na agricultura. O consumo domiciliar nos países de renda elevada também é maior chegando a 11%, enquanto nos países de renda média e baixa é de 8%.

Seguindo essa tendência, o aumento do uso da água na irrigação é uma característica de mais da metade das regiões hidrográficas brasileiras. A região da bacia hidrográfica do Paraná é a que mais registrou aumento na vazão de água retirada entre 2006 e 2010, totalizando 50% a mais em quatro anos. Somente o setor de irrigação aumentou seu consumo em quase 200%¹². Outras regiões que registraram aumento do consumo de água e que merecem destaque são do Tocantins, Araguaia e São Francisco onde, segundo a ANA (2013), as demandas para irrigação cresceram mais de 75% no período analisado. Das doze regiões hidrográficas brasileiras, em sete predominam a retirada de água para irrigação na comparação com os demais usos¹³.

O potencial de irrigação do país também aumentou gradativamente nas últimas décadas. Em 1970, a área cultivada irrigada compreendia 2,3%, tendo sido aumentada para somente 3,8% em 1985. Dez anos

¹² Um dos motivos colocados pela ANA (2013) para justificar o aumento no consumo de água se deu em função da melhoria da qualidade da informação da região, principalmente devido a elaboração do Plano da Bacia do rio Parnaíba.

¹³ Nas bacias Atlântico Nordeste Oriental, Atlântico Sul, São Francisco, Tocantins-Araguaia e Uruguai, ocorre, segundo a ANA (2013, p. 92), o predomínio (mais de 60% da demanda total) das vazões de retirada para irrigação, em relação aos demais usos; grande demanda para irrigação por inundação (arroz inundado) nas regiões Atlântico Sul e Uruguai; Polo de Barreiras (produção de soja) e perímetros irrigados para fruticultura (irrigação por pivô central) em Juazeiro e Petrolina, na região do São Francisco; Zona canavieira e perímetros irrigados para fruticultura, na AH Atlântico Nordeste Oriental; Projeto Formoso, Pium e Urubu na região de Tocantins-Araguaia. Nas bacias Atlântico Leste e Paraná, Predomínio (mais de 60% da demanda total) das vazões de retirada para Irrigação, em relação aos demais usos; grande demanda para irrigação por inundação (arroz inundado) nas regiões Atlântico Sul e Uruguai; Polo de Barreiras (produção de soja) e perímetros irrigados para fruticultura (irrigação por pivô central) em Juazeiro e Petrolina, na região do São Francisco; Zona canavieira e perímetros irrigados para fruticultura, na AH Atlântico Nordeste Oriental; Projeto Formoso, Pium e Urubu na região de Tocantins-Araguaia.

depois, em 1995, a área irrigada cultivada correspondia a 6%, e em 2012 a 8,3% (ANA, 2013). A ANA justifica a elevação desse índice a partir dos anos 1980 devido aos programas que foram criados naquela década que fortaleceram, sobretudo, a iniciativa privada, responsável por mais de 90% das áreas irrigadas no país:

O salto verificado a partir da década de 1980 relaciona-se com importantes programas criados neste período: Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis – Provárzeas (1981), Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação – Profir (1982), Programa Nacional de Irrigação – Proni (1986) e Programa de Irrigação do Nordeste – Proine (1986). Em conjunto, estes programas forneceram marcos tanto para o investimento direto do setor público em obras coletivas de grande impacto regional quanto, principalmente, para estimular a iniciativa privada, que atualmente responde por 96,6% das áreas irrigadas. (ANA, 2013, p. 95)

Nesse sentido, considerando a nova política proposta pelo governo federal para o setor, aprovada em 2013¹⁴ e as projeções de crescimento da agricultura empresarial para os próximos anos, a tendência de expansão das áreas irrigadas no Brasil tende a aumentar e conseqüentemente o uso consultivo da água também. Some-se a este cenário a possibilidade de avanço da fronteira agrícola nas regiões da floresta amazônica, facilitadas especialmente a partir do segundo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, que sancionou a medida provisória 458 voltada para a regularização de terras na Amazônia Legal¹⁵.

¹⁴ O Programa Mais Irrigação foi lançado pelo Ministério da Integração Nacional em 2012, prevendo na época investimentos de 10 bilhões de reais, sendo 3 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento e 7 bilhões da iniciativa privada. O discurso do governo federal é a necessidade de valorizar o agricultor familiar através do desenvolvimento da economia regional. Contudo, o Programa prevê incluir o médio e o pequeno produtor em cadeias produtivas voltadas para produção de biocombustíveis, fruticultura e grãos. Dividido em quatro eixos o programa previa na época atrair investimentos do setor privado através de concessões de áreas agrícolas envolvendo 16 estados – Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe e Tocantins.

¹⁵ Esta medida provisória aprovada possibilitou que posseiros pudessem formalizar legalmente as terras ocupadas na Amazônia. A partir da sanção dessa Medida Provisória, terras com menos de 100 hectares podem ser doadas aos posseiros; terras com até 400 hectares pagam um valor abaixo do valor de mercado e áreas com até 1,5 mil hectares pagam nas terras o valor de mercado. A justificativa do governo foi a necessidade de facilitar o trabalho de fiscalização ambiental a partir da regularização dessas terras. Muitas críticas foram feitas a essa MP, como pode ser observado em artigo escrito pelo geógrafo da USP Ariovaldo Umbelino para o jornal *Le Monde Diplomatique* em 2011 com o título: “Tragédia e farsa: a compra de terras por estrangeiros”. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1004>>.

Segundo dados do Ministério da Agricultura sobre projeções realizadas em 2012 para o setor agrícola no período 2011/2012 a 2021/2022 existe a expectativa de que a área plantada no país salte de 64,9 milhões de hectares para 71,9 milhões de hectares em 2022, com esse aumento concentrado em soja – 4,7 milhões de hectares –, e cana de açúcar – 1,9 milhões de hectares. A projeção para produção de grãos é um aumento de 21,1%, com expansão de área de 9%, impulsionada não apenas pela exportação, mas também pelo mercado interno, configurando uma dupla pressão sobre o aumento da produção nacional. Conseqüentemente, caso essa expectativa para expansão de áreas plantadas se confirme, especialmente nas culturas irrigadas, ocorrerá um reflexo disso na ocupação de novos territórios e aumento no consumo de água, impactando bacias hidrográficas e populações locais como camponeses, quilombolas e indígenas.

No que se refere às áreas plantadas, o estudo do Ministério da Agricultura indica um aumento elevado, em especial nas regiões norte, centro-oeste e nordeste:

Mato Grosso deve continuar liderando a expansão da produção de soja e milho no país com aumentos previstos na produção superiores a 20% para esses dois produtos. A região denominada MATOPIBA, por estar situada nos estados brasileiros de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, deverá apresentar aumento elevado da produção de grãos assim como sua área deve apresentar também aumento expressivo. As projeções indicam para essa região deverá produzir próximo de 20 milhões de toneladas de grãos em 2022 (aumento de 27,6%) e uma área plantada de grãos entre 7 e 10 milhões de hectares ao final do período das projeções. (MAPA, 2012, p. 38).

A região denominada MATOPIBA, destacada acima, é colocada como principal área de expansão da fronteira agrícola no país por uma série de fatores, em especial por reunir características naturais que favorecem a agricultura empresarial moderna devido a grande disponibilidade de água, clima propício com dias longos e elevada intensidade solar, além de possuir terras planas e extensas, abrangendo quatro bacias hidrográficas – Tocantins/Araguaia, São Francisco, Atlântico Nordeste Ocidental e Parnaíba (MAPA, 2012).

Conforme colocado acima, as bacias hidrográficas do Tocantins/ Araguaia e do São Francisco registraram segundo o último Relatório de conjuntura de recursos hídricos da ANA um aumento considerável no consumo de água impulsionado, sobretudo, pela irrigação. São regiões que vem expandindo cada vez mais culturas irrigadas como soja, milho, arroz, cana-de-açúcar e fruticultura, com amplo apoio do governo federal.

No Tocantins, estado de origem da atual ministra da agricultura Kátia Abreu, o potencial de agricultura irrigada ultrapassa os quatro milhões de hectares, aspecto que historicamente atraiu o interesse do capital agrícola. Os investimentos federais no setor de irrigação, bem como em infraestrutura hidroviária, ferroviária e rodoviária, obtiveram a disponibilização de grande volume de recursos federais nos últimos anos. Em janeiro de 2015, o Ministério da Integração Nacional liberou cerca de 116 milhões para a reconstrução do projeto de irrigação do rio formoso¹⁶ que tem como foco principal recuperar as estruturas das barragens construídas no final da década de 1970.

Na região da bacia hidrográfica do São Francisco ocorre uma das principais atividades agrícolas do nordeste, a fruticultura, especializada em frutas que normalmente são cultivadas em climas mais amenos como os da região sul. Aproveitando a demanda do mercado externo, muito em função da logística da região do Vale do rio São Francisco, a fruticultura irrigada vem se consolidando como a principal atividade agrícola empresarial da região do semiárido. Contudo, Ribeiro (2008) alerta que tal prática vem se constituindo como um exemplo do uso insustentável dos recursos hídricos.

A fruticultura exportadora praticada no nordeste brasileiro é um exemplo de emprego insustentável dos recursos hídricos. Frutas exóticas foram introduzidas em meio ao sertão, onde se encontra baixa pluviosidade e elevada insolação, sob alegação de que podem ser vendidas no mercado externo a preços mais competitivos devido às distâncias menores da Europa e dos EUA se comparadas às tradicionais regiões

¹⁶ De acordo com a Portaria n.º 267 de 31 de dezembro de 2014, no artigo 3.º “O total dos recursos financeiros necessários para a execução do objeto são neste ato, fixados em R\$ 116.388.888,89 (cento e dezesseis milhões, trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), sendo R\$ 104.750.000,00 (cento e quatro milhões e setecentos e cinquenta mil reais), previstos no programa de trabalho 20.607.2013.1P91.0017, Fonte 0100, Natureza da Despesa 44.30.42, a serem transferidos pela Unidade Gestora Responsável – UGR 530022, em estricta observância ao cronograma de desembolso e R\$ 11.638.888,89 (onze milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), à conta das dotações orçamentárias do Governo do Estado.

produtoras dessas frutas no Brasil. Mamão, melão e mesmo uvas passaram a ser cultivadas com grande sucesso comercial. Porém, não estão sendo computados os custos ambientais, em especial o volume de água usado na produção. (RIBEIRO, 2008, p. 41).

Seguindo a lógica da agricultura empresarial no Brasil, a fruticultura foi impulsionada em grande medida devido aos investimentos do Estado na modernização das práticas de irrigação e disponibilização de crédito, principalmente com empréstimos disponibilizados pelo Banco do Nordeste, que mantém uma linha de crédito específica para esse tipo de financiamento com juros que variam de 5 a 8,5% ao ano e se destinam para produtores rurais, cooperativas e associações.¹⁷

Segundo dados do Portal Brasil da presidência da república, somente no ano de 2010, o Banco do Nordeste investiu 240 milhões de reais na fruticultura da região, principalmente nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.¹⁸ Há um potencial ainda maior de crescimento dessa atividade, sobretudo com o Projeto de transposição do Rio São Francisco incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado pelo governo do presidente Lula em 2007.

Nas regiões que englobam o oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul do sudoeste de Goiás, denominadas por Thomaz Jr. (2010) como Polígono do Agro-hidronegócio, forma pela qual se consolida a expansão da agropecuária capitalista no Brasil, são contempladas diferentes formas do agronegócio como a soja, o milho, o eucalipto e a cana-de-açúcar. São regiões que também disponibilizam as melhores terras e água em grande escala, elementos essenciais para a efetivação do capital no campo.

Assim, a água é agregada ao novo cenário de disputas de domínio por novos territórios e nesse sentido, o agronegócio vai à busca de assegurar o acesso tanto a terra quanto aos recursos hídricos, consolidando o conceito de Agro-hidronegócio.

¹⁷ Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Cresce_Nordeste/gerados/cresce_nordeste_fruticultura.asp>. Acesso em: Out. 2013.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2011/01/banco-do-nordeste-investiu-r-240-milhoes-em-fruticultura-na-regiao>>. Acesso em: Out. 2013.

O capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios. Além de contar com os favorecimentos dos investimentos públicos e também privados, e por isso disputa apoios, cabe colocar em evidência que os bons resultados/retornos obtidos são complementados/potenciados pelo acesso às melhores terras (planas, férteis, localização favorável e logística de transportes adequada). Mas não somente, pois o sucesso do empreendimento como um todo requer a garantia de acesso a água, seja superficial (grandes rios, reservatórios de hidrelétricas, lagos), por meio de intervenções, via de regra, represamentos de cursos d'água, seja subterrânea, sobretudo os aquíferos Caiuá-Bauru e Serra Geral, no Centro-Sul do País, índices pluviométricos satisfatórios e com regularidade adequada às demandas do ciclo vegetativo da planta (cana-de-açúcar, soja, etc.) (THOMAZ JR., 2010, p. 94).





















































Outro aspecto destacado por Thomaz Jr. sobre o avanço do agronegócio no campo – através de investimentos públicos, grilagens, e inúmeras práticas históricas quinhentistas adotadas pela burguesia para concentrar territórios gerando assim conflitos territoriais na disputa por terra/água – é que o mesmo vem influenciando a subida dos preços dos alimentos devido à diminuição das áreas destinadas ao plantio de culturas básicas do dia a dia do brasileiro.






De acordo com os números apresentados naquele momento por Thomaz Jr. (2010, p. 96) a partir de informações do Ministério da Agricultura e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), 23 milhões de hectares são ocupados no Brasil por soja, 16 milhões com milho e 9,2 milhões com cana-de-açúcar. Enquanto isso, 3 milhões de hectares são destinados para arroz e 4,2 milhões de hectares para feijão. Ou seja, a maior parte das terras férteis e do volume de água é direcionada com apoio do Estado para atender os interesses de mercado das empresas do setor de agronegócio, ao passo que privilegiam a produção de *commodities*.

Ao mesmo tempo em que se consolida no Brasil um modelo de produção agrícola que se beneficia da exploração demasiada dos recursos hídricos como ferramenta de acumulação de capital, as secas estão se tornando corriqueiras nos últimos anos, com o índice de chuvas diminuindo de forma significativa, conforme pode ser observado no relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos lançado em 2013 com referência aos índices de 2012. De acordo com os dados abaixo, pela primeira vez na

história não houve aumento no índice de chuvas em nenhuma região hidrográfica do país.

Quadro 1: Precipitação média das regiões hidrográficas entre 2009 e 2012

Região Hidrográfica	Total anual precipitado (mm)				
	2009	2010	2011	2012	Média histórica
Tocantins-Araguaia	 1952	 1549	 1941	 1530	1774
Amazônica	 2329	 2019	 2330	 2246	2205
Paraguaí	 1441	 1369	 1517	 1412	1359
Atlântico Nordeste Oriental	 1390	 771	 1295	 575	1052
Atlântico Leste	 1037	 989	 983	 686	1018
Paraná	 1786	 1487	 1632	 1450	1543
Parnaíba	 1356	 901	 1242	 732	1064
São Francisco	 1109	 888	 1127	 668	1003
Atlântico Sul	 1897	 1719	 1770	 1454	1644
Uruguai	 1798	 1686	 1822	 1476	1623
Atlântico Sudeste	 1556	 1401	 1533	 1265	1401
Atlântico Nordeste Ocidental	 2284	 1460	 2004	 1252	1700
BRASIL	 1928	 1619	 1894	 1651	1761

Diferença percentual em relação à média histórica na RH				
< - 15%	- 15% a -10%	- 10% a 10%	10% a 15%	> 15%
				

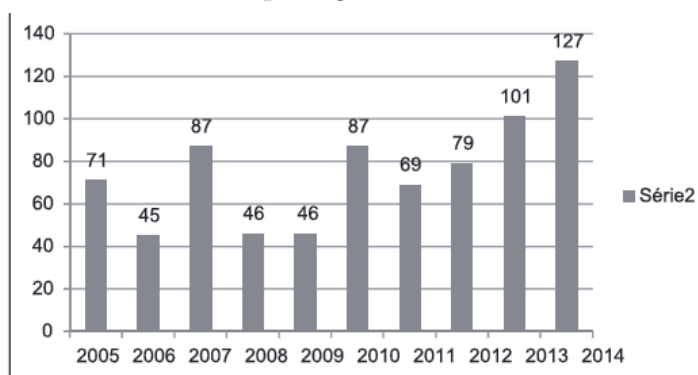
Fonte: ANA (2013).

Embora o ano de 2009 tenha excedido a média histórica em 15%, em 2012, além de a chuva ter sofrido grande redução, cinco regiões hidrográficas obtiveram valores muito aquém do que se esperava ao se levar em consideração os anos anteriores, prejudicando a reposição natural em rios, lagos e aquíferos, e ameaçando as regiões que historicamente são mais atingidas pela seca (ANA, 2013).

Concomitante a esse cenário, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresenta dados que indicam que os conflitos pelo uso da água tiveram aumento expressivo na última década. Desde 2002, a CPT vem registrando em separado os conflitos pela água no meio rural, devido a um conjunto de fatores que já naquela época indicavam potencial “crise da água” tanto em âmbito internacional, quanto nacional. Historicamente, a CPT já registrava nas suas publicações conflitos originados das construções de barragens para as usinas hidrelétricas, Contudo, dado o avanço do agronegócio e sua sede por recursos hídricos, bem como os grandes empreendimentos voltados para novas hidroelétricas na região norte, a CPT vem especificando nas suas publicações os que são originários diretamente da disputa pelo uso dos recursos hídricos.

As análises demonstram um cenário de evolução dos conflitos por água entre 2005 e 2014, curiosamente o mesmo período de grandes investimentos e expansão do agronegócio e de obras hidroelétricas de grande porte. Conforme é possível notar no gráfico abaixo, 2014 registrou o maior índice de conflitos no país, ou seja, praticamente faltando pouco para atingir quase o dobro do que os verificados em 2005. A CPT (2014) afirma ainda que esses conflitos atingem atualmente mais de 42.000 famílias, sendo que ao todo, durante os últimos 10 anos, mais de 320.000 famílias estiveram envolvidas em conflitos pela água.

Gráfico 4 - Número de conflitos pela água 2005-2014



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2012) apud Camargo (2014).

A CPT tipifica os conflitos em três categorias: (1) apropriação particular – quando um proprietário faz um barramento de uma fonte, promove o desvio de um curso d'água e restringe o acesso de outros; (2) barragens e açudes – ocasionados pela construção de hidroelétricas que não cumprem procedimentos legais e expropriam pequenos proprietários, assentados, posseiros, ribeirinhos, indígenas, pescadores e quilombolas; (3) Conflitos relacionados ao uso e preservação – ligados à destruição de matas ciliares, à poluição das águas por diferentes atividades como o uso de agrotóxicos, pesca predatória e cobrança pelo uso da água. Assim, no final de 2014 a CPT registrava no país 86 conflitos por apropriação particular, 325 por barragens e açudes e 346 envolvendo casos de uso e preservação. Todos contabilizados a partir de 2005.

Os dados demonstram que a maioria dos conflitos se dá em torno do uso e preservação das águas, no caso, os relacionados com atividades do agronegócio, seguido de perto pelos problemas ocasionados pelas barragens de hidroelétricas. De acordo com a CPT apud Camargo (2012), esses conflitos opõem de um lado as populações que ocupam espaços desejados pelo capital, ou seja, indígenas, quilombolas, posseiros, ribeirinhos, pescadores e posseiros; e de outro lado, os governos federal e estaduais, fazendeiros, empreiteiras, mineradoras e empresários de ramos diversos. A CPT chama a atenção ainda para o fato de que esses conflitos aconteceram em 2014 em 16 estados brasileiros e estão espalhados praticamente por todo o território nacional.

Percebe-se que ao mesmo tempo em que houve um avanço do agronegócio e de outros grandes empreendimentos financiados pelo governo nesses últimos 10 anos, o índice pela demanda da água aumentou, como também se elevou o número de conflitos pelo seu uso. Embora o foco aqui sejam os impactos do meio rural, do agronegócio em específico, os problemas relacionados ao acesso aos recursos hídricos tomaram grandes proporções também no meio urbano, conforme pode ser observado na crise de abastecimento na grande São Paulo que tem os serviços de água e esgoto geridos por uma empresa estadual de capital aberto – Sabesp.

Sendo assim, deveríamos nos questionar quais as respostas que a nova Política de Águas promulgada no Brasil no final dos anos 1990 vem oferecendo no sentido de contornar tais problemas. Ao que tudo indica,

dado o cenário de avanço desenfreado de setores econômicos sobre os recursos hídricos e o aumento no número de conflitos sociais vinculados à água nos últimos anos, essas respostas estão sendo pouco convincentes ao passo que encontram seus limites nas suas próprias origens que são neoliberais na essência, sobretudo ao terem absorvido recomendações do Banco Mundial e adotado conceitos de governança e gestão pautados por princípios instrumentais econômicos.¹⁹

Embora passasse a apresentar um discurso de democratização, descentralização e participação popular, a PNRH coloca muita ênfase na água somente como um bem econômico, conforme pode ser notado no seu principal instrumento de gestão que é a cobrança pelo uso da água. Tais medidas facilitam que a água continue submetida a processos de mercantilização e privatização através de seu uso em grandes projetos de barragens e no seu uso indiscriminado para atender os interesses do modelo agrícola predominante. A água no meio rural continuou servindo de insumo direto e indireto de acumulação de capital, no entanto, com o poder público e capitalistas adotando agora um discurso ideológico de sustentabilidade.

Ioris (2005) afirma que apesar da existência de uma nova estrutura institucional pautada em técnicos e agências, as mudanças verificadas até agora no tratamento das questões relacionadas aos recursos hídricos são apenas marginais, dado que essa nova estrutura mantém seus esforços concentrados no controle técnico-econômico da água e assim não produz ações e respostas em longo prazo para os problemas socioambientais criados pelo próprio desenvolvimento econômico. Ioris indica que nem mesmo os canais aparentemente democráticos de representação como os comitês de bacia são capazes de inverter essa lógica.

Podendo se configurar como um espaço em disputa pelos diferentes atores sociais, os comitês de bacia hidrográfica, considerados teoricamente no âmbito da implantação da PNRH como um parlamento das águas aberto a participação democrática e popular nas decisões dos caminhos a serem seguidos em cada bacia, se concretizaram a passos lentos, normalmente implantados de cima para baixo a partir de ações do poder

¹⁹ Em pesquisa realizada durante o mestrado, demonstramos a influência do Banco Mundial na Política Nacional de recursos Hídricos e a tendência de mercantilização das águas como consequência. O estudo pode ser consultado em Scantimburgo (2013).

público. No caso, até o presente momento estão em funcionamento nove comitês de bacia hidrográfica em rios interestaduais – Bacia do Rio Paraíba do Sul; Bacia do Rio Paranapanema; Bacia dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiá; Bacia do Rio Grande; Bacia do Rio São Francisco; Bacia do Rio Piranha Açú; Bacia do Rio Verde Grande; Bacia do Rio Doce.²⁰

Na região norte, palco dos principais conflitos pelo uso da água, sobretudo devido ao avanço da fronteira agrícola e das barragens para construção de hidroelétricas, não houve a criação de nenhum Comitê interestadual de bacia. Na região, existem poucos comitês estaduais em apenas dois estados. No Amazonas foi criado em 2006 o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã, e no estado do Tocantins, a partir de 2011, foram criados quatro comitês de Bacia Hidrográfica: Manuel Alves da Natividade; Rio Formoso do Araguaia; Entorno do Lago Palmas; e dos Rios Lontra e Corda.²¹

Não que a existência de Comitês de Bacia signifique realmente que as decisões acerca dos recursos hídricos sejam realmente tomadas por decisões que envolva ampla participação popular e democrática, ou que neles resida a solução para problemas de poluição, degradação e acesso sustentável e justo à água. As experiências relatadas por pesquisas acerca dos comitês que se encontram em funcionamento apontam para situações que sugere falta de representatividade, conflitos e concentração das decisões segundo demandas de grandes usuários e do poder público, conforme indicam trabalhos de Ioris (2008) no comitê da Bacia do Rio Paraíba do Sul, e de Santos e Medeiros (2009) no comitê da bacia do Rio São Francisco. O fato é que a pouca efetivação dos comitês em regiões de conflitos pelo uso da água, conforme ocorre no norte do país, sugere que nem mesmo instrumentos que possibilitam um mínimo de participação da sociedade nos destinos dos recursos hídricos foram efetivados. Ou seja, nem os instrumentos que se valem do argumento de que as decisões acerca dos destinos da água são tomadas de forma participativa e democrática estão sendo consolidados nas regiões em que mais ocorrem conflitos.

²⁰ <http://www.cbh.gov.br/#not-interestaduais>

²¹ <http://www.cbh.gov.br/#not-estaduais>

CONCLUSÃO

Concluindo, o que se pode observar a partir do impacto do agronegócio na conjuntura dos recursos hídricos é a confirmação das constatações de Ioris (2005), quando afirma que a nova política de águas tem preservado e ampliado os privilégios econômicos historicamente estabelecidos no setor hídrico, pois ela nega a vinculação de melhoria da gestão das águas, com a necessidade de mudanças político-econômicas mais amplas. A tentativa de se levar a cabo uma política de gestão que dissocia a agenda dos recursos hídricos das relações estruturais de poder constitui um mecanismo de apoio a formas de minimização de conflitos e acumulação de capital, estabelecendo de acordo com Ioris (2005) uma estrutura que não busca responder a problemas ambientais e sociais de forma profunda.

Assim, dado as fragilidades e contradições presentes na estrutura institucional que rege os recursos hídricos, e um crescimento cada vez maior de setores ligados ao uso intensivo da água, conforme ocorre com o agronegócio, que conta com amplo apoio financeiro e político do governo; e levando em consideração uma conjuntura atual que apresenta quadros de escassez, degradação e conflitos pelo uso da água, o cenário que se desenha para o futuro é preocupante do ponto de vista da sustentabilidade dos recursos hídricos e principalmente da justiça socioambiental. Nesse momento, nada indica que ocorrerão mudanças significativas que ultrapassem as medidas regulatórias superficiais que se fazem presentes no que se refere ao controle, degradação e consumo elevado da água no setor agropecuário, seja a curto ou longo prazo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil*. Brasília: ANA, 2009.

_____. *Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil*. Brasília: ANA, 2013.

_____. *Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil*. Brasília: ANA, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. O desempenho das exportações brasileiras de commodities: uma perspectiva regional (2006-2011). In: *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2012/01/br201201b1p.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Portaria n.º 267*, de 15 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=267&txtAno=2014&txtTipo=7&txtParte=>>. Acesso em: 4 set. 2015.

CAMARGO, J. M. Pauta de exportações do Brasil: evidência de reprimarização da economia? In: CAMARGO, J. M.; SANTOS, A.; SIMONETTI, M. C. L. *Múltiplas faces da crise econômica e financeira mundial*. Bauru, SP: Canal 6 editora, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo: Brasil 2014*. Goiânia: CPT Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Caderno_conflitos_no_campo_2014_cpt.pdf> Acesso em: 4 set 2015.

DAGNINO, R. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

IORIS, A.A.R. Água, Cobrança e Commodity: a geografia dos recursos hídricos no Brasil. *Terra Livre*, v. 25, n. 121-137, 2005.

_____. Os limites políticos de uma reforma incompleta: a implementação da Lei dos recursos hídricos na bacia do Paraíba do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10(1), n. 61-85, 2008.

_____. Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Lamparina: Rio de Janeiro, 2010, p. 211-255.

SANTOS, M. E. P.; MEDEIROS, Y. D. P. Participação social no gerenciamento dos recursos hídricos: a bacia do São Francisco. In: RIBEIRO, W. C. *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. São Paulo: Annablume, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Projeções do Agronegócio Brasil 2011/12 a 2021/22*. Brasília: MAPA, 2012.

_____. *Plano Anuário 2013/2014. Secretária de Política Agrícola*, Brasília: MAPA, 2013. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/acs/PAP20132014-web.pdf>. Acesso em: 4 set. 2015.

_____. *Agronegócio Brasileiro em Números*. Brasília: MAPA, 2010. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Sala%20de%20Imprensa/Publica%C3%A7%C3%B5es/graficos_portugues_corrigido2.pdf> . Acesso em: 4 set. 2015.

NOBRE, A. D. *O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica*. São José dos Campos, SP: ARA: CCST-INPE: INPA, 2014.

PAULINO, L. A. O debate atual sobre desindustrialização no Brasil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*: ANPUH: São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299878632_ARQUIVO_LUIS_ANTONIO_PAULINO_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

RIBEIRO, W. C. *Geografia política da água*. São Paulo: Annablume, 2008.

THE UNITED NATIONS. *The united nations world water: managing water under uncertainty and risk*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2012.

SCANTIMBURGO, A. L. *O Banco Mundial e a política nacional de recursos hídricos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, Editora Unesp, 2013.

THOMAZ JR, A. O Agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. In: *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

ZHOURI, A. *Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. In: COSTA LIMA, M. (Org.). *Dinâmica do capitalismo pós-Guerra Fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 267-280.

CAPITALISMO RETARDATÁRIO E PULSÃO GOLPISTA: UM ENSAIO SOBRE A MISÉRIA BRASILEIRA

Giovanni ALVES

*“Nessa casa, os morto é que comanda os vivo”
“A gente é que nem os boi: roda, roda e nunca sai do lugar”¹*

O processo de ruptura da institucionalidade democrática ocorrida no Brasil em 2016 é a culminação do longo movimento histórico de reação às políticas dos governos neodesenvolvimentistas desde que Luís Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002. Quando assumiu a Presidência da República, o Partido dos Trabalhadores (PT) passou a ser alvo de ofensivas de setores conservadores e reacionários da sociedade brasileira. Do Mensalão à Operação Lava-Jato, presenciamos o espírito perfomático do *golpismo* na articulação do Poder Judiciário com a Grande Mídia hegemônica, declaradamente anti-PT e vinculada à direita neoliberal (PSDB). Enquanto vivíamos numa conjuntura de crescimento da economia brasileira por conta do ciclo de valorização das *commodities* e crescimento espetacular da China (2003-2010), o Presidente Lula manteve a coalização política da *governabilidade* no Congresso Nacional. Naquela conjuntura histórica, o lulismo como refoirismo de baixa intensidade, tinha sua eficácia política.

¹ Abril despedaçado (2001), Direção: Walter Salles Jr.

Renegou a luta de classes e criou o mito do progresso social sem atentar contra a ordem oligárquica. Portanto, enquanto vigorou o presidencialismo de coalizção (PT-PMDB) nas condições históricas do crescimento da economia com inclusão social, o projeto neodesenvolvimentista sustentou-se, iludindo-se com o *reformismo fraco* e a conciliação de classe do lulismo Paz e Amor. Apesar de ter *espírito*, o movimento do *golpe* como pulsão histórica não adquiriu *corpo*. Lula conseguiu se reeleger em 2006; e eleger a sucessora Dilma Rousseff em 2010. O lulismo, signo contraditório da política do neodesenvolvimentismo, demonstrou ainda possuir fôlego para reeleger Dilma Rousseff em 2014. Mas o tempo histórico mudou.

A ressaca da crise do capitalismo global de 2008/2009, depois da profunda crise financeira que abateu o modo de produção capitalista no núcleo orgânico do sistema do capital (EUA, União Européia e Japão); e depois, se disseminou pelo sistema-mundo (os ditos “países emergentes”), alterou a conjuntura da economia na década de 2010. O ofensiva neoliberal assumiu uma dimensão global. Na União Europeia, as políticas de austeridade neoliberal demonstraram que o capital financeiro possui capacidade política para dobrar governos – inclusive governos socialistas (por exemplo, François Holland, na França e Alexis Tsipras, na Grécia).

A Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2010, iniciou seu governo numa conjuntura de crise da economia global. Com a desaceleração da China, esgotou-se o ciclo das *commodities*. Em dez anos de neodesenvolvimentismo, o Brasil, por conta da apreciação cambial herdada da gestão Henrique Meireles no Ministério da Fazenda do primeiro governo Lula (2003-2006), tornou-se uma economia desindustrializada e de pauta exportadora baseada em *commodities* (agronegócio, mineração e petróleo). A persistência da crise da União Europeia, a desaceleração brusca da China e a queda dos preços das *commodities*, em um cenário de profunda crise do capitalismo global, colocaram imensas dificuldades para o projeto neodesenvolvimentista brasileiro na primeira metade da década de 2010, principalmente no plano fiscal da gestão pública, expondo, deste modo, os limites do neodesenvolvimentismo.

A Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2010, demonstrou ser pouco afeita à negociação política. Mulher dura na conversação com o público e com aliados da direita do PMDB, mas corajosa na intencionalidade política,

começou seu primeiro governo adotando políticas de confronto com setores rentistas que constituíam o núcleo duro do bloco do poder do Estado neoliberal no Brasil. Foi a gota d'água. Por exemplo, em 2012, Dilma reduziu a taxa básica de juros da economia (Selic) e sinalizou com gastos públicos. Com Guido Mantega no Ministério da Fazenda, Dilma prosseguiu a política anticíclica adotada pelo governo Lula em 2009-2010, verdadeiro terror para os economistas neoliberais que cultuam a Responsabilidade Fiscal. Entretanto, como salientamos acima, a conjuntura mundial era outra: a desaceleração da China e o fim dos ciclos de *commodities* debilitaram as finanças públicas, impondo limites às políticas anticíclicas adotadas pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega em 2009, que transformaram a crise financeira de 2008 no Brasil apenas uma “marolinha”.

Num cenário de desaceleração da economia brasileira, aumento da inflação e juros em queda, a burguesia brasileira, de espinha-dorsal predominantemente rentista, especulativa e parasitária, exigiu, nos bastidores do Palácio do Planalto, em 2012, mudanças na gestão da economia. Os empresários unidos em torno da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) e Federação dos Bancos Brasileiros (FEBRABAN) pleiteavam naquele momento, mudanças drásticas na política econômica: redução de gastos públicos, cortes em Programas Sociais, redução de direitos trabalhistas e aumento dos juros para combater inflação. Era a pauta-bomba da burguesia brasileira para sair da crise do capitalismo brasileiro. Enfim, a burguesia brasileira, rentista no seu âmago oligárquico, lançou no centro do palco do neodeenvolvimentismo, num cenário de aprofundamento da crise, a luta de classes. Entretanto, como “animais políticos”, Dilma e Lula se recusaram a promover, de imediato, a virada neoliberal da economia às vésperas das eleições de 2014, pois obviamente seria um suicídio político. A conciliação de classes tinha limites. Mas, logo após vencer as eleições de 2014, Dilma Rousseff, pressionada pelo imperativo da governabilidade e visando acalmar o bloco de poder neoliberal no seio do Estado brasileiro, indicou para Ministro da Fazenda, o neoliberal ortodoxo Joaquim Lévy, homem do Bradesco, e que fizera parte da equipe de Henrique Meirelles no primeiro governo Lula, com o objetivo de promover o ajuste fiscal. Entretanto, o tempo histórico era outro – não estávamos em 2003, mas sim em 2013; o “núcleo duro” da grande burguesia brasileira, imbuída de

consciência de classe oligárquica, verdadeiros donos do Poder, decidiu não mais querer o PT no governo.

Em 2013, o bloco de poder da República, incrustado no Estado neoliberal, forma histórica do Estado político do capital, que acolheu durante dez anos os governos neodesenvolvimentistas, rearticulou-se, deliberando *não* querer mais a Presidência da República sob o comando do PT. O economista Márcio Pochmann sintetizou numa frase, a tragédia do lulismo: “Os ricos não nos querem mais”. *Golpear* o PT no governo e na sociedade civil foi uma decisão suprema das oligarquias que compõem o bloco de poder no Brasil; e que historicamente controlam há séculos, o sistema de produção e reprodução social (industriais, financistas, os donos da Mídia e o Poder Judiciário); e o sistema de representação política (o sistema político oligárquico).

Desde a derrota de Lula da Frente Brasil Popular nas eleições presidenciais de 1989, a direita brasileira – a direita ideológica neoliberal (PSDB e DEM); e a centro-direita fisiológica e mafiosa, representada pelo PMDB e partidos-satélites (que representavam, há pouco, a base aliada do Palácio do Planalto como avalistas da governabilidade) – voltou a se articular como partido-guardião da ordem oligárquica no Brasil, os verdadeiros donos do Poder. De fato, a partir do ano de 2013, começou o corrosão e fratura da base de sustentação política do governo do PT no Congresso Nacional. Para começar, ocorreu o rompimento do PSB, que lançou candidato próprio nas eleições à Presidência da República (Eduardo Campos); e, aos poucos, verificamos o afastamento progressivo de parlamentares do PMDB da base governista. Por exemplo, depois das jornadas de julho de 2013, Dilma propôs a Reforma Política, incomodando o PMDB, partido do vice-presidente da República, Michel Temer.

Na verdade, ocorreu, pouco a pouco, um processo de cooptação da *centro-direita fisiológica e mafiosa* do PMDB e partidos-satélites, que compunham a base aliada do governo, pela *direita ideológica neoliberal* (PSDB e DEM), que comandava, na época, a Operação Lava-Jato, operação judicial sucessora do Mensalão no STF; e também a ofensiva midiática da Grande Imprensa, tendo como articuladora-mor, a TV Globo. Depois de conquistar a *sociedade civil*, com o poder midiático (de)formando e manipulando a opinião pública, a direita ideológica neoliberal conquistou

enfim, a *sociedade política* (o Congresso Nacional) e o *aparelho de Estado* (o Poder Judiciário, PGR, MPF e PF). A “guerra de posição”, conduzida pela direita ideológica neoliberal, teve mais eficácia política no momento histórico da crise da economia brasileira – sem desprezar também os flagrantes erros táticos do governo Dilma no xadrez político. Parafraseando Lula, diríamos que “nunca na história desse país” um governo errou tanto em tão pouco tempo (indicações desastrosas para pastas ministeriais, adoção de ajuste fiscal neoliberal rompendo com o discurso de campanha da candidadta Dilma, inoperância do Ministro da Justiça no âmbito dos vazamentos da Operação Lava-Jato pela Polícia Federal, etc).

Portanto, o ano de 2013 foi o *annus horribilis* dos governos neodesenvolvimentistas. O calor das manifestações de massa expôs os limites do neodesenvolvimentismo; e fez o “ovo da serpente” quebrar-se; e de lá saíram as víboras do fascismo social e político que se disseminaram pelo país. Foi pura ilusão (ou idiotia política) vangloriar as jornadas de junho de 2013 como fez certa esquerda revolucionária. Naquele momento histórico de disputa na sociedade civil, a direita ideológica neoliberal comandou a pauta das ruas; e lançou efetivamente a cruzada dos “coxinhas”, a classe média indignada e inquieta, que culpou o governo Dilma e o PT pela corrupção no país. Foi assim que, ensaiou-se em 2013, a rearticulação do *bloco de poder oligárquico* capaz de implodir a arquitetura política do lulismo.

A trágica vitória de Dilma em 2014 – vitória de Pirro – ocorreu sob a crise profunda da institucionalidade política e imensas dificuldades na economia brasileira, provocadas pelo boicote de investidores e pela ofensiva midiática, disseminando o caos. Havia uma perfeita orquestração do golpismo. O governo e o PT, paralisados e assim tudo, bestificados. Naquele momento, fechou-se o cerco ao projeto do neodesenvolvimentismo pelas “víboras” da oligarquia do país, que encontraram a oportunidade histórica decisiva para realizar em pleno século XXI, a pulsão *golpista* que caracteriza a miséria da política brasileira. A derrota inesperada da direita neoliberal, representada pelo PSDB em 2014, acirrou os ânimos da reação conservadora. Mas o verdadeiro *golpe* foi a eleição da maioria política conservadora e reacionária no Congresso Nacional, sob a liderança do PMDB e aliados do Deputado Eduardo Cunha. Naquele momento, o *espírito golpista* encontrou o *corpo político* monstruoso – verdadeiro Frankenstein – da

maioria política conduzida por Eduardo Cunha no Congresso Nacional. Em torno de si, Eduardo Cunha, com a conivência ativa do vice-presidente Michel Temer, construiu uma maioria política, em sua maior parte indicia- dos por corrupção, dispostos a romper com a base de sustentação do go- verno, e se compor pragmaticamente com a direita ideológica neoliberal, tábua de salvação de *bandidos* e *canalhas* da República oligárquica.

Da articulação política que deu *corpo* ao *espírito reacionário* da oposição neoliberal, surgiu a ambição do PMDB e seus cálculos políticos. Os *capi* do PMDB, encurralado pelas investigações da Operação Lava- Jato, viram-se pressionados, no jogo do toma-lá-dá-cá da política brasi- leira, a sedimentar *a articulação sinistra da Direita neoliberal com a Direita fisiológica e corrupta*. Era ironicamente, a “ponte para o futuro” – título do Programa reacionário do PMDB renascido como força de oposição ao governo do PT. No senso do oportunismo, a constelação mafiosa do PMDB e os partidos-satélites foram obrigados a aderir ao golpe almejado pela oposição ideológica neoliberal em troca da impunidade de seus *capi*, verdadeira quadrilha que tomou de assalto o Palácio do Planalto (Vice- presidente Michel Temer, Senador Renan Calheiros e Deputado Eduardo Cunha, todos indiciados por corrupção). A articulação golpista visando estuprar a Constituição Federal foi realizada às claras, *dentro do aparelho de Estado brasileiro*, contando inclusive com a conivência ativa e passiva do Supremo Tribunal Federal (STF). Enfim, Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal, Supremo Tribunal Federal, e inclusive a Polícia Federal, tornaram-se instâncias de desestabilização ao *statu quo* do governo Dilma. A conspiração corria às claras na Triste República.

Enfim, a Operação Lava-Jato, na pessoa do Juiz Sérgio Moro, teve a gloriosa função histórica de ser o *ariete de provocação* para que a direita fi- siológica e mafiosa, incrustada no PMDB e partidos-satélites, se aliasse prag- maticamente, com a direita ideológica neoliberal, compondo, deste modo, a maioria política sob a condução do Deputado Eduardo Cunha (PMDB), ártifice da paralisia política do governo Dilma. Com a plena aprovação dos supostos guardiães da Constituição Federal (os Ministros do STF), a maioria política de direita no Congresso Nacional teve “sinal verde” para encaminhar um processo de *impeachment* da Presidência da República, processo de impe- dimento espúrio no mérito, tendo em vista que, ele *não* possuiu fundamento

jurídico, na medida em que a Presidenta da República *não* cometeu crime de responsabilidade. Mais uma vez, como em 1964, o STF colaborou com o estupro da Constituição Federal da qual diz ser guardião. Esta é a natureza do *golpe* de 2016 – jurídico-parlamentar e midiático.

Quando em 2011, a atual embaixadora norte-americana no Brasil, Liliana Ayalde declarou “Ter amigos na Suprema Corte é ouro puro”, ela sinalizou a nova estratégia imperial para controlar o processo político nas sociedades democráticas. Antes, a subversão da ordem democrática ocorria utilizando um componente do aparelho de Estado (as Forças Armadas); hoje, é o Poder Judiciário, um dos Poderes da República. A mídia e a mobilização nas ruas ou mesmo o parlamento, por si só, não seriam suficientes para consumir o Golpe. Enfim, a CIA adequou sua estratégia de luta às novas condições históricas do capitalismo manipulatório. A ideologia do Direito tornou-se uma poderosa arma em sociedades complexas em que a luta de classes se agudiza. O fenômeno da judicialização das relações sociais e da própria política encontra como complemento manipulatório, a politização da Justiça. Mas não é uma politização qualquer, e sim a politização encoberta pela excepcionalidade hermenêutica da Moralidade togada. Tal como a Mídia manipula a Notícia, o Ministro do Supremo manipula a Lei de acordo com a conveniência do *status quo*. Por isso não interessa democratizar o Poder Judiciário. Nem os Meios de Comunicação de Massa. Eles precisam ser permeáveis às forças da oligarquia dominante. Consumado, o Golpe de 2016 no Brasil, que teve como experimento preliminar o Golpe paraguaio, tornou-se um interessante objeto de estudo da ciência política, verdadeira lição histórica sobre como deve atuar o imperialismo quando não consegue depor pelo voto governos indesejáveis para Washington.

O novo arco do poder (a aliança política PMDB-PSDB) significou o grande feito histórico da República oligárquica que ressurgiu das cinzas do lulismo, que acreditou construir um projeto de inclusão social num país de *pulsão histórica golpista*. Como Caixa de Pandora, o lulismo disseminou na sociedade brasileira, o inadmissível na ordem oligárquica: a cultura dos direitos sociais, não apenas do povo brasileiro que trabalha, mas das minorias e maiorias discriminadas: mulheres, negros, pobres, homossexuais e transexuais. O desnudamento do Estado neoliberal, oculto desde o governo FHC, expôs de modo candente, a imoralidade da miséria

política brasileira. O signo contraditório do lulismo foi sustentar governos neodesenvolvimentistas comprometidos com a inclusão social no interior do Estado neoliberal. A reação do bloco de poder burguês, incrustado no Estado neoliberal, adquiriu maior proporção nas condições de crise da economia brasileira em 2013, tornando-se fulminante, tanto no plano da sociedade civil, quanto no plano da sociedade política.

Por exemplo, na sociedade política, o *espírito golpista* adquiriu um *corpo monstruoso* na maioria política do Congresso Nacional, eleito em 2014, com uma composição reacionária e conservadora, e que escolheu o Deputado Eduardo Cunha para presidí-lo. O *sistema político* arcaico permitiu que grandes empresas financiassem candidatos comprometidos com a espoliação do fundo público e dos direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro. Na *sociedade civil*, o espírito golpista assumiu seu corpo monstruoso nos movimentos sociais de direita, tal como o MBL (Movimento Brasil Livre), que, financiado por grandes empresários, articulou-se com ruralistas e evangélicos para defender pautas neoliberais, reacionais e conservadoras. As “víboras” da reação conservadora se multiplicaram pela sociedade civil. O discurso do ódio de classe assumiu dimensões inéditas na história do Brasil. O Partido da Imprensa Golpista (PIG), tendo como vanguarda midiática a TV Globo, utilizou-se do discurso de combate sensacionalista à corrupção, seduzindo uma “classe média” historicamente idiota na política, e liberal na visão de mundo, e que, com a crise da economia brasileira, proletarizou-se em suas condições de vida e trabalho, atribuindo, como “bode expiatório” da sua desgraça existencial, Dilma e o corrupto PT. A irracionalidade social foi engendrada no seio da miséria espiritual do neodesenvolvimentismo. A inquietação social das camadas médias, seduzidas pelo discurso liberal anticorrupção, pavimentou o caminho da reação golpista da direita ideológica neoliberal, articulada no plano internacional com a ofensiva imperialista de derrubar governos “populistas” na América Latina contrários à política externa de Washington. Enfim, a *pulsão golpista* no Brasil possui um vínculo orgânico com a cadeia secular de dominação imperialista na América Latina.

1 O PERCURSO HISTÓRICO DA MISÉRIA POLÍTICA NO BRASIL

O que expomos acima foi o mundo da contingência política da Triste República brasileira. *As raízes profundas da reação conservadora e reacionária estão na incapacidade candente do projeto político do PT de romper com o Estado neoliberal de cariz oligárquico-político, herdado dos governos neoliberais e da Ditadura Militar.* Tanto os militares, quantos os governos Collor e FHC, apenas atualizaram a *tara oligárquico-político do Estado brasileiro*, dando-lhe um verniz moderno. O Estado democrático de Direito da Constituição-Cidadã de 1988 foi mais um promessa de civilização que uma realidade efetiva de um sistema político deformado historicamente pelo clientelismo e corrupção dos financiamentos privados para campanhas políticas. A Reforma do Estado de 1998 no governo FHC, não tinha como objetivo democratizar o Estado brasileiro, mas sim, modernizá-lo de acordo com a lógica gerencial. A democratização do Estado brasileiro *não* era um valor para governos neoliberais, mais preocupados com gerencialismo e Responsabilidade Fiscal. Entretanto, existe uma *razão histórica* de fundo que explica o *novo golpe* de 2016: a vigência histórica na sociedade brasileira daquilo que podemos denominar de “pulsão histórica do *golpismo*” que caracteriza, de modo particular, a miséria política secular do capitalismo retardatário brasileiro.

Em primeiro lugar, a pulsão histórica do *golpismo* na política brasileira visa deter a entrada em cena do povo brasileiro no palco da história da Nação. É um traço indelével da tradição histórica oligárquica que marca a política brasileira. A pulsão histórica do *golpismo* na política brasileira está arraigada profundamente na alma dos “donos do Poder”, como diria Raymndo Faoro. O Brasil é um país de capitalismo retardatário, com industrialização hipertardia e formação colonial-escravista de via prussiana. A burguesia brasileira, ontogeneticamente oligárquica, nunca colocou para si o Projeto de Nação ou inclusão social dos pobres e miseráveis na economia de mercado e no Estado democrático com direitos sociais – o que expõe a estupidez política (ou ingenuidade medíocre) da conciliação de classe de cariz social-democrata assumida pela direção hegemônica do PT. Os ricos nunca iriam romper, *de modo republicano*, com o passado oligárquico. A *pulsão golpista* contra governos democrático-populares iria se manifestar, mais cedo ou mais tarde. Eis a nosso lastro histórico que teimamos

em esquecer, mas cujo passado persiste em voltar, tal como o *espectro* que persegue Hamlet na peça clássica de William Shakespeare.

O Brasil nasceu em 21 de abril de 1500. Nasceu com a modernidade histórica do capital, incluindo-se, desse modo, naquela época, no circuito do capitalismo comercial como produtor de *commodities*. Exportávamos o Pau-Brasil. Portugal massacrou os povos indígenas, escravizando-os, e depois incorporou-os à produção de mercadorias da *plantation*. Entretanto, a inadaptação indígena ao trabalho escravo, levou os colonizadores da Metrópole a trazerem escravos da África. A colonização de Portugal era uma máquina burocrática de espoliar recursos naturais do Brasil, principalmente o ouro das Minas Gerais. No século XVIII, Portugal foi um império colonial decandente, politicamente subordinado ao Império Inglês. A Inglaterra, Rainha dos Mares, foi o país capitalista que deu origem à Revolução Industrial. O ouro extraído das Minas Gerais financiou a Revolução Industrial na Inglaterra. A sanha colonizadora de Portugal reprimiu com morte qualquer movimento de independência política do Brasil. Inspirado nas revoluções burguesas na França e nos Estados Unidos da América, o alferes Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes –, conspirou nas Minas Gerais contra a opressão portuguesa. Foi traído e condenado à morte, tendo seu corpo esquartejado e as partes do corpo distribuídas pelas cidades das Minas Gerais para desestimular movimentos insurrecionais contra a dominação portuguesa.

Em 1810, Napoleão Bonaparte fez com que o Rei de Portugal, D. João VI, viesse com a família real e a corte portuguesa para o Brasil, criando laços com a vasta Colônia. Foi preciso um conflito familiar no seio do poder dinástico de Portugal para que o Brasil fosse declarado independente em 7 de setembro de 1822. D. Pedro I, que tinha ficado no Rio de Janeiro após D. João VI e a Corte portuguesa terem retornado para Portugal, proclamou a Independência do Brasil e outorgou a primeira Constituição Brasileira em 1824. O audacioso Príncipe do Brasil incomodou as oligarquias brasileiras, os proprietários dos latifúndios, os donos do Brasil. Eles queriam limitar os poderes do imperador. O vasto território brasileiro era um território de oligarquias regionais, latifundiários e chefes políticos locais, que não aceitavam a intromissão do Poder Central no Rio de Janeiro, capital do Império. O primeiro reinado de D. Pedro I foi tu-

multuado por revoltas regionais, lutas políticas internas. Pressionado pelas oligarquias, que comandavam a insatisfação popular, D. Pedro I renuncia e vai para Portugal, deixando como herdeiro do Trono brasileiro, o filho pequeno de 5 anos, Dom Pedro II, tutelado por José Bonifácio, homem de confiança das oligarquias. D. Pedro II tornou-se homem de confiança do Poder oligárquico, político medíocre, que se manteve como Imperador enquanto consentisse com a ordem oligárquico-escravista.

O Brasil como Nação Imperial nasceu amesquinhado pelo escravismo, modo de trabalho no Brasil em pleno século XIX; e pela visão paroquial dos interesses locais. A Lei de Terras de 1850 impediu o acesso à propriedade de terra pela vasta população de homens livres, obrigados a permanecer à sombra das oligarquias locais. Homens livres, padres, comerciantes, juízes, bacharéis e afins, tinham como ambição visceral, frequentar o alpendre ou a sala de estar da Casa Grande; se tivessem sorte, podiam se casar com a filha do latifundiário. O terror das “camadas médias” de homens livres, brasileiros que se encontravam entre os escravos e indígenas, e os proprietários latifundiários, era pertencer à Senzala. O anseio ontogenético da “classe média” brasileira foi adentrar à Casa Grande. Aos poucos, sedimentou-se no Brasil, uma estrutura de classes rígida, caracterizada pela concentração da propriedade em imensos latifúndios em torno da qual girava o simulacro de *sociedade civil e sociedade política* – isto é, o próprio Estado brasileiro. Os donos do Poder, latifundiários nunca tiveram visão da *coisa pública*. O Estado brasileiro nasceu patrimonialista, tutelado pelos proprietários latifundiários, industriais, financistas, comerciantes e oligarquias políticas em torno da qual circulavam a burocracia pública, a Igreja Católica e os intelectuais tradicionais. Enfim, os intelectuais de cultura bacharelesca e provinciana, a classe média tradicional vivia à sombra do Poder, dando legitimidade político-ideológica e jurídica à ordem oligárquica.

No século XIX, o Estado brasileiro, tal como o povo brasileiro, era cativo dos donos das terras, fazendeiros que possuíam o mando local e o poder de vida e morte nas localidades. O Brasil era um país agrário. A abolição da escravatura não ocorreu por motivos humanitários, mas sim por razões contábeis – manter escravos dava mais prejuízo que lucro aos donos da Casa Grande. A Proclamação da República em 1889 ocorreu devido à crise da economia escravista e a inapetência do Império em administrar a

velha ordem oligárquico-burguesa. Entretanto, tal como a Independência do Brasil, o povo assistiu bestificado à Proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que manteve intacto o sistema de poder oligárquico local. Como diria Tomasso di Lampedusa na obra-prima “O Leopardo”, “*tudo deve mudar para que tudo fique como está*”.

A República Velha, fundada em 1889, teve um verniz liberal-conservador. Entretanto, o liberalismo no Brasil sempre foi um liberalismo “fora de lugar”. A República Velha, das oligarquias de Minas e São Paulo revezando-se no Poder, durou até 1930. A crise da economia capitalista de 1929 abalou a economia cafeeira no Brasil e provocou a crise das estruturas do poder político oligárquico. A insatisfação com a ordem oligárquica da República Velha cresceu na década de 1920. O movimento tenentista, imbuído do idealismo modernizador em pleno século XX, estava na vanguarda da luta pela Nova República. A massa do povo, “capado e recapado”, como diria Capistrano de Abreu, mais uma vez, assistiu bestificado as movimentação de luta das “camadas médias”, insatisfeitas e inquietas com as velhas oligarquias locais. O Brasil era um país capitalista onde fazendeiros urbanizados tinham se tornado burgueses industriais, que preservavam o espírito da Casa Grande. Embora tivessem libertado os escravos em 1888, o imaginário oligárquico da burguesia brasileira discriminava e temia o povo brasileiro. Para eles, o Brasil *não* era uma Nação, mas uma imensa Senzala onde não se admitiam direitos sociais. A democracia sem povo era o ideal oligárquico do liberalismo “fora de lugar”.

Na República Velha (1889-1930), nunca tivemos democracia política. Democracia nunca foi considerada um valor civilizatório pelas elites burguesas e agrárias no Brasil. A democracia política reduzia-se ao ritual de sucessão presidencial, sendo composta por instituições republicanas alienadas do povo brasileiro. A *res publica* no Brasil odiava o povo brasileiro. O *cinismo* era o *ethos* sentimental das elites oligárquicas brasileiras. As instituições republicanas eram apenas “para inglês ver”. O sistema de poder oligárquico mantinha o controle e a repressão violenta de movimentos sociais de massa que ousassem colocar no palco da história, a vontade política do povo brasileiro. Com a Revolução de 1930, alterou-se o *modus operandi* da política brasileira, com a entrada em cena do *Estado forte* na pessoa de Getúlio Vargas, oligarca esclarecido, que cumpriu aquilo que o governador

Antonio Carlos proclamou: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. O novo agente social, o Estado-Leviatã, o *projeto* (sempre inacabado) de Estado-Nação, conciliador e modernizador, fazia a mediação do controle oligárquico, incluindo nele, o controle da burocracia político-estatal, representante do novo espírito da modernidade urbano-industrial no Brasil.

A modernidade brasileira começou com Getúlio Vargas na década de 1930, chefe político da oligarquia gaúcha de visão nacionalista. Vargas representou o *zeitgeist* do tempo histórico no Brasil. Diante da débil burguesia brasileira, amesquinhada em sua cultura oligárquica de cariz escravista, Vargas vislumbrou a função histórica do Estado forte para industrializar o arremedo de Nação. Mas Vargas era um espírito conciliador. Não pretendia romper com o sistema oligárquico. Na verdade, Getúlio Vargas preservou a ordem oligárquica, dando-lhe um lugar na modernidade possível do capitalista retardatário brasileiro. O Estado forte seria o “representante” pelo alto, dos interesses em si, do proletariado urbano industrial ascendente politicamente e das novas camadas médias que cresceram com a urbanização. Era preciso tutelar o proletariado, para evitar que ele se autoconstituísse como sujeito histórico de classe. A seu modo, Getúlio Vargas operou a “revolução passiva” (Gramsci), atualizando a frase de Tomaso de Lampedusa em um patamar civilizatório superior: “*tudo deve mudar para que tudo fique como está*”. Entretanto, Vargas foi além, pois criou o Estado como um novo Leviatã, um novo agente social centralizador, capaz de impulsionar a modernização brasileira, fazendo o que a burguesia mediocre e acanhada, descompromissada com o projeto de nação moderna, era incapaz de fazer. Assim, o Estado Varguista, como agente da modernização capitalista, operou como um substitutivo à classe burguesa, sendo, ao mesmo tempo, mediador dos interesses das frações da burguesia brasileira e latifundiários. Vargas fez a mediação da nova ordem oligárquica, demarcando um lugar para os direitos trabalhistas do proletariado urbano (CLT), mas *não* no campo, *loci* do poder oligárquico agrário; e investindo no desenvolvimento industrial da Nação. Getúlio Vargas evitou enfrentar as oligarquias da terra, mas “conciliou pelo alto” para preservar o projeto de Nação capitalista à la brasileira.

Entretanto, em 1950, o Projeto de Nação de Vargas, nasceu trágico, pois não interessava mais às oligarquias industriais, financeiras e

agrárias, aliadas do imperialismo norte-americano no plano geopolítico, apoiá-lo. O projeto populista que idealizava um Estado forte, de vies nacionalista, com apoio popular, incomodava profundamente a burguesia liberal de cariz oligárquico. Esse projeto de inclusão social dos pobres “cheirava a povo”. Esta burguesia liberal, politicamente *golpista* por natureza, representada pela UDN, exercia naquela época, tal como hoje, hegemonia cultural sobre as “classes médias” tradicionais, e inclusive novas classes médias, com o discurso de combate à corrupção. Como dissemos acima, o *cinismo* é o *ethos* sentimental do burguês brasileiro, *citoyen* aburguesado que combate a corrupção, mas sustenta a ordem oligárquica secular, corrompida pelo patrimonialismo dos donos do Poder e do Dinheiro.

Enfim, a política no Brasil sempre teve a dimensão farsesca. O Brasil é um país de tradição política *golpista*, lastro político originário do mandonismo do poder local oligárquico. O *golpismo*, como o autoritarismo, é um ingrediente visceral da cultura política e social brasileira. Faz parte da pulsão histórica da política brasileira, em que oligarquias políticas regionais se perpetuam no campo e na cidade, atualizando a estrutura de classe e o poder político de extração colonial-escravista. O *golpismo* é o *modus operandi* da política oligárquica que o republicanismo do PT não conseguiu decifrar. Foi devorado pelo Estado neoliberal oligárquico-burguês. Há séculos, à sombra do poder oligárquico, viviam e vivem os homens livres e as camadas médias, políticos, intelectuais e bacharéis, juízes e jornalistas a serviço dos donos do Poder e do Dinheiro.

Portanto, a tradição *golpista* no Brasil pode ser considerada a expressão performática do poder oligárquico que se mantém intacto no Brasil desde a Colônia e o Império. Na verdade, a Revolução de 1930 não alterou a estrutura fundiária que sustentava as oligarquias regionais, e nem suprimiu os donos do Poder oriundos do Império e República Velha. No pós-guerra, o populismo incomodou a tradição histórica autocrático-oligárquica da política brasileira. Após a 2.^a Guerra Mundial, animada pela Guerra Fria, a pulsão histórica do *golpismo* no Brasil foi ativada pelo avanço do populismo, com a classe operária ascendente e o povo brasileiro exigindo entrar na cena histórica rompendo com o mandonismo local. Getúlio Vargas, apoiado pelos trabalhistas, e Goulart, pelos trabalhistas e comunistas, inquietavam o sistema político oligárquico brasileiro, que

mantinha laços com os liberais conservadores do PSD e os liberais reacionários da UDN. Era para ter ocorrido o Golpe Militar em 1954, mas ele foi adiado devido o suicídio de Vargas. Ele ocorreu dez anos depois, com a deposição de João Goulart em 1964. Consumou-se a *pulsão golpista* e o sistema oligárquico representado no Estado autocrático-burguês militar-bonapartista vigorou por vinte anos (1964-1984).

A democratização da sociedade e do Estado brasileiro, abortada em 1964, renasceu em 1988 com a promessa da Constituição-Cidadã. Mas a redemocratização, concertada e transada com os militares e as oligarquias políticas, incorporou a *dimensão farsesca* do capitalismo retardatário no Brasil, sendo a Constituição Federal de 1988 – essa que se quer abolir com o golpe de 2016 – a promessa civilizatória que nasceu da condensação material da luta de classes da década de 1980 e que, tragicamente – como tudo neste país – nunca se cumpriu efetivamente. Enfim, o sistema político do Estado brasileiro criou dispositivos de auto-preservação do espírito oligárquico na República lastreada na materialidade social e histórica da concentração fundiária e do poder acumulado da burguesia financeiro-industrial com seu sistema Midiático hegemônico, formador de opinião pública e manipulação social. O bloco de poder oligárquico-burguês incrustado no Estado brasileiro impediu a efetiva democratização da sociedade brasileira. Na década de 1990, às vésperas do século XXI, as oligarquias regionais continuavam fazendo o jogo da política institucional. Por exemplo, Antonio Carlos Magalhães, no PFL, aliado do PSDB; e José Sarney do PMDB, partido da centro-direita fisiológica e corrompida, eram – e ainda são – peças imprescindíveis para a vigência do sistema político oligárquico brasileiro. A redemocratização brasileira foi uma *farsa* – farsa cínica e grotesca – que deixou intacto no âmago da pulsão histórica brasileira, o *golpismo* das oligarquias políticas, elite política e social, proprietárias de terras, indústrias e bancos. A nova lógica do capitalismo neoliberal apenas atualiza, de modo grotesco, a tragédia histórica brasileira. Portanto, o Estado neoliberal, constituído a partir de 1990, com Collor e FHC, foi uma mera atualização histórica do Estado oligárquico-político que caracterizou a República Federativa do Brasil. Os governos neodesenvolvimentistas não ousaram suprimi-lo, reformá-lo, mas apenas modernizá-lo. O PT conviveu, cultivou e iludiu-se com o Franksenstein da Casa-Grande. A

pulsão golpista das elites políticas burguesas no Brasil foi preservada como o Fantasma da Ópera da Triste República dos Trópicos.

2 AS LEIS HISTÓRICAS DA MISÉRIA BRASILEIRA

Diante da longa narrativa histórica do Brasil, podemos a título de conclusão, e a partir do caráter heurístico dado pela crise política e social do governo Dilma, impedida inconstitucionalmente, vítima do golpe político-jurídico de 2016, podemos expor de modo sintético o que consideramos como sendo as três leis históricas da *pulsão reacionária* que comanda o metabolismo político e social da história brasileira. A reposição em 2016, com vigor inaudito do *espírito golpista* da burguesia brasileira (industrial, financeira e agrária), aliada à “classe média” liberal, conservadora e rentista, incrustada no aparelho de Estado, obrigou-nos a refletir de modo crítico, sobre a miséria política brasileira. O projeto neodesenvolvimentista de inclusão social, desde que o ex-operário sindicalista Luís Inácio Lula da Silva chegou ao Palácio do Planalto, incomodou a lógica oligárquica brasileira, que quis preservar a ordem social, cultural e política da Casa Grande. Apesar dos apelos do lulismo, os ricos nunca aceitaram Lula e suas criações políticas que “cheiravam a povo”. O lulismo libertou de modo inadvertido forças sociais que a burguesia brasileira e sua “classe média”, cativa da miséria oligárquica, nunca aceitaram. No Brasil, o espectro do passado colonial-escravista, oligárquico-político, comanda os vivos, repondo, em nome do *ethos* senhorial, arrogante, cínico e golpista, a miséria política brasileira, que se traduziu nas leis históricas da *pulsão reacionária* que dilacera a Triste República brasileira:

1. Como capitalismo retardatário de extração colonial-escravista, capitalismo de via prussiana e formação social oligárquica, o Brasil está condenado *a repor historicamente o arcaico* tal como o espírito dos mortos comandando os vivos.
2. O *arcaico* da pulsão golpista e do *ethos* senhorial no Brasil, *ethos* arrogante e cínico das elites burguesas da Casa Grande, *articula-se sempre com o moderno da civilização do capital*, principalmente hoje em sua etapa de capitalismo global.
3. O pêndulo histórico no Brasil opera um movimento sinistro entre a *tragédia* e a *farsa*. Como disse o velho Marx no “18 Brumário de Luis

Bonaparte”, “a história se repete, primeiro, como tragédia e depois, como farsa”. Entretanto, nas condições do apodrecimento das promessas civilizatórias da ordem burguesa hipertardia no Brasil, a *farsa* da história brasileira adquiriu em pleno século XXI, a dimensão do *grotesco*. Como País do Futuro da civilização sem futuro do capital, o Brasil é um território privilegiado do capitalismo global no século XXI, pois nele encontramos a síntese plena da tragédia civilizatória como *farsa grotesca*.

Estas *leis históricas* nos aprisionam, constituindo a *miséria brasileira*. A tarefa política para romper com nosso destino histórico é a luta plena e intensa pela *democratização radical do Estado brasileiro*. Esta deve ser a tarefa política da esquerda brasileira. Entretanto, a esquerda brasileira herdou a miséria oligárquica da Triste República dos Trópicos: por um lado, a esquerda liberal-social do PT, nunca se habilitou efetivamente para romper com o Estado neoliberal; pelo contrário, procurou se acomodar no interior dele, visando um “lugar ao sol” na ordem oligárquica. Por outro lado, uma certa esquerda socialista, teleologicamente revolucionária, incapaz de entender o território nacional-popular, desprezou *o valor da democratização radical* como tarefa política para o caminho para o socialismo, mantendo-se higienicamente distante do Estado brasileiro e das disputas institucionais, desconhecendo seu complexo territorial pantanoso e sinuoso, sem problematizá-lo como “montanha que se deve conquistar” (Mészáros). Esta esquerda socialista, com uma visão *restrita* de Estado, restringiu-se às lutas sociais e populares, mitificando-as; e tornando-se, ao mesmo tempo, incapaz de hegemonia social e cultural, desprezou a luta política no sentido da democratização do aparelho do Estado. Nesse caso, a miséria política significou a disputa pela Presidência da República ou o parlamento. Faltou a *virtu* da hegemonia cultural deixada à mercê da mídia oligárquica que imbeciliza o povo brasileiro. Enfim, concluindo, podemos dizer que o Brasil é um país de capitalismo hipertardio que nunca possuiu uma burguesia comprometida com projeto de Nação. Talvez alguns burgueses esclarecidos, mas nunca uma burguesia como classe ou fração de classe efetivamente comprometida com a democratização radical. A democratização radical deve ser tarefa de um governo popular-democrático que consiga acumular forças sociais para o enfrentamento social, político e cultural no interior do Estado como condensação material da correlação de

forças sociais e de classes. Temos hoje um longo percurso histórico que não permite mais nos iludirmos com a Casa Grande, sob pena de repetirmos o passado. O único interessado no projeto de Nação é o *povo brasileiro*, alvo de intensa manipulação social que visa bloqueá-lo como sujeito histórico em si e para si. O problema do Brasil não é o *déficit democrático*, mas sim a *equação sinistra* do atraso político que nos condena às leis históricas da pulsão golpista da miséria brasileira.

SOBRE OS AUTORES

ADRIÁN SOTELO VALENCIA

Sociólogo, pesquisador do Centro de Estudos Latino-Americanos, da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (Cela/Unam).

ADILSON MARQUES GENNARI

Possui Bacharelado e Mestrado em Economia pela PUC-SP, área de Estado e Políticas Públicas (1990) e doutorado em Ciências Sociais pelo IFCH - UNICAMP, área de Desenvolvimento e Pensamento Social (1997). Realizou *visiting research fellow* junto a Universidade de Sussex - UK (2005). Em 2010 desenvolveu projeto de pós-doutorado junto à Universidade de Coimbra - UC. Atualmente é professor e pesquisador da Unesp - Universidade Estadual Paulista - Campus de Araraquara. É autor de " Réquiem ao Capitalismo Nacional " (São Paulo: Cultura Acadêmica/FCL/Unesp, 1999), " História do Pensamento Econômico" (Editora Saraiva, 2009) em coautoria com Roberson de Oliveira e " Políticas públicas e desigualdades sociais: debates e práticas no Brasil e em Portugal" (2012) em coautoria com Cristina Albuquerque (Universidade de Coimbra). A partir de uma perspectiva multidisciplinar, coordena o projeto de pesquisa " Investigação acerca dos fatores potencialmente causadores da variação da pobreza na América Latina " no âmbito do Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social Contemporânea - GPHEC - FCL - Unesp.

AGNALDO DOS SANTOS

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisador do Grupo de Pesquisa e Estudos da Globalização (GPEG) da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista. Autor dos livros *Juventude metalúrgica e sindicato: ABC Paulista, 1999-2001* (Agbook - Edição do Autor, 2010) e *Entre o cercamento e a dádiva: inovação, cooperação e abordagem aberta em biotecnologia* (Blucher Acadêmico, 2011). E-mail: agnaldo@marilia.unesp.br

ANDRÉ SCANTIMBURGO

Doutorando e Mestre em Ciências Sociais na linha de Relações Internacionais e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista - Unesp, campus de Marília/SP.

FRANCISCO LUIZ CORSI

Possui graduação em Ciências Sociais e Economia pela Universidade de São Paulo. É mestre em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Fez pós-doutorado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em História Econômica. Atuando principalmente nos seguintes temas: Estado Novo, Política Externa, Nacionalismo, Projeto Nacional, Economia Brasileira. E-mail: corsi@marilia.unesp.br

GIOVANNI ALVES

Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, livre-docente em Sociologia e professor da Unesp, campus de Marília. É pesquisador do CNPq, com bolsa-produtividade em pesquisa, e coordenador-geral da Rede de Estudos do Trabalho (RET), do Projeto Tela Crítica (www.projetocinetrabalho.org) e do projeto CineTrabalho (www.projetocinetrabalho.org). É um dos líderes do Grupo de Pesquisa CNPq “Estudos da Globalização”. É autor de vários livros e artigos sobre o tema trabalho e sociabilidade, entre os quais *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo* (Boitempo Editorial, 2000), *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório* (Boitempo Editorial, 2011), *Dimensões da precarização do trabalho* (Editora Praxis, 2013) e *Trabalho e neodesenvolvimentismo* (Editora Praxis, 2014). E-mail: giovanni.alves@uol.com.br

HENRIQUE TAHAN NOVAES

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Unesp - Araraquara (2001) e mestrado (2005) e doutorado (2010) em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp. No mestrado estudou o Processo de Adequação Sócio-técnica nas Fábricas Recuperadas brasileiras e argentinas, com financiamento da Fapesp. Sua dissertação resultou no Livro - *O fetiche da tecnologia - a experiência das fábricas recuperadas* - (Expressão Popular/Fapesp, 2007. E 2010, 2ª Edição). No doutorado, também com bolsa FAPESP, estudou - a relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas. Tem experiência em Mundo do Trabalho Associado, Escolas de Movimentos Sociais e relação universidade-movimentos sociais. Foi coordenador (2008-2010) e sempre foi professor do Curso de Especialização - Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina

(Unicamp), Professor do Curso de Extensão -Estado e Políticas Públicas (Unicamp). Coordenador do Curso e Aperfeiçoamento "Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do Materialismo Crítico" (3a Edição). Membro dos grupos de Pesquisa Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC-São Paulo), Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI-Unicamp) e Organizações e Democracia (Unesp-Marília). É Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp Marília, desde fev. de 2011 e professor do Programa de Pós Graduação em Educação desde fevereiro de 2013.

JAIR PINHEIRO

Doutor em Ciências Sociais: Política, pela PUC-SP, professor assistente doutor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC/Unesp/Marília. Autor de diversos artigos sobre movimentos populares urbanos e sobre direito e marxismo, é pesquisador dos grupos de pesquisa NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais e do CPMT – Cultura e Política do Mundo do Trabalho.

JOÃO HENRIQUE PIRES

Mestre em Educação na Unesp Marília. Foi coordenador da Escola “José Gomes da Silva”, MST – PR. bobpires2@yahoo.com.br

JOSÉ MARANGONI CAMARGO

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1981), mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (1988) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Atualmente é Professor Doutor Assistente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Membro de corpo editorial da *Aurora* (Unesp - Marília) e do grupo de pesquisa Estudos da globalização. Tem experiência na área de Economia. Atuando principalmente nos seguintes temas: Emprego, Agricultura Paulista, Modernização, Agroindústria e Comércio Internacional de Produtos Agroindustriais. E-mail: jmaraga@uol.com.br

LUÍS ANTONIO PAULINO

Professor da Universidade Estadual Paulista - Unesp, na Faculdade de Filosofia e Ciências -FFC/Marília, nos cursos de graduação em Relações Internacionais e e pós-graduação em Ciências Sociais. Possui graduação em Engenharia pela Faculdade de Engenharia Industrial - FEI (1977), mestrado em Economia e Finanças Públicas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (1992) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1998). É diretor do Instituto Confúcio na Unesp e membro do Conselho da Matriz do Instituto Confúcio, em Pequim, e do Conselho Assessor do Centro Regional dos Institutos Confúcio para a América Latina, em Santiago do Chile. É "short term

consultant” do Banco Mundial, na área de desenvolvimento regional, consultor cultural do governo da cidade de Jining, na China, e supervisor convidado da Universidade de Hubei, Wuhan, China. Foi assessor especial do Ministério da Fazenda(2003), secretário-adjunto da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República (2004-2005) e Chefe das Assessorias do Ministério do Esporte (2012-2014). Trabalhou na Fundação Estadual de Análise de Dados - Seade como analista senior na área de economia e desenvolvimento regional (1994-2006).

RODRIGO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da FFC-Unesp de Marília. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação da Unicamp. É co-líder do Grupo de Pesquisa “Marxismo e Pensamento Político”, cadastrado no CNPq. E-mail: rodrigopassos@uol.com.br

SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES

Possui graduação geografia pela Universidade Estadual Paulista, mestrado em geografia pela Universidade e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista. Atualmente é professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, na Unesp. É docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe – Territorial, Cátedra da Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Integra os grupos de pesquisa Estudos da globalização; Ensino de Ciência do Sistema Terra e formação de professores; ELO - grupo de Estudos da Localidade, Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais. Tem experiência nas áreas de geografia e Educação. É membro do corpo editorial do periódico *Plures Humanidades* (CUML Ribeirão Preto) e membro do conselho consultivo dos seguintes periódicos: *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos - RIDH* (Unesp Bauru/São Paulo), *Revista Contemporânea de Educação* (FE/UFRJ), *Revista Espaço Acadêmico* (UEM) e outros periódicos científicos. E-mail: silvia-sousa@uol.com.br

SOBRE O LIVRO

Formato	16X23cm
Tipologia	Adobe Garamond Pro
Papel	Polén soft 85g/m2 (miolo) Cartão Supremo 250g/m2 (capa)
Acabamento	Grampeado e colado
Tiragem	300
Catálogo	Telma Jaqueline Dias Silveira - CRB- 8/7867
Revisão/ Normalização:	Karenina Machado
Assessoria Técnica	Maria Rosangela de Oliveira - CRB-8/4073
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos
Produção gráfica:	Giancarlo Malheiro Silva

2016

Impressão e acabamento

Gráfica Campus
Unesp -Marília - SP

Os Dilemas Atuais do Brasil e da América Latina

O capital, embora abalado pela crise, busca responder os graves problemas de valorização que enfrenta, sobretudo devido a existência de uma massa enorme de capital fictício, por meio da intensificação da exploração do trabalho. Isto significa aprofundar a precarização das condições de trabalho, reduzir os salários e as aposentadorias, reduzir os gastos com programas sociais (educação, saúde, moradia, saneamento etc.), concentrar ainda mais a renda e cortar os direitos sociais e trabalhistas. Apesar da resistência das classes populares, que até o momento não têm logrado sucesso em sua luta, esta saída tem sido implementada em toda parte sob a égide do neoliberalismo. Seja na Europa, onde a Grécia é um caso exemplar, seja na América Latina.

ISBN 978-85-7983-814-9



9 788579 838149